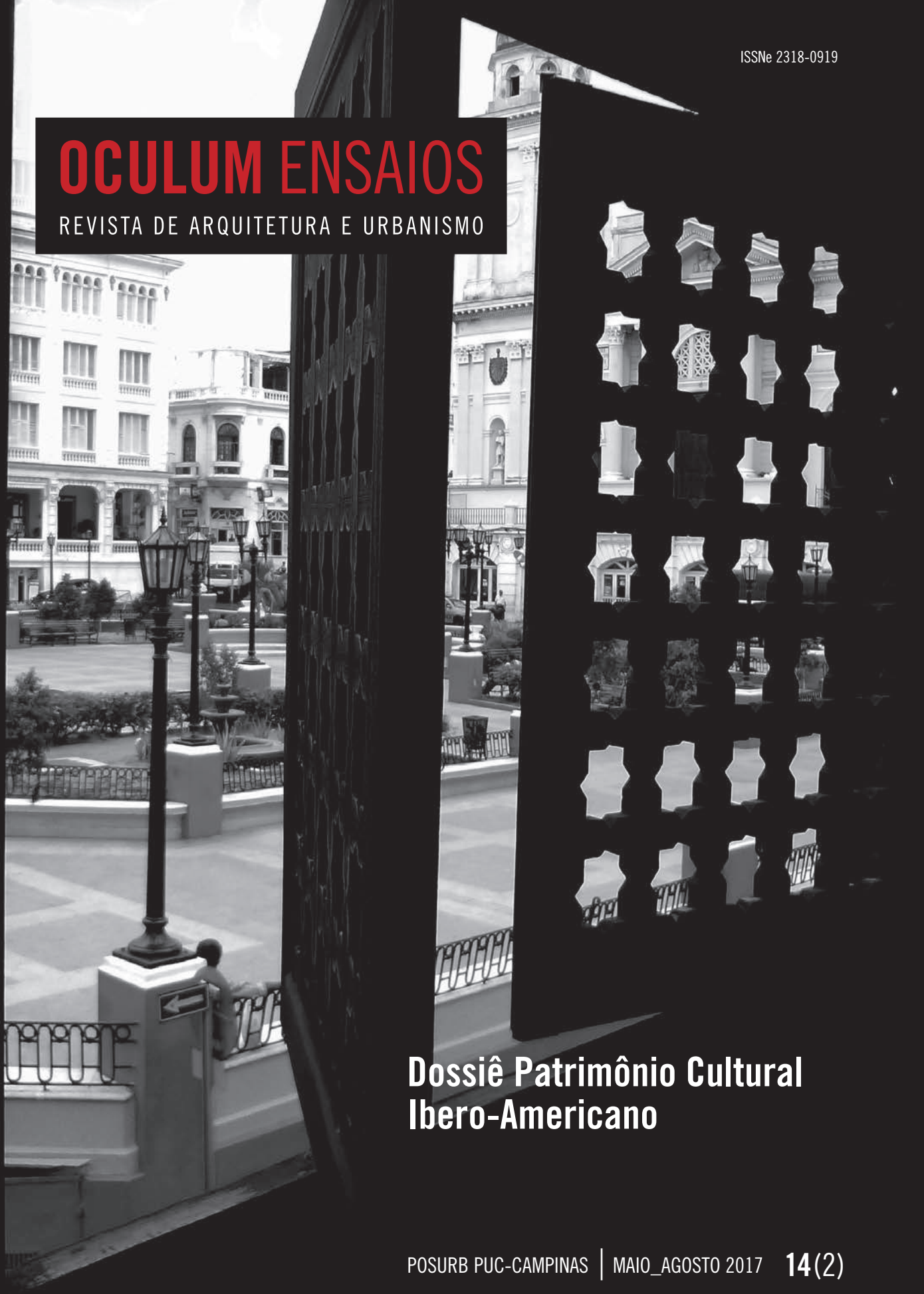
ISSNe 2318-0919

OCULUM ENSAIOS

REVISTA DE ARQUITETURA E URBANISMO



Dossiê Patrimônio Cultural Ibero-Americano

POSURB PUC-CAMPINAS | MAIO_AGOSTO 2017 **14**(2)

ISSNe 2318-0919

OCULUM ENSAIOS

REVISTA DE ARQUITETURA E URBANISMO

Dossiê Patrimônio Cultural Ibero-Americano

POSURB PUC-CAMPINAS | MAIO_AGOSTO 2017 **14**(2)

SUMÁRIO | *CONTENTS*

177 **NOTA DO EDITOR** | *EDITOR'S NOTE* | *NOTA DEL EDITOR* | **Maria Cristina da Silva Schicchi, Renata Baesso Pereira**

183 **EDITORIAL** | *EDITORIAL*
LA CONSERVACIÓN DEL PATRIMONIO URBANO, REFLEXIONES SOBRE SU VALORACIÓN Y GESTIÓN EN EL ÁMBITO CUBANO | *CONSERVATION OF URBAN HERITAGE: REFLECTIONS ON ITS APPRECIATION AND MANAGEMENT IN URBAN CONTEXT* | *A CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO URBANO: REFLEXÕES SOBRE SUA VALORIZAÇÃO E GESTÃO NO CONTEXTO CUBANO* | **Milene Soto Suárez, Maria Teresa Muñoz Castillo**

DOSSIÊ PATRIMÔNIO CULTURAL IBERO-AMERICANO | *IBERO-AMERICAN CULTURAL HERITAGE DOSSIER* | *DOSSIER PATRIMONIO CULTURAL IBEROAMERICANO*

203 **DUALIDADES PATRIMONIAIS** | *DUALITIES AT CULTURAL HERITAGE* | *DUALIDADES PATRIMONIALES* | **Flavio de Lemos Carsalade**

217 **REFLEXÕES SOBRE INTERVENÇÕES ARQUITETÔNICAS CONTEMPORÂNEAS EM RUÍNAS** | *REFLECTIONS ON CONTEMPORARY ARCHITECTURAL INTERVENTIONS IN RUINS* | *REFLEXIONES SOBRE INTERVENCIONES ARQUITECTÓNICAS CONTEMPORÁNEAS EN RUINAS* | **Rodrigo Espinha Baeta, Juliana Cardoso Nery**

241 **EVOLUÇÃO NO TRATAMENTO DAS PAISAGENS CULTURAIS NA ESPANHA: UM CASO PARADIGMÁTICO: O PLANO DAS COLÔNIAS TÊXTEIS DO RIO LLOBREGAT** | *EVOLUTION OF CULTURAL LANDSCAPES TREATMENT IN SPAIN: A PARADIGM CASE: THE PLAN FOR THE TEXTILE COLONIES OF THE LLOBREGAT RIVER* | *EVOLUCIÓN EN EL TRATAMIENTO DE LOS PAISAJES CULTURALES EN ESPAÑA: UN CASO PARADIGMÁTICO: EL PLAN DE LAS COLONIAS TEXTILES DEL RÍO LLOBREGAT* | **Adelita Araujo de Souza, Joaquín Sabaté Bel**

257 **OURO PRETO, VILA (DES)APARECIDA: A DIFÍCIL RELAÇÃO ENTRE O CENTRO HISTÓRICO E SUAS ÁREAS DE ENTORNO** | OURO PRETO, *VILA (DES)APARECIDA: A DIFFICULT RELATION BETWEEN THE HISTORIC CENTRE AND ITS BUFFER ZONES* | OURO PRETO, *VILA (DES)APARECIDA: LA DIFÍCIL RELACIÓN ENTRE EL CASCO HISTÓRICO Y SUS ALREDEDORES* | **Vanessa Borges Brasileiro, André Guilherme Dornelles Dangelo**

275 **APUNTES SOBRE LA CONSTRUCCIÓN DEL PATRIMONIO FERROVIARIO EN ESPAÑA DURANTE EL SIGLO XX: IDENTIDAD Y MUSEOS** | *NOTAS SOBRE A CONSTRUÇÃO DO PATRIMÔNIO FERROVIÁRIO NA ESPANHA DURANTE O SÉCULO XX: IDENTIDADE E MUSEUS* | *NOTES ABOUT THE CONSTRUCTION OF RAILWAY HERITAGE IN SPAIN DURING THE 20TH CENTURY: IDENTITY AND MUSEUMS* | **Ramón Méndez, Domingo Cuéllar**

293 **EL PATRIMONIO FERROVIARIO EN SANTIAGO DE CUBA: APORTACIONES A LA CONFORMACIÓN URBANO ARQUITECTÓNICA DEL TERRITORIO** | *O PATRIMÔNIO FERROVIÁRIO EM* SANTIAGO DE CUBA: *CONTRIBUIÇÕES À CONFORMAÇÃO URBANO-ARQUITETÔNICA DO TERRITÓRIO* | *THE RAILWAY HERITAGE IN* SANTIAGO DE CUBA: *CONTRIBUTIONS TO THE URBAN ARCHITECTURAL CONFORMATION OF THE TERRITORY* | **Frank Ernesto Villarreal Quevedo, Lourdes Magalis Rizo Aguilera**

311 **A CULTURA INDUSTRIAL COMO HERANÇA: QUESTÕES SOBRE O RECONHECIMENTO DE UM PATRIMÔNIO DA INDUSTRIALIZAÇÃO "TARDIA" NO BRASIL** | *INDUSTRIAL CULTURE AS HERITAGE: QUESTIONS ABOUT THE RECOGNITION OF "LATE" INDUSTRIAL HERITAGE IN BRAZIL* | *LA CULTURA INDUSTRIAL COMO PATRIMÓNIO: PREGUNTAS SOBRE EL RECONOCIMIENTO DEL PATRIMÓNIO INDUSTRIAL «TARDÍO» EN* BRASIL | **Eduardo Romero de Oliveira**

331 **O PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NO LICENCIAMENTO CULTURAL: LEGISLAÇÃO, POLÍTICAS CULTURAIS E GESTÃO INTEGRADA** | *ARCHAEOLOGICAL HERITAGE IN CULTURAL LICENSING: LEGISLATION, CULTURAL POLICIES AND INTEGRATED MANAGEMENT* | *EL PATRIMONIO ARQUEOLÓGICO EN EL LICENCIAMIENTO CULTURAL: LEGISLACIÓN, POLÍTICAS CULTURALES Y GESTIÓN INTEGRADA* | **Juliano Bitencourt Campos, Marian Helen da Silva Gomes Rodrigues, Pedro Paulo Abreu Funari**

349 **PATRIMÔNIO, ESPAÇO URBANO E QUALIDADE DE VIDA: UMA ANTIGA BUSCA** | *HERITAGE, URBAN SPACE AND QUALITY OF LIFE: AN ANCIENT QUEST* | *PATRIMONIO, ESPACIO URBANO Y CALIDAD DE VIDA: UNA ANTIGUA BÚSQUEDA* | **Marly Rodrigues, Andréa de Oliveira Tourinho**

367 **UM CANTEIRO-ESCOLA NUM EDIFÍCIO DE RAMOS DE AZEVEDO: O ENSINO DE PROCESSO DE PROJETO DE RESTAURAÇÃO NA PRÁTICA** | *A WORKSITE-TRAINING IN A RAMOS DE AZEVEDO BUILDING: A HANDS-ON TEACHING OF RESTORATION PROJECT PROCESS* | *UN TALLER-ESCUELA EN UN EDIFICIO DE RAMOS DE AZEVEDO: LA ENSEÑANZA DEL PROCESO DE PROYECTO DE RESTAURACIÓN EN LA PRÁCTICA* | **Regina Andrade Tirello, Pedro Murilo Gonçalves de Freitas**

389 **A AUTONOMIA DO CAMPO DISCIPLINAR DO RESTAURO [ARQUITETÔNICO E URBANO]** | *THE AUTONOMY OF THE DISCIPLINARY FIELD OF RESTORATION [ARCHITECTURAL AND URBAN]* \ *LA AUTONOMÍA DEL CAMPO DISCIPLINAR DE LA RESTAURACIÓN [ARQUITECTÓNICA Y URBANA]* | **Ana Paula Farah**

403 **COMO CONVENTOS DESENHAM CIDADES: DE PORTUGAL AO BRASIL, PERCURSOS DA CASA FRANCISCANA** | *HOW FRIARIES DRAW CITIES: FROM PORTUGAL TO BRAZIL, ROUTES OF THE FRANCISCAN HOUSE* | *COMO CONVENTOS DIBUJAN CIUDADES: DE PORTUGAL A BRASIL, CAMINOS DE LA CASA FRANCISCANA* | **Maria Angélica da Silva**

NOTA DO EDITOR

Desde que a Constituição Brasileira definiu o que constitui o patrimônio cultural, a revisão sobre os conceitos, critérios de identificação e valorização dos bens culturais tem sido objeto de pesquisas científicas em vários campos disciplinares: arquitetura e urbanismo, história, geografia, antropologia, arqueologia, turismo e direito, para citar alguns. Apesar da origem disciplinar, em geral, os estudos voltados ao patrimônio cultural, bem como o enfrentamento dos problemas, na prática, pelos órgãos técnicos, necessitam incorporar contribuições de várias áreas do conhecimento, de forma a contemplar a complexidade das questões que envolvem o seu reconhecimento, valorização e gestão. Tais reflexões e experiências são hoje parâmetros considerados nas políticas públicas e culturais das cidades, nos planos diretores, nos projetos urbanos, nas operações de recuperação e reabilitação de centros e setores urbanos.

A valorização da própria cidade, enquanto produto social e cultural, integrador, portanto, de múltiplas formas de manifestação cultural tanto materiais quanto imateriais, tem levado a que cada vez mais as questões sobre sua preservação sejam objeto de investigações na área do urbanismo, que se valem do amplo conhecimento crítico já produzido, a partir da realização de inventários e outros estudos setoriais, das experiências de atuação em programas de preservação de conjuntos e de gestão em todos os níveis de governo. Em especial, a partir do final dos anos 1990, várias experiências tiveram a cidade e seus bairros como foco de políticas de integração urbana na América Latina e nos países ibéricos, em geral, com grande protagonismo de governos locais ou que exigiram articulação entre diversas instâncias de governo para sua atuação sobre os territórios. Iniciam-se programas de conservação e preservação de espaços públicos, delimitação de zonas de conservação histórica, programas de reabilitação patrimonial para habitação social, isenções/renúncias fiscais e outras formas de compensação, baseadas em direitos constitucionais. Por outro lado, também a visão de conjunto do legado cultural como um recurso econômico foi explorada em programas de recuperação, requalificação e reabilitação de edifícios em áreas preservadas, com grande apelo para a exploração turística e econômica privada.

Reconhece-se neste processo um avanço em relação ao tratamento isolado da preservação dos bens culturais, classificados como históricos ou artísticos e selecionados em gabinetes técnicos de preservação. Contudo, considerando que ainda são poucos os resultados efetivos, do ponto de vista da melhoria da qualidade de vida da maioria da população diretamente afetada, como apontam estudos sobre os processos de valorização econômica e, em alguns casos, de deslocamentos de populações assentadas nas áreas regeneradas, é urgente uma discussão mais ampla sobre alguns insucessos, assim como sobre instrumen-

tos eficazes, mas pouco utilizados, e sobre os múltiplos fenômenos contraditórios que as intervenções urbanas voltadas para a valorização e recuperação do patrimônio provocam, na maioria das vezes, observados apenas por seus resultados visíveis sob o aspecto material.

Há muitas lacunas na divulgação de análises pós-intervenções, de estudos sobre a própria natureza do patrimônio que superem a visão estrita de seu caráter material ou imaterial e que considerem a visão da população envolvida como um dos parâmetros a serem considerados nas políticas de preservação. Desta lacuna não se pode excluir a discussão mais ampla das condições de gestão do patrimônio cultural e de formas mais efetivas de aproximação entre o conhecimento produzido — acadêmico e técnico — e as formas de difusão social.

Em países como Espanha e Portugal, a recuperação do patrimônio cultural e os projetos de intervenção em centros e áreas históricas tornaram-se parte de políticas urbanas apenas depois de concluídos os processos de redemocratização, no final da década de 1970. Uma década mais tarde, o olhar dos países latino-americanos, em suas retomadas de discussão dos problemas urbanos, também coincidentes com a consolidação de processos democráticos ou períodos especiais de planejamento e gestão, volta-se para a intervenção em áreas consolidadas, centrais e periféricas, que demandam novos instrumentos de intervenção, distintos dos que até então haviam sido utilizados para a regulação e ordenamento em novas áreas de extensão urbana. São experiências correlatas, guardadas as diferenças de cada contexto, que podem contribuir mutuamente para a compreensão do estado atual das políticas de preservação nas cidades, que incluem os planos urbanos, as metodologias de intervenção sobre edifícios e conjuntos patrimoniais, além de estratégias de participação dos entes envolvidos na sua utilização e gestão.

Com essas premissas, o nº14 (2) — maio/agosto de 2017 da Revista Oculum Ensaios reúne artigos de reconhecidos pesquisadores ibero-americanos da área de preservação e gestão do patrimônio cultural. É a primeira revista de uma série que será publicada anualmente em formato de dossiê, sem prejuízo das submissões de artigos por fluxo contínuo, que continuarão a ser publicados regularmente.

O resultado não poderia ser mais estimulante para a discussão em pauta, começando pelo editorial das pesquisadoras da Universidade de Oriente de Cuba, Milene Soto Suárez e Maria Teresa Muñoz Castillo, que gentilmente aceitaram nosso convite e dos editores associados Aníbal Costa (Universidade de Aveiro), Eduardo Mosquera Adell (Universidade de Sevilha) e Maria Teresa Pérez Cano (Universidade de Sevilha), corresponsáveis pelo sucesso desta edição.

Portanto, é com satisfação que os convidamos à leitura do DOSSIÊ PATRIMÔNIO CULTURAL IBERO-AMERICANO.

MARIA CRISTINA DA SILVA SCHICCHI | Editora-Chefe

RENATA BAESSO PEREIRA | Editora Associada POSURB PUC-Campinas

EDITOR'S NOTE

Since the definition of cultural patrimony in the Brazilian Constitution, the revision of concepts and criteria for identifying and giving cultural goods their proper value has been the focus of scientific research in multiple disciplines — architecture and urbanism, history, geography, anthropology, archaeology, tourism and law, to name a few. Despite their disciplinary origins, studies on cultural heritage, as well as correlated technical organs' practical problem-solving strategies need to incorporate contributions from several areas of knowledge to contemplate the complex issues involved in their recognition, valuing and management. Such reflection and experiences constitute the current parameters for public and cultural policies in cities, master plans, urban projects, operations for recovery and rehabilitation of city centers and urban sectors.

Valuing the city as a social and cultural product that integrates multiple forms of material and immaterial cultural manifestations increasingly leads to the investigation of its preservation in urbanistic research, where broad knowledge has been built in the form of inventories, sectorial studies, experiences in preservation of projects and governmental management at all levels. Mainly from the end of the 90s, several experiences of urban integration in Latin America and Iberic countries focused on neighborhoods and cities. With local governments as protagonists, they demanded the interaction of several governmental instances to act over territories. Programs for conservation and preservation of public spaces, delimitation of zones of historical conservation, patrimonial rehabilitation for public housing, fiscal exemption/waiver and other forms of constitutional rights-based compensation begin. On the other hand, the general view of cultural legacy as an economic resource was explored in recovery, requalification and rehabilitation programs for buildings in preserved areas, with great appeal to private touristic and economic exploration.

One can recognize progress in relation to the isolated treatment of cultural goods preservation, formerly classified as historical or artistic and selected in technical offices for preservation. However, as results fall short in improving the quality of life of the directly affected population, as pointed by studies on economic valuing and displacement of settlements in regenerated areas, a discussion on failures, efficient but largely unused instruments and multiple contradictory effects provoked by urban interventions for patrimonial valuing and recovery, which are mostly observed only in its visible material effects, is urgently needed.

There are many gaps in the diffusion of post-intervention analyses and studies on the nature of patrimony that overcome the strict view of its material or immaterial character and take the perspective of the population involved as a parameter for preserva-

tion policies. Also included in this gap are the broader discussions on cultural heritage management and on more effective ways to approximate the knowledge produced — both academic and technical — to its forms of social diffusion.

In countries like Spain and Portugal, cultural heritage recovery and intervention projects for city centers and historic areas began to integrate urban policies only in the end of the 70s, after the conclusion of re-democratization processes. A decade later, Latin American perspectives in resuming discussions on urban problems, also coincident with the consolidation of democracies or with special periods for planning and management, turns to interventions in consolidated areas, both central and peripherical, that demand new instruments, other than the ones previously used to regulate and order new areas of urban extension. Even as settled in different contexts, these are correlated experiences that might contribute to understanding the current state of preservation policies in cities, including urban plans, intervention methodologies for buildings and patrimonial projects, as well as strategies for participation of entities involved in its use and management.

With those premises, Oculum Ensaios number 14(2), May/August 2017, gathers articles of recognized ibero-american researchers in the preservation and management of cultural heritage. It is the first number of a series that we will publish annually in the form of a dossier, without affecting our regular publications.

Results could not be more stimulating to the discussion at stake. Opening with the editorial by researchers Milene Soto Suárez and Maria Teresa Muñoz Castillo from the Universidade de Oriente de Cuba, who have gently accepted our invitation, and associate editors Aníbal Costa (Universidade de Aveiro), Eduardo Mosquera Adell (Universidade de Sevilha) and Maria Teresa Pérez Cano (Universidade de Sevilha), who are also responsible for this edition's success.

We happily invite all to read the IBERO-AMERICAN CULTURAL HERITAGE DOSSIER.

MARIA CRISTINA DA SILVA SCHICCHI | Editor-in-Chief
RENATA BAESSO PEREIRA | Associate Editor POSURB PUC-Campinas

NOTA DEL EDITOR

Desde que la Constitución Brasileña definió lo que constituye el patrimonio cultural, la revisión sobre los conceptos, criterios de identificación y valoración de los bienes culturales ha sido objeto de investigaciones científicas en varios campos disciplinares: arquitectura y urbanismo, historia, geografía, antropología, turismo y derecho, para citar algunos. A pesar del origen disciplinar, en general, los estudios volcados al patrimonio cultural, así como el enfrentamiento de los problemas, en la práctica, por las áreas técnicas, necesitan incorporar contribuciones de varias áreas del conocimiento de forma a contemplar la complexidad de las cuestiones de su reconocimiento, valorización y gestión. Dichas reflexiones y experiencias son hoy parámetros considerados en las políticas públicas y culturales de las ciudades, en los planes de ordenación del territorio, en los proyectos urbanos y en las operaciones de recuperación y rehabilitación de centros y sectores urbanos.

La valorización de la propia ciudad como producto social y cultural, integrador, por lo tanto, de múltiples formas de manifestación cultural, tanto materiales como inmateriales, ha hecho que progresivamente las cuestiones sobre su preservación se desplacen para el campo del urbanismo y de la planificación. Y que se basa en el amplio conocimiento crítico ya producido, a partir de la realización de inventarios y otros estudios sectoriales de las experiencias de actuación en programas de preservación de conjuntos y de gestión en todos los niveles de gobierno. En especial, desde finales de los años 1990, varias experiencias tuvieron la ciudad y sus barrios como foco de las políticas de integración urbana en la América Latina y en los países ibéricos, en general, con gran protagonismo de los gobiernos locales. O exigieron la articulación entre diversas instancias de gobierno, para su actuación sobre los territorios. Empiezan programas de conservación y preservación de espacios públicos, delimitación de zonas de conservación histórica, programas de rehabilitación patrimonial para vivienda social, exenciones/deducciones fiscales y otras formas de compensación basadas en derechos constitucionales. Por otra parte, también la visión de conjunto del legado cultural como un recurso económico ha sido explorada en programas de recuperación, recalificación y rehabilitación de edificios en áreas preservadas, con gran reclamo atractivo para la exploración turística y económica privada.

Se reconoce en ese proceso un avance en relación al tratamiento aislado de la preservación de los bienes culturales, clasificados como históricos o artísticos y seleccionados en departamentos técnicos de preservación. Sin embargo, considerando que aún son pococ los resultados efectivos desde el punto de vista de la mejoría de la calidad de vida de gran parte la gente directamente afectada, como apuntan estudios sobre los procesos de valorización económica y, en algunos casos, de desplazamientos de poblaciones en las áreas regeneradas,

es urgente una discusión más amplia sobre algunos fracasos, así como sobre instrumentos eficaces, pero poco utilizados, y sobre los múltiples fenómenos contradictorios, que las intervenciones urbanas volcadas para la valorización y recuperación del patrimonio provocan, en su mayor parte observados solamente por sus resultados visibles desde el aspecto material.

Hay muchas fallas en la divulgación de análisis pos-intervenciones, de estudios sobre la propia naturaleza del patrimonio que superen la visión estricta de su carácter material o inmaterial y que consideren la visión de la población involucrada como parte de los parámetros considerados en las políticas de preservación. De las omisiones no se puede excluir la discusión más amplia de las condiciones de gestión del patrimonio cultural y de formas más efectivas de aproximación entre el conocimiento académico y técnico producido y formas de difusión social.

En países como España y Portugal, la recuperación del patrimonio cultural y los proyectos de intervención en centros y áreas históricas se tornaran parte de políticas urbanas a penas tras concluidos los procesos de redemocratización, al final de la década de 1970. Una década más tarde, la mirada de los países latinoamericanos, en sus recuperaciones de la discusión de los problemas urbanos, también coincidentes con la consolidación de procesos democráticos o periodos especiales de planeamiento y gestión, se vuelve para la intervención en áreas consolidadas, centrales y periféricas, que demandan nuevos instrumentos de intervención, distintos de los que hasta entonces habían sido utilizados para la regulación y ordenación en nuevas áreas de extensión urbana. Son experiencias correlacionadas, salvadas las diferencias de cada contexto, que pueden contribuir mutuamente para la comprensión del estado actual de las políticas de preservación en las ciudades, que incluyen los planos urbanos, las metodologías de intervención sobre edificios y conjuntos patrimoniales, además de estrategias de participación de los involucrados en su utilización y gestión.

Con esas premisas, el nº14 (2) — mayo/agosto de 2017 de la Revista Oculum Ensaios reúne artículos de reconocidos investigadores iberoamericanos del área de preservación y gestión del patrimonio cultural. Es la primera revista de una serie que será publicada anualmente en formado de dossier, sin perjuicio del envío de artículos por flujo continuo, que seguirán siendo publicados regularmente.

El resultado no podría ser más estimulante para la discusión en pauta, empezando por el editorial de las investigadoras de la Universidad de Oriente de Cuba, Milene Soto Suárez y María Teresa Muñoz Castillo, que amablemente aceptaran nuestra invitación y de los editores asociados Aníbal Costa (Universidad de Aveiro), Eduardo Mosquera Adell (Universidad de Sevilla) y Maria Teresa Pérez Cano (Universidad de Sevilla), corresponsales por el suceso de esa edición.

Por lo tanto, nos complace invitarles a la lectura del DOSSIER PATRIMONIO CULTURAL IBEROAMERICANO.

MARIA CRISTINA DA SILVA SCHICCHI | Editora-Jefe

RENATA BAESSO PEREIRA | Editora Asociada POSURB PUC-Campinas

EDITORIAL

LA CONSERVACIÓN DEL PATRIMONIO URBANO, REFLEXIONES SOBRE SU VALORACIÓN Y GESTIÓN EN EL ÁMBITO CUBANO

MILENE SOTO SUÁREZ, MARIA TERESA MUÑOZ CASTILLO

Marcado por los procesos de globalización el panorama de la ciudad actual continua vinculado a las contradictorias dinámicas urbanas de los últimos decenios. Inducidos por este fenómeno, y bajo los efectos del cambio climático, se reconocen los impactos negativos que sobre las urbes manifiestan procesos como la redensificación urbana, gentrificación, el desarrollo incontrolado de actividades económicas y productivas, la movilidad, el turismo de masas, entre otros. Las huellas de dichas transformaciones también impactan los conjuntos históricos y suscitan la explotación comercial del patrimonio urbano, lo que trae consigo la afectación de los valores culturales, el deterioro de la calidad de vida y por ende de la identidad de los pueblos.

Como resultado de esta problemática, las ciudades latinoamericanas y caribeñas han manifestado radicales e irreversibles transformaciones en sus zonas históricas, y han perdido total o parcialmente gran cantidad de áreas centrales (RIGOL & ROJAS, 2012), en tanto se originan profundas alteraciones del tejido urbano y se incrementa el sector terciario y la elitización de dichos sitios tradicionales. No es menos cierto que algunos son deshabitados ex profeso o sus moradores forzados a emigrar para ser sustituidos por artistas, profesionales y empresarios para quienes se ha puesto de moda restaurar una casa en el barrio antiguo (LEAL, 2014). Frente a tales percances no son pocas las acciones que se realizan por instituciones, organizaciones internacionales gubernamentales y no gubernamentales que han colocado la conservación del patrimonio urbano en un importante sector de reflexiones teóricas, normativas y políticas públicas más eficientes en todo el mundo. Durante la última década las directrices, principios y recomendaciones internacionales dictadas imponen la necesidad de insertar el patrimonio en el desarrollo sostenible apuntando hacia modelos integrados de gestión y estudios multidisciplinarios en los centros históricos y otras zonas urbanas.

En la Reunión Intergubernamental de Expertos sobre el paisaje urbano histórico realizada en la Sede de la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura (UNESCO), en mayo de 2011, se consideró que el patrimonio urbano, material e inmaterial, constituye un recurso capital para mejorar la habitabilidad de las zonas urbanas y fomentar el desarrollo económico y la cohesión social en un contexto de cambio mundial. En ese sentido, se añadió que la protección activa del patrimonio urbano

y su gestión sostenible es una condición indispensable del desarrollo (CONSEJO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS Y SITIOS, 2011b). En esta línea de pensamiento la Asamblea General de la Organisation des Nations Unies adoptó en enero 2016 la Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible, la que contempla un plan de acción a favor de las personas, el planeta y la prosperidad, que también tiene la intención de fortalecer la paz universal y el acceso a la justicia. Esta Agenda que plantea 17 Objetivos de Desarrollo Sostenible con 169 metas de carácter integrado e indivisible que abarcan las esferas económica, social y ambiental declara en el objetivo 11: Lograr que las ciudades y los asentamientos humanos sean inclusivos, seguros, resilientes y sostenibles, el que considera entre sus metas redoblar los esfuerzos para proteger y salvaguardar el patrimonio cultural y natural del mundo.

Si bien los estudios recientes reflejan mayor conciencia, comprensión y mejor valoración del patrimonio construido y de las normativas para su conservación y protección, la escala urbana no ha tenido la misma atención o ha sido relegada, con excepción de los centros históricos, por lo que la significación patrimonial de sectores, ambientes y conjuntos urbanos en ocasiones transita indiferente ante los procesos de gestión y preservación. La Carta de Washington (CONSEJO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS Y SITIOS, 1987), reflejó avances en este sentido al abrir el espectro y enfatizar el valor de la forma urbana definida por la trama y el parcelario, la relación entre los diferentes espacios urbanos, edificios, espacios verdes y libres, además de las relaciones entre población o área urbana y su entorno (CONSEJO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS Y SITIOS, 1987). A partir de aquí otras directrices como la Declaración de Xi´an (CONSEJO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS Y SITIOS, 2005) y los "Principios de La Valletta" (CONSEJO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS Y SITIOS, 2011a) hacen evidente la difusión de herramientas de valoración, gestión y planificación dirigidas hacia una práctica más responsable y sostenible en pos de la recuperación de las áreas patrimoniales.

En los últimos años los enfoques sobre conservación preventiva constituyen un nuevo desafío para la preservación del patrimonio cultural. La UNESCO ha identificado oportunidades de esta tendencia basadas en una perspectiva de monitoreo y mantenimiento, en tanto constituye una manera más sostenible de preservar la autenticidad del patrimonio construido, ya que evita los daños y se reducen las intervenciones. Por las mismas razones se considera rentable, y además promueve la participación social permitiendo a las personas involucrarse con la preservación del patrimonio (VAN BALEN, 2011). Debido a que la conservación preventiva parece ser un nuevo paradigma en los procesos de conservación y gestión del patrimonio edificado y que los conjuntos urbanos históricos carecen de instrumentos de monitoreo, los especialistas buscan información para desarrollar marcos legales, políticas, campos de aplicación y además nuevas herramientas y técnicas apropiadas para mejorar su implementación (VAN BALEN, 2011).

En ese sentido, la Cátedra PRECOM3OS Organisation des Nations Unies (ONU)[1], con sede en la Universidad Católica de Leuven en Bélgica, difunde y promueve

este enfoque y ha planteado la creciente necesidad de potenciar y desarrollar procedimientos y tecnologías que puedan contribuir a optimizar el análisis espacial y monitoreo de sitios patrimoniales (VAN BALEN & VANDESANDE, 2013). Experiencias prácticas como las de Monumentenwacht en la región de Flandes, Bélgica y en Holanda, así como las del Proyecto vlirCPM para Cuenca en Ecuador, evidencian las potencialidades de llevar a cabo estrategias de conservación preventiva, no solo en el ámbito de los países desarrollados europeos sino también en el contexto latinoamericano. Sin embargo en este último, la difusión de los objetivos de monitoreo para promover el mantenimiento y contribuir a un manejo adecuado con dicho enfoque no alcanza la extensión que se aspira por lo que sus efectos resultan limitados a prácticas puntuales.

En paralelo, la realidad actual cada vez más versátil sustentada en un escenario de transformaciones en el que emergen disímiles conflictos, impone nuevos retos que obligan a transitar en la búsqueda de innovaciones para modelar adecuadamente, en los procesos de gestión, la incorporación de temas vinculados con el crecimiento económico, la inclusión social, el equilibrio ambiental y la cultura, que en conjunto conforman los pilares del desarrollo sustentable.

Cuba no se encuentra exenta de este contexto y enfocada hacia un proceso sostenible en la salvaguardia de su riqueza patrimonial exhibe disímiles prácticas como resultado de su diversidad. La experiencia pionera y a la vez singular, se encuentra en el proceso de recuperación de la Habana Vieja a través de un modelo de gestión integral que se distingue por contar con una "condición fundamental para el desarrollo de cualquier estrategia de rescate patrimonial: la voluntad política al más alto nivel y la conciencia clara de los responsables de ejercerla para impulsar procesos innovadores a partir de la creación de la Oficina del Historiador de la Habana" (RODRÍGUEZ, 2009, p.iii). Dicha institución viabilizó sus estrategias apoyada en el Decreto-Ley 143 del Consejo de Estado que le otorgó, a partir del año 1993, nuevas facultades para autogestionarse su propio soporte económico y realizar las labores de conservación. De ahí surgió "una experiencia útil, socialmente válida, económicamente viable y a su vez generadora de nuevos puestos de trabajo que ha fortalecido el papel de la comunidad" (LEAL, 2014, p.90), en tanto iba perfeccionándose bajo el lente de la sostenibilidad y las nuevas condicionantes del siglo XXI.

Aun cuando las labores de conservación fueron extendiéndose hacia otros cascos históricos de ciudades cubanas como Santiago de Cuba, Trinidad, Camagüey y Cienfuegos, y se crearon igualmente Oficinas del Conservador e Historiador, las valoraciones e implementaciones de nuevas prácticas sobre la conservación del patrimonio urbano han ido más allá de los límites del centro histórico y ha ampliado su marco temporal incluyendo exponentes del urbanismo reciente. A partir de la década del noventa del siglo XX se evidencia una mayor apertura y profundización en ese sentido, en tanto fueron consideradas como patrimonios nacionales y áreas protegidas, modernas zonas

urbanas como la Unidad Vecinal # 1 Camilo Cienfuegos en La Habana del Este, Quinta Avenida y sus alrededores, en Miramar La Habana, además del reparto habanero El Vedado categorizado como zona de valor histórico-cultural[2]. No obstante, el reducido número que se lista revela el breve camino andado respecto a la valorización y protección del patrimonio urbano teniendo en cuenta la existencia de otros sitios del país que no han gozado de igual distinción. Sin embargo no se puede dejar de reconocer, en las últimas décadas, la tendencia creciente hacia el logro de declaratorias y puestas en valor de conjuntos, ambientes y paisajes cubanos. Dentro de estos merece especial significación los que se agrupan en la zona del Oriente de Cuba y las cuatro provincias que la componen, la que alberga un patrimonio rico y diverso reconocido en los diferentes pronunciamientos realizadas por la UNESCO.

Es importante destacar que Cuba tiene hoy el privilegio de contar con nueve propiedades declaradas patrimonio de la humanidad; de hecho es el país del área caribeña con más sitios comprendidos dentro del patrimonio universal[3]. De las nueve declaratorias cuatro se localizan en la región oriental del país cuya riqueza cultural ha distinguido una edificación, dos sitios naturales y un paisaje cultural: El Castillo San Pedro de la Roca en Santiago de Cuba en1997, el Parque Nacional Desembarco del Granma en la provincia del mismo nombre en 1999, el Paisaje Arqueológico de las primeras plantaciones cafetaleras del sudeste cubano en las provincias de Santiago de Cuba y Guantánamo en 2000 y el Parque Alejandro de Humboldt en las provincias de Holguín y Guantánamo en 2001. Hay que agregar, además, que justo en el año que se lanzara la Convención de la UNESCO para la salvaguarda del patrimonio inmaterial se declaró como Patrimonio Intangible de la Humanidad la Tumba Francesa La Caridad de Oriente, en Santiago de Cuba en 2003.

El acervo cultural de dicha región y en particular el de Santiago de Cuba atesora además un conjunto urbano arquitectónico de significativo valor patrimonial en el que se aprecian exponentes singulares a nivel nacional y local, que constituye la memoria histórica de más de 500 años de desarrollo urbano. Si bien las labores de conservación y gestión que realiza la Oficina del Conservador de la ciudad para la salvaguardia de dicho patrimonio han impulsado acciones de manejo con una visión integradora, su alcance solo se ha constatado a escala de centro histórico y algunas áreas monumentales vinculadas a esta zona (LÓPEZ, 2016). Mientras tanto otros espacios y conjuntos históricos escapan de ese accionar, en tanto la conservación de sus valores patrimoniales resulta limitada o casi nula. Esta realidad se complejiza con la diversidad de problemas que afectan el patrimonio edificado santiaguero marcado por un deterioro acumulado que avanza de manera creciente por la falta de mantenimiento sostenido, además de las transformaciones e intervenciones desacertadas que impactan su paisaje histórico como consecuencia, entre otras causas, de un inadecuado proceso de control y monitoreo.

A la luz de estas dificultades no es menos cierto que las estrategias de gestión del patrimonio existentes no garantizan de forma sostenible su conservación integral, sin embargo, se hace recurrente la búsqueda de vías y nuevas herramientas que posibiliten soluciones innovadoras, por parte de especialistas e investigadores empeñados en salvar el pasado y proyectar un futuro más próspero y sostenible.

Una experiencia significativa que sigue esta directriz se desarrolla en la Universidad de Oriente, de Santiago de Cuba, a partir de un programa de cooperación internacional interuniversitaria en colaboración con el Consejo de Universidades Flamencas del norte de Bélgica — Vlaamse Interuniversitaire Raad — Institutional University Cooperation – Universidad de Oriente (VLIR-IUC-UO) — para el fortalecimiento del desarrollo sostenible de la región oriental de Cuba. En el marco de esta colaboración se destaca el Proyecto VLIR # 4 por destinar sus esfuerzos hacia la salvaguardia del patrimonio cultural a partir de una labor interdisciplinaria que contribuya al desarrollo local y a la elevación de la calidad de vida en la región oriental.

En particular, el subproyecto # 2 dirige su línea de trabajo hacia la conservación y manejo del patrimonio urbano arquitectónico con enfoque de conservación preventiva; planteamiento teórico que engloba las tendencias actuales a nivel internacional en dicha temática y asume también los criterios de rentabilidad económica y sustentabilidad social que en el presente pautan la gestión de sitios patrimoniales. En ese sentido, una de las investigaciones se encamina hacia la aplicación de técnicas digitales, que resultan herramientas útiles para dichas prácticas, y en el uso de los sistemas de información geográfica, en tanto optimiza la capacidad de manejar la información patrimonial. De esta manera, el manejo de la información adquiere un papel vital en los procesos de gestión en tanto se produce una relación directa que posibilita tramitar de antemano los datos necesarios a partir de su almacenamiento, uso continuo y actualización para su posterior análisis en la toma de decisiones (BELLO *et al*., 2016).

Es importante destacar el desempeño de la colaboración internacional realizada en conjunto con la Universidad Católica de Leuven, Bélgica, el Centro Internacional de Conservación "Raymond Lemaire" y la Cátedra PRECOM3OS ONU estos últimos, líderes en la materia. El impacto de tal contribución permitió la creación de un nuevo proyecto de colaboración VLIR Norte Sur, que en sinergia con el Proyecto VlirCPM de la Facultad de Arquitectura de la Universidad de Cuenca, desarrolló un eje latinoamericano para las investigaciones y experiencias en el tema. Dicha cooperación ha logrado integrar conocimientos y esfuerzos conjuntos para mejorar el diseño de sistemas de monitoreo del patrimonio considerando la diversidad del contexto local, además de fortalecer las investigaciones y obtener una mejor visión de los conjuntos patrimoniales de la región.

La comprensión y promoción del enfoque de conservación preventiva contribuirá a mejorar las estrategias de gestión del patrimonio histórico y del desarrollo local en un escenario de inminentes transformaciones. Actualmente Cuba es un contexto de cambios;

la potenciación de las pequeñas empresas privadas a partir del año 2011, la entrada en vigor de una nueva ley para la inversión extranjera en el 2014 y el restablecimiento de las relaciones entre los gobiernos de Cuba y Estados Unidos de América ese mismo año, han desencadenado una gran especulación sobre el posible futuro de la isla. Todo ello tiene un impacto directo en el patrimonio cultural que invita a la reflexión acerca de si será posible prever los cambios y cómo afectarán las dinámicas urbanas. Por eso, desde la Academia, se continúa generando una nueva visión transformadora para la conservación del patrimonio urbano como un recurso estratégico del desarrollo sostenible.

NOTAS

1. La Cátedra PRECOM3OS, por sus siglas en inglés Preventive Conservation, Monitoring and Maintenance of Monuments and Sites, está adscrita a la UNESCO y fue creada en 2008 en el Centro Internacional de Conservación "Raymond Lemaire" (RLCC), Universidad Católica de Lovaina, Bélgica. El profesor Dr. Koenraad Van Balen se desempeña como titular de la cátedra y actualmente es también el Director del RLCC.

2. Así consta en las Resoluciones Nº 134, 155 y 154 dictaminada por la Comisión Nacional de Monumentos de Cuba, en los años 1996 y 1999.

3. Véase una caracterización de los sitios e inmuebles declarados Patrimonio Mundial y Nacional en el libro *Monumentos Nacionales de la República de Cuba* (ACOSTA, 2015).

REFERENCIAS

ACOSTA, N. *et al*. *Monumentos Nacionales de la República de Cuba.* Editorial Collage Ediciones. Consejo Nacional de Patrimonio Cultural de Cuba, 2015.

BELLO, L.E.; SOTO, M.; MUÑOZ, M.T. Sitios patrimoniales en el Oriente de Cuba, nuevos enfoques para su preservación. *Revista Santiago*, p.136-152, 2016. (Número Especial: Bello-Caballero). Disponible en: <http://revistas.uo.edu.cu/index.php/stgo/article/view/1962>. Acceso: feb. 2016.

CONSEJO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS Y SITIOS.*Carta internacional para la conservación de ciudades históricas y áreas urbanas históricas*. Washington (D.C.): ICOMOS, 1987.

CONSEJO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS Y Sitios. *Declaración de Xi´an sobre la Conservación del entorno de las estructuras, sitios y áreas patrimoniales*. Xi´an (China): ICOMOS, 2005.

CONSEJO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS Y SITIOS. *Principios de la Valeta para la salvaguardia y gestión de la población y áreas urbanas históricas*. París: ICOMOS, 2011a.

CONSEJO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS Y SITIOS. *Recomendación internacional sobre el paisaje urbano histórico*. Aprobada en la reunión intergubernamental de expertos sobre el paisaje urbano histórico celebrada. Paris: Sede de la Unesco, 2011b.

LEAL, E. *La luz sobre el espejo*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2014.

LÓPEZ, O. *Gestión integrada del patrimonio territorial asociada al turismo responsable*: informe de investigación presentado al Consejo Científico de la Facultad de Construcciones. Santiago de Cuba: Universidad de Oriente, 2016. p.4.

RIGOL, I.; ROJAS, A. *Conservación patrimonial: teoría y crítica*. La Habana: Editorial UH, 2012.

RODRÍGUEZ, P. *Gestión del desarrollo integral de los Centros Históricos*. Tesis (Doctorado en Ciencias Técnicas) — Instituto Superior Politécnico, La Habana, 2009.

VAN BALEN, K. Conservación preventiva en el contexto internacional de la red de PRECOM^{3}OS. In: PRECOM^{3}OS Seminario, Taller de tecnologías y restauración de obras en tierra". Proyecto Vlir-CPM "World Heritage City Preservation Management". 2., 2011, Cuenca. *Encuentro*... Cuenca (Ecuador): Universidad de Cuenca, 2011. p.33-53.

VAN BALEN, K.; VANDESANDE, A. *Reflections on preventive conservation, maintenance and monitoring of monument and sites*, Leuven (Belgium): ACCO, 2013.

MILENE SOTO SUÁREZ | Universidad de Oriente | Departamento de Arquitectura y Urbanismo | Facultad de Construcciones | Sede Mella, Av. de las Américas s/n., 90 900, Santiago de Cuba, Cuba. Correspondencia a nombre de/*Correspondence to*: M.S. SUÁREZ | *E-mail*: *<msoto@uo.edu.cu>*.

MARIA TERESA MUÑOZ CASTILLO | Universidad de Oriente | Departamento de Arquitectura y Urbanismo | Facultad de Construcciones | Santiago de Cuba, Cuba.

EDITORIAL

CONSERVATION OF URBAN HERITAGE: REFLECTIONS ON ITS APPRECIATION AND MANAGEMENT IN URBAN CONTEXT

MILENE SOTO SUÁREZ, MARIA TERESA MUÑOZ CASTILLO

Marked by globalization processes, current perspectives on cities continue linked with the latest contradictory urban dynamics. Induced by globalization and climate change, negative impacts on cities generate urban densification, gentrification, uncontrolled development of economic and productive activities, mobility, mass tourism, among others. The effects of such transformations also influence historic projects and give rise to commercial exploitation of urban heritage, consequently affecting cultural values and impairing people's quality of life and identities.

Consequently, as deep alterations in the urban tissue take place, services boost, and traditional sites become elitist, Latin American and Caribbean cities witness transformations in their historical areas and completely or partially lose central zones (RIGOL & ROJAS, 2012). Sites are often disabled or its inhabitants are forced to emigrate to make room for artists, professional and entrepreneurs to whom it might be fashionable to restore a house in an old neighborhood (LEAL, 2014). As a response, institutions, international governmental and non-governmental organizations who put the conservation of urban heritage in the center of theoretical, normative and public policy's reflection, have taken many actions. In the last decade, international guidelines, principles and recommendations impose the need to insert heritage in sustainable development, pointing to integrated models of management and multidisciplinary studies in historic centers and other urban zones.

In May 2011, in the Intergovernmental Specialists Meeting on historic urban landscape held in United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO), urban heritage, both material and immaterial, was considered a capital resource to improve the habitability of urban zones and foster economic development and social cohesion in a context of global change. In this sense, active protection of urban heritage and its sustainable management is an indispensable condition for development (CONSEJO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS Y SITIOS, 2011b). Similarly, in January 2016, UN's General Assembly adopted the 2030 Agenda for Sustainable Development, containing an action plan in favor of people, the planet and prosperity, which also aims to promote world peace and access to justice. This Agenda proposes 17 sustainable

development goals, with 169 targets of integrated and indivisible character encompassing economic, social and environmental spheres. In goal 11, it declares a compromise with inclusive, safe, resilient and sustainable cities and human settlements, and considers doubling efforts to protect and ensure the world's cultural and natural heritage.

Even as recent studies reflect an enhanced conscience, comprehension and appreciation of built heritage and of guidelines for its conservation and protection, urban scale was relegated or lacked attention, except for historic centers, in which the patrimonial signification of sectors, environments and urban projects often circulates unrelatedly to processes of management and preservation. The Washington Charter (CONSEJO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS Y SITIOS, 1987) reflected progress in this sense by opening the spectrum and stressing the value of the urban form as defined by the fabric and division of lots, the relation among different urban spaces, buildings, green and outdoor spaces, besides the relations between the population or urban areas and their surroundings (CONSEJO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS Y SITIOS, 1987). Other guidelines, such as Xi'an Declaration (CONSEJO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS Y SITIOS, 2005)) and the Valletta Principles (CONSEJO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS Y SITIOS, 2011a) evidence the diffusion of tools for valuing, managing and planning directed by a more responsible and sustainable practice for recovering heritage areas.

In recent years, emphasis on preventive conservation of cultural heritage constitutes a new challenge. UNESCO has identified opportunities for this tendency based on a monitoring and maintenance perspective, as it constitutes a more sustainable way of preserving authenticity of built heritage, avoiding damages and reducing intervention. For the same reasons, this perspective is considered rentable and promoting social participation, allowing people to get involved with the preservation of heritage (VAN BALEN, 2011). Given that preventive conservation appears as a new paradigm for processes of conservation and management of built heritage and that historic urban projects need monitoring instruments, specialists seek information to develop legal boundaries, policies, fields of application, and new tools and techniques to improve their implementation (VAN BALEN, 2011).

In this sense, ONU[1] Chair PRECOM3OS, placed in the Catholic University of Leuven in Belgium, diffuses and promotes this approach and defends the growing need for potentializing and developing procedures and technologies that might contribute to optimizing the spatial analysis and monitoring heritage sites (VAN BALEN & VANDESANDE, 2013). Practical experiences such as *Monumentenwacht* in Flanders, Belgium, and in the Netherlands, as well as *Proyecto vlirCPM* for Cuenca, in Ecuador, evidence potentials of concretizing strategies for preventive conservation, not only in European developed countries, but also in Latin America. In the latter, however, the diffusion of monitoring goals for promoting the maintenance and contributing to adequate handling of heritage sites does not reach the intended extension, as its effects are limited to punctual practices.

In parallel, the increasingly versatile reality, sustained in a scenario of transformations with the emergence of different conflicts, imposes new challenges that force the search for innovations to adequately model, in management processes, the incorporation of themes related to economic growth, social inclusion, environmental balance and culture, which together conform the pillars of sustainable development.

Cuba is not unrelated to this context. Focused on a process of sustainable protection of its heritage richness, the country exhibits different practices as a result of its diversity. The most pioneering and singular experience is the recovering of Old Havana by means of a model of integral management distinguished for counting on a "fundamental condition for the development of any strategy of heritage rescue: political will in the highest level and clear conscience of those responsible for exerting it to propel innovating processes from the creation of Historian Workshops in Havana" (RODRÍGUEZ, 2009, p.iii). Such institution has enabled strategies by supporting Council of State's Decree Law 143, which has, since 1993, awarded it new faculties to self-organize its own economic support and perform conservation works. The result was "*una experiencia útil, socialmente válida, económicamente viable y a su vez generadora de nuevos puestos de trabajo que ha fortalecido el papel de la comunidad*" (LEAL, 2014, p.90), as it improved under the lens of sustainability and new conditionings of the 21st Century.

Even as conservation works extended to other historical areas, such as Santiago de Cuba, Trinidad, Camagüey and Cienfuegos, where Conservator's or Historian's Workshops were created, appreciation and new practices of conservation implemented extrapolated the city centers and usual temporal marks, including exponents of recent urbanism. Since the 90s, one can testify greater opening and deepening in this sense, as modern zones were considered national heritage and protected areas, such as *Unidad Vecinal # 1 Camilo Cienfuegos* in *La Habana del Este*, *Quinta Avenida* and its surroundings, in *Miramar La Habana*, besides the neighborhood *El Vedado*, marked as zones of cultural and historical value[2]. Still, the reduced list reveals the valuing and protection of urban heritage is only halfway, especially when compared to other sites in the country with no similar distinction. However, one cannot leave unrecognized the growing tendency of declarations and valuations of sets, environment and urban landscapes to succeed. In this sense, the Oriental Zone and its four provinces deserve special attention, gathering rich and diverse heritage, recognized in different UNESCO pronouncements.

Cuba is privileged with nine heritage-declared properties, the Caribbean country with the most recognized sites in universal heritage[3]. Out of 9 declarations, 4 are in the oriental part of the country, a rich region with one distinguished building, 2 natural sites and one cultural landscape — *Castillo San Pedro de la Roca* in Santiago de Cuba (1997), *Parque Nacional Desembarco del Granma* in the province with the same name (1999),

the Archeological Landscape of the first coffee plantations in Southeastern Cuba in provinces Santiago de Cuba and Guantánamo (2000) and the *Parque Alejandro de Humboldt* in provinces Holguín and Guantánamo (2001). Also, in the exact same year the UNESCO Convention for the protection of immaterial heritage was launched, the *Tumba Francesa La Caridad de Oriente*, in Santiago de Cuba, was declared Intangible Cultural Heritage of Humanity (2003).

This region's cultural collection, and particularly Santiago de Cuba's one, attests an architectural urban group of meaningful heritage value, in which singular national and local exponents can be appreciated, constituting the historical memory of over 500 years of urban development. Even as conservation and management works carried by the city's Conservator's Workshop propelled handling actions with an integrative vision, its reach went only up to the historical center and a few monumental areas linked to this zone (LÓPEZ, 2016). Meanwhile, other historical spaces and groups were alienated, as heritage value conservation is limited or almost non-existent. This reality is complexified by the several problems affecting Santiago's edified patrimony, marked by an accumulated deterioration that advances due to the lack of sustained maintenance, poorly planned transformations and interventions, that consequently impact on its historical landscape because of inadequate control and monitoring.

In light of those problems, whilst strategies for managing the existent patrimony do not guarantee its integral conservation in a sustainable fashion, a continuous search for new means and tools to provide innovating solutions is taken by specialists and researchers involved in saving the past and projecting a more prosperous and sustainable future.

Following these guidelines, a meaningful experience is being developed in the University of Santiago de Cuba (*Universidad de Oriente*), within a program of international cooperation among universities and the Council of Flemish Universities in Northern Belgium — VLIR-IUC-UO — for the strengthening of sustainable development in the oriental part of Cuba. *Proyecto VLIR # 4* is an important part, as it drives its efforts to protecting cultural heritage with an interdisciplinary work that contributes to local development and the elevation of life quality in the oriental region.

Subprojeto #2 drives its line of work to the conservation and handling of architectural urban heritage, focusing on preventive conservation, a theoretical premise that involves current international tendencies in the theme and assumes the criteria of economic rentability and social sustainability that currently dictate management of heritage sites. One of its researches inquires the appliance of digital techniques, which might generate useful tools for such practices and the use of geographic information systems, optimizing the ability to handle information on heritage. The handling of information takes on a vital role in management processes, producing a direct relation that permits accessing the necessary data from its storage, continuously using it and updating it for future analyses in decision-making (BELLO *et al*., 2016).

The international collaboration with the Catholic University in Leuven, the Raymond Lemaire International Center for Conservation, and the ONU Chair PRECOM3OS, leaders in the subject, was also profitable. The impact of such contribution has allowed a new collaboration project, the *VLIR Norte Sur Sur*, which, in synergy with Project *VllirCPM* of the Faculty of Architecture and Urbanism in the University of Cuenca, has developed a Latin-American ax for research and experience in the area. Such collaboration intended to integrate knowledge and joint efforts to improve the design of monitoring systems for heritage, taking into consideration the diversity of the local context, besides strengthening research and obtaining a better vision of heritage sets in the region.

Comprehension and promotion of preventive conservation will contribute to improving the strategies of management for historic heritage and local development in a scenario of imminent transformations. Cuba is now in a changing context: the potentiation of small private companies from 2011, a new law for foreign investment in 2014, and the establishment of relations with the United States in the same year have initiated greater speculation on the future of the island. This has direct impacts in cultural heritage, inviting reflection on the predictability of changes and their impacts on urban dynamics. In the academy, a search for a new transformative view of conservation in urban heritage as a strategic resource for sustainable development is in course.

NOTES

1. Chair PRECOM3OS, which stands for *Preventive Conservation, Monitoring and Maintenance of Monuments and Sites*, is under UNESCO and was created in 2008 in the Raymond Lemaire International Centre for Conservation (RLICC), Catholic University in Leuven, Belgium. Professor Dr. Koenraad Van Balen is the director of RLICC and its professor.
2. According to Resolutions No.134, 155 and 154, approved by the *Comisión Nacional de Monumentos de Cuba* in 1996 and 1999.
3. Check a characterization of sites and buildings declared by Worldly and National Patrimony in the Book *Monumentos Nacionales de la República de Cuba, Consejo Nacional de Patrimonio Cultural* (ACOSTA, 2015).

REFERENCES

ACOSTA, N. *et al*. *Monumentos Nacionales de la República de Cuba.* Editorial Collage Ediciones. Consejo Nacional de Patrimonio Cultural de Cuba, 2015.

BELLO, L.E.; SOTO, M.; MUÑOZ, M.T. Sitios patrimoniales en el Oriente de Cuba, nuevos enfoques para su preservación. *Revista Santiago*p,136-152, 2016. (Número Especial: Bello-Caballero). Disponible en: <http://revistas.uo.edu.cu/index.php/stgo/article/view/1962>. Acceso: feb. 2016.

CONSEJO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS Y SITIOS.*Carta internacional para la conservación de ciudades históricas y áreas urbanas históricas*. Washington (D.C.): ICOMOS, 1987.

CONSEJO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS Y Sitios. *Declaración de Xi´an sobre la Conservación del entorno de las estructuras, sitios y áreas patrimoniales*. Xi´an (China): ICOMOS, 2005.

CONSEJO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS Y SITIOS. *Principios de la Valeta para la salvaguardia y gestión de la población y áreas urbanas históricas*. París: ICOMOS, 2011a.

CONSEJO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS Y SITIOS. *Recomendación internacional sobre el paisaje urbano histórico*. Aprobada en la reunión intergubernamental de expertos sobre el paisaje urbano histórico celebrada. Paris: Sede de la Unesco, 2011b.

LEAL, E. *La luz sobre el espejo*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2014.

LÓPEZ, O. *Gestión integrada del patrimonio territorial asociada al turismo responsable*: informe de investigación presentado al Consejo Científico de la Facultad de Construcciones. Santiago de Cuba: Universidad de Oriente, 2016. p.4.

RIGOL, I.; ROJAS, A. *Conservación patrimonial: teoría y crítica*. La Habana: Editorial UH, 2012.

RODRÍGUEZ, P. *Gestión del desarrollo integral de los Centros Históricos*. Tesis (Doctorado en Ciencias Técnicas) — Instituto Superior Politécnico, La Habana, 2009.

VAN BALEN, K. Conservación preventiva en el contexto internacional de la red de PRECOM^{3}OS. In: PRECOM^{3}OS Seminario, Taller de tecnologías y restauración de obras en tierra". Proyecto Vlir-CPM "World Heritage City Preservation Management". 2., 2011, Cuenca. *Encuentro*… Cuenca (Ecuador): Universidad de Cuenca, 2011. p.33-53.

VAN BALEN, K.; VANDESANDE, A. *Reflections on preventive conservation, maintenance and monitoring of monument and sites*, Leuven (Belgium): ACCO, 2013.

MILENE SOTO SUÁREZ | University of Santiago de Cuba | Departament of Architecture and Urbanism | Faculty of Construction | Sede Mella, Av. de las Américas s/n., 90 900, Santiago de Cuba, Cuba. Correspondence to: M.S. SUÁREZ | *E-mail*: <msoto@uo.edu.cu>.

MARIA TERESA MUÑOZ CASTILLO | University of Santiago de Cuba | Departament of Architecture and Urbanism | Faculty of Construction | Santiago de Cuba, Cuba.

EDITORIAL

A CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO URBANO: REFLEXÕES SOBRE SUA VALORIZAÇÃO E GESTÃO NO CONTEXTO CUBANO

MILENE SOTO SUÁREZ, MARIA TERESA MUÑOZ CASTILLO

Marcado pelos processos de globalização, o panorama da cidade atual continua vinculado às contraditórias dinâmicas urbanas dos últimos anos. Induzidos por esse fenômeno e sob os efeitos das mudanças climáticas, reconhecem-se os impactos negativos que, sobre as urbes, manifestam processos como a redensificação urbana, gentrificação, o desenvolvimento descontrolado de atividades econômicas e produtivas, a mobilidade, o turismo de massas, entre outros. Os efeitos de tais transformações também impactam os conjuntos históricos e suscitam a exploração comercial do patrimônio urbano, que traz consigo a afetação dos valores culturais, a deterioração da qualidade de vida e, por conseguinte, da identidade dos povos.

Como resultado dessa problemática, as cidades latino-americanas e caribenhas têm apresentado transformações em suas zonas históricas e perdido total ou parcialmente grande quantidade de áreas centrais (RIGOL & ROJAS, 2012), na medida em que se iniciam profundas alterações do tecido urbano e se incrementa o setor terciário e a elitização daqueles sítios tradicionais. A propósito, não é menos verdade que alguns são desabitados ou seus moradores forçados a emigrar para serem substituídos por artistas, profissionais e empresários para os quais se tornou moda restaurar uma casa no bairro antigo (LEAL, 2014). Frente a tais percalços, não são poucas as ações realizadas por instituições, organizações internacionais governamentais e não governamentais que colocam a conservação do patrimônio urbano em um importante espaço de reflexões teóricas, normativas e de políticas públicas mais eficientes em todo o mundo. Durante a última década, as diretrizes, princípios e recomendações internacionais divulgadas impõem a necessidade de inserir o patrimônio no desenvolvimento sustentável, apontando para modelos integrados de gestão e estudos multidisciplinares nos centros históricos e outras zonas urbanas.

Na Reunião Intergovernamental de Especialistas sobre a paisagem histórica urbana realizada na Sede da United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO), em maio de 2011, considerou-se que o patrimônio urbano, material e imaterial, constitui um recurso capital para melhorar a habitabilidade das zonas urbanas e fomentar o desenvolvimento econômico e a coesão social em um contexto de mudança mundial. Nesse sentido, se adicionou que a proteção ativa do patrimônio urbano e sua gestão sustentável é uma condição indispensável do desenvolvimento (CONSEJO INTERNACIONAL

DE MONUMENTOS Y SITIOS, 2011b). Nesta linha de pensamento, a Assembleia Geral da *Organisation des Nations Unies* adotou, em janeiro de 2016, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, a qual contempla um plano de ação a favor das pessoas, do planeta e da prosperidade, que também tem a intenção de fortalecer a paz universal e o acesso à justiça. Essa Agenda, que propõe 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, com 169 metas de caráter integrado e indivisibilidade, que abarcam as esferas econômica, social e ambiental declara, no objetivo 11, conseguir que as cidades e os assentamentos humanos sejam inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis e considera, entre suas metas, redobrar os esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo.

Ainda que os estudos recentes reflitam maior consciência, compreensão e melhor valorização do patrimônio construído e das normativas para sua conservação e proteção, a escala urbana foi relegada ou não teve a mesma atenção, com exceção dos centros históricos, em que a significação patrimonial de setores, ambientes e conjuntos urbanos, às vezes, circula indiferente diante dos processos de gestão e preservação. A Carta de Washington (CONSEJO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS Y SITIOS, 1987), refletiu avanços neste sentido ao abrir o espectro e enfatizar o valor da forma urbana definida pela trama e pela divisão dos lotes, a relação entre os diferentes espaços urbanos, edifícios, espaços verdes e livres, além das relações entre população ou área urbana e seu entorno (CONSEJO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS Y SITIOS, 1987). A partir disso, outras diretrizes como a Declaração de Xi'an (CONSEJO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS Y SITIOS, 2005) e os Princípios La Valletta (CONSEJO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS Y SITIOS, 2011a) tornam evidente a difusão de ferramentas de valorização, gestão e planejamento dirigidas por uma prática mais responsável e sustentável no sentido da recuperação das áreas patrimoniais.

Nos últimos anos, os enfoques sobre conservação preventiva constituem um novo desafio para a conservação do patrimônio cultural. A UNESCO identificou oportunidades dessa tendência, baseada em uma perspectiva de monitoramento e manutenção, enquanto constitui uma maneira mais sustentável de preservar a autenticidade do patrimônio construído, já que evita os danos e reduz as intervenções. Pelas mesmas razões considera-se rentável e, além disso, promove a participação social permitindo às pessoas envolverem-se com a preservação do patrimônio (VAN BALEN, 2011). Dado que a conservação preventiva parece ser um novo paradigma nos processos de conservação e gestão do patrimônio edificado, e que os conjuntos urbanos históricos carecem de instrumentos de monitoramento, os especialistas buscam informação para desenvolver marcos legais, políticas, campos de aplicação, além de novas ferramentas e técnicas apropriadas para melhorar sua implementação (VAN BALEN, 2011).

Nesse sentido, a Cátedra PRECOM3OS *Organisation des Nations Unies* (ONU)[1], com sede na Universidade Católica de Leuven na Bélgica, difunde e promove este enfoque e defende a crescente necessidade de potencializar e desenvolver procedimentos e tecno-

logias que possam contribuir para otimizar a análise espacial e o monitoramento de sítios patrimoniais (VAN BALEN & VANDESANDE, 2013). Experiências práticas como as de *Monumentenwacht* na região de Flandres, Bélgica e na Holanda, assim como as do *Proyecto vlirCPM* para Cuenca, no Equador, evidenciam as potencialidades de concretizar estratégias de conservação preventiva, não só no âmbito dos países desenvolvidos europeus, mas também no contexto latino-americano. Entretanto neste último, a difusão dos objetivos de monitoramento para promover a manutenção e contribuir para o manejo adequado com tal enfoque não alcança a extensão que se desejaria, já que seus efeitos são limitados a práticas pontuais.

Em paralelo, a realidade atual cada vez mais versátil, sustentada em um cenário de transformações nas quais emergem diferentes conflitos, impõe novos desafios que obrigam a buscar inovações para modelar adequadamente, nos processos de gestão, a incorporação de temas vinculados com o crescimento econômico, a inclusão social, o equilíbrio ambiental e a cultura, que em conjunto conformam os pilares do desenvolvimento sustentável.

Cuba não está alheia a este contexto e, focada num processo sustentável de salvaguarda de sua riqueza patrimonial, exibe diferentes práticas como resultado de sua diversidade. A experiência pioneira e singular encontra-se no processo de recuperação de Havana Velha, através de um modelo de gestão integral que se distingue por contar com uma "condição fundamental para o desenvolvimento de qualquer estratégia de resgate patrimonial: a vontade política no mais alto nível e a consciência clara dos responsáveis por exercê-la para impulsionar processos inovadores a partir da criação da Oficina do Historiador de Havana" (RODRÍGUEZ, 2009, p.iii). Tal instituição viabilizou suas estratégias apoiada no Decreto-Lei 143 do Conselho de Estado que lhe outorgou, a partir do ano 1993, novas faculdades para autogestionar seu próprio suporte econômico e realizar os trabalhos de conservação. Disso surgiu "*una experiencia útil, socialmente válida, económicamente viable y a su vez generadora de nuevos puestos de trabajo que ha fortalecido el papel de la comunidad*" (LEAL, 2014, p.90), enquanto ia aperfeiçoando-se sob a lente da sustentabilidade e das novas condicionantes do Século XXI.

Mesmo quando os trabalhos de conservação foram estendendo-se para outros cascos históricos de cidades cubanas como Santiago de Cuba, Trinidad, Camagüey e Cienfuegos, onde se criaram igualmente Oficinas do Conservador ou Historiador, as valorizações e implementações de novas práticas de conservação do patrimônio urbano foram além dos limites do centro histórico e ampliaram seu marco temporal, incluindo expoentes do urbanismo recente. A partir da década de noventa do Século XX, se evidencia uma maior abertura e aprofundamento nesse sentido, na medida em que foram considerados patrimônios nacionais e áreas protegidas, modernas zonas urbanas como a *Unidad Vecinal # 1 Camilo Cienfuegos* em *La Habana del Este*, *Quinta Avenida* e seus arredores, em *Miramar La Habana*, além do bairro havaneiro *El Vedado*, categorizado como zona de valor histórico-cultural[2]. Não obstante, o reduzido número que se lista revela o breve caminho percorrido em relação à valorização e proteção do patrimônio urbano, tendo em conta a

existência de outros sítios do país que não gozaram de igual distinção. Entretanto, não se pode deixar de reconhecer, nas últimas décadas, a tendência crescente para o êxito de declarações e valorizações de conjuntos, ambientes e paisagem urbanas. Neste sentido, merece especial significação os que se agrupam na Zona Oriental de Cuba e as quatro províncias que a compõem, que reúnem um patrimônio rico e diverso, reconhecido nos diferentes pronunciamentos realizados pela UNESCO.

É importante destacar que Cuba tem hoje o privilégio de contar com nove propriedades declaradas patrimônio da humanidade; de fato, o país da área caribenha com mais sítios compreendidos dentro do patrimônio universal[3]. Das nove declarações, quatro localizam-se na região oriental do país cuja riqueza cultural levou à distinção uma edificação, dois sítios naturais e uma paisagem cultural: o *Castillo San Pedro de la Roca* em Santiago de Cuba (1997), o *Parque Nacional Desembarco del Granma* na província do mesmo nome (1999), a Paisagem Arqueológica das primeiras plantações de café do sudeste cubano nas províncias de Santiago de Cuba e Guantánamo (2000) e o *Parque Alejandro de Humboldt* nas províncias de Holguín e Guantánamo (2001). Há que se agregar, além disso, que exatamente no ano que se lançou a Convenção da UNESCO para a salvaguarda do patrimônio imaterial se declarou como Patrimônio Intangível da Humanidade a *Tumba Francesa La Caridad de Oriente*, em Santiago de Cuba (2003).

O acervo cultural dessa região e, em particular, o de Santiago de Cuba, atesta um conjunto urbano arquitetônico de significativo valor patrimonial, nos quais se apreciam exponentes singulares em nível nacional e local, que constituem a memória histórica de mais de 500 anos de desenvolvimento urbano. Ainda que os trabalhos de conservação e gestão que a Oficina do Conservador da cidade realiza para a salvaguarda desse patrimônio tenham impulsionado ações de manejo com uma visão integradora, seu alcance só foi constatado no âmbito do centro histórico e de algumas áreas monumentais vinculadas a esta zona (LÓPEZ, 2016). Enquanto isso, outros espaços e conjuntos históricos ficam alienados nestas ações, na medida em que a conservação de seus valores patrimoniais resulta limitada ou quase nula. Esta realidade se torna complexa com a diversidade de problemas que afetam o patrimônio edificado santiagueiro, marcado por uma deterioração acumulada que avança de maneira crescente pela falta de manutenção sustentada, além das transformações e intervenções desencontradas que impactam consequentemente sua paisagem histórica, entre outras causas, por um inadequado processo de controle e monitoramento.

À luz dessas dificuldades, seria correto afirmar que as estratégias de gestão do patrimônio existentes não garantem de forma sustentável sua conservação integral, entretanto, há uma busca recorrente de meios e novas ferramentas que possibilitem soluções inovadoras por parte de especialistas e pesquisadores empenhados em salvar o passado e projetar um futuro mais próspero e sustentável.

Uma experiência significativa que segue essa diretriz desenvolve-se na Universidade de Oriente, de Santiago de Cuba, a partir de um programa de cooperação interna-

cional interuniversitária em colaboração com o Conselho de Universidades Flamencas do norte da Bélgica — VLIR-IUC-UO — para o fortalecimento do desenvolvimento sustentável da região oriental de Cuba. No âmbito desta colaboração se destaca o *Proyecto VLIR # 4* por destinar seus esforços para a salvaguarda do patrimônio cultural a partir de um trabalho interdisciplinar que contribua para o desenvolvimento local e a elevação da qualidade de vida na região oriental.

Em particular, *o subprojeto #2* dirige sua linha de trabalho para a conservação e manejo do patrimônio urbano arquitetônico com enfoque na conservação preventiva; premissa teórica que engloba as tendências atuais em nível internacional desta temática e assume também os critérios de rentabilidade econômica e sustentabilidade social que, no presente, pautam a gestão de sítios patrimoniais. Nesse sentido, uma das pesquisas se volta para a aplicação de técnicas digitais, que resultam ferramentas úteis para tais práticas e no uso de sistemas de informação geográfica, que otimiza a capacidade de manejar a informação patrimonial. Desta forma, o manejo da informação adquire um papel vital nos processos de gestão, enquanto se produz uma relação direta que possibilita tramitar de antemão os dados necessários a partir de seu armazenamento, uso contínuo e atualização para sua posterior análise na tomada de decisões (BELLO *et al*., 2016).

É importante destacar o desempenho da colaboração internacional realizada em conjunto com a Universidade Católica de *Leuven*, Bélgica, o *Centro Internacional de Conservación "Raymond Lemaire"* e a Cátedra PRECOM3OS ONU, esses últimos, líderes na matéria. O impacto de tal contribuição permitiu a criação de um novo projeto de colaboração *VLIR Norte Sur Sur* que, em sinergia com o Projeto *VlirCPM* da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Cuenca, desenvolveu um eixo latino-americano para as pesquisas e experiências no tema. Tal colaboração logrou integrar conhecimentos e esforços conjuntos para melhorar o desenho de sistemas de monitoramento do patrimônio considerando a diversidade do contexto local, além de fortalecer as pesquisas e obter uma melhor visão dos conjuntos patrimoniais da região.

A compreensão e promoção do enfoque de conservação preventiva contribuirão para melhorar as estratégias de gestão do patrimônio histórico e do desenvolvimento local em um cenário de iminentes transformações. Atualmente, Cuba está num contexto de mudanças; a potencialização das pequenas empresas privadas a partir do ano de 2011, a entrada em vigor de uma nova lei para o investimento estrangeiro em 2014 e o restabelecimento das relações entre os governos de Cuba e Estados Unidos de América nesse mesmo ano, desencadearam uma grande especulação sobre o futuro possível da ilha. Tudo isso tem um impacto direto no patrimônio cultural, que convida à reflexão sobre se será possível prever as mudanças e como estas afetarão as dinâmicas urbanas. Por isso, no âmbito da Academia, segue-se buscando uma nova visão transformadora da conservação do patrimônio urbano como um recurso estratégico de desenvolvimento sustentável.

NOTAS

1. A Cátedra PRECOM3OS, através de suas siglas em inglês *Preventive Conservation, Monitoring and Maintenance of Monuments and Sites*, está submetida à Unesco e foi criada em 2008 no *Centro Internacional de Conservación "Raymond Lemaire"* (RLCC), Universidade Católica de *Leuven*, Bélgica. O professor Dr. Koenraad Van Balen é titular da cátedra e atualmente é também o diretor do RLCC.

2. Assim constam nas Resoluções No.134, 155 y 154, aprovadas pela *Comisión Nacional de Monumentos de Cuba*, nos anos 1996 e 1999.

3. Veja-se uma caracterização dos sítios e imóveis declarados pelo Patrimônio Mundial e Nacional no livro *Monumentos Nacionales de la República de Cuba, Consejo Nacional de Patrimonio Cultural* (ACOSTA, 2015).

REFERENCIAS

ACOSTA, N. *et al*. *Monumentos Nacionales de la República de Cuba.* Editorial Collage Ediciones. Consejo Nacional de Patrimonio Cultural de Cuba, 2015.

BELLO, L.E.; SOTO, M.; MUÑOZ, M.T. Sitios patrimoniales en el Oriente de Cuba, nuevos enfoques para su preservación. *Revista Santiago*, p.136-152, 2016. (Número Especial: Bello-Caballero). Disponible en: <http://revistas.uo.edu.cu/index.php/stgo/article/view/1962>. Acceso: feb. 2016.

CONSEJO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS Y SITIOS.*Carta internacional para la conservación de ciudades históricas y áreas urbanas históricas*. Washington (D.C.): ICOMOS, 1987.

CONSEJO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS Y Sitios. *Declaración de Xi´an sobre la Conservación del entorno de las estructuras, sitios y áreas patrimoniales*. Xi´an (China): ICOMOS, 2005.

CONSEJO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS Y SITIOS. *Principios de la Valeta para la salvaguardia y gestión de la población y áreas urbanas históricas*. París: ICOMOS, 2011a.

CONSEJO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS Y SITIOS. *Recomendación internacional sobre el paisaje urbano histórico*. Aprobada en la reunión intergubernamental de expertos sobre el paisaje urbano histórico celebrada. Paris: Sede de la Unesco, 2011b.

LEAL, E. *La luz sobre el espejo*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2014.

LÓPEZ, O. *Gestión integrada del patrimonio territorial asociada al turismo responsable*: informe de investigación presentado al Consejo Científico de la Facultad de Construcciones. Santiago de Cuba: Universidad de Oriente, 2016. p.4.

RIGOL, I.; ROJAS, A. *Conservación patrimonial: teoría y crítica*. La Habana: Editorial UH, 2012.

RODRÍGUEZ, P. *Gestión del desarrollo integral de los Centros Históricos*. Tesis (Doctorado en Ciencias Técnicas) — Instituto Superior Politécnico, La Habana, 2009.

VAN BALEN, K. Conservación preventiva en el contexto internacional de la red de PRECOM^{3}OS. In: PRECOM^{3}OS Seminario, Taller de tecnologías y restauración de obras en tierra". Proyecto Vlir-CPM "World Heritage City Preservation Management". 2., 2011, Cuenca. *Encuentro*… Cuenca (Ecuador): Universidad de Cuenca, 2011. p.33-53.

VAN BALEN, K.; VANDESANDE, A. *Reflections on preventive conservation, maintenance and monitoring of monument and sites*, Leuven (Belgium): ACCO, 2013.

MILENE SOTO SUÁREZ | Universidad de Oriente | Departamento de Arquitectura y Urbanismo | Facultad de Construcciones | Sede Mella, Av. de las Américas s/n., 90 900, Santiago de Cuba, Cuba. Correspondencia a nombre de/*Correspondence to*: M.S. SUÁREZ | *E-mail*: *<msoto@uo.edu.cu>*.

MARIA TERESA MUÑOZ CASTILLO | Universidad de Oriente | Departamento de Arquitectura y Urbanismo | Facultad de Construcciones | Santiago de Cuba, Cuba.

DUALIDADES PATRIMONIAIS

DUALITIES AT CULTURAL HERITAGE | DUALIDADES PATRIMONIALES

FLAVIO DE LEMOS CARSALADE

RESUMO

O artigo trata de questões epistemológicas ligadas à preservação do patrimônio cultural que precisam ser revistas para o necessário avanço do campo de conhecimento.

PALAVRAS-CHAVE: Epistemologia do patrimônio cultural. Patrimônio ibero-americano. Teoria da restauração.

ABSTRACT

The article deals with epistemological matters related to the preservation of the cultural heritage that needs to be reviewed in order for the necessary progress of the field of knowledge.

KEYWORDS: *Cultural heritage epistemology. Iberoamerican heritage. Restoration theory.*

RESUMEN

El articulo trata de cuestiones epistemológicas ligadas a la preservación del patrimonio cultural, las cuales necesitan de revisión para el necesario avanzo del campo de conocimiento.

PALABRAS CLAVE: *Epistemología del patrimonio cultural. Patrimonio iberoamericano. Teoría de la restauración.*

INTRODUÇÃO

Uma questão que me parece fundamental para o campo do patrimônio cultural e que certamente não poderia faltar quando uma edição se propõe a um debate sobre o tema no território ibero-americano é a questão epistemológica, tão importante para a nossa lida contemporânea com esse patrimônio. A esta questão tenho dedicado meus estudos mais recentes, na medida em que desafios atuais não encontram respostas na teoria desenvolvida ao longo do Século XX e que as críticas do Século XXI ainda não conformaram um todo sistematizado. Estamos, pois, na Ibero-America, quiçá no mundo, em um momento de plena construção deste novo *corpus* teórico e este texto se apresenta como uma contribuição a essa discussão.

Para melhor situar a questão, estruturamos o presente artigo a partir do exame de algumas dicotomias que têm marcado o debate e que são centrais para a compreensão do câmbio epistemológico ao qual nos referimos.

SUJEITO E OBJETO

Tributária direta do método cartesiano e do positivismo científico a separação entre sujeito e objeto marcou com muita presença a questão patrimonial no Século XX e até hoje vem caracterizando a prática profissional cotidiana. A ideia de uma ciência pura, descontaminada da presença do sujeito, que compreendesse objetivamente o mundo e que prescrevesse soluções cientificamente comprovadas ao trato das coisas também se aplicou ao patrimônio (dito histórico e artístico e, depois, cultural) e, a despeito do grande teórico do campo no Século XX, Brandi (1988)[1], que se considerava um fenomenólogo, elegeu fundamentos e técnicas que, embora reconhecendo a existência de um sujeito, entendia ser possível uma separação entre ele e seu objeto de estudo, diminuindo ao máximo essa possível 'contaminação'. Essa tentativa de separação ocorre desde a eleição do que é patrimônio até os processos de intervenção no chamado 'objeto patrimonial'.

Quanto à seleção, por exemplo, lembramos que o processo seletivo dos bens a preservar está profundamente atrelado à questão do seu valor e que esses valores são transmitidos especialmente pelo seu reconhecimento simbólico coletivo (marcas de "identidade cultural", *highlights* de uma civilização, dentre outros), grande parte das vezes tutelados em sua escolha por vontades políticas e de poder (estado, intelectuais) ou, mais modernamente, pelo seu valor econômico. Através desses exemplos, podemos depreender que 'os valores não estão apenas no objeto, mas na compreensão que as sociedades fazem sobre ele'. Essa compreensão se sobrepõe, portanto àquela de que o próprio objeto apresentaria uma "verdade" imanente, a qual deveria ser preservada. Depreende-se disto, ainda, que o "ser" patrimônio não está no caráter imanente do objeto, mas sim em outra forma de relação que passa também pela pessoa, comunidade ou sociedade, portanto pelo sujeito, que lhe confere tal grau. E quem é esse sujeito? Também esse sujeito tem caráter mutante, dependendo do grupo social, do tempo histórico e dos valores que lhes são inerentes. Alguns teóricos, a partir dessa constatação, tendem a estabelecer que a característica comum dos objetos-patrimônio é o significado que eles trazem consigo, ou seja, "'seus caracteres simbólicos' são, antes que objetos memoráveis, objetos rememoradores" (VIÑAS, 2003, p.55) ou 'semióforos' (POMIAN, 1987). Quando utilizamos o aporte da hermenêutica, temos que, segundo Gadamer (2004, p.396), "o verdadeiro objeto histórico não é um objeto, mas a unidade de um de outro, uma relação formada tanto pela realidade da história, quanto pela realidade do compreender histórico". O significado, portanto está na relação que se estabelece entre o sujeito e o objeto e a compreensão hermenêutica está na consciência dessa reciprocidade.

Aos diferentes tipos de valor atribuídos aos monumentos, em função de diferentes momentos históricos e contextos correspondem também diferentes meios para sua preservação. Assim, nem a imagem é a-histórica e nem a história é homogênea. A compreensão dessas premissas é fundamental para a atitude do restaurador, fazendo com que o seu juízo histórico-estético influencie substancialmente sua prática. Hoje já superamos

a ideia de neutralidade científica até mesmo na física, quiçá nas ciências humanas e sociais, entendendo que mesmo o observador está profundamente marcado pela cultura e tradição do homem que as examina.

Da dicotomia entre sujeito e objeto, derivam-se outras tais, como as distinções entre instância histórica e instância artística, imagem e matéria, as quais se fundamentam nos paradigmas positivistas que marcaram a teoria clássica da restauração. O primeiro deles, o 'objetivismo histórico' pode ser abordado sob dois ângulos: a epistemologia da própria disciplina da História e o par autenticidade/verdade, o qual documentaria inequivocamente a historiografia. Quanto às questões epistemológicas, embora a História contemporânea questione a ideia "objetiva" de verdade histórica, ela está tão arraigada no senso comum e na patrimonialidade "agregada" aos objetos que elas se confundem com a impossível busca de recuperar os fatos passados como eles 'realmente' aconteceram, contrariando a constatação de que o discurso histórico é essencialmente dedutivo e as suas explicações são antes "avaliações" que "demonstrações". Quanto às questões relacionadas ao par autenticidade/verdade, podemos dizer que muitas vezes esses conceitos também partem de uma ilusão sobre um suposto "documento histórico", objetivo, palpável, como se também ele não fosse sujeito a manipulações e desvios e sobre os quais só temos acesso a certas partes de sua própria história. Assim, temos que a prática tem muitas vezes colocada a sua atenção mais no 'objeto' de estudo e esquecido do 'sujeito' que o estuda, como se a "verdade" ou "autenticidade" de um documento ou de um patrimônio não dependesse fundamentalmente da interação entre o que é observado e quem o observa.

O segundo paradigma, o da 'imanência artística', entende a obra de arte como provida de uma "aura" ou de uma expressão metafísica que automaticamente se revelaria à humanidade com toda a expressividade nela contida, como uma "epifania", segundo os dizeres de Cesare Brandi. Sem querer desmerecer a clara expressividade da obra de arte e a sua consistência própria ou a sua coerência de totalidade, devemos nos lembrar, no entanto, que as questões de restauração se aplicam 'sobre a recuperação' da obra de arte e aí entram vários outros fatores "externos" à obra, tais como seu grau de deterioração, a importância desta para a cultura dos diferentes grupos sociais em tempos diversos, a legibilidade da obra em função do deterioro e das diferenças culturais e de formas de legibilidade desejáveis, diferentes formas de tratamento de lacunas, isto tudo sem falar das vertentes arquiteturais, onde esses problemas se mostram ainda mais complexos, conforme veremos adiante.

O paradigma referente à 'estabilidade' da 'cultura' trata a cultura como se ela, responsável pela identidade dos povos, fosse imutável e cuja perda levaria ao deterioro de uma determinada civilização. Também aqui se confundem conceitos. Se por um lado é clara a função identitária da cultura e a importância da preservação de seus valores para a coesão dos povos, por outro lado, isso não significa que a cultura seja imutável e que a identidade seja fixa. Estamos submetidos a processos de transformação de crença e valo-

res tanto como indivíduos, quanto como grupos e uma análise, ainda que breve, sobre as transformações culturais mostraria como um mesmo povo em diferentes épocas valoriza ou vê de forma diferente o mesmo bem cultural.

As questões apontadas são tão centrais para o debate contemporâneo que o conceito de 'significância' tem ganhado destaque, conforme se pode notar no Art. 1 da Carta de Burra (1999, p.1) que o define como "o valor estético, histórico, científico, social ou espiritual para as gerações passadas, presentes e futuras" que se apresentam incorporados "no sítio, na estrutura, na ambiência, nos usos, nas associações, nos registros, e se relacionam com os sítios e objetos". A significância estaria, portanto, na coesão entre valores materiais e imateriais e poderia ser encontrada nos mais diversos suportes, relativizados por acordos compartilhados ou por diferentes gerações.

UNIVERSALIDADE E SINGULARIDADE

Também tributária do método científico, a tentativa de grandes prescrições universalistas influenciou significativamente o pensamento patrimonial, tanto conceitualmente quanto metodologicamente. Citamos como exemplo, duas das grandes críticas que se realizam no âmbito das Nações Unidas (UNESCO, *United Nations Organization for Education, Science and Culture*) e o patrimônio mundial: a primeira diz respeito à excessiva visão eurocêntrica que privilegia, em larga quantidade, os bens europeus em detrimento de outras nações; a segunda foi aquela que levou à suspeição japonesa de que seu patrimônio dificilmente entraria na lista do patrimônio mundial, já que não atendia aos critérios exigidos para tanto. Quanto a este último aspecto, a reconstrução sistemática e ritualística de templos como o de Ise, em Kyoto, baseada na tradição budista da impermanência, onde preponderam valores imateriais como o ritual e a transmissão de um saber fazer construtivo, pareciam ir de encontro ao critério de autenticidade, condição indispensável para inscrição na lista. A questão ensejou uma série de debates sobre o conceito de autenticidade em eventos oficiais como o de Nara (CONFERÊNCIA DE NARA, 1994) e chegou a conclusões surpreendentes como aquela apontada na Carta de Brasília (1995, p.3), segundo a qual "nos encontramos diante de um bem autêntico quando há correspondência entre o objeto material e o seu significado".

A tensão entre universalidade e singularidade tem caracterizado a ação patrimonial e é carregada de paradoxos, pois ao mesmo tempo em que os técnicos reconhecem que cada caso é um caso, tentam justificar suas ações sob o suposto manto de uma técnica neutra e universal, o que, evidentemente, cria contradições insolúveis no fazer ou justificativas absolutamente "frouxas", como a das intervenções baseadas no critério 'crítico-criativo' que acabaram por autorizar diversas aberrações "restaurativas" produzidas em seu nome, por mais que Roberto Pane e Renato Bonelli, principais defensores do método, criticassem esses abusos.

A universalidade levou a outro problema grave que dificultou enormemente a prática restaurativa e a gestão das cidades, na medida em que preconizava uma Teoria da

Restauração que se aplicasse a qualquer obra de arte, independente de sua natureza, fosse pintura, escultura ou arquitetura. Quando aplicada à Arquitetura, os problemas se tornam ainda mais complexos. Profundamente influenciadas pela noção de restauro da obra de arte, as questões de restauro arquitetônico foram trabalhadas como se a Arquitetura fosse uma arte visual e desde um ponto de vista relativo a um conceito de integridade visual, onde a obra seria um todo fechado do qual nada se poderia retirar ou acrescentar, o que, para a desejável sobrevivência dos artefatos arquitetônicos, seria uma tarefa impossível. A aplicação dos métodos de restauro da obra de arte na arquitetura tem levado a distorções, à criação de híbridos descaracterizados e até mesmo a ações de restauro tipológico, estes falsos tanto quanto à história, quanto à arte. Há que se reconhecer, portanto que os princípios adequados às intervenções arquiteturais não podem se confundir com os preceitos adotados para as artes visuais e, embora se possa compartilhar alguns deles, a Arquitetura deve desenvolver seus próprios princípios de restauro em função de sua natureza peculiar. Para alguns autores, a Arquitetura materializa um domínio étnico (LANGER, 1980), incorpora um espaço existencial (NORBERG-SCHULZ, 1975), materializa as instituições e dá corpo ao incomensurável, conforme nos lembra Christian Norberg-Schulz quanto às expressões do arquiteto Louis Khan (NORBERG-SCHULZ, 1981), o fazendo em um determinado local e criando uma ligação indelével entre instituição e lugar. Dentre outras coisas, portanto, a Arquitetura é uma arte utilitária que apresenta, segundo Vitruvius (1960), um triplo caráter (*utilitas, firmitas, venustas*); institui um lugar; possui uma espacialidade sinestésica; condensa significados pela sua linguagem e ordem espacial específicas. Essa revisão conceitual é importante porque, ao buscarmos a natureza do fenômeno 'Arquitetura', estamos buscando inicialmente compreender aquilo que ela é e, num segundo momento, quando ela se estabelece no 'modo patrimônio', o que essa natureza enseja no processo de intervenção que nela se faz face ao transcorrer da vida.

PATRIMÔNIO E MONUMENTO

Devido à sua origem histórica comum, os conceitos de patrimônio e monumento se imbricaram ao longo dos tempos. Torna-se, hoje, fundamental realizar a sua distinção, pois, de fato, eles não são a mesma coisa e patrimônio não é só monumento. Encarar o patrimônio apenas como monumento é empobrecer o conceito e criar uma ação muito restrita sobre ele. O conceito de patrimônio apresenta uma complexidade que, apesar de já ter sido delineada por Alois Riegl em 1903 (RIEGL, 1987) através de sua teoria de valores, quando o autor já demonstrava a diferença entre monumentos intencionados e não-intencionados, ainda veio se sofisticando e se distanciando do termo "monumento" desde então. Se etimologicamente, monumento se refere a "*monere*", lembrar, memória, e talvez por isso tenha se associado a determinados tipos de bens, a função patrimonial vai além da lembrança, embora esta seja importante. De início, há a questão dos suportes da memória, significativamente ampliada até os dias de hoje que considera bens materiais,

móveis e imóveis, documentos arqueológicos, sítios, conjuntos urbanos, áreas naturais, jardins e parques, arquitetura, acervos documentais e artísticos, manifestações sociais e modos de fazer, atividades tradicionais, paisagem cultural, dentre outros. É curioso que a imbricação entre patrimônio e monumento levou à imbricação entre patrimônio e restauro, fazendo com que a qualquer bem patrimonial se aplicassem as técnicas de restauração, mesmo se elas não fizessem muito sentido, como por exemplo, em adaptações de casas singelas trabalhadas com critérios de obras de arte, ainda que elas estivessem ligadas antes à memória afetiva das populações do que elaboradas com preocupações esteticizantes.

A seguir há a questão da categorização, patrimônios histórico, artístico, cultural, social, urbano, material, imaterial e outros que tais, categorização esta que só funciona do ponto de vista de uma classificação taxionômica, mas que curiosamente separa as dimensões do bem e os isola de seus contextos, fazendo com que eles sejam tratados independentes de uma realidade concreta à qual eles estão submetidos. Muitas vezes, ao se separar das dimensões social e ambiental, o patrimônio tem se apresentado, por exemplo, como fator de exclusão social ou seguindo interesses econômicos e políticos que muitas vezes dele se utilizam como fonte de privilégio.

Finalmente, há a questão de "como lembrar", posto que cada bem recebe significações específicas dependendo do contexto em que está inserido. Já exaustivamente citada na literatura é a ampliação que o campo do patrimônio sofreu nas últimas décadas, deixando de privilegiar apenas um período histórico ou estilístico, ou de se preocupar apenas com o excepcional, se voltando também para o exemplar, indo além da história oficial para se dirigir a uma gama variada de agentes sociais e históricos, deixando de privilegiar o bem isolado para inseri-lo em contextos cada vez mais abrangentes. Reconhece-se a função social do patrimônio, contribuindo para a melhoria geral de qualidade de vida e identidade de seu povo, ressaltando-se a importância da democratização de acesso a ele.

A questão da excepcionalidade, por exemplo, conduz à individualização e à segregação, exatamente o oposto da função social do patrimônio. Se algo é "excepcional" é porque ele se distingue em seu contexto levando à falsa impressão de que só ele tem valor e que o que a cerca seria mero "entorno". Nessa acepção, a obra "excepcional" se separa de uma realidade concreta e se aproxima de uma ideia de suposta obra "ideal" onde deveriam ser expurgados os "equívocos" sobre ela, apostos ao longo da história. Essa concepção de patrimônio cultural — excessivamente centrada na exemplaridade privilegiada de certos períodos históricos e na imanência transcendental da obra de arte genial — tinha portanto apenas "algo" de história e da arte e muito pouco da cultura, como se cultura se resumisse apenas na história e na arte. O resultado prático dessa concepção pode ser abordado, a título de exemplo, pelo preconceito apresentado por algumas comunidades que não tendo nenhum exemplar considerado "excepcional" se sentissem como se nada tivessem a preservar.

Afora tudo isso, há ainda a maneira como o trato com o patrimônio veio se distorcendo e que Henry-Pierre Jeudy classifica a partir de dois princípios: o da "reflexividade"

e o da "naturalização". O "princípio da reflexividade" (JEUDY, 2005, p.10) indica que o patrimônio preservado na cultura ocidental tem o papel de "duplicar" a cultura, criar um bem material que espelhe essa mesma cultura, espelho sem o qual o homem ocidental se perderia. O "princípio da naturalização" (JEUDY, 2005, p.11) estabelece que a questão da conservação do patrimônio histórico urbano seria feita de forma "natural" e se daria quase que por instinto, sem a complexidade que na verdade apresenta. A partir das reflexões de Jeudy e da confusão entre patrimônio e monumento, temos que a institucionalização da cultura e do patrimônio frequentemente lhe retira a dinâmica e a espontaneidade. Uma história que sempre se fez em processo de transformação contínua de significados, hoje se faz de maneira desequilibrada pela superimposição de valores que se faz nos edifícios, magnificando-os ou espetacularizando-os — de qualquer forma, retirando-os do *continuum* coletivo da vida. Essa museificação da cultura apresenta de forma homogênea a heterogeneidade das culturas, reduz o potencial simbólico do bem a uma ordem discursiva que o aniquila, superexpõe o bem pelos interesses políticos e econômicos que sobre ele recaem e chegam a criar certo "totalitarismo patrimonial", onde as instituições decidem como deve ser a memória coletiva.

PASSADO E PRESENTE

A maneira como Heidegger (2004) trabalha o conceito de temporalidade é bastante útil para a nossa reflexão, pois ela incorpora o ideal de "presente eterno" idealizado pelo patrimônio, mas não no sentido que este almeja, de preservação inconspurcável, mas como unicidade entre passado, presente e futuro na medida em que, de fato, em termos existenciais, só o presente existe, mas ele é resultado do passado e se volta para o porvir. Nesta linha de raciocínio, o passado nunca é algo terminado e, para mostrar esse seu caráter sempre atual, Heidegger a ele se refere como "o vigor de ter sido". É assim que temos que as coisas do passado sempre estão no presente, ou melhor, sempre habitam o presente. Bardi (1992) nos dizia a respeito de um "presente histórico", termo que cunhou para mostrar a inseparabilidade entre passado e presente, na medida em que o passado só faz sentido quando vivenciado no presente. Sendo a vida um fluxo e não havendo outra possibilidade que não a fricção do passado com o presente, não há como se preservar algo em completa integridade.

A distorção dessa inseparabilidade leva à ilusão de perenidade e de que o objeto patrimonial seria a imagem congelada do passado. Como imagem, ela teria, portanto, uma imanência própria que a desvincularia do fruidor, possuindo em si as propriedades necessárias para gerar sempre a mesma mensagem. Na realidade, ele é um elemento de interação reflexiva com este fruidor, seja pela consciência histórica ou artística, seja como estímulo a sempre novas compreensões.

Se a História, como vimos, não é a reprodução do passado, posto que isto seja impossível, sabemos que ele é visto com as lentes do presente e, neste sentido, a historio-

grafia tematiza a abertura do passado, reforçando a indissociabilidade entre as temporalidades. Para Gadamer (2003, p.17), o homem moderno tem o privilégio de "ter consciência da historicidade de todo presente e da relatividade de toda opinião" e "ter senso histórico significa pensar expressamente o horizonte histórico coextensivo à vida que vivemos e seguimos vivendo" (p.18). Esse senso histórico permite ao homem moderno se entender na perspectiva do tempo e relativizar a sua opinião, dois pontos fundamentais para se exercer a abertura necessária para a compreensão e atuação no patrimônio histórico.

PERMANÊNCIA E TRANSFORMAÇÃO

A compreensão das relações entre passado, presente e futuro nos lança luzes sobre a questão da preservação que vão além da simples distinção entre "conservar" e "restaurar" como já faziam, no Século XX, os teóricos do restauro. Se o conceito de "patrimônio" se distingue de "monumento" e de "restauração" como vimos demonstrando, também temos abordagens diferenciadas sobre o conceito de "preservação" e talvez a principal delas seja a compreensão da impossibilidade de congelamento do bem cultural, tentativa ainda preponderante, apesar do discurso corrente de reconhecimento desta impossibilidade. Se não há como deter a transformação, qual o sentido da dicotomia entre permanência e transformação? Seria possível, como alternativa, falar-se de uma "mudança com permanência"? Do ponto de vista da materialidade, poderia se dizer que a solução estaria na 'resiliência' do bem, isto é, na capacidade de um meio físico absorver os impactos dessas transformações até um limite no qual ele poderia resistir sem esgarçar a sua integridade imagética ou sem conspurcar seu corpo físico. No entanto, a solução para o problema não se encontra apenas na materialidade, até mesmo porque é impossível separá-la de seus conteúdos intangíveis. Paradoxalmente, a questão da preservação se centra agora, portanto, no conceito de 'transformação', ou seja, como manejar essa transformação de forma que não se rompa a delicada tessitura entre a tradição e a contemporaneidade, pois, ao intervir no bem patrimonial nós o estamos modificando, sempre, afinal pela tradição ele já nos chega alterado, pela cultura ele nos chega tematizado e, pelo tempo, com sua significação "original" perdida. Ao agregar a dimensão imaterial à equação, parece-nos que o que se preserva, de fato, é 'a identidade em transformação', ou seja, *a* 'preservação não está na capacidade do bem de permanecer como está, mas na sua capacidade de manter significação junto com as mudanças sócio-culturais'. Essa concepção se choca com a acepção de imutabilidade do bem a ser preservado, pois também ele, como a tradição e a cultura, está em constante transformação. Não há, portanto, como buscar a essência do objeto de restauro em uma ideia imutável de "objeto" que sobreviveu à história, pois ele está inserido na passagem da vida, a qual se caracteriza pela transformação. Não há esse objeto a-histórico "essencial" — além do que isso seria uma contradição com seu valor como "patrimônio histórico" conferido exatamente por estar inserido na história. Mesmo a ideia de uma transmissão

"neutra", independente da cultura e da tradição não se sustenta ainda mais que sabemos que as palavras "tradição" e "traição" têm a mesma raiz etimológica.

A palavra 'restaurar' diz respeito à ideia de recobrar, reaver, recuperar, recompor. Ora, pelo que vimos até agora, estas são ações impossíveis com relação ao bem patrimonial, posto que, ao intervirmos na sua matéria, seja na sua estrutura ou na sua aparência, não o estamos recuperando, mas modificando-o. Além do mais, preservar e restaurar, apesar de serem conceitos interligados, não são exatamente ações associadas e nem sempre complementares, pois restaurar significa intervir em um bem, ao passo que preservar significaria apenas, a princípio, a sua transmissão através do tempo. A interligação biunívoca entre as práticas de preservação e restauração, portanto, só teriam sentido se para a transmissão fosse indispensável a sua recuperação, o que já vimos não ser também sempre necessário. A ação de restaurar, portanto, se aplica apenas quando há um objetivo precípuo de superar a destruição causada na transmissão daquele bem que, sem a ação do restauro, perderia totalmente o seu potencial de significação. Restaurar, portanto, parece ser uma ação interventiva que visa recolocar o bem patrimonial no jogo do presente através da recuperação de suas próprias perdas e é, portanto, sempre um processo de ressignificação e daí uma recriação que se faz sobre a matéria que conseguiu sobreviver ao tempo.

É assim que se torna importante compreender que o que fazemos na maior parte das vezes em contextos edificados pré-existentes são intervenções que vão muito além do restauro *tout court,* adaptando-os para o presente, aliás como necessidade fundamental para sua sobrevivência. Realizamos, na verdade, uma ação de transposição de contextos (segundo a expressão de Gadamer). Essa transposição de contextos nos mostra que uma obra de Arquitetura ou uma obra de arte, não possuem uma verdade única presa no passado, mas sim uma capacidade permanente de abertura de verdades. Decorre daí que não há como restaurar uma suposta dimensão atemporal da obra, posto que isto ela nunca tivesse. Na verdade, portanto, "recompor" (restaurar) uma obra de arte é restabelecê-la no ciclo da temporalidade e nisto se constitui sua preservação. Ainda bem que seja assim, pois a tentativa de prender a arquitetura ou as cidades em um suposto tempo "suspenso" resultaria — como, de fato resulta — em uma artificialização do lugar (as cidades como corpos embalsamados, sujeitas ao gosto turístico dominante) ao passo que, garantindo a continuidade da sua vida, inserida na história, estamos preservando sua vitalidade impulsionada pelo corpo social e a cultura a qual pertence.

CIDADE ANTIGA E CIDADE NOVA

Estas últimas reflexões nos apontam para o erro de se distinguir uma cidade antiga de uma nova cidade, como se elas não fossem uma só, resultado de um mesmo processo histórico e submetidas às mesmas pressões locais. A nosso ver, a dimensão imaterial faz parte do *stimmung* (ambiência local) e do patrimônio material não se descola. Não se trata, portanto, de apenas manter as características "visuais" e tipológicas dos assentamentos (vertente esté-

tica, a cidade como obra de arte) ou condenar qualquer transformação que corrompesse o testemunho histórico (vertente histórica, a cidade-documento). Cabe aqui a crítica quanto ao pressuposto da cidade como obra de arte, um pouco como fez Rossi (1995), que a entendia como artefato cultural sempre em transformação. Para ele, a cidade pode ser uma obra de arte, pois confere sentido e condensa significados, mas sua natureza seria diferente das outras obras de arte, pois calcada em um processo de transformação contínuo. A cidade seria, então, 'função' do espaço e do 'tempo', o resultado da dialética entre permanência e transformação dentro do jogo da história.

As pressões para mudança, todas com implicações físico-ambientais, são basicamente de três ordens: práticas, sociais e culturais. Todas elas acabam por ter base e se traduzir em mudanças funcionais, o que leva a outra pergunta assim formulada: Como o patrimônio pode ser preservado sob a pressão de novas demandas funcionais? A resposta a esta pergunta remete a constatações de que as mudanças devem obedecer a certos princípios de respeito à pré-existência e suas dimensões material e imaterial.

Sobre as óticas de trato com as cidades, CASTRIOTA (2009) identifica distinções a partir de três fases. Para o autor, a primeira fase que iria até os anos 80 é marcada pelo "Modelo da Preservação", caracterizada pela tentativa de congelamento desses núcleos e seus edifícios, com forte ação do Estado e ênfase no tombamento como instrumento de preservação. A segunda fase, marcada pelo "Modelo da Conservação", teria sido muito influenciada pelas cartas patrimoniais de Amsterdã (1975) e de Burra (1980), com o advento da metodologia da "Conservação Integrada", já admitindo certa transformação urbana, desde que garantida a "significação cultural" do conjunto e de seus elementos. Seriam características desse modelo a valorização do meio ambiente urbano e uma acepção mais ampla de cultura, compreendendo que a preservação patrimonial não se dá apenas centrada no próprio patrimônio, mas deve se integrar a políticas urbanas mais amplas e à realidade socioeconômica mais geral. O terceiro modelo, mais característico deste milênio, seria o "Modelo da Reabilitação/ Revitalização", diferenciando-se do segundo por ter um cunho mais estratégico de inserção no desenvolvimento socioeconômico, substituindo estratégias de controle (normatização) por estratégias de desenvolvimento, incorporando os avanços urbanísticos representados por seus novos instrumentos como "operações urbanas consorciadas" e "transferência do direito de construir", dentre outras.

Qualquer que seja o modelo, entretanto, parece-nos que a distinção entre cidade nova e cidade antiga remete ao pensamento do início do Século XX, Carta de Atenas (1933), que, convenhamos, precisa ser superado e que, embora todos pareçam concordar com isto, ainda permanece em muitos casos.

O APORTE DA PAISAGEM CULTURAL

Pelas reflexões até aqui apresentadas, vimos que o que confere a qualidade de "patrimônio" a determinado bem é uma relação construída entre as qualidades intrínsecas desse

bem e o significado que ele adquire para as sociedades. Como patrimônio cultural, ele é sempre o resultado de uma ação humana sobre a matéria, seja ela primordial (aquela que ocorreu no momento de sua criação), seja ela apenas simbólica (aquela que ocorreu no momento de seu reconhecimento como patrimônio), seja ela interventiva (quando ela se submete a uma ação modificadora qualquer — aí incluída a restauração/conservação, também submetida a critérios subjetivos ou intersubjetivos).

Há ainda outro aspecto de especial importância e sabor quando observamos com atenção as relações entre os aspectos materiais e imateriais do patrimônio: muitas vezes a sociedade que reconhece determinado bem como seu patrimônio é também influenciada por ele na sua própria constituição cultural, criando uma biunivocidade dialética entre ser e criação. A rigor qualquer situação de tombamento ou classificação poderia ser evocada para exemplificar isto, mas quando alargamos nosso campo de visão para a dimensão da paisagem, isto se torna ainda mais compreensível, na medida em que aspectos regionais influenciam a cultura e a dinâmica locais.

Quando nos referimos ao conceito de paisagem cultural, dentro das considerações que vimos apresentando, estamos indo além do entendimento que a UNESCO apresenta sobre o conceito (UNITED NATIONS ORGANIZATION FOR EDUCATION, SCIENCE AND CULTURE, 2009), para ela apenas mais uma "categoria" patrimonial, enquanto para nós poderia ser exatamente o fim dessa categorização perniciosa. Para a UNESCO, o conceito remete a quadros congelados, como jardins planejados ("paisagens claramente definidas"), sítios antigos e estáticos ("paisagens fósseis") ou em atividade, mas sempre com mesma conformação ("paisagens contínuas"), como os campos de arroz asiáticos e, finalmente, à presença de elementos fortemente simbólicos ("paisagens associativas") como montanhas ou outros acidentes naturais de referência coletiva. Esse entendimento é que levou, por exemplo, à rejeição da Cidade de Buenos Aires como Paisagem Cultural da Humanidade, por não haver como garantir sua "preservação" em função de sua dinâmica e que levou ao Rio de Janeiro a colocar as áreas mais submetidas a essas dinâmicas urbanas como "zonas de amortecimento" em seu processo de candidatura ao mesmo título, aceito pela UNESCO. Segundo o que diz Ramón Gutierrez, arquiteto de referência da área de patrimônio cultural na Argentina em suas palestras, tal atitude estaria desconsiderando que as cidades são o fato cultural da humanidade mais importante do último milênio.

A nosso ver, essa limitação do conceito estaria desperdiçando o enorme potencial renovador epistemológico que vem junto com a ideia de "paisagem cultural". De início, o conceito já resolve a questão da influência recíproca entre cultura e contexto, pois desde o início do Século XX, quer pelo segmento da 'geografia cultural', quer pelos estudos de Amos Rapoport (1972), a discussão acadêmica de quem influencia quem — se a cultura é resultado das condições geográficas e climáticas ou se ela se faz independentemente da natureza — é tratada com atenção e, a nosso ver, superada

pela chave fenomenológica que entende que ambas se influenciam mutuamente. Se a esse entendimento se acresce o aporte do conceito contemporâneo de território, o qual é entendido como resultado da ação modificadora e contínua do espaço (seja ele geográfico, urbano ou mesmo paisagem), podemos perceber a grande imbricação entre paisagem, cultura e patrimônio: o homem se cria culturalmente pela influência da natureza que o cerca, modifica essa natureza constantemente e a valoriza significativamente como patrimônio.

O conceito de paisagem, entendido desta forma, portanto, não exclui a participação do homem quer na sua produção, quer na sua percepção e valoração, caracterizando-a como produto cultural e, como tal, dotado de valores e julgamentos sociais em diferentes tempos, se estabelecendo, mesmo, como indispensável nas relações cotidianas do ser humano. Acrescentaríamos que, nesse sentido, ela é formada pela cultura e desta também é formadora, tornando impossível compreender a paisagem sem relacioná-la com o tempo e espaço e seu contínuo processo de desenvolvimento e mudança. A paisagem se afirma, então, como um conceito que não pode ser mais tratado separadamente do contexto histórico e da realidade das relações humanas, sendo resultado da interação objeto (meio físico) e sujeito (que a vivencia e transforma) e incorporando na sua análise também os aspectos intangíveis e subjetivos.

Nossa abordagem do conceito de "paisagem cultural" ultrapassa, portanto, as classificações de cenário pitoresco ou de caracterização geográfica e compreende qualquer paisagem que ganhe significado para o indivíduo e seu grupo cultural, seja ela natural ou construída, posto que é fundamental o entendimento das relações que se estabelecem entre ela e sua apreensão subjetiva ou melhor, intersubjetiva. Com isso, a abordagem plena deste conceito demanda uma definição no espaço e no tempo que, associada às relações sujeito-objeto leva à necessidade de contextualização da análise da paisagem cultural, uma vez que é resultado da sobreposição de memórias, histórias, acontecimentos, narrativas, identidades e valores (cultura).

O patrimônio cultural apresenta várias escalas porque também são várias as escalas dos objetos portadores de significados especiais. A complexidade no trato desses objetos, embora sempre grande e com problemas específicos pertinentes a cada uma dessas escalas, parece se multiplicar com o aumento de escala e, assim, se já se apresentam dificuldades especiais de gestão no caso de núcleos urbanos protegidos pelo tombamento, por exemplo, quando nos deslocamos para a escala regional — que, grande parte das vezes é a escala da paisagem — as questões epistemológicas e metodológicas também ganham outra dimensão e especificidade. No entanto, como a abordagem trazida pela paisagem cultural se mostra abrangente, não categorizante e inclui a transformação, seus operadores podem ser muito úteis na renovação epistemológica do campo patrimonial, desde que se liberte das limitações impostas pelo patrimônio mundial da UNESCO.

PONTOS IBERO-AMERICANOS

Em 2013, o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios espanhol, a partir do documento The La Valetta Principles (2011) publicou uma declaração que se tornou conhecida como "Carta Iberoamericana de 2013" e que se chamava *"General Guidance to be Taken Into Account in the Management Plans for Historic Cities in "Iberoamerica" (Latin American countries, Portugal and Spain)"* que basicamente tratava da importância dos planos de gestão como principal forma de preservação dos sítios históricos e desenvolvimento do conceito de gestão para esses sítios. Dentre algumas conclusões do documento estão:

- Que o caráter dos planos de gestão seja moralmente aceitável, compromissado com acordos internacionais, democrático, flexível, sistêmico, apresente o duplo caráter (material e imaterial) e leve em consideração a diversidade de fatores (geográficos, climáticos, culturais, etc.)
- Que as metas dos planos de gestão dos centros históricos apresente coerência entre valores a serem preservados e instrumentos de salvaguarda, integração e coordenação de aspectos multidisciplinares, criação de um corpo gestor para administrar o processo, sustentabilidade de usos e sua adequabilidade; diversidade social e de usos, identificação de ameaças e processos de sua contenção; adequação e qualidade de intervenções, atenção especial com os espaços públicos e a inclusão social, turismo sustentável e adequado à capacidade de suporte local, educação e consciência patrimonial;
- Que critérios e metodologias para planos de gestão apresentem visão global e dinâmica entre as partes da cidade e seus diferentes períodos históricos (o presente inclusive), compreensão dos valores tangíveis e intangíveis, bem como a evolução da morfologia urbana, harmonia entre desenvolvimento e tecido urbano, assegurando impactos positivos no desenvolvimento urbano, havendo um monitoramento constante do plano;
- Quanto a aspectos específicos relativos à arquitetura e a paisagem: não congelamento e eleição dos elementos que garantem a unicidade e personalidades locais, preservação da paisagem urbana considerada em suas diferentes temporalidades, manutenção do espírito do lugar através da adequação de intervenções e das novas possibilidades tecnológicas, reconhecimento das relações entre núcleo histórico e restante do território urbano através de seus limites e bordos, nas intervenções arquitetônicas, qualidade em cada caso prevalecendo sobre regras e normas genéricas.

Como se pode observar, ainda que considerada neste artigo apenas uma carta internacional, mas de âmbito correlato aos objetivos da publicação, existe um movimento no sentido de reconhecimento e superação das dualidades apresentadas, apontando para uma necessidade urgente da busca de estatutos mais realistas, coerentes e adequados para o trabalho junto ao patrimônio cultural, superando a dicotomia final: tirando-o das redomas e inserindo-o na vida.

NOTAS

1. Cesare Brandi escreveu "Teoria da Restauração" em 1963, livro que se tornou fundamental para o campo do Restauro.

REFERÊNCIAS

BARDI, L.B. Uma aula de arquitetura. *Projeto*, n.149, p.60-62, 1992.
BRANDI, C. *Teoria da restauração*. Madri: Alianza Forma, 1988.
CARTA de Atenas. Atenas: Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, 1933.
CARTA de Brasília. Brasília: Representantes do Cone Sul, 1995.
CARTA de Burra. Burra: ICOMOS, 1980.
CASTRIOTA, L.B. *Patrimônio cultural*: conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo: Annablume, 2009.
CONFERÊNCIA de Nara. Nara: ICOMOS, 1994.
GADAMER, H.G. *Verdade e método I*. Petrópolis: Vozes, 2003.
HEIDEGGER, M. *Ser e tempo*. Petrópolis: Vozes, 2004. v.1-2.
JEUDY, H.P. *Espelho das cidades*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.
LANGER, S. *Sentimento e forma*. São Paulo: Perspectiva, 1980.
NORBERG-SCHULZ, C. *Existencia, espacio y arquitectura*. Barcelona: Blume, 1975.
NORBERG-SCHULZ, C. *Louis I Khan: Idea y imagen*. Madrid: Xarait Ediciones, 1981.
POMIAN, K. *Collectionneurs, amateurs et curieux:* Paris, Venise, XVI-XVII siécle. Paris: Gallimard, 1987.
RAPOPORT, A. *Vivenda y cultura*. Barcelona: Gustavo Gili, 1972.
RIEGL, A. *El culto moderno a los monumentos*. Madrid: Visor, 1987.
ROSSI, A. *A arquitetura da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
THE LA VALETTA Principies. ICOMOS: Paris, 2011.
UNITED NATIONS ORGANIZATION FOR EDUCATION, SCIENCE AND CULTURE; CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS. *Word heritage cultural landscape*. Paris: UNESCO, 2009. Available from: <http://whc.unesco.org/>. Cited: Sept.10, 2011.
VIÑAS, S.M. *Teoria contemporânea de la restauración*. Madrid: Sintesis, 2003.
VITRUVIUS, the ten books on architecture. New York: Dover Publications, 1960.

Recebido em 6/2/2017, reapresentado em 12/4/2017 e aprovado em 2/5/2017.

FLAVIO DE LEMOS CARSALADE | Universidade Federal de Minas Gerais | Escola de Arquitetura e Design | Departamento de Projetos | R. Paraíba, 697, Funcionários, 30130-140, Belo Horizonte, MG, Brasil | *E-mail*: <flavio.carsalade@terra.com.br>.

REFLEXÕES SOBRE INTERVENÇÕES ARQUITETÔNICAS CONTEMPORÂNEAS EM RUÍNAS

REFLECTIONS ON CONTEMPORARY ARCHITECTURAL INTERVENTIONS IN RUINS | REFLEXIONES SOBRE INTERVENCIONES ARQUITECTÓNICAS CONTEMPORÁNEAS EN RUINAS

RODRIGO ESPINHA BAETA, JULIANA CARDOSO NERY

RESUMO

Apesar de a ruína ser um estado de degradação do edifício ou do espaço urbano no qual não é mais possível a apreciação de sua condição artística preexistente, muitas vezes o processo de arruinamento acaba gerando uma nova obra de arte mais interessante que a própria massa edificada "original". Há mais de duzentos anos, desde o Século XVIII, a cultura do Romantismo já havia intuído o valor estético pitoresco e sublime das ruínas, especialmente quando lançadas em um ambiente natural, selvagem — não urbano. Contudo, nos últimos anos, muitas ações contemporâneas têm comprometido fatalmente o equilíbrio da ruína com o sítio onde está inserida. Se algumas vezes os órgãos de proteção do patrimônio insistem na reconstrução de objetos arquitetônicos ou urbanos arruinados, outras vezes arquitetos promovem verdadeiras deturpações da percepção original dos sítios, utilizando a construção degradada como ocasião para gerar uma nova obra arquitetônica fundada no conflito entre o aspecto preexistente e uma imagem artística totalmente inovadora. Não obstante, frequentemente, o resultado é fascinante, criando um destaque que o monumento pode nunca ter tido antes, e qualificando a intervenção como referência paradigmática para a arquitetura contemporânea.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio edificado. Projeto de intervenção. Ruína.

ABSTRACT

Despite the ruin be a state of disrepair of the building or urban space in which it is not possible to further appreciation of their artistic preexisting condition, often blasting process ends up creating a new work of art more interesting than the mass itself built "original". For over two hundred years, since the eighteenth century, the culture of Romanticism had already intuited the picturesque and sublime aesthetic value of the ruins, especially when posted in a natural, wild environment — not urban. However, in recent years, many contemporary actions have fatally compromised the equilibrium of ruin with the landscape where it is inserted. If sometimes the organizations that protection the Cultural Heritage insist on rebuilding ruined architectural

or urban sites, sometimes architects promote true misrepresentations of the original perception of the ruined places, using the ruins as an occasion to generate a new architectural work founded in the conflict between the existing look and an innovative artistic image. But, often, the result is fascinating, creating a highlight of the monument that may never have had, and describing the intervention as paradigmatic for contemporary architecture reference.

KEYWORDS: *Built heritage. Intervention design. Ruin.*

RESUMEN

A pesar de la ruina ser un estado de deterioro del edificio o espacio urbano en el que no es más posible la apreciación de su condición artística preexistente, a menudo el proceso de arruinamiento termina creando una nueva obra de arte más interesante que la propia masa construida "original". Desde hace más de 200 años, desde el siglo XVIII, la cultura del Romanticismo ya había intuido el valor estético pintoresco y sublime de las ruinas, sobre todo cuando inmersas en un entorno natural, salvaje — no urbano. Sin embargo, en los últimos años, muchas de las acciones contemporáneas han comprometido fatalmente el equilibrio de la ruina con el sitio donde se inserta. Si a veces los órganos de protección del patrimonio insisten en la reconstrucción de objetos arquitectónicos o urbanos en ruinas, a veces los arquitectos promueven verdaderas distorsiones de la percepción original de los sitios, utilizando la construcción degradada como una ocasión para generar una nueva obra arquitectónica fundada en el conflicto entre el aspecto actual y una imagen artística innovadora. Pero, a menudo, el resultado es fascinante, creando un destaque para el monumento que puede nunca haber tenido, y caracterizando la intervención como referencia paradigmática de la arquitectura contemporánea.

PALABRAS CLAVE: Patrimonio construido. *Proyecto de intervención. Ruina.*

INTRODUÇÃO

> [...] o anseio nostálgico do passado também é sempre uma saudade de outro lugar. A nostalgia pode ser uma utopia às avessas. No desejo nostálgico, a temporalidade e a espacialidade estão necessariamente ligadas. A ruína arquitetônica é um exemplo da combinação indissolúvel de desejos espaciais e temporais que desencadeiam a nostalgia. No corpo da ruína, o passado está presente nos resíduos, mas ao mesmo tempo não está mais acessível, o que faz da ruína um desencadeante especialmente poderoso da nostalgia. [...] Essa obsessão contemporânea pelas ruínas esconde a saudade de uma era anterior, que ainda não havia perdido o poder de imaginar outros futuros (HUYSSEN, 2014, p.91).

De óbvia identificação e certa facilidade de definição, as ruínas são e simbolizam a inexorável perenidade das coisas do homem. A contemporaneidade parece oscilar entre o fascínio pelos vestígios de obras passadas e o temor de simplesmente conviver com estas marcas do tempo. Se há fácil consenso em sua identificação e uma aparente necessidade de agir sobre objetos arruinados, o mesmo não acontece quanto aos tipos de intervenção e seus impactos sobre tão delicada condição.

Mesmo que todas as constatações de Huyssen (2014) — reveladas em seu texto A nostalgia das ruínas — para o significado do culto contemporâneo aos monumentos e sítios históricos arruinados no Atlântico Norte não possam ser simplesmente transferidas para todas as realidades das demais partes do planeta, algumas de suas colocações podem nos assessorar numa reflexão mais específica sobre as intervenções em ruínas na contemporaneidade. Para Huyssen (2014, p.95), o interesse pelas ruínas no Século XXI já está completamente distanciado do que chamou de "[…] ruínas autênticas" nas quais "[…] o componente de decadência, erosão e retorno à natureza, tão central nas ruínas setecentistas e em seu atrativo nostálgico" foi eliminado na transformação das ruínas em *commodities* pelo capitalismo avançado. Essa transformação para ele se evidencia quando a capacidade de relembrar "[…] o presente de sua transitoriedade" é perdida através da eliminação da condição de decadência e erosão da matéria capaz capaz de "[…] rememorar algo que não mais o é":

> […] se higienizam ruínas romanas para usá-las como cenário em apresentações operísticas ao ar livre; ou quando ruínas de castelos medievais ou propriedades dilapidadas de Séculos posteriores são restauradas, a fim de criar centros de conferência, hotéis ou *resorts* de férias; quando ruínas industriais são reformadas como centros culturais; ou quando um museu como o Tate Modern se instala numa usina siderúrgica desativada na margem do Tâmisa (HUYSSEN, 2014, p.95).

Ainda, segundo Huyssen (2014, p.94), nessa era de "[…] preservação, restauração e novas versões", todos os modos de intervenção "[...] anulam a ideia de ruína autêntica":

> […] As "ruínas autênticas", tais como ainda existiam nos Séculos XVIII e XIX, parecem não ter lugar na cultura de mercadoria e memória do capitalismo avançado. Na condição de *commodities*, as coisas em geral não lidam bem com o envelhecimento. Tornam-se obsoletas e são descartadas ou recicladas. Construções são demolidas ou restauradas (HUYSSEN, 2014, p.94).

No entanto, será mesmo que todos os modos de intervenção contemporânea são equivalentes e aniquilam de maneira similar o caráter de ambiguidade e a capacidade das ruínas de revelar a perenidade das culturas e dos produtos da ação humana? Os modos

de intervenção contemporânea nos parecem bastante variados e revelam uma diversidade significativa na manutenção ou no aniquilamento completo do que Huyssen (2014, p.112) chama de "[...] aura ameaçadora das ruínas, por seu opressivo entrelaçamento de passado e presente, natureza e cultura, morte e vida".

Assim, intervenções de estabilização e higienização, por exemplo, resultam em um impacto diametralmente oposto ao das reconstruções literais de obras perdidas no colapso do tempo no corpo da ruína. Se as primeiras ainda permitem certa leitura da passagem do tempo, as segundas não só apagam a possibilidade dessa leitura, como também inserem as novas obras que dessas intervenções surgem numa controversa e estranha condição temporal na qual elas não pertencem plenamente nem ao passado, nem ao presente.

Nesse artigo nos interessa refletir especialmente sobre essa diversidade dos modos de intervenção contemporânea em ruínas e seus significados enquanto forma de preservação da materialidade e da memória do patrimônio construído. Partimos do entendimento de que é uma ilusão "[...] poder fazer a ruína retomar a forma" (BRANDI, 2004, p.66) e de que "[...] devemo-nos limitar a aceitar na ruína o resíduo de um momento histórico ou artístico que só pode permanecer aquilo que é, caso em que a restauração não poderá consistir de outra coisa a não ser na sua conservação, com os procedimentos técnicos que exige" (BRANDI, 2004, p.67).

Porém, vale ressaltar que a restauração não é o único modo de se intervir no corpo de uma ruína. Assim como a restauração, constatamos intervenções que criam novas obras a partir dos antigos fragmentos arquitetônicos, escavações que colocam a mostra ruínas perdidas e reconfiguram lugares, ou ainda as controversas e bastante discutíveis reconstruções[1] — no sentido de reconstituição literal de edifícios e sítios arruinados e/ou perdidos completamente.

INTERVENÇÕES QUE APENAS CONSERVAM, CONSOLIDAM OU ESTABILIZAM AS RUÍNAS EM CONJUNTO COM PEQUENAS INSERÇÕES CONTEMPORÂNEAS

Desde o Século XVIII, a cultura do romantismo já havia intuído o valor estético das ruínas, especialmente quando lançadas em um ambiente natural, selvagem — não urbano. A ruína seria a prova cabal de que tudo na natureza seria perecível e teria seu trágico fim. Ou seja, mesmo a arquitetura, feita pelo homem para durar eternamente — em oposição à fragilidade de seu próprio corpo — acabaria irremediavelmente fenecendo com o tempo. Um tempo geralmente maior do que aquele destinado à própria existência daqueles que edificaram as obras de arquitetura — como diria Ruskin (1996) —, mas implacável no que tange à sua destruição. Para a poética derivada da cultura do Romantismo, que privilegiava o caráter pitoresco, bem como a expressão do sublime impressa nas construções — em oposição aos eternos ideais da beleza clássica —, os monumentos degradados, a pátina das superfícies desgastadas pelo tempo, e, especialmente, os edifícios arruinados, teriam uma carga dramática irresis-

tível. A imagem de uma ruína clássica ou medieval imersa em um ambiente natural, em um bosque, em uma floresta, em um descampado ou vale, revelaria a absoluta consonância entre o monumento (em seu ocaso) e a natureza — que, inevitavelmente, o consumiria até a morte; até seu nobre desaparecimento.

Esse sentido de sublimidade que as ruínas passariam a provocar no indivíduo moderno seria um dos ingredientes que levariam muitos arquitetos contemporâneos a respeitarem sua integridade e conceberem intervenções que têm como fundamento essencial a pura conservação e consolidação dos objetos arquitetônicos remanescentes, preservando seus vestígios como documentos essenciais da história e resgatando sua integridade em respeito à paisagem na qual estariam inseridas. Logo, apesar da ruína ser um estado de degradação da obra de arte, do edifício ou do espaço urbano no qual não é mais possível a apreciação de sua condição artística preexistente, frequentemente o processo de arruinamento acaba gerando uma nova obra de arte, mais interessante que a própria massa edificada 'original' — particularmente no caso de monumentos arquitetônicos ou áreas urbanas desoladas, imersos em uma paisagem que se qualifica através de sua carga pitoresca (BRANDI, 2004).

Assim, amiúde as intervenções nos objetos arquitetônicos arruinados — degradados ao ponto de não ser mais possível capturar sua "primeira" unidade em potencial — pressupõem o enaltecimento de seu próprio e fascinante aspecto de ruína, no qual as ínfimas, delicadas e silenciosas intervenções apenas facilitam os agenciamentos para uso e visitação de seus espaços.

É o caso da recente intervenção que os Mercados de Trajano em Roma (Figura 1) sofreram. Foi a mais contundente ação conservativa que o complexo recebeu após as desastrosas liberações patrocinadas por Benito Mussolini[2]. Os trabalhos, feitos a partir de 2004, amparados pela *Sovraintendenza ai Beni Culturali di Roma Capitale* — com intervenções arquitetônicas de Luigi Franciosini e Riccardo D'Aquino, bem como do *Estudio Labics* de Claudia Clemente, e com a coordenação arqueológica de Lucrezia Ungaro —, foram fundamentadas na conservação, consolidação e reforço antissísmico do patrimônio arqueológico, respeitando os vestígios romanos como documentos essenciais da história e as ruínas como elementos pitorescos imersos em uma paisagem criada a partir da década de 1920 com as demolições nas áreas dos fóruns imperais.

Para além da preservação propriamente dita, a intervenção se limitou à adaptação e acessibilidade aos percursos de visitação, bem como à acomodação do monumento ao uso museológico — no qual são oferecidos espaços adequados a exposições permanentes e provisórias. Para isso, vários elementos novos são acrescentados às ruínas do complexo, com os mais variados desenhos e materiais: escadas, rampas, passarelas, guarda-corpos, pisos, elevadores, sanitários, coberturas de vidro que permitem iluminação zenital, fechamentos e esquadrias em vidro, aço ou madeira. Não obstante, todos os acréscimos seguem uma linguagem semelhante e coerentemente contemporânea sem, no entanto, deixarem

FIGURA 1 — Interior dos Mercados de Trajano, em Roma.
Fonte: Fotografia dos autores (2011).

FIGURA 2 — Detalhe da passarela que percorre o piso nobre da Casa da Torre de Garcia D'Ávila.
Fonte: Fotografia dos autores (2013).

de ser inserções discretas, quase mudas. Isto é conseguido através do apuro do desenho e da escolha inteligente de materiais que parecem se diluir na massa amorfa da ruína — sem, porém, qualquer concessão à criação de elementos falsamente antigos.

Outra interessante intervenção que investe na importância documental do edifício e na valorização da pitoresca paisagem gerada a partir da interface do monumento com o ambiente natural, é a restauração das ruínas da Casa da Torre de Garcia D'Ávila (Figura 2), no litoral norte da Bahia. O projeto foi desenvolvido, em 1996, pelo arquiteto Ubirajara Avelino de Mello, durante o IX Curso de Especialização em Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios Históricos (CECRE) – Universidade Federal da Bahia, em parceria com a arquiteta Mariely Santana — coordenadora do levantamento cadastral e da confecção do diagnóstico técnico do monumento — e com a engenheira civil Silvia Puccioni — que ficou responsável pela consolidação das ruínas. A obra se estenderia entre os anos 1990 e 2000. A Casa da Torre é uma daquelas obras arquitetônicas cujo estado de arruinamento é tão grande que não é mais possível compreender, com o olhar, como se distribuía sua estrutura preexistente, bem como apreender minimamente a sua condição artística anterior — já que sua unidade arquitetônica foi rompida definitivamente pelo grave processo de degradação.

Contudo, a relação de suas ruínas com a paisagem da área costeira no litoral norte baiano, sua implantação em uma colina que se eleva acima da praia em uma paisagem natural realmente exuberante, a qualifica como uma nova obra de arte quiçá mais expressiva que a condição que detinha como objeto arquitetônico íntegro.

Na verdade, a inserção da forma aberta e pitoresca da ruína no sítio natural foi respeitada pelo arquiteto e pela equipe que tratou da parte de conservação e consolidação da ruína. Além dos trabalhos de estabilização, a intervenção se restringiu a oferecer interessantes percursos de visitação na parte interna da construção — particularmente no nível superior, o andar nobre do "castelo", também proporcionando, ao transeunte, panoramas da paisagem litorânea que se abre a frente. O próprio arquiteto responsável pelo projeto resume:

> No restante das ruínas, fora os trabalhos de consolidação, estabilização e drenagem, criamos um pequeno percurso em passarelas metálicas, também em aço corten sem pintura, autoportantes, ao nível do piso do primeiro pavimento, de modo a não interferir na sua condição de estabilidade, já que, em nenhum momento, tocam nas paredes, permitindo resgatar algumas visuais interessantes e o acesso a este pavimento mais nobre, onde os visitantes do Solar eram recebidos. A utilização desta tecnologia resultou em uma estrutura mais delgada, que permitiu o livre acesso aos trechos onde foi necessário avançar os estudos arqueológicos e não necessitou de grandes sondagens e fundações para sua instalação (MELLO, 2002, p.63).

ESCAVAÇÕES QUE EXPÕEM AS FUNDAÇÕES DE ANTIGOS EDIFÍCIOS OU CONJUNTOS URBANOS

Esta temática suscita um debate que pode envolver a preservação de sítios antigos de indiscutível qualidade arquitetônica, consolidados e preservados, assentados em importantes núcleos urbanos, edificados, no entanto, acima de vestígios arqueológicos ancestrais de culturas e civilizações que teriam dominado as regiões em precedência — ou que se sobrepuseram a registros históricos que desvelariam, entre outros documentos de um passado distante, a morfologia das primeiras ocupações do território. Consequentemente, os problemas poderiam ser assim formulados: Até que ponto se justificaria a perda de fragmentos de tecido urbano preexistente, que compunham artisticamente a continuidade arquitetônica e urbanística de centros históricos reconhecidos pelo seu estado de conservação, em nome do estudo e/ou exposição de fundações, alicerces, pisos, paredes, colunas, bem como artefatos e obras de arte — ruínas e objetos vinculados a um período anterior e sepultados há Séculos?

Uma situação bastante polêmica se daria com as escavações do *Templo Mayor* asteca (Figura 3), na atual *Ciudad de México*. Em 1978, funcionários da *Compañía de Luz y Fuerza del Centro* encontraram um grande monólito com mais de 3 metros de diâmetro e cerca de 30 centímetros de espessura. Esta pedra, aproximadamente circular, apresentava uma escultura em alto relevo que representava a deusa asteca da lua — *Coyolxauhqui* —, ídolo que se assentava na escadaria à direita da pirâmide do *Templo Mayor*, principal recinto cerimonial da antiga capital dos Astecas, *Tenochtitlán*.

Esta significativa descoberta levaria o Instituto Nacional de Antropología e Historia a dar início a um vasto programa de investigações e escavações arqueológicas na área, ação desenvolvida em longo prazo, conhecida como *Proyecto Templo Mayor* (LÓPEZ LUJÁN *et al.*, 2010).

Não obstante o caráter fascinante que as ruínas do *Templo Mayor* causam ao visitante, as escavações provocaram a abertura de um imenso vazio na área de ocupação mais primitiva da cidade colonial, a dois passos da Catedral Metropolitana e da praça principal — conhecida como *El Zócalo*. Ao abrir esta "clareira" para empreender os estudos arqueológicos e visualizar as ruínas antigas, aproximadamente treze edifícios de diversas épocas foram jogados abaixo. Assim foram perdidos cerca de dois quarteirões que compunham o centro histórico da capital mexicana.

A exposição das ruínas dos alicerces do *Templo Mayor* acabaria criando um grave problema e gerando uma importante discussão: o valor, indubitavelmente inestimável, das descobertas arqueológicas no centro histórico de conformação colonial da *Ciudad de México* compensa ou justifica a perda de treze construções e a abertura de um desolado buraco na mais importante área do centro histórico? Primeiramente, a dilaceração da massa edificada, fechada e unitária de pelo menos algumas *manzanas*, com a consequente abertura de um imenso vazio no tecido denso, prejudica sobremaneira o típico encami-

nhamento perspectivo oriundo dos panoramas retirados da calha das vias retilíneas — típicas do traçado em grelha implantado por Alonzo Garcia Bravo a partir de 1523. Por outro lado — interrompendo a sequência de fachadas alinhadas que, de maneira cadenciada, provocava a fuga em profundidade das ruas —, o vácuo que expõe as escavações do centro cerimonial asteca passa naturalmente a se destacar no sítio colonial, competindo com os monumentos religiosos, que com seus pequenos e discretos recuos, mas especialmente com sua imponente arquitetura e decoração, deveriam ser os protagonistas absolutos do cenário artístico de conformação barroca da área central.

Mas, será que não poderia haver uma ação conciliadora? Talvez existisse uma solução que mantivesse a continuidade estética e paisagística do cenário urbano e, ao mesmo tempo, permitisse a exposição dos vestígios astecas descobertos. Não seria possível manter apenas a caixa mural dos treze edifícios que compunham os quarteirões afetados e empreender as escavações em seu espaço interno "oco" — conservando suas paredes exteriores e seus telhados? Não seria interessante a oportunidade de se desenvolver um projeto contemporâneo de arquitetura que permitisse a adequada e segura exibição dos testemunhos arqueológicos (protegidos das intempéries), com uma iluminação especial, passarelas elevadas, mezaninos, com seus espaços encerrados pelas cascas das construções preexistentes — ambientes integrados às prospecções exteriores que coincidissem com os quintais antigos ou os pátios a céu aberto? O próprio museu do complexo arqueológico não poderia ser constituído nos pavimentos superiores dos casarões, nos mezaninos, acima da exposição dos vestígios arqueológicos? Não seria profundamente instigante e didático?

FIGURA 3 — Escavações do *Templo Mayor* asteca, na atual *Ciudad de México*.
Fonte: Fotografia dos autores (2009).

Situação muito diversa é a que se pode encontrar há cerca de dois quilômetros do centro histórico, em meio ao imenso conjunto habitacional modernista Presidente Adolfo López Mateos — conhecido como Conjunto Urbano de *Nonoalco Tlatelolco*, projetado pelo arquiteto Mario Pani, levantado a partir de 1949. Em uma área de aproximadamente trinta mil metros quadrados, em meio à *Plaza de las Tres Culturas*, desponta um importantíssimo sítio arqueológico que acolhe as ruínas do antigo núcleo urbano *Tlatelolco* — cidade irmã de *Tenochtitlán* e maior mercado da época pré-hispânica[3].

As escavações coincidem com o que seria a área cerimonial de *Tlatelolco*, com destaque para o *Templo Mayor* — muito semelhante ao *Huey Teocalli*[4] de *Tenochtitlán*. Contudo, o sítio arqueológico é mais extenso e sua visitação permite uma compreensão melhor do que seria a estrutura de uma plataforma cerimonial de uma cidade pré-hispânica — em função do estado de conservação mais favorável dos vestígios encontrados.

À frente das escavações aparece, construído em pedra *tezontle* retirada dos restos dos monumentos pré-colombianos destruídos pelos espanhóis, a Igreja de *Santiago de Tlateolco* — templo franciscano erguido a partir de 1610, com um mosteiro ao lado levantado na década de 1660.

Para além da percepção da impressionante continuidade paisagística entre as fundações e alicerces de diversos monumentos que povoavam a plataforma cerimonial e a igreja colonial — que aparece à frente, edificada com o mesmo tipo de rocha das construções abaixo —, o sítio arqueológico é favorecido com percursos de visitação orientados a partir de passarelas que parecem flutuar acima dos espaços intersticiais entre as ruínas: um bom projeto que funde a qualidade do *design* com a sensibilidade requintada dos tempos e formas do lugar.

No entanto, o que mais impressiona é que, ao contrário das escavações do *Templo Mayor*, o sítio de *Tlatelolco* (Figura 4) não provocou nenhuma ruptura na continuidade do espaço urbano adjacente — formado pelo conjunto urbano modernista de Mario Pani, assim como pela Torre *Tlatelolco*, arranha-céu de concreto e vidro, projetado por Pedro Ramírez Vázquez[5] para receber a *Secretária de Relaciones Exteriores*. Na verdade, para o espaço permeável e pouco denso formado pela ocupação modernista e pela torre, o respiro do sítio arqueológico e da área na qual se ergue a igreja e o mosteiro, atua como uma estrutura urbana que favorece e entra em consonância com o caráter paisagístico da área. Não se apresenta como uma fratura na integridade do espaço edificado — como acontece no centro histórico próximo à Catedral; em oposição, propõe continuidade com a área adjacente formando a praça onde três culturas se equilibram — a pré-hispânica, a colonial e a moderna.

INTERVENÇÕES QUE RECONSTROEM O EDIFÍCIO OU ÁREAS URBANAS A PARTIR DAS RUÍNAS OU DOS VESTÍGIOS REMANESCENTES

Talvez o mais controverso e polêmico tipo de intervenção seja aquele que assume a reconstrução literal de obras em escombros. Nesses casos, bem pior que a avançada

FIGURA 4 — Sítio arqueológico de *Tlatelolco*, na atual *Ciudad de México*.
Fonte: Fotografia dos autores (2009).

condição de arruinamento, a matéria já teria retornado ao que Brandi (2004) chama de estado completamente bruto. Nada mais resta da materialidade, da espacialidade e suas temporalidades. Os vestígios dilacerados restantes são tão ínfimos que não são mais capazes de "[...] rememorar algo que não mais o é" (HUYSSEN, 2014, p.94). Em grande parte desses casos, as destruições não são propriamente causadas pelo tempo que consome lenta e inexoravelmente a matéria e sim ação abrupta de sinistros violentos. Neles, memória e trauma se enlaçam num delicado, mas perigoso nexo que busca justificar a reconstrução literal de obras baseadas em iconografias e documentos que garantiriam a fidelidade das reconstituições.

Paradoxalmente, essas intervenções anulam a possibilidade de percepção e experimentação no corpo arruinado do tempo e do trauma, que se tornam apenas memória abstrata para alimentar a curiosidade lúdica dos circuitos turísticos. Tempo, memória e trauma são reduzidos à debilidade de rastros desarticulados e quase imperceptíveis, esporadicamente encontrados no corpo novo de expressão antiga e aspecto plastificado das obras reconstruídas, que não são propriamente novas nem exatamente antigas. Esse é o caso da Igreja de Nossa Senhora (*Frauenkirche*) (Figura 5) de Dresden, templo assentado no coração da cidade alemã, destruída durante os controversos bombardeios aliados acontecidos entre 13 e 15 de fevereiro de 1945 — ou seja, no ocaso da Segunda Grande Guerra mundial. Mais de meio Século após o término da segunda guerra mundial, sob a supervisão do engenheiro Eberhard Burger, a igreja seria reconstruída — juntamente com um

vasto trecho da área urbana adjacente. Finalizada em 2005, após treze anos de intensos trabalhos, a matéria nova dá corpo a um simulacro que reproduz exatamente as feições da igreja barroca setecentista de Georg Bähr — inclusive em todo o seu tratamento interno.

Contudo, o aspecto homogêneo e brilhante das pedras beges é estranhamente perturbado por manchas escuras. Essas manchas, que parecem sujeira e acabam dando a impressão de serem pequenas lacunas, são os débeis vestígios da antiga igreja — que apenas ganham essa condição após a explanação do guia turístico ou da leitura dos panfletos de visitação.

Curioso é o entendimento frequente de que a utilização dos fragmentos de duas paredes externas remanescentes, bem como a inserção de poucas pedras antigas lançadas nas superfícies externas da estrutura claramente renovada, legitima a intervenção e a certifica como uma ação restaurativa na qual não existiria lugar para a contrafação. Não obstante, é claro que a reconstrução de todo o corpo do monumento, incluindo seu espaço interior — com a totalidade de seus elementos decorativos, literalmente reproduzidos, tal e qual —, teriam como resultante a confecção de uma maquete em tamanho natural; um simulacro do nobre passado da cidade saxã — uma falsificação histórica e estética que jamais poderia ser confundida com a igreja verdadeira, perdida irremediavelmente no bombardeio de 1945.

FIGURA 5 — A reconstruída Igreja de Nossa Senhora (*Frauenkirche*) de *Dresden*.
Fonte: Fotografia dos autores (2007).

RECUPERAÇÃO DA CAIXA MURAL EXTERIOR DE EDIFÍCIOS ARRUINADOS EM CONSONÂNCIA COM A PRESERVAÇÃO DE RESTOS DA ANTIGA RUÍNA NA PARTE INTERNA DA CONSTRUÇÃO

Foi debatido como o aspecto arruinado de alguns monumentos entra em consonância com os ambientes naturais adjacentes. O caráter da ruína como obra aberta, como massa dissolvida pelo tempo, como estrutura arquitetônica que se apresenta, simbolicamente, em seu crepúsculo, parece compor panoramas atraentes com cenários paisagísticos pouco tocados pela mão humana. Contudo, nos espaços urbanos comandados pela continuidade morfológica entre edifícios, a ruína pode despontar como verdadeira lacuna — como um fragmento na obra de arte constituída pela paisagem edificada. Pensemos na fratura gerada pelas escavações do *Templo Mayo*r no centro histórico da *Ciudad de México*, ou a grande avaria que a destruição do Hotel Pilão causou na Praça Tiradentes, em Ouro Preto[6].

Em uma direção semelhante, esta categoria de análise trata de casos frequentes de edifícios que estão assentados em núcleos históricos consolidados, de grande continuidade arquitetônica e paisagística, mas que entram em estado de arruinamento, perdendo irremediavelmente a leitura de sua articulação plástica e tipológica interior, mas preservando (mesmo com as superfícies degradadas) as paredes exteriores. A recuperação da caixa mural e do telhado destes objetos arquitetônicas que mantiveram, apesar do arruinamento, as fachadas, os vãos, as cercaduras, os elementos decorativos, nos parece uma situação legítima, pois as técnicas e materiais utilizados para revestimento, pintura e para a cobertura se aproximam, muitas vezes, dos procedimentos atuais.

Encantadora é a intervenção realizada pelo arquiteto José Fernando Canas, entre 1992 e 1996, para a recuperação da igreja lisboeta de São Domingos (templo medieval transfigurado por João Frederico Ludovice a partir de 1748 e reconstruído, após o terremoto de 1755, por Manuel Caetano de Sousa). A igreja do convento dominicano, de traços barrocos — e com inserções neoclássicas —, localizada em um pequeno largo entre o Rossio e a Praça dos Restauradores, teve seu interior destruído por um incêndio em 13 de agosto de 1959. O edifício perderia suas falsas e movimentadas abóbadas de madeira e teria as superfícies de suas paredes internas, com todas as marcações da modenatura clássica de pedra — formada por colunas engastadas, entablamentos, arcos, nichos, tribunas —, profundamente comprometidas pelo fogo. Igualmente, a parede do arco do cruzeiro, o presbitério e o altar-mor confeccionado em pedra, seriam gravemente danificados pelo incêndio — ficando o interior arruinado e exposto a céu aberto.

Quase quatro décadas depois, Canas conseguiria recuperar inusitadamente a trágica ambiência barroca da igreja, conservando, de forma imaculada, a memória do nefasto acontecimento de 1959. Na verdade, o arquiteto simplesmente sugeriu a consolidação da estrutura arruinada do interior — inclusive o altar mor —, e refez a complexa trama das antigas abóbadas de madeira que encerravam a nave e a capela-mor desenhando uma contemporânea abóbada metálica que suportaria o novo telhado. Contudo, o arquiteto

FIGURA 6 — Nave da Igreja de São Domingos, em Lisboa.
Fonte: Fotografia dos autores (2014).

FIGURA 7 — Detalhe do interior da Igreja de São Domingos, em Lisboa.
Fonte: Fotografia dos autores (2014).

não recuperaria o arcabouço decorativo das superfícies curvas de fechamento superior, e sim promoveria um tratamento continuo das superfícies, que ganhariam um tom avermelhado, escuro e texturizado — a mesma solução que usaria para os planos de paredes que fechariam os antigos nichos dos altares.

Na Igreja de São Domingos (Figura 6) impressiona como as grandes superfícies vermelhas texturizadas entram em consonância com a trágica imagem das paredes, colunas, arquitraves, cornijas, frisos arruinados, resgatando a dramática ambiência soturna do antigo templo. Segundo a Professora Odete Dourado[7], o arquiteto consegue, desse modo, restaurar o espírito profundamente trágico e teatral do interior barroco.

Logo, a intervenção pode ser entendida como a restauração da unidade artística do preservado contexto histórico, arquitetônico e urbanístico da parte baixa da região central de Lisboa — em função da recuperação da caixa mural do edifício —, mas também se prestaria à restauração da unidade potencial dramática do interior do templo barroco (Figura 7).

CRIAÇÃO DE NOVOS OBJETOS ARQUITETÔNICOS A PARTIR DAS RUÍNAS DE CONSTRUÇÕES OU ÁREAS URBANAS REMANESCENTES

> Parece-nos importante alertar para a possibilidade de, em determinadas situações, preservar as ruínas enquanto tal e, ao mesmo tempo, incorporá-las em novas construções que possam lhes agregar um valor instrumental (utilitário), desde que respeitando os valores históricos e de antiguidade inerentes ao seu estado de ruína. É necessário chamar a atenção para o fato de que, nestes casos, não estamos mais no campo do restauro dos monumentos, que prevê apenas a conservação das ruínas, mas sim no da composição arquitetônica.
>
> Estamos nos referindo àqueles casos de criação de híbridos arquitetônicos, nos quais a ruína — "resíduo de um monumento histórico ou artístico", nas palavras de Brandi — aparece como peça construtiva, como elemento arquitetônico, como ponto de partida do projeto de uma nova arquitetura, e não como ponto de partida para o restabelecimento da unidade potencial da edificação original pois, como vimos, este princípio da teoria do restauro brandiana não se aplica às ruínas, pois incorrer-se-ia na construção de uma cópia, de uma falsa reprodução de si própria (ANDRADE JUNIOR, 2008, p.11).

As palavras do Professor Nivaldo Vieira de Andrade Junior servem para apresentar esta última categoria de análise, para nós a mais importante deste ensaio. Já vimos que a ruína pode ser, com sua carga pitoresca e seu caráter de sublimidade, uma nova obra de arte gerada justamente a partir da perda da unidade potencial — da condição preexistente

de integridade do edifício. Seus destroços, por assim dizer, não possuem mais a capacidade de apresentar a obra de arte que o monumento ou o núcleo urbano compunha, mas entram em congruência com a paisagem circundante constituindo — através de uma inebriante relação da sua forma aberta, dissolvida na atmosfera, com o cenário natural adjacente — uma nova, e não poucas vezes, mais interessante obra de arte; uma estrutura artística de caráter totalmente diverso da forma fechada e integra do antigo objeto.

É claro que a estratégia mais lógica de atuação em uma situação como esta seria a restauração da ruína em si, e não do monumento fechado que teria perdido irremediavelmente sua condição estética. E para esta restauração, a condição de ruína e sua relação com os panoramas adjacentes precisariam ser mantidos e recuperados, já que o valor da obra estaria justamente nesta relação. Se alguma interferência prejudicasse a leitura desvelada por esta nova relação paisagística, esse obstáculo deveria ser eliminado.

Contudo, neste último item, não nos colocaremos mais no campo da restauração, mas, como diria Nivaldo Andrade, na esfera da criação arquitetônica propriamente dita. O que queremos discutir são criações feitas a partir dos vestígios de antigos edifícios e áreas urbanas que, de modo aparentemente contraditório, servem como ponto de partida para a concepção de novas arquiteturas fundadas no instigante confronto entre as estruturas incompletas e degradas das ruínas, e o aspecto fechado e arrojado da nova arquitetura.

Poderíamos dizer que uma das intervenções brasileiras mais paradigmáticas no que se refere à relação dos vestígios arruinados de um edifício preexistente com a arquitetura contemporânea seria aquela realizada pelos arquitetos Rodrigo Meniconi e Maria Edwiges Leal no Colégio pertencente ao Santuário do Caraça, em Minas Gerais — santuário fundado no Século XVIII ao pé da Serra do Caraça (conjunto monumental inserido em um dos parques naturais mais belos e importantes de Minas Gerais).

O complexo era formado por uma série de instalações que envolviam a igreja neogótica (construída no final dos oitocentos, em substituição da antiga ermida colonial), o seminário, as habitações para os religiosos, o refeitório, o colégio. Este último estava instalado, parcialmente, em uma grande construção oitocentista de três andares, que se desenvolvia longitudinalmente e acolhia treze vãos alinhados verticalmente. Segundo o Padre Zico (1983), a ala norte teria sido levantada entre os anos de 1871 e 1875, com o andar térreo feito em alvenaria de pedra e os dois andares superiores com uma tecnologia mais elementar, utilizando o tijolo. A ala sul do edifício teria sido edificada, por volta de 1895, de maneira mais sólida, totalmente em alvenaria de pedra. Contudo, no dia 28 de maio de 1968, (ZICO, 1988) um grande incêndio consumiria o longo edifício, destruindo praticamente toda a cavidade interna e telhado, mas preservando, a céu aberto, a caixa mural formada pelas quatro fachadas exteriores.

Somente depois de duas décadas do sinistro, entre 1986 e 1989, foi realizado o projeto de intervenção concebido por Rodrigo Meniconi e Maria Edwiges Leal. Na ocasião, as paredes de tijolo da ala norte se encontravam profundamente comprometidas e instá-

veis, e em grande parte desmoronadas, o que levou os arquitetos a proporem a supressão dos vestígios remanescentes. O que sobrou das grossas paredes exteriores foram as três fachadas de pedra componentes da parte mais nova da construção, assim como os vestígios arruinados dos alicerces do pavimento inferior da ala norte — fragmentos também edificados em pedra, lançados nas proximidades da igreja neogótica.

A imagem da massa amorfa da construção degradada, lançada na paisagem montanhosa, luminosa e verde da Serra do Caraça, perdida em meio ao ancestral santuário, gera aquele caráter trágico, mas encantador, que as ruínas provocam no homem "moderno" — e esta sensação é potencializada pelo colapso das paredes de tijolo da metade sul do edifício, anulando qualquer possibilidade de apreensão da antiga unidade artística da obra preexistente. Mais uma vez, se o Colégio do Caraça perderia sua unidade em potencial, suas ruínas gerariam uma nova e inebriante obra de arte na sua pitoresca e sublime relação com a expressiva paisagem do Parque Natural do Caraça.

Contudo, os arquitetos não aceitaram a reconstrução do prédio, ou mesmo a simples conservação da ruína em sua interface com a paisagem, como seria, segundo Brandi (2004), a atitude mais coerente — já que a nova obra de arte conformada pela ruína estaria fundamentada justamente na sua forma aberta e irregular, em sua condição extrema de degradação, na sua relação com o ambiente selvagem, no respeito absoluto a seus destroços como documentos irrefutáveis da história. Em oposição, procurou-se dar um uso à metade mais íntegra da ruína — espaço de recepção e exposições no pavimento térreo; biblioteca no segundo piso; auditório com belvedere no último andar. Segundo Edwiges Leal (1992, p.46):

> O projeto nasceu de um impasse: a necessidade de preservar as ruínas exigia escrupuloso respeito; o novo programa, para se legitimar estética e funcionalmente, devia ser autônomo e flexível. O próprio conflito gerou a nova unidade. À cuidadosa manutenção da forma e aparência das pedras — que conservam ainda as marcas do incêndio — contrapõem-se o aço, o vidro e o concreto armado, estabelecendo um diálogo em que permanece nitidamente delimitado o campo de expressão próprio de cada uma das partes.

Neste sentido, uma espécie de caixa de vidro fumê, com estrutura de concreto aparente sustentando três lajes, seria acomodada dentro das paredes remanescentes da ala sul. Deste modo, as três altas fachadas arruinadas teriam seus múltiplos vãos fechados com panos de vidro escuro — com exceção das janelas do último pavimento da elevação sul que ficariam vazadas, abertas a uma espécie de terraço com pergolado que atenderia ao auditório. A fachada norte, por sua vez, conformada pelo "oco" deixado na ocasião da derrubado das paredes exteriores de tijolo da parte mais antiga do colégio, receberia um único pano de vidro fumê contínuo, reforçando a ideia da caixa de vidro justaposta à construção.

Dentro do edifício, a imagem gerada através do confronto entre a estrutura antiga da ruína e o novo desenho proposto para viabilizar o seu uso, expunha uma nova arquitetura de caráter extremamente atraente. A relação entre o pé-direito triplo da entrada com a monumental escadaria de acesso aos pavimentos superiores; o pano de vidro de mais de 10 metros de altura que se abria à frente, expondo o panorama não muito distante da parte posterior da igreja neogótica; as paredes internas arruinadas envolvidas — mas nunca tocadas — pelos pilares, vigas e lajes de concreto; o vidro fumê do pavimento inferior apoiado nos pilares, soltando as aberturas mais baixas nas duas fachadas principais — todas estas soluções que colocariam em oposição o novo e o antigo produzem uma obra arquitetônica que se apropria da pitoresca ruína para potencializar sua carga expressiva contemporânea.

Mesmo assim, externamente o edifício parece não perder sua trágica consonância com a paisagem natural, já que os vestígios de pedra foram preservados de forma imaculada — e o vidro fumê parece resgatar a sombra gerada pelos vãos em oposição às paredes carcomidas pelo fogo (Figura 8). Ou seja, é como se os arquitetos preservassem a relação da ruína com a paisagem — apesar de claramente não empreenderem uma atitude restaurativa no que se refere ao edifício propriamente dito, partindo do pressuposto que a apreensão da obra de arte preexistente (falamos da ruína em si) foi totalmente alterada, especialmente em sua cavidade interior.

Outra instigante experiência, também realizada em território mineiro, viria a ser a construção — dentro de uma antiga fazenda colonial na beira da estrada real, muito próximo à cidade de Ouro Branco — da Capela de Santana ao Pé do Morro, templo projetado pelos arquitetos, de filiação pós-moderna, Éolo Maia e Jô Vasconcellos. Bruno Santa Cecilia introduz as motivações que levaram a construção da pequena igreja na Fazenda ao Pé do Morro:

> Para abrigar seis imagens sacras de grande valor histórico e artístico, fez-se necessária a construção de uma capela, cujo projeto ficou a cargo de Éolo Maia. O encargo demandado pela Açominas previa a construção de uma capela em "estilo colonial" aproveitando as ruínas de uma edificação próxima à sede da fazenda. Nesse momento, foi de fundamental importância a participação de Jô Vasconcellos, não apenas nas discussões conceituais que antecederam o projeto, mas no convencimento da própria diretoria da empresa da pertinência de se realizar uma intervenção contemporânea, no que lhe autorizava a recente conclusão do Curso de Especialização em Restauro e Conservação de Monumentos e Conjuntos Históricos (1978-1979)[8].
>
> A matriz conceitual que orientou os trabalhos provinha das recentes experiências internacionais em restauro e intervenções em edificações históricas, que preconiza-

FIGURA 8 — Intervenção na ruína do Colégio do Caraça, em Minas Gerais.
Fonte: Fotografia dos autores (2014).

> vam a manutenção da integridade do objeto histórico. Sua identidade seria garantida através da distinção visual entre o novo e o antigo, como a utilização de materiais contemporâneos e a independência formal das novas estruturas espaciais e suportes a novos usos (SANTA CECÍLIA, 2006, p.131).

Ao contrário do que Rodrigo Meniconi e Edwiges Leal encontraram nas ruínas do Santuário do Caraça, os fragmentos arquitetônicos que serviram como a "pedra de toque" para o projeto de Éolo e Jô eram pouco expressivos e de importância histórica reduzida. De fato, eram apenas três paredes contíguas, muito degradadas, provenientes de um edifício próximo ao casarão sede da fazenda. Não obstante, os arquitetos transformam os muros antigos na estrutura protagonista da ação arquitetônica proposta. Soltos dentro da caixa de vidro da capela, se abrem para acolher o altar-mor que recebe as imagens sacras (hoje retiradas do local). Protegida dentro do ambiente arquitetônico hermeticamente fechado, a ruína é preservada em sua total integridade, com todas as marcas de suas patologias construtivas expostas.

Neste contexto, as paredes degradadas aparecem em total congruência com o vão transparente do ambiente permeável do interior capela. O espaço da nave e do presbitério, livre de elementos estruturais, é conseguido através do deslocamento da estrutura de aço

corten que sustenta o edifício — com pilares e tirantes metálicos em diagonal — para a parte exterior da construção, distribuídos sequencialmente nas fachadas laterais maiores, e ligeiramente afastados dos panos de vidro. Os fragmentos da antiga construção adquirem, deste modo, uma aura sagrada — potencializada pela habilidade dos arquitetos em lançá-los em uma situação de alto teor dramático, abrigando simbolicamente, com suas paredes que avançam sobre a nave, o fiel. Desta maneira, o fruidor se impressiona com o confronto entre a poética do pitoresco e do sublime impressa nas superfícies dissolvidas pelo tempo da ruína e a estrutura contemporânea que a envolve (Figura 9). Sutilmente elevados, e recebendo o altar principal, os muros arruinados trazem aquele "[...] anseio nostálgico do passado" de que falava Huyssen (2014), um passado que é de fato ilusão, mas irresistível aos olhos do espectador.

Além disso, a cavidade interna apresenta uma articulação extremamente atraente, na qual os fragmentos arruinados convivem com uma espécie de caleidoscópio de cores formado através da entrada da luz no ambiente, luz filtrada pelos vidros coloridos distribuídos nas fachadas laterais. Congruente a isso, a transparência, que permite a visão da idílica paisagem natural circundante, a base de pedra, o complexo desenho do forro em madeira, o mobiliário, a pia batismal, o coro, todos estes elementos se somam para produzir um espaço que alia o sentido trágico da ruína com a animação do cenário colorido típico da arquitetura de Éolo e Jô.

Por fora, o simples pavilhão de vidro que envolve a igreja destaca-se pela sua estrutura de sustentação em aço, pelas peças verticais de madeira agregadas aos panos de vidro,

FIGURA 9 — Interior da Capela de Santana ao Pé do Morro, em Ouro Branco, Minas Gerais.
Fonte: Fotografia dos autores (2014).

pelo cruzeiro de aço corten de complexo desenho tridimensional — inspirado no cruzeiro papal da capela colonial do Padre Faria em Ouro Preto, uma típica referência historicista pós-moderna. Entretanto, o protagonismo fica, mais uma vez, a cargo das ruínas que são literalmente desveladas através do reflexo do vidro.

Mas também expressivo é o tom dramático que a forma fechada do templo adquire em sua interface com a paisagem natural — especialmente com o pequeno lago e com o morro que se ergue por detrás. Ou seja, mais uma vez a inexpressiva ruína se torna o elemento mais significativo e o ponto de partida da intervenção contemporânea.

De fato, em boas propostas de intervenção, sempre são variados os graus de interação do novo com o antigo. A exemplo, podemos citar o espetacular projeto de João Luis Carrilho da Graça e João Gomes da Silva na Praça Nova, ambiente aberto na extremidade oriental do Castelo de São Jorge (Figura 10), em Lisboa — obra vencedora do *Prêmio Piranesi Prix* de Roma, versão 2010. As ruínas de três períodos históricos diferentes — um palácio bispal da Idade Média, dois palacetes islâmicos e um setor da Idade do Ferro — são integradas a inserções arquitetônicas contemporâneas construídas em aço corten e a uma grande "caixa" horizontal encerrada por paredes brancas levantadas, sutilmente, acima das fundações dos palacetes islâmicos, sem tocar os seus alicerces — resgatando, pedagogicamente, as ambiências internas e externas dos edifícios ancestrais mouriscos.

A partir da valorização da leitura e da compreensão didáticas dos vestígios arqueológicos, como artifícios protagonistas da obra, se alcança, obviamente, uma proposta de recriação artística do sítio, e não sua restauração: a paisagem natural e edificada deslumbrante, a atmosfera cativante do castelo, a arquitetura nova de traço tipicamente português, e as ruínas, se complementam divinamente.

Uma nova arquitetura fundada na integração paisagística entre elementos de diversas categorias e tempos: as muralhas do castelo, nas faces norte e oeste; a Igreja de Santa Cruz, a sul; os inebriantes panoramas do Bairro de Alfama e do Rio Tejo, a leste; os vestígios arqueológicos a céu aberto; as paredes e volumes de aço corten que delimitam o sítio e protegem algumas áreas estratégicas de escavações; o grande volume branco que se sobrepõe as fundações das casas islâmicas, a noroeste.

Curiosamente, a relação que se busca entre as estruturas contemporâneas da massa alva e fechada que protagoniza o espaço — bem como os painéis e volumes de aço corten avermelhado —, com as ruínas, a paisagem circundante, a igreja, o castelo, é do mais puro contraste, gerando uma riquíssima experiência estética no que tange à apreciação da paisagem resultante. Ao invés de um enfadonho e incompreensível percurso por dispersas fundações de épocas distintas, foi criado um fascinante cenário arquitetônico e paisagístico — que permite a experimentação didática da arquitetura de um passado muito distante.

FIGURA 10 — Área arqueológica do Castelo de São Jorge, em Lisboa.
Fonte: Fotografia dos autores (2012).

CONCLUSÃO

Viu-se que nos últimos anos muitas ações contemporâneas têm comprometido fatalmente o equilíbrio da ruína com o sítio onde está inserido. Se algumas vezes os órgãos de proteção do patrimônio insistem na reconstrução de objetos arquitetônicos ou urbanos arruinados, outras vezes arquitetos consagrados (ou não) promovem verdadeiras deturpações da percepção original dos sítios arrasados, utilizando a construção degrada como uma ocasião para gerar uma nova obra arquitetônica fundada no conflito entre o aspecto preexistente e uma imagem artística totalmente inovadora. Algumas vezes, o resultado é fascinante, criando uma excepcionalidade que ultrapassa o destaque que o edifício preexistente e/ou sua ruína um dia tiveram, qualificando a intervenção como referência paradigmática para a arquitetura contemporânea. Outras vezes, em busca de extratos mais antigos da ação humana, se danificam obras e sítios existentes, que são irremediavelmente perdidos em prol da exposição de ruínas, nessa delicada e complexa relação entre valorização, destruição e frequentemente reinvenção dos vestígios do passado.

NOTAS

1. Há um entendimento que pode ser ambíguo no horizonte desse debate gerado pelo termo reconstrução, pelo uso e sentido que as línguas podem dar e como ele é traduzido em outros idiomas. Podemos falar de reconstrução de um lugar na recuperação de áreas ou edifícios danificados ou degradados sem que isso seja sinônimo de refazer tal e qual eram as obras arquitetônicas e/ou os conjuntos urbanos perdidos. No entanto, o termo reconstrução também pode ser usado nesse sentido de refazimento literal. Essa ambiguidade é perigosa, pois são sentidos absolutamente distintos no que definem como meta e modo de intervenção, bem como para o impacto gerado na preservação / destruição de espacialidades, temporalidades, memórias e, obviamente, materialidade do patrimônio cultural edificado.

2. Após o início das escavações do sítio arqueológico em 1926, o *Governatorato* de Roma empreenderia a remoção da edilícia medieval que preenchia os espaços intersticiais, os alicerces, os interiores dos mercados, sua área externa — a destruição de um ancestral acervo arquitetônico e urbanístico no qual um fórum imperial abandonado e mutilado revelava sua lenta e gradativa ocupação por construções de épocas posteriores, reforçando o caráter humano e pitoresco do sítio. A liberação de Mussolini estaria em conexão com todas as arrasadoras intervenções que ele apadrinharia nas áreas dos fóruns imperiais e que derrocariam na abertura da desolada *Via dell'Impero* (atual *Via dei Fori Imperiali*).

3. Algumas projeções feitas pelos cronistas espanhóis do Século XVI falam entre vinte e quarenta mil mercadores.

4. *Teocalli* é uma palavra *nahuatl* (a língua dos antigos astecas) que significa "Casa de Deus", ou seja, o termo asteca para "Templo".

5. Mesmo arquiteto que projetou o *Museu del Templo Mayor* e o *Museu de Antropología de la Ciudad de México*.

6. Se a reconstrução integral de sua casca exterior — como foi feita — não nos parece legítima, deixar a lacuna urbana, formada pelos vestígios da construção preexistente, exposta no espaço público mais importante da cidade, também seria completamente arbitrário. Dever-se-ia investir na restauração da praça preenchendo o buraco deixado pelo incêndio de abril de 2003, através da implantação de um edifício contemporâneo que resgatasse a plena unidade do contexto urbano.

7. Juízo proferido em uma conversa com os autores há mais de 10 anos.

8. Foi o III CECRE, oferecido pela Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais. A partir de 1981, quando o IV CECRE foi acolhido pela Universidade Federal da Bahia, o curso deixou de ser itinerante. Ganhou sede definitiva no Centro de Estudos da Arquitetura da Bahia, Universidade Federal da Bahia) — onde funciona, bianualmente, até hoje — desse 2010 como mestrado profissional. Foram 19 versões: a primeira em São Paulo (1974), seguida de Recife (1976), Belo Horizonte (1978-1979), 12 versões na Bahia como especialização e está em curso a quarta turma do curso de Mestrado Profissional em Conservação e Restauração de Monumentos e Núcleos Históricos.

REFERÊNCIAS

ANDRADE JUNIOR, N. A re-semantização das ruínas na modernidade e sua dignificação pela arquitetura contemporânea. In: ENCONTRO NACIONAL DE ARQUITETOS, ARQUIMEMÓRIA, 3., 2008, Salvador. *Anais*… Salvador: IAB, 2008.

BRANDI, C. *Teoria da restauração*. Cotia: Artes e Ofícios, 2004. p.66-82.

EDWIGES LEAL, M. Patrimônio: Colégio Caraça. *Revista AU*, n.44, p.46-48, 1992.

HUYSSEN, A. *Culturas do passado-presente*: modernismos, artes visuais, políticas da memória. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

LÓPEZ LUJÁN, L.; CHÁVEZ BALDERAS, X. Al pié del Templo Mayor: excavaciones en busca de los soberanos Mexicas. In: LÓPEZ LUJÁN, L.; MCEWAN, C. (Org.). *Moctezuma II*: tiempo y destino de un gobernante. Ciudad de México: Instituto Nacional de Antropología e Historia, 2010. p.294-320.

MELLO, U. A. A restauração da Casa da Torre. In: HOLANDA, G. (Org.) *A Casa da Torre de Garcia D'Ávila*. Rio de Janeiro: Cecília Jucá de Holanda, 2002. p.59-64.

RUSKIN, J. *A lâmpada da memória*. Salvador: Mestrado em arquitetura e Urbanismo da UFBA, 1996.

SANTA CECÍLIA, B. *Éolo Maia*: complexidade e contradição na arquitetura brasileira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.

ZICO, J. T. *Caraça*: sua igreja e outras construções. Belo Horizonte: FUMARC, 1983. p.128.

ZICO, J. T. *Caraça*: peregrinação, cultura, turismo. Belo Horizonte: Littera Macial, 1988. p.158.

Recebido em 6/2/2017, reapresentado em 11/4/2017 e aprovado em 8/5/2017.

RODRIGO ESPINHA BAETA | Universidade Federal da Bahia | Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo | Mestrado Profissional em Conservação e Restauração de Monumentos e Núcleos Históricos | R. Caetano Moura, 121, Federação, 40210-905, Salvador, BA, Brasil. Correspondência para/*Correspondence to*: R.E. BAETA. *E-mail*: <rodrigobaeta@yahoo.com.br>.

JULIANA CARDOSO NERY | Universidade Federal da Bahia | Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo | Mestrado Profissional em Conservação e Restauração de Monumentos e Núcleos Históricos | Salvador, BA, Brasil.

EVOLUÇÃO NO TRATAMENTO DAS PAISAGENS CULTURAIS NA ESPANHA: UM CASO PARADIGMÁTICO: O PLANO DAS COLÔNIAS TÊXTEIS DO RIO LLOBREGAT

EVOLUTION OF CULTURAL LANDSCAPES TREATMENT IN SPAIN: A PARADIGM CASE: THE PLAN FOR THE TEXTILE COLONIES OF THE LLOBREGAT RIVER | EVOLUCIÓN EN EL TRATAMIENTO DE LOS PAISAJES CULTURALES EN ESPAÑA: UN CASO PARADIGMÁTICO: EL PLAN DE LAS COLONIAS TEXTILES DEL RÍO LLOBREGAT

ADELITA ARAUJO DE SOUZA, JOAQUÍN SABATÉ BEL

RESUMO

Neste artigo comentamos a evolução dos estudos e projetos em paisagens culturais na Espanha, mostrando quais agentes participaram, que instrumentos foram usados desde os primeiros inventários, catálogos e planos territoriais. Abordaremos um caso paradigmático, que começa com a proposta de um eixo patrimonial ao longo de um rio e leva ao primeiro plano territorial de um rico conjunto de colônias têxteis. Finalmente, apresentamos as lições que aprendemos com os estudos, realizados em conjunto com o *Massachusetts Institute of Technology*, de uma centena de projetos em paisagens culturais.

PALAVRAS-CHAVE: Colônias industriais. Paisagens culturais. Patrimônio industrial. Projeto territorial.

ABSTRACT

This article describes the evolution in Spain of studies and interventions in cultural landscapes, the agents that participated, and the tools that have been used, from early inventories and catalogues to regional projects. It describes a paradigmatic case that starts with the proposal of a heritage axe along a river and gives place to the first regional plan of a rich set of textile colonies. Finally we show the lessons we learned from a research that we carried on together with MIT Massachusetts Institute of Technology, on hundred interventions on cultural landscapes.

KEYWORDS: *Industrial colonies. Cultural landscapes. Industrial patrimony. Territorial design.*

RESUMEN

En este artículo comentamos la evolución en España los estudios y proyectos en paisajes culturales, que agentes han participado, que instrumentos se han utilizado, desde los primeros inventarios y catálogos a los planes territoriales. Se describe un

caso paradigmático, que arranca con la propuesta de un eje patrimonial a lo largo de un río y da lugar al primer plan territorial de un rico conjunto de colonias textiles. Finalmente mostramos las lecciones que aprendimos del estudio, realizado conjuntamente con el Massachusetts Institute of Technology, de un centenar de proyectos en paisajes culturales.

PALABRAS CLAVE: *Colonias industriales. Paisajes culturales. Patrimonio industrial. Proyecto territorial.*

INTRODUÇÃO

Quando recebemos o convite para elaborar um texto para um número especial da revista Oculum Ensaios, imaginamos que poderia resultar interessante mostrar no Brasil, através de uma proposta paradigmática, a evolução no tratamento das paisagens culturais na Espanha. O Brasil é um país com uma longa tradição na defesa do patrimônio e com uma instituição tão relevante como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que nos últimos anos, através da Chancela da Paisagem Cultural, tem decidido afrontar um notável desafio neste campo.

Vamos dividir este texto em três partes. Na primeira iremos expor as características básicas daquela evolução. Na sequência, apresentaremos algumas intervenções ao longo do rio Llobregat, onde estamos trabalhando há mais de vinte anos. E finalmente mostraremos como surge o conceito de paisagem cultural e algumas lições que aprendemos no estudo de numerosos projetos em paisagens culturais na Europa e América.

A EVOLUÇÃO NO TRATAMENTO DAS PAISAGENS DO TRABALHO NA ESPANHA

Nesta primeira parte desenvolvemos uma análise sintética de como as paisagens do trabalho vem ganhando valorização na Espanha durante os últimos trinta anos, do quadro em que se desenvolveram e das principais intervenções sobre as mesmas. Buscamos destacar, em primeiro lugar, como alguns agentes foram construindo um "estado de opinião", contribuindo para um crescente interesse por este patrimônio. Isto inclui profissionais, departamentos universitários e centros de investigação, mas também o trabalho de difusão através de publicações, congressos e museus. O quadro no qual operaram se refere a algumas normas que tiveram uma clara incidência neste campo.

É importante ressaltar que em poucos anos se desenvolveram instrumentos de intervenção cada vez mais complexos, comprometidos e de maior escala, desde os primeiros inventários, catálogos e trabalhos de documentação; de intervenções isoladas, de recuperação e reutilização de edifícios singulares; aos planos e programas onde se integra o patrimônio industrial (do trabalho em geral) em propostas coordenadas de maior ambição e, finalmente, a projetos territoriais, onde este patrimônio constitui o eixo da intervenção e pode tornar-se motor de desenvolvimento local.

Caberia aspirar que o patrimônio do trabalho desempenha um papel equivalente em qualquer projeto ou plano territorial que alcançou o patrimônio natural; onde cultura e natureza se convertem em eixos de reflexão e medida de nossas intervenções sobre o território.

A atenção aos remanescentes industriais (fábricas, portos, colônias têxteis, mineiras, etc.) começa precisamente no processo de desindustrialização dos anos 1970 e pelas propostas para reativar estes territórios afetados (Figura 1). Uma primeira reação procede de âmbitos acadêmicos e profissionais diversos, defendendo que os edifícios industriais podem oferecer valores que aconselham sua conservação e reutilização, ou que os territórios industriais em desuso fazem parte de nosso patrimônio cultural. Alguns autores destacam as oportunidades urbanísticas associadas ao aproveitamento das peças industriais abandonadas nas grandes cidades, ou aprofundam a relação entre patrimônio industrial e desenvolvimento local, entre patrimônio cultural e ordenação do território, ou na aplicação dos vestígios industriais ao desenvolvimento territorial, o que inclui a recuperação de paisagens ameaçadas pela destruição de seus elementos mais singulares. À medida que se fazem evidentes os efeitos da crise e o declive industrial se acentua, toma corpo uma corrente de opinião sensível aos remanescentes industriais, que se cristaliza na década de 1990 com propostas de intervenção fundadas em seu valor testemunhal e material, assim como o seu potencial para servir de reivindicação cultural, para converter-se em produto turístico, para atuar como fator de revitalização socioeconômica e recuperação da identidade dos territórios em crise.

A Universidade soma o estudo e a defesa da paisagem do trabalho com numerosos cursos e investigações, onde destacam a importância e o potencial deste patrimônio, debatendo metodologias de intervenção. Predomina em geral um conceito de patrimônio industrial associado à arqueologia, à história da técnica, à arte e inclusive à etnografia, sendo que o fator territorial começa a adquirir uma presença cada vez mais notável.

Como em outros países, as iniciativas de valorar as paisagens do trabalho possuem na Espanha uma tripla origem: a reflexão universitária; o trabalho de alguma administração especialmente sensibilizada; e o trabalho de agentes locais, amantes de um território no qual pretendem valorizar seu patrimônio. E felizmente estes três grupos têm se inclinado a convergir e somar seus esforços em repetidas ocasiões.

FIGURA 1 — Paisagens industriais na Espanha (*Clot del Moro* e restos de fundições ao Norte de Espanha).
Fonte: Arquivo pessoal dos autores (1999).

Desde o ponto de vista normativo a consideração da paisagem do trabalho como um testemunho material de nossa cultura é um fenômeno recente. O primeiro texto relevante é a Lei de Patrimônio Histórico Espanhol, de 1985, mas que não reconhece uma significação e tratamento específico. Ainda assim, constitui um avanço significativo para que a noção de patrimônio se amplie para toda expressão de cultura material e testemunhal da civilização.

O crescente interesse do setor universitário pelo patrimônio industrial se manifesta igualmente em iniciativas como a elaboração de inventários e catálogos, que possuem o mérito de reivindicar às paisagens do trabalho sua condição de recursos patrimoniais.

Por trás dos esforços de reconhecimento e proteção, aparecem numerosos exemplos de recuperação de velhas fábricas ou armazéns destinados a museus, centros de arte ou habitações. Tratam-se, em geral de construções singulares, vinculadas à memória industrial, que passaram por um longo período de abandono, sendo reconhecidas depois como um bem de interesse cultural, para serem finalmente convertidas em operações emblemáticas de renovação urbana. Tratam-se de intervenções centradas exclusivamente no objeto, na recuperação na maioria das vezes de um belo invólucro, onde as marcas da história apenas são reivindicadas, ou aparecem como uma mera desculpa.

Mais recentemente se produz um notável avanço ao estruturar, mediante diferentes programas, a conservação e reabilitação do patrimônio industrial. Cabe destacar o Plano Nacional de Patrimônio Industrial que distingue três tipos de bens industriais:

- Elementos ilhados, que são testemunho representativo de uma atividade industrial.
- Conjuntos que conservam todos os componentes materiais e funcionais, e que constituem uma mostra coerente e completa de uma determinada atividade.
- Paisagens industriais onde se conservam todos os componentes essenciais dos processos de produção de uma ou várias atividades industriais inter-relacionadas.

Este Plano inclui peças desde meados do Século XVIII e tem servido para todas as manifestações arquitetônicas ou tecnológicas relacionadas com as atividades de produção e distribuição. Os remanescentes móveis e imóveis da industrialização se somam às fontes documentais escritas, gráficas e orais.

Finalmente cabe destacar alguns exemplos recentes que ilustram a identificação entre patrimônio industrial e revalorização do território, como os Itinerários de patrimônio industrial, cultural e natural no norte da Espanha. Também podemos incluir nesta categoria a rede de parques mineiros que foi se tecendo nos últimos anos, e que supõe a reconversão de espaços abandonados em espaços de ócio e recreio, com um componente de turismo cultural importante. São lugares ao ar livre, criados a partir de explorações históricas. Um singular e mal conhecido patrimônio que hoje forma parte da oferta turística de numerosas comunidades autônomas (SABATÉ BEL & BENITO DEL POZO, 2010).

Por seu especial interesse explicaremos um projeto territorial onde o patrimônio industrial é o verdadeiro protagonista, o eixo patrimonial do rio *Llobregat*.

OS TRABALHOS SOBRE O EIXO PATRIMONIAL DO RIO LLOBREGAT

Apresentaremos este trabalho sobre a bacia do rio *Llobregat* e seu rico conjunto de colônias industriais, de pequenos núcleos situados em zonas rurais e um dos fenômenos caraterísticos do processo de industrialização da Catalunha (SABATÉ BEL, 2006). As colônias constituem um dos recursos mais singulares da paisagem fluvial dos cursos altos do rio *Ter* e do rio *Llobregat*. Estas aparecem em meio ao Século XIX nas margens dos rios (fonte de energia) e distantes de Barcelona (fonte de conflitos sociais). Para mover suas turbinas, as fábricas utilizam a força das águas e realizam pequenas inversões em cachoeiras e nos meandros dos rios.

Localizar-se longe de núcleos habitados obriga seus proprietários a construir habitações e serviços. Em poucos anos consolidam verdadeiros povoados com bares, casino, escolas, teatro, lojas, igreja, jardins e casas de diversas categorias.

A baixa vazão do rio se compensa com a existência de muitos saltos naturais e infraestrutura barata, pela mão de obra abundante em um mundo rural e pelas condições legais e fiscais favoráveis.

No rio *Ter*, a cada 17 km percorridos existe 15,5 km de canais produzidos pelas colônias, no rio *Llobregat* aparecem barragens e reservatórios a cada 10 ou 15 metros de desnível. E com as colônias também chegam os trens, as estradas e cerca de uma centena delas surgem e se desenvolvem até início do Século XX.

Mas com o pós-guerra, se acentua uma crise já latente pelos custos de transporte, os conflitos sociais e mais recentemente, pela internacionalização do capital e a desvalorização dos lugares. A crise torna-se tão acentuada que atualmente poucas fábricas estão em funcionamento nas colônias. Os postos de trabalho foram reduzidos e as colônias entraram em um intenso processo de despovoamento e desterro.

Muitas delas foram desaparecendo dramaticamente, por sua obsolescência produtiva, falta de serviços ou por estarem ilhadas em meio a grandes pântanos. Entretanto consolidam um patrimônio riquíssimo de barragens, represas e diques; de pequenas, mas belas casas de comporta; canais; fábricas; chaminés; habitações dos proprietários, diretores e trabalhadores; diversos tipos de equipamentos e serviços; jardins e hortas.

No momento de maior crise se abordam muitos estudos e um primeiro projeto de impulso e reativação. O Governo da Província nos encarregou de produzir um inventário de recursos e posteriormente o Governo Catalão requereu um Plano Diretor, primeiro do rio *Llobregat* e depois do rio *Ter*, para dirigir e coordenar possíveis intervenções.

O Governo da Província nos pediu um inventário de recursos e lhes oferecemos algo além disso, apresentamos um projeto territorial que partia de uma hipótese

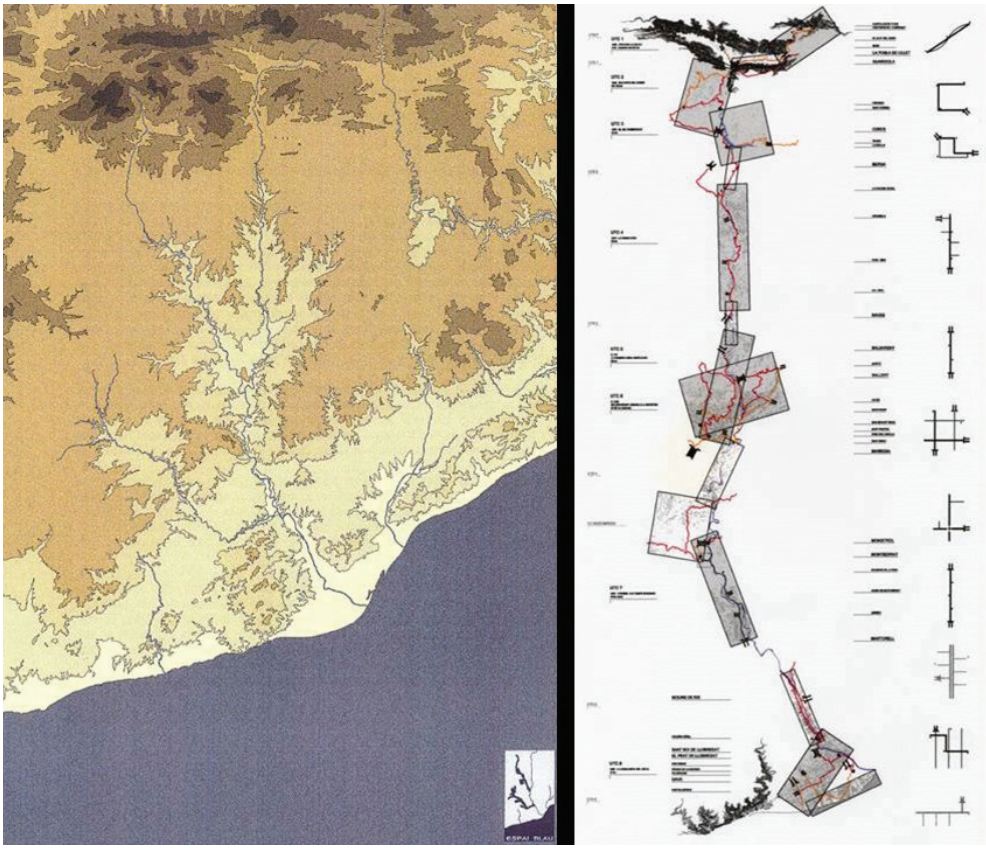


FIGURA 2 — O eixo patrimonial do rio *Llobregat*.
Fonte: Arquivo pessoal dos autores (1999).

interpretativa: A bacia do rio *Llobregat* atravessa e garante estrutura à província de Barcelona e seu curso foi testemunho dos principais episódios da industrialização catalã (Figura 2).

Necessitávamos narrar uma história, ter um fio condutor (SABATÉ BEL, 2004). Por isso defendemos que se tratava do rio mais trabalhador da Europa, por haver sido explorado durante Séculos, desde o local onde nasce, movendo moinhos e turbinas, alimentando indústrias e populações, criando pacientemente um delta agrícola, sendo represado e acabando exausto e com dificuldade de fluir em sua desembocadura.

E por que não explicar a história do desenvolvimento industrial da Catalunha seguindo o curso do rio? Para isso vamos identificando sucessivos episódios:

- Os excedentes da rica horta de Manresa, que é produzida com os recursos da água de um canal de irrigação de 30 km de extensão executado no Século XIV, dão origem à primeira indústria urbana.
- A montante do rio, já ao longo do Século XIX, a água começa a mover as primeiras máquinas.
- Dos moinhos passamos à extraordinária paisagem das colônias têxteis.

■ Na foz do rio, já na metade do Século XIX, com os esforços de construção de um delta, se cria um território agrário moderno.

■ A demanda industrial de Barcelona dá lugar à aparição, perto da França, de singulares fábricas de cimento e de minas de carvão entre 1900 e 1920.

■ O transporte exige trens para vencer a distância existente entre as montanhas e a cidade de Barcelona.

■ E, além disso, gera-se um princípio de indústria turística ao redor de *Montserrat*, montanha sagrada da Catalunha, com a construção de novos acessos.

■ Finalmente, em 1970, a regulação do rio pela construção de uma barragem, e as extrações e resíduos de uma indústria moderna, levam à decadência do sistema e ao mesmo tempo, a uma crescente crise ambiental.

O rio sempre facilitou estreitos vínculos comerciais. Mas hoje está rodeado de estradas e rodovias que são pouco atentas à sua morfologia, que interpretam o curso fluvial apenas como um corredor de passagem entre Barcelona e França. A identidade produtiva de tantas paisagens da antiga industrialização e as atividades que construíram aquelas paisagens parecem obsoletas. As margens do rio mais trabalhador da Europa mostram claros sintomas de esgotamento. Numerosos vestígios de um rico passado (pontes medievais, moinhos, represas, canais e diques, fábricas e colônias industriais, instalações mineiras, ferrovias e bondes, etc.) estão abandonados. Mas os testemunhos da atual decadência podiam ser a base para um novo impulso. Por haver sido a estrutura do desenvolvimento econômico, o rio *Llobregat* guardava numerosos recursos culturais.

E estas eram as bases do projeto que denominamos "Eixo patrimonial do rio *Llobregat*", e muito fundamentalmente ao entusiasmo de diversos agentes locais para relacionar e unir os recursos patrimoniais a partir de um contexto territorial. Mas como proceder à revalorização de seu patrimônio natural e cultural? Como conduzir a partir desse patrimônio o desenvolvimento de áreas em declínio?

Em primeiro lugar resultava fundamental entender globalmente o eixo fluvial para poder dispor de um âmbito claro de referência e aglutinar um conjunto de iniciativas dispersas, também para apresentar de forma unitária uma proposta que fosse diversa e variada.

Estudamos ao longo do rio sua rica topografia, as bacias e pontos altos. Como se organizavam os assentamentos, e como se relacionavam entre si. Inventariaram-se todos os recursos patrimoniais, desde aqueles vinculados aos traçados de caminhos e ferrovias ou ao transporte fluvial, até aqueles que nascem com a tradicional estrutura agrária do território.

Como em tantos outros trabalhos perguntávamos às pedras, ao território, atentos às suas características morfológicas, aos marcos topográficos que o sinalizam, à água que o rega, aos recursos patrimoniais que o enriquecem, à vegetação que o veste. Também era importante medir quantidade e qualidade da água, estudar o percurso do

rio, suas seções, seu fluxo, os ecossistemas, o impacto de extrações e resíduos, canais, represas e pântanos. A partir deste ponto e tendo em conta diversas iniciativas locais, procedeu-se ao reconhecimento de oito âmbitos temáticos, entrelaçados por uma história comum. Em cada um deles se articulam seus recursos ao redor de um tema central e se criam dois desafios básicos: (a) Definir sua estrutura interpretativa, explicar uma história; selecionar recursos relacionados com o tema escolhido; projetar itinerários que os relacionem; identificar acessos, projetar um centro de interpretação e, dependendo do caso, algum museu. (b) Articular a gestão conjunta dos recursos, conduzindo o ente gestor a consolidar iniciativas existentes, integrando agentes locais e administradores.

Atualmente já foram desenvolvidos os projetos dos Parques Patrimoniais do Carvão, das Colônias Industriais, do canal de irrigação medieval e do Parque Agrário do Delta. Estes são os primeiros frutos de um processo de reativação de uma bacia fluvial valorizando seus recursos patrimoniais. Frente a uma impossível nova industrialização, ou a opção de um turismo em massa, podemos comprovar, como em outros locais, que a aposta pela revalorização dos recursos patrimoniais supõe um modelo economicamente mais viável, ambientalmente mais sustentável, atento a identidade de cada território e socialmente mais justo. Comentaremos dois destes projetos:

O CANAL DE IRRIGAÇÃO MEDIEVAL DE MANRESA

Na Idade Média a cidade de Manresa cresce longe do rio e tem necessidade de água; para beber, para viver, mas também para mover os engenhos onde se trabalha com a lã. Por isso pede permissão ao rei para construir um canal que conduza a água do rio *Llobregat*, com uma obra hidráulica simples, mas monumental, e ainda em pleno funcionamento (Figura 3).

Hoje o canal, com cerca de 30 km de comprimento, traça uma fronteira entre as cores ocres e os verdes vivos das hortas. Nasce na sombra de um castelo medieval e serpenteia o pé da cerra, buscando uma linha mínima pendente em uma sucessão de muros de contenção, pontes e pequenos aquedutos conservados com muito cuidado ao longo dos Séculos.

FIGURA 3 — O canal de irrigação medieval de Manresa.
Fonte: Arquivo pessoal dos autores (1999).

A intervenção consiste apenas em limpar e refazer o caminho e as pequenas obras; em propor uma interpretação do território e em projetar umas poucas peças de "mobiliário territorial" para enriquecer a experiência do passeio pelo canal, como algumas delicadas propostas de um profissional cativante e grande artista, Álvaro Siza, um belo exemplo de "*land-art*".

O PLANO DIRETOR URBANÍSTICO DAS COLÔNIAS INDUSTRIAIS

A montante do rio, na metade do Século XIX o vale superior do *Llobregat* mostra uma transformação surpreendente. Se levantam pequenos assentamentos, sempre ordenados e às vezes padronizados, onde os trabalhadores vivem à sombra das fábricas ao longo de diversas gerações. O resultado é uma paisagem particular, metade industrial e metade agrária, habitada por obreiros que por sua vez também são agricultores. São 14 cidades em miniatura, com fábrica, igreja, casas dos trabalhadores, canais, hortas próximas do rio e vila dos proprietários (SABATÉ BEL & VALL, 2009).

Entretanto a chegada da eletricidade permite implantar fábricas em lugares mais acessíveis e as colônias entram em crise (Figura 4). O trabalho começa a reduzir e com este os habitantes das cidades descontínuas que cresceram ali, onde uma pequena cachoeira permitia aproveitar a força da água para desenvolver uma fábrica. Hoje os habitantes que restam são cidadãos de segunda, em núcleos que carecem dos serviços básicos.

Os Planos Diretores Urbanísticos das colônias dos rios *Llobregat* e *Ter* pretendem reativar este patrimônio (SABATÉ BEL & VALL, 2013). Para eles é imprescindível assegurar atividade econômica e qualidade de vida. Uma colônia viva requer uma fábrica viva, promover atividade econômica e residencial. Converter as colônias em bairros equipados exige atrair habitantes, aceitar que possam crescer até uma dimensão que permita reivindicar serviços e transporte público.

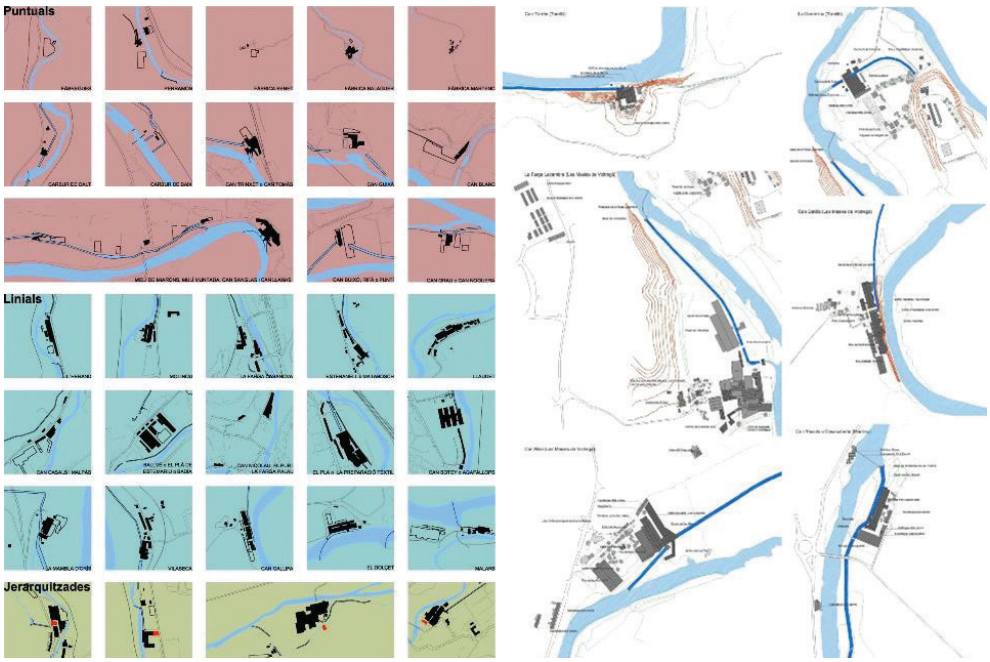


FIGURA 4 — Tipologias das colônias têxteis do rio *Ter*, 2008.
Fonte: Arquivo pessoal dos autores (2008).

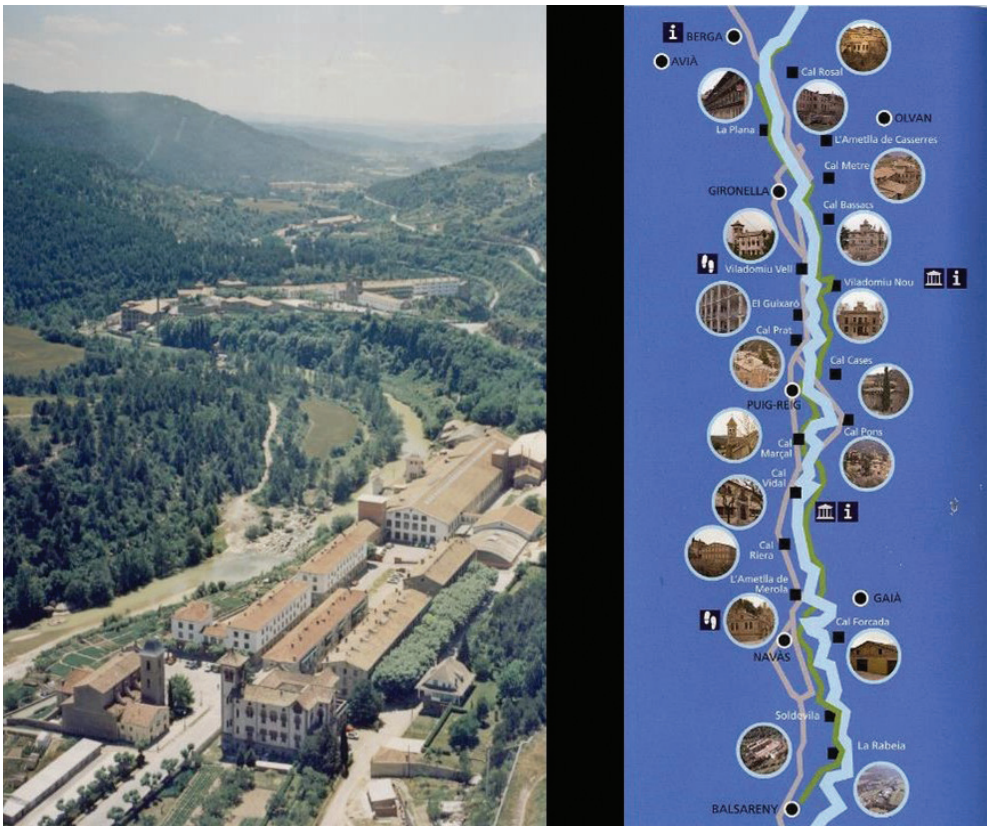


FIGURA 5 — Colônia têxtil e sistema de colônias.
Fonte: Arquivo pessoal dos autores (2007).

Trata-se de promover turismo cultural e atividades produtivas apropriadas, para ajudar a manter os habitantes nas colônias e atrair novos. O lema da intervenção poderia sintetizar-se como "A Preservação Através da Transformação". Quatro destas colônias são projetadas como entradas de um parque patrimonial: a entrada cultural, a colônia-museu, o centro do parque e a entrada comercial (Figura 5). E a trilha ao longo do rio se recupera como um eixo cívico, se limpa e se completa com pequenas pontes.

Além disso, as colônias se constituem em um rico patrimônio construído. Seu principal valor não reside tanto nas peças em si, mas na relação entre os edifícios, os espaços agrícolas e abertos com a paisagem fluvial (Figura 6). Como em tantas outras iniciativas similares se realizam levantamentos históricos e morfológicos muito completos. E se elabora um catálogo dos edifícios e espaços abertos para identificar e salvaguardar sua estrutura, seu "código genético", a relação entre suas partes e a distinção entre os elementos originais e as novas áreas de intervenção.

O desafio é converter colônias obsoletas em bairros habitáveis, e para isso se necessita de uma densidade mínima de habitantes, para garantir os serviços básicos. Projetam-se tipologias, volumes e programas com alternativas diversas, desde casas isoladas,

a fileiras ou pequenos blocos de apartamentos. Se pretende manter o padrão morfológico prévio e propor intervenções ajustadas, buscando garantir um tamanho mínimo suficiente para que apareçam o comércio e os serviços básicos, assim como o transporte público.

FIGURA 6 — Colônia têxtil L'Ametlla de Merola.
Fonte: Arquivo pessoal dos autores (2007).

Quanto ao patrimônio natural se analisa a vegetação existente e as medidas necessárias para melhorá-las. A partir disto se busca o tratamento da vegetação próxima às imagens dos rios, às vezes com a simples adequação do caminho. Assim mesmo se buscam diversas intervenções ao longo do eixo fluvial. O rio oferece ricas oportunidades para reforçar sua urbanidade, melhorando o passeio ao longo do mesmo, aproveitando infraestruturas existentes, propondo passarelas ou dignificando as barragens (Figura 7).

Atualmente já se executaram algumas intervenções, geralmente muito modestas, como um centro de interpretação em uma antiga estação ferroviária; a recuperação da casa do proprietário para albergar instalações públicas, ou a melhora do acesso a uma das colônias. Utilizaram-se fábricas têxteis como restaurantes ou incubadoras de empresas, também se levaram a cabo operações para completar o tecido residencial.

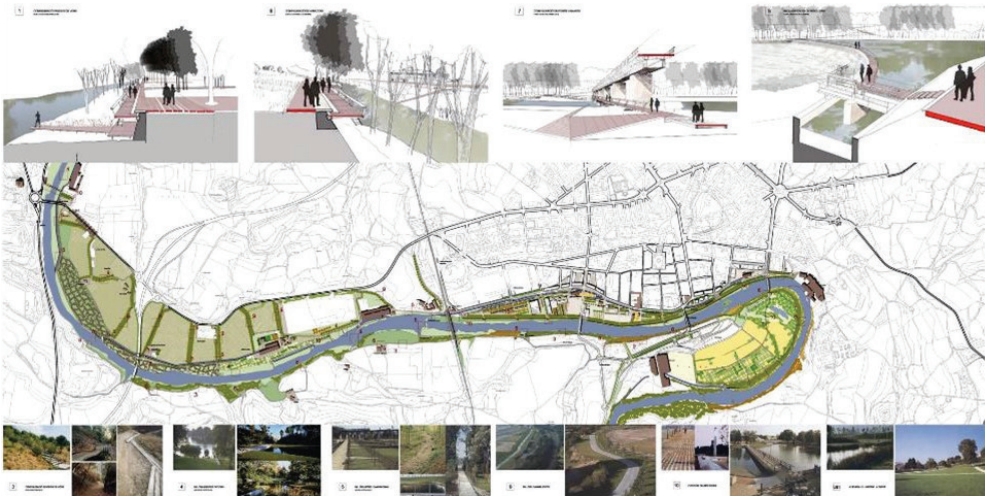


FIGURA 7 — Intervenções a longo do rio. Plano diretor do patrimônio industrial do *Ter* em 2007.
Fonte: Arquivo pessoal dos autores (2008).

ALGUMAS LIÇÕES DOS PROJETOS DE INTERVENÇÃO NAS PAISAGENS CULTURAIS

Muitos projetos em paisagens culturais possuem características similares. A ideia de conservar a herança do passado é relativamente moderna. Não era assim até bem avançado o Século XX, e é no calor das crises industriais e do crescente turismo cultural, que surge uma nova concepção de patrimônio, como legado da experiência e do esforço de uma comunidade. O patrimônio deixa de enfocar-se em uma simples concepção esteticista e restringida a monumentos arquitetônicos, e passa a ser interpretado como o Lugar da Memória (SABATÉ BEL, 2004). Surgem com isso novas instituições, instrumentos e conceitos, como as paisagens culturais.

O professor Carl Sauer cunha o conceito no princípio do Século XX, que analisa a transformação da paisagem natural em cultural devido à ação do ser humano. Em "*Morphology of landscape*" (SAUER, 1969) a define como o resultado da ação de um grupo social sobre uma paisagem natural.

Entendemos paisagem cultural como um registro do homem sobre o território; um texto que se pode escrever e interpretar; entendendo o território como uma construção humana. Definimos paisagem cultural como um âmbito geográfico associado a um evento, a uma atividade ou a um personagem histórico, que contém valores estéticos e culturais.

Dito de uma maneira menos ortodoxa, entretanto mais simples e bela, a paisagem cultural é a marca do trabalho sobre o território, um memorial ao trabalhador desconhecido. Podemos considerar superada aquela visão tradicional do patrimônio que se limitava a monumentos, ou a elementos ilhados no território. Hoje reconhecemos cidade e território como patrimônio. Hoje defendemos uma visão mais ampla e integrada dos valores patrimoniais. Mudamos a ênfase de sua proteção, para seu respectivo valor. Vinculamos os recursos naturais e culturais ao território, passando da proteção à sua valorização.

Há quinze anos a análise de uma centena de propostas nos permitiu também deduzir critérios para ajudar a obter um melhor resultado (SABATÉ BEL, 2011; SABATÉ BEL & SCHUSTER, 2001). Do decálogo de lições que aprendemos gostaríamos de recordar brevemente algumas:

1) A primeira é que os residentes são os principais recursos de um território (Figura 8). São essenciais em seu futuro, por seus conhecimentos e por seu entusiasmo, uma vez que reconhecem o valor do patrimônio acumulado. Também são os principais interessados em valorizar seu patrimônio, em mantê-lo e adequá-lo. As melhores iniciativas assim os reconhecem e os incorporam em seu projeto e promoção. O mais importante em todo projeto é reforçar a autoestima dos residentes. Os visitantes, museus e inversões ocorreram na sequência.

2) Mas as lembranças também são recursos básicos. Os vestígios de outras gerações, a memória coletiva e as tradições de uma comunidade desaparecem com o tempo. E são tão importantes, ou inclusive mais, que seus monumentos.

3) As experiências de maior interesse surgem da base, são impulsadas por agentes locais, amantes de um território onde reclamam um justo equilíbrio entre preservação e atualização. Os melhores projetos se caracterizam por crescer de baixo para cima. Acaba sendo difícil assegurar o êxito onde não há recursos humanos locais dispostos a desempenhar um papel relevante.

FIGURA 8 — Os residentes constituem os principais recursos de um território (Colônias industriais, Parco Agrário do Baix Llobregat).
Fonte: Arquivo pessoal dos autores (2001).

4) As propostas analisadas sempre apresentam uma estrutura física com notáveis similitudes. Em todos os casos reconhecemos os mesmos componentes: âmbito e sub-âmbitos; recursos patrimoniais e serviços; portas, acessos, centros de interpretação e museus; caminhos que vinculam todo o anterior e limites visuais ou administrativos. Se falamos de áreas, marcos, nódulos, itinerários e bordas, recordamos dos 5 elementos básicos da síntese de Lynch (1960) em seu livro "*The image of city*" e esta similitude nos permite aplicar em seu desenho ricas analogias (Figura 9).

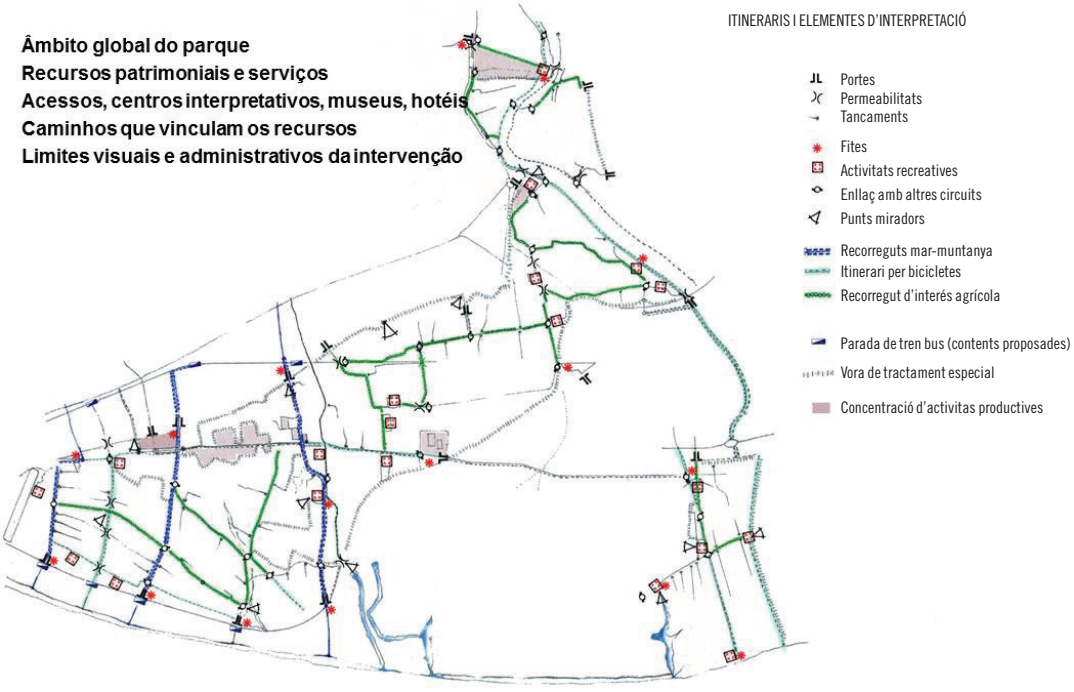


FIGURA 9 — Estrutura interpretativa do Projeto do Parque Agrário (2001).
Fonte: Arquivo pessoal dos autores (2001).

5) Aprendemos outras lições, que os percursos devem ser desenhados para a velocidade que permita observar adequadamente a paisagem, e, sendo possível, com os meios de locomoção característicos do momento de sua construção.

6) Que em todas as intervenções é interessante narrar uma história, definindo um âmbito coerente e um claro fio condutor.

7) Que em toda paisagem cultural, em todo território carregado de recursos, e por isso muito delicado, um requisito absolutamente imprescindível é a existência de um projeto. Um projeto em significado mais amplo e ambicioso, um modelo esperançoso, consensual e compartilhado.

8) Também comprovamos que é preciso definir com claridade os objetivos básicos de toda intervenção.

9) As iniciativas mais relevantes frequentemente integram diferentes funções de uma só vez: preservação e atualização do patrimônio, educação, difusão e muito fundamentalmente impulso ao desenvolvimento econômico.

10) A rica complexidade das paisagens culturais exige um novo marco conceitual e novos métodos e instrumentos. Reivindica um certo esforço criativo, porque não podemos intervir desde o edifício teórico, o marco administrativo ou os instrumentos do planejamento tradicional. Na análise dos mais significativos projetos em paisagens culturais podemos destacar uma conclusão: A gestão inteligente dos recursos patrimoniais supõe um dos fatores chaves para seu desenvolvimento, porque atrai turismo e inversões, gera atividades e postos de trabalho, mas muito fundamentalmente, porque reforça a autoestima da comunidade.

Começa a existir uma certa experiência de planos e projetos territoriais baseados no patrimônio. Algumas das iniciativas mais recentes e bem-sucedidas de ordenação territorial evidenciam o interesse desta nova aproximação. A eclosão de parques patrimoniais de carácter cultural ou natural mostram a transcendência desta exploração, assim como os desafios de uma experiência ainda incipiente. Todos eles contemplam algumas premissas: identificar recursos de interesse e oferecer uma interpretação estruturada e atrativa dos mesmos, narrar uma história capaz de atrair visitas e inversões, de descobrir oportunidades de atividade e áreas de projeto, de situar o território em condições de iniciar um novo desenvolvimento. Assim como tentamos produzir na Terra do Fogo (Chile), redescobrindo os vestígios de diferentes culturas que o vento queria borrar e a neve pretendia cobrir.

Os projetos de parques patrimoniais que temos analisado, ou onde temos intervindo, tendem em geral, a cobrir uma série de estágios sucessivos comuns. Em primeiro lugar convém evitar uma futura deterioração dos recursos. Aqueles vinculados ao desenvolvimento industrial são de tamanho considerável, custosos de manter e reutilizar e de relativo valor arquitetônico. Mas seu uso e manutenção é crucial, como parte substancial de nossa história, de nosso patrimônio cultural:

1) Uma primeira medida deve ser protegê-los, verificando se é preciso vinculá-los a algum tipo de medida de preservação legal, impedindo uma possível deterioração. Não

exagerar, como ocorreu na casa de Sarmiento em Tigre[1]. Isso não é o suficiente, é necessário ir muito além disso; pensar o que fazer com estes edifícios, como reutilizá-los imaginativamente, tal e como se fez no caso do Emscher Park, Le Creusot, New Lanark e em tantos outros casos que souberam equacionar patrimônio, uso, atividade, turismo ou geração de emprego (SABATÉ BEL, 2004). E tão pouco isto é o bastante; recordemos que é preciso interpretá-los e colocá-los a serviço de uma estrutura mais geral, no guião de uma história.

2) Para conseguir estes objetivos é imprescindível atrair a consciência pública. Os recursos patrimoniais não estão habitualmente "instalados" na consciência coletiva, por isso a necessidade imperiosa da divulgação de seus valores. Apenas assim se atrai tal atenção, aparecerão políticas, investimentos para sua preservação.

3) Em terceiro lugar é preciso projetar e administrar um quadro coerente e memorável. Na medida em que funcionamos a partir de percepções, é preciso dotar nossas paisagens culturais de uma imagem clara e que facilmente possa ser recordada.

4) O fundamental é estimular uma infraestrutura de comunicação, que dê suporte à história que queremos transmitir: museus, centros de visitantes, informativos, revistas, páginas na *Internet*. A informação acrescentada ao lugar é característica fundamental dos novos espaços narrativos, das paisagens culturais.

A herança cultural não se deve simplesmente preservar. Oferece oportunidades de desenvolvimento aos quais se mesclam valores históricos e novos valores territoriais. Trata-se de superar uma posição meramente conservacionista do patrimônio e trabalhar com os recursos dentro de processos de transformação. A construção de hoje que pode também gerar identidades e patrimônio amanhã. A preservação através da transformação, bem poderia ser o enunciado sintético.

Nesta linha, as paisagens culturais estão chamadas a desempenhar um papel relevante, porque constituem a expressão da memória, da identidade de uma região, identidade assim mesmo como projeto aberto, que se pode ir enriquecendo sucessivamente. Não é apenas questão de mera manutenção de um legado patrimonial. Hoje mais que nunca, frente à globalização, tematização e banalização de tantas paisagens, devemos apostar por intervir nelas valorizando sua identidade e sua memória.

Uma lição bem interessante que temos aprendido nestes projetos é que no código genético de cada paisagem está a sua alternativa (Figura 10), e que para intervir nela devemos conhecê-la e respeitá-la, integrando estruturas físicas e narrativas, tangíveis e intangíveis, para valorizá-las através de sua transformação.

FIGURA 10 — *La Geria* (*Lanzarote*).
Fonte: Arquivo pessoal dos autores (2000).

NOTAS

1. Trata-se de uma pequena casa de madeira que foi protegida e isolada dentro de uma caixa de vidro.

REFERÊNCIAS

LYNCH, K. *The image of city*. Massachusetts: MIT Press, 1960. p.227.

SABATÉ BEL, J. Paisajes culturales: el patrimonio como recurso básico para un nuevo tipo de desarrollo. *Urban,* n.9, p.8-29, 2004.

SABATÉ BEL, J. Paisajes culturales en Cataluña: el eje patrimonial del río Llobregat. In: EL PAISAJE y la gestión del territorio: criterios paisajísticos en la ordenación del territorio y el urbanismo Consorcio Universidad Internacional Menéndez y Pelayo de Barcelona. Barcelona: Territori i Govern Ed. Visiones, 2006. p.531-548.

SABATÉ BEL, J. Algunas pautas metodológicas en los proyectos en paisajes culturales. In: LA PRÁCTICA del urbanismo. Madrid: Editorial Síntesis, 2011.

SABATÉ BEl, J.; BENITO del POZO, P. Paisajes culturales y proyecto territorial: un balance de treinta años de experiencia. *Revista Identidades: Territorio, Cultura, Patrimonio*, n.2, p.2-21, 2010.

SABATÉ BEL, J.; SCHUSTER, J.M. (Ed.). *Proyectando el eje del Llobregat: Paisajes culturales y desarrollo regional*: Designing the Llobregat Corridor: Cultural Landscape and Regional Development. Barcelona: Universidad Politécnica de Cataluña y Massachusetts Institute of Technology, 2001.

SABATÉ BEL, J.; VALL, P. La construcció del paisatge de les colònies: una aproximació morfològica. In: VALL, P. *Colònies industrials*. Barcelona: Angle Editorial, 2009. p.114-131.

SABATÉ BEL, J.; VALL, P. Colonias postindustriales: crisis y revaloración. In: GAZZANEO, L.M. (Ed.). *Patrimônio e paisagem em espaços lusófonos e hispánicos*: preservação da paisagem construída e natural. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013. p.170-187.

SAUER, C. Morphology of landscape. In: LAND and Life. Berkeley: University of California Press, 1969. (A Selection from the Writings of Carl Ortwin Sauer).

Recebido em 6/3/2017, reapresentado em 20/4/2017 e aprovado em 15/5/2017.

ADELITA ARAUJO DE SOUZA | Pontifícia Universidade Católica de Campinas | Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias | Programa de Pós-Graduação em Urbanismo | Campinas, SP, Brasil.

JOAQUÍN SABATÉ BEL | Universitat Politècnica de Catalunya | Programa de Maestría y Doctorado en Urbanismo | Balmes 357, 2º, 3ª, Barcelona, 08006, Barcelona, España | Correspondência para/ *Correspondence to*: J. SABATÉ BEL. *E-mail*: <joaquin.sabate@upc.edu>.

OURO PRETO, VILA (DES)APARECIDA: A DIFÍCIL RELAÇÃO ENTRE O CENTRO HISTÓRICO E SUAS ÁREAS DE ENTORNO[1]

OURO PRETO, VILA (DES)APARECIDA: *A DIFFICULT RELATION BETWEEN THE HISTORIC CENTRE AND ITS BUFFER ZONES* | OURO PRETO, VILA (DES)APARECIDA: *LA DIFÍCIL RELACIÓN ENTRE EL CASCO HISTÓRICO Y SUS ALREDEDORES*

VANESSA BORGES BRASILEIRO, ANDRÉ GUILHERME DORNELLES DANGELO

RESUMO

A condição urbana atual em diversos centros históricos brasileiros aponta para uma série de conflitos e contradições, seja de ordem teórica, seja de ordem operacional, que ameaçam a conservação do patrimônio edificado. Em Ouro Preto, cidade que recebeu o título de Patrimônio da Humanidade em 1980, estes problemas — ainda que não lhe sejam exclusivos, afligindo outros tantos centros históricos legalmente protegidos — ganham expressividade, em especial pela excepcionalidade dos bens ali existentes, cujo entorno desprovido de qualidade urbanística, arquitetônica e paisagística revela uma visão míope da teoria brandiana, em que a instância histórica se sobrepõe, ou mesmo aniquila, o valor da instância estética. Casos como o da Vila Aparecida, merecem a atenção dos especialistas, pois não somente apontam para uma inexistência/deficiência na elaboração dos planos de gestão, como consolidam uma prática que caminha na contramão da experiência internacional, posto que desconstroem os valores universais excepcionais (*Universal Outstanding Values*) que motivaram um desejo de fazer permanecer formas geradas no passado. Discutir o problema da preservação dos centros históricos e a gestão das áreas de entorno é o objetivo deste ensaio.

PALAVRAS-CHAVE: Áreas de entorno. Centros históricos. Ouro Preto. *Universal Outstanding Values*. Vila Aparecida.

ABSTRACT

Urban condition in many Brazilian historic centres nowadays points to whether theoretical or operational conflicts and contradictions that threaten the conservation of built heritage. At Ouro Preto*, listed as World Heritage in 1980, those problems — even not exclusive, since they distress other protected historic centres — are notorious, specially due to the exceptionality of local heritage, whose buffer zones lack of urban, architectonic and landscape quality, revealing a near-sighted conception of Brandi's theory. In other words the historical instance overlaps or even demolish aesthetic instance value. Cases like Vila Aparecida deserve experts attention since they point to an inexistence/*

deficiency on managing plans, as well as the consolidate a practice that goes on contrary of international experience, since they deconstruct the universal outstanding values that motivated the will to preserve buildings of the past. Discussing the problem between the preservation of historic centres and their buffer zones management is the aim of this essay.
KEYWORDS: *Buffer zones. Historical centers.* Ouro Preto. *Universal outstanding values.* Vila Aparecida.

RESUMEN

La condición urbana actual en varios centros históricos en Brasil apunta para una serie de conflictos y contradicciones, sea de naturaleza teórica, sea práctica, amenazando la conservación del patrimonio construido. En Ouro Preto*, una ciudad que recibió el título de Patrimonio de la Humanidad en 1980 esos tipos de problemas — que afectan a tantos otros centros históricos protegidos por la ley — ganan expresividad, especialmente a causa de la excepcionalidad de los bienes existentes, cuyos alrededores carentes de calidad urbana, arquitectónica y del paisaje revela una visión miope de la teoría brandiana, en el que la instancia histórica solapa o incluso aniquila el valor de la instancia estética. Casos como el de* Vila Aparecida*, merecen la atención de los expertos, ya que no sólo aluden a la falta/deficiencia en la preparación de planes de gestión para consolidar una práctica que va contra la corriente de la experiencia internacional, sino deconstruyen el valor universal excepcional (universal outstanding values) que motivó el deseo de preservar las formas generadas en el pasado. Discutir el problema de la conservación de los centros históricos y la gestión de las áreas circundantes es el objetivo de este ensayo.*
PALABRAS CLAVE: *Zonas de amortiguamiento. Cascos históricos.* Ouro Preto. *Universal outstanding values.* Vila Aparecida.

INTRODUÇÃO

À noite, apenas os fantasmas aparecem.

Anoitece em Vila Rica[2]. Nuvens rapidamente escondem aquilo que não deve ser visto. Luzes se acendem, monumentos erguem-se na paisagem. O mártir Tiradentes permanece impassível. Apenas os fantasmas aparecem (Figura 1).

Amanhece em Ouro Preto. Sob os acordes dissonantes e agudos da música de Capiba, a Orquestra Ouro Preto magistralmente regida pelo Maestro Rodrigo Toffolo canta a paisagem. A cidade, cena a cena, se revela. Em face à tricentenária ladeira do Vira-saia, os casebres ao longe ainda não se distinguem. Um corte: sobrados magistrais da Praça Tiradentes, alguns já oitocentistas. O movimento descendente do drone faz ver o Carmo: apenas a igreja e o antigo bairro dos portugueses; nenhuma paisagem além do céu a emoldurar o templo. Outro corte e vê-se o calçamento em pé-de-moleque, em um cabisbaixo olhar que busca nas pedras a poética (talvez por não encontrá-las alhures). O mártir

FIGURA 1 — Fotogramas do vídeo "Toada", da Orquestra Ouro Preto.
Fonte: Acervo dos autores (2017).

FIGURA 2 — Fotogramas do vídeo "Toada", da Orquestra Ouro Preto.
Fonte: Acervo dos autores (2017).

Tiradentes novamente em primeiro plano; o casario recentemente erguido, alçando as encostas dos morros em declividades inimagináveis, ao longe. Se o Itacolomi assume o plano de fundo, é a construção comum que ocupa o plano principal, ainda sem maior impacto, mesmo aos olhares mais atentos. Para além de Mercês de Baixo, novamente o Vira-saia e ela, a Vila Aparecida. Os planos que se seguem, com São Francisco dominando a imagem, parecem deliberadamente esconder o conjunto habitacional erguido sob a voz populista a partir dos anos 1960. Impossível, a partir de então, não aguçar o olhar. Ainda que a névoa sempre presente em Ouro Preto insista em esconder os elementos em desacordo com sua excepcional arquitetura, eles ali estão: tráfego intenso e estacionamentos a amontoar as vias, telhados em amianto nas faces posteriores de edifícios que fingem nobreza em suas fachadas principais com telhas de barro, caixas d'água, antenas parabólicas (Figura 2). Nos salvam o fôlego os monumentos: Câmara e Cadeia, Estação, Carmo, Casa dos Contos, São Francisco recebendo as chagas do Mestre Aleijadinho.

Mais do que apontar, uma a uma, para uma realidade que as cenas teimam em esconder, esse ensaio pretende discutir o problema da preservação dos centros históricos brasileiros frente a gestão das áreas de entorno, tomando por objeto um dos exemplares de maior visibilidade, Ouro Preto. A escolha deste sítio se justifica no caráter icônico que

apresenta, que se apoia na excepcionalidade de seus monumentos, exaltada pelos modernistas de 1922 e que se confunde com a gênese da preservação no país.

Para tanto, percorreremos os problemas evidentes, seja na área tombada, seja nas encostas — onde se destaca o caso da Vila Aparecida, já mencionada — retroagindo a uma breve historiografia da preservação daquele sítio desde a década de 1930 até a atualidade. Este exercício nos permitirá não apenas compreender melhor os fenômenos que impactam a paisagem ouro-pretana, colocando em xeque seus honorários títulos, mas sobretudo discutir as perspectivas teóricas que alimentam a conservação da paisagem cultural no Brasil, em especial aquela elaborada por Brandi (2005)[3]. A reflexão teórica nos permitirá o resgate de autores negligenciados — como Gustavo Giovannoni — e experiências esquecidas — como o Plano Viana de Lima, elaborado em 1974 — conduzindo a uma reflexão sobre o conceito de *Universal Outstanding Value*, em consonância com as diretrizes da *United Nations Organization for Education, Science and Culture* (UNESCO).

OURO PRETO, ÍCONE DA PRESERVAÇÃO

A história da preservação no Brasil se entrelaça àquela de Ouro Preto desde que os modernistas ali chegaram "a pé de ferro"[4] em 1924. A "caravana", da qual participava Mário de Andrade — que iria mais tarde arquitetar a composição de um instituto para a preservação no país —, não vinha em busca de um Brasil exótico, mas autóctone, original. Encontraram uma Minas monumental, mas arruinada; excepcional, mas desconhecida; genial, mas híbrida. Era necessário construir uma imagem singular para uma nação ávida por inserir-se no cenário modernista. O ponto final do percurso, Ouro Preto, foi a apoteose pela qual ansiavam os poetas.

> Na atmosfera violeta
> A madrugada desbota
> Uma pirâmide quebra o horizonte
> Torres espirram do chão ainda escuro
> Pontes trazem nos pulsos rios bramindo
> Entre fogos
> Tudo novo se desencapotando
> (ANDRADE, 1974, p.137).

Lançada a semente, somente uma década após a icônica viagem pôde germinar uma ação legalmente instituída para que se desse início à preservação da cidade. O Decreto nº 22.928 de 12 de julho de 1933 *erige* Ouro Preto "monumento nacional". A expressão por nós destacada é pertinente, pois ergue-se, constrói-se, elabora-se uma Ouro Preto salvaguardada, embora as fundações para esta salvaguarda não lhe sejam sólidas. Ainda que reconhecida a necessidade de sua preservação:

> Considerando que a cidade de Ouro Preto, antiga capital do Estado de Minas Gerais, foi teatro de acontecimentos de alto relevo historico na formação da nossa nacionalidade e que possúe velhos monumentos, edificios e templos de arquitetura colonial, verdadeiras obras d'arte, que merecem defesa e conservação (BRASIL, 1933, p.1),

nenhum ônus deveria ser aplicado à União, cabendo ao Estado e ao Município a tarefa prática da proteção dos bens, resguardada a esfera de atuação de cada ente. Efetivamente, pouco se altera no quadro até então instalado.

A criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)[5] e a promulgação do Decreto-Lei nº 25, em 1937, dão novo alento à preservação dos bens culturais, àquela época entendidos segundo sua excepcionalidade. O tombamento foi efetivado pela inscrição dos bens no Livro do Tombo das Belas Artes, em 20 de abril de 1938[6]. Ao final dos anos 1930, Ouro Preto conservava muitas das características arquitetônicas, urbanísticas e paisagísticas setecentistas que incitaram a sua preservação: vias estruturadoras dos principais caminhos conectadas aos principais monumentos religiosos, articuladas por variantes implantadas em consonância à topografia ou becos que garantiam as servidões. O parcelamento do solo caracterizava-se pelas frentes estreitas e por grandes extensões no sentido transversal aos arruamentos, gerando amplos quintais profusamente arborizados. O casario era ainda esparso, embora homogêneo, predominantemente construído segundo as regras vernaculares da estrutura em madeira e vedações em terra caiada — nas suas mais diversas variantes — que definia a proporção das fachadas, seja das casas térreas, seja dos sobrados, sempre cobertos por telhados cerâmicos em duas águas.

Por ocasião do tombamento, o contingente de lotes ainda vagos no centro histórico era proporcionalmente grande[7]. Enquanto a cidade esteve submetida à estagnação econômica, originada com a decadência do ouro em finais do Século XVIII e intensificada com a mudança da Capital da Província para Belo Horizonte em 1897, o quadro manteve-se inalterado. Mas a ampliação da Universidade de Ouro Preto, a implantação da Alcan a partir de 1936 e a intensificação da atividade turística vieram a alterar substancialmente as relações econômicas e, por consequência, o centro histórico — centralidade ainda simbólica e local de concentração da infraestrutura — passa a ser objeto de especulação do mercado imobiliário.

Ainda que o Escritório Técnico do IPHAN estivesse instalado na cidade desde os anos de 1940, não havia legislação pertinente que desse respaldo a ações de controle sobre o crescimento urbano que se intensificava e promovia o preenchimento dos vazios e o parcelamento do solo, ainda que em vinculação ao antigo traçado. Em outras palavras, o instrumento do tombamento era importante posto que instaurava a disposição do Estado em gerir o sítio histórico, mas débil, em razão de sua inadequação no tratamento das questões urbanísticas e paisagísticas que se impunham. A perspectiva de gerar um núcleo

protegido acabou por convergir em uma reprodução da linguagem estilística, a despeito de manifestos contrários emitidos por Lucio Costa (1902-1998) em carta enviada a Rodrigo Melo Franco de Andrade (1898-1969) por ocasião do concurso para o Grande Hotel de Ouro Preto ainda em 1940, em antevisão ao problema que se seguiria:

> [...] sei, por experiência própria, que a reprodução do estilo das casas de Ouro Preto só é possível, hoje em dia, à custa de muito artifício. Admitindo-se que o caso especial dessa cidade justificasse, excepcionalmente, a adoção de tais processos, teríamos, depois de concluída a obra, ou uma imitação perfeita, e o turista desprevenido correria o risco de, à primeira vista, tomar por um dos principais monumentos da cidade uma contrafação, ou então, fracassada a tentativa, teríamos um arremedo 'neocolonial' sem nada de comum com o verdadeiro espírito das velhas construções (MOTTA,1987, p.110).

Inevitavelmente, incorporou-se a prática do denominado "estilo patrimônio", expressão cunhada por Motta (1987) para designar edificações novas em estilo colonial caracterizadas pelo seu fachadismo e hibridismo arquitetônico. O inevitável converteu-se em aceitável, negando os pilares defendidos por Costa de uma arquitetura em consonância com as preexistências no que tange a técnica, a função e, sobretudo, a linguagem. Os menos pessimistas diriam ser a única alternativa para evitar uma descaracterização mais vigorosa; contudo, a prática retardou, por ao menos quatro décadas, uma acurada reflexão teórica e investigação projetual que abrangesse a nova edilícia nas velhas cidades.

O fenômeno inaugurado à época não se resumiu à construção nos limites internos ao centro histórico tombado, mas as encostas passam a ser o resultado de dois fatores que, combinados, a partir de então vêm corroendo a paisagem ouro-pretana. O primeiro, o crescimento populacional. Em 1940, quando o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realiza o primeiro censo, a população (no município) era de 27 890 habitantes; trinta anos mais tarde, era composta de 46 165 almas. O segundo, a inexistência de infraestrutura urbana em áreas periféricas — leia-se glebas situadas nas franjas da sede do município, capazes de absorver a população crescente sem provocar impactos visuais que descaracterizassem o sítio tombado. Como consequência, o processo de urbanização se deu nas áreas limítrofes ao sítio tombado, muitas vezes sob a aquiescência do Poder Público municipal. Assim surge, em 1960, a Vila Aparecida.

Paralelamente, o IPHAN recorre à UNESCO, solicitando a presença de uma missão de assistência técnica para diversas localidades no país: Salvador, São Luís, Ouro Preto, Parati, Olinda e Alcântara. Embora a motivação do convite se justificasse na decadência econômica dos sítios envolvidos e na crença no desenvolvimento de atividades turísticas como mote para a conservação dos bens, o problema das expansões também foi enfocado. A partir das visitas técnicas foram produzidos relatórios, em que se destaca

aquele de Michel Parent (1916-2009), realizado em 1966, que propunha para as denominadas 'cidades de arte' não apenas ações de salvaguarda imediata, mas o desenvolvimento de planos urbanos em escala local e regional. Parent (2008) abre caminho para outras missões, dentre as quais destacamos uma terceira, em 1968, que contemplava apenas a cidade de Ouro Preto e teve como responsável técnico o português Alfredo Viana de Lima (1913-1991), que havia elaborado o plano de salvaguarda da cidade de Bragança. A esta visita, da qual também resultou a elaboração de relatórios, seguiram-se outras duas, em 1970 e 1972. Cabe destacar, particularmente, a viagem realizada em 1974, com o fim específico de elaboração dos planos diretores de Ouro Preto e Mariana, sob iniciativa e contrato da Fundação João Pinheiro[8].

O plano elaborado pelo arquiteto português (RIBEIRO, 2013) concentrava seus esforços na defesa da qualidade do sítio histórico e, para tanto, propunha a revisão do traçado urbano e a criação de uma 'cidade satélite' separada do núcleo original por um cinturão verde, responsável por abrigar as funções urbanas incompatíveis com a cidade setecentista por exigirem grandes massas construídas ou mesmo impactarem o tráfego. Caracterizava-se pela vinculação com as cidades-jardim e os preceitos da Carta de Atenas (CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUITETURA MODERNA, 1933), demonstrando a filiação modernista do arquiteto. A área urbana já consolidada foi subdividida em três grupos de distintos graus de intervenção: na primeira, possibilitava-se a nova construção com fins de ocupar vazios e definir uma melhor composição urbana; na segunda, as edificações sofreriam intervenções para a sua recuperação, consistindo em gabarito, materiais e cores, ou mesmo o emprego de vegetação alta e elementos em *trompe l'oeil*; e na terceira, o grau de degradação justificaria a demolição, entendendo por degradação o impacto negativo na paisagem. Importante destacar que o arquiteto utilizou uma metodologia de base pictórica para a definição das intervenções e seus graus de aprofundamento. Em uma das imagens, percebe-se a Vila Aparecida, já consolidada, destacada para demolição.

A despeito do quadro já alarmante instalado, em 1980 a UNESCO aprovou a inscrição do sítio histórico de Ouro Preto na lista do Patrimônio da Humanidade[9]. O documento do *International Council on Monuments and Sites* (ICOMOS) que fundamentou a decisão destaca aspectos semelhantes àqueles que motivaram o tombamento federal, a saber sua representatividade histórica e sua excepcionalidade arquitetônica e urbanística, de acordo com os critérios (i) e (iii) adotados pela United Nations Organization for Education, Science dnd Culture (2016, p.17): "Por suas igrejas, sua arquitetura urbana simples mas imaginativa, suas pontes, suas fontes e suas paisagens, Ouro Preto constitui uma herança sem igual. É seu caráter global e sua homogeneidade que fazem dela um testemunho cultural único" (INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES, 1980, p.2, tradução nossa)[10]. Os técnicos destacam (sem mencionar) os estudos elaborados anteriormente pela UNESCO, bem como os riscos de deslizamento

de encostas e os impactos causados pela indústria siderúrgica, mas sequer mencionam o problema do falso histórico ou, por outro lado, a arquitetura de má qualidade a preencher o entorno imediato.

Em 1990, foi elaborado por consultores do ICOMOS relatório sobre o estado de conservação do sítio em que foram apontados problemas infraestruturais (risco de deslizamentos, efeitos negativos da infraestrutura de transporte deficiente, produção de lixo) e paisagísticos, destacando os problemas habitacionais (posto que um aumento populacional pressiona o centro histórico e gera autoconstrução desprovida de qualidade) e inexistência de sistemas e plano de gestão. Nos anos seguintes, outros três relatórios serão elaborados (1993, 2003 e 2004), em que os temas inicialmente apontados vão se alternando a outros ocasionais (como o incêndio no antigo Hotel do Pilão em 2003). Em todos os documentos, uma constante: a urgência da elaboração de um plano de gestão.

Ainda que um plano de gestão tenha sido elaborado em 1996, o mesmo nunca foi implementado, agravado pelos conflitos entre a administração municipal e o IPHAN, este último sem recursos financeiros ou humanos para o exercício da tutela sob sua responsabilidade. Como consequência, os limites entre zona legalmente protegida e entorno se mostram tênues, afetando drasticamente a conservação do sítio. Em 2003, uma decisão do *World Heritage Convention* (WHC, Comitê do Patrimônio Mundial) insta o país-membro a finalizar o plano de gestão e incluir no mesmo as observações apontadas pelos consultores, apresentando relatório em fevereiro de 2004 para que fosse apreciado na 28ª sessão em julho daquele ano.

Embora o documento encaminhado pelo IPHAN — em atendimento às demandas apresentadas pelo WHC sob o risco de inscrição do sítio na lista de Patrimônio da Humanidade em Perigo[11] — tenha definido com clareza os limites entre centro histórico e entorno, nenhuma revisão no Plano Diretor Municipal foi incluída, promovendo discrepâncias no tratamento da questão. A legislação municipal (OURO PRETO, 1996) faz menção de correspondência entre algumas zonas e a área tombada pelo IPHAN — sendo que o artigo 17 claramente se refere à competência do instituto para a aprovação de projetos na área de tutela, em conformidade com o Decreto-Lei nº 25/37 —, o que não significa coincidência com a Zona de Proteção Especial, caracterizada pelos "[...] valores essenciais a serem preservados nos conjuntos urbanos, resultantes da presença do traçado urbanístico original, das tipologias urbanísticas, arquitetônicas e paisagísticas que configuram a imagem do lugar", capítulo III, seção I, artigo 18 (OURO PRETO, 1996, *online*). Há que se destacar que a Constituição Federal de 1988 apresenta caráter municipalista, o que garantiu enorme poder a esta esfera de governo, quando foi claramente definido no texto constitucional, artigo 30, inciso VIII (BRASIL, 1988, *online*) que a gestão do solo urbano é prerrogativa exclusiva do município. Como, então, poderia o IPHAN — autarquia federal — tutelar o sítio histórico sem promover ingerência? A única alternativa seria, de fato, uma alteração na legislação municipal, o que somente viria a ocorrer em 2006.

O Plano Diretor vigente, Lei Complementar nº 29, de 28 de dezembro de 2006, inova ao propor a elaboração de um Plano Permanente de Proteção do Patrimônio Cultural e reavivar as atividades do Grupo de Assessoramento Técnico (GAT), responsável por acompanhar processos, analisar a formulação de diretrizes advindas do Plano Diretor e da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, sempre com vistas à proteção ambiental e patrimonial, e ao planejamento territorial. Contudo, a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, demonstra reproduzir parâmetros urbanísticos abstratos, consolidados na legislação brasileira, tais como taxa de ocupação e coeficiente de aproveitamento. Há ainda ambiguidade no tratamento das inserções novas, que deveriam corresponder a alinhamentos no plano da via pública em relação às edificações vizinhas, mas encontram alternativas (sempre legais) de aplicar afastamentos. Como resultado, não há contribuição para a geração de uma coerente imagem urbana, seja no âmbito do sítio tombado, seja nas áreas de entorno, que reproduzem estratégias de parcelamento e ocupação que não permitem a qualificação da paisagem como um todo.

Em 2010, o IPHAN edita a Portaria nº 312, que dispôs sobre os critérios para a preservação do conjunto por meio de regulamentação das intervenções na área protegida em nível federal. As considerações iniciais destacam todo o percurso histórico supracitado e o texto descreve, com minúcias, os elementos que devem ser empregados em casos de reformas simplificadas, obras de reforma e restaurações, em notória reprodução da linguagem setecentista, em quaisquer das zonas definidas: Área de Preservação Especial (APE, subdividida em duas áreas), Área de Preservação (AP, subdividida em quatro áreas), Área de Preservação Paisagística, Arqueológica e Ambiental (APARQ). Bastaria que a referida Portaria remetesse a um único artigo: "I — Manutenção da harmonia de volumetria e orientação espacial das edificações;" capítulo I, artigo 22, inciso I (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2010, p.5). A questão se põe sobre os instrumentos para que os técnicos do Instituto avaliassem cada uma das inúmeras obras: a incorporação de eixos visuais tomados a partir de diversos pontos de vista — metodologia desenvolvida por Moura (2003) e apresentada ao Escritório Técnico Regional de Ouro Preto em 2003, logo após o evento do incêndio no Hotel do Pilão.

Por fim, cabe destacar que o sítio tombado foi contemplado por recursos internacionais provenientes do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em duas ocasiões: em 1996 com o Programa Monumenta, e em 2013 com o Programa de Aceleração do Crescimento das Cidades Históricas (PACH). As ações se concentraram na restauração de bens imóveis — cujo estado de conservação exigia, de fato, urgência das intervenções — em detrimento das demais atividades como capacitação e formação de artífices, pesquisa e produção de inventários, incentivo a atividades econômicas (não apenas turísticas), promoção de educação patrimonial e reestruturação institucional.

OURO PRETO, VILA (DESAPARECIDA)

Diversas são as situações existentes no entorno do sítio tombado de Ouro Preto que revelam tanto a carência/ineficiência da legislação de proteção quanto o descompasso entre a ação do Poder Público e a construção efetiva, leia-se informal, da cidade. Padre Faria, Morro da Queimada, Santa Efigênia. A Vila Aparecida é apenas uma dentre tantas outras, ainda que o impacto seja mais visível e agudo, posto que emoldura dolorosamente um dos mais belos exemplares do tardobarroco internacional (Figura 3).

A Vila Aparecida surge a partir dos anos de 1960, com a distribuição de lotes aforados pela Prefeitura Municipal, sem qualquer planejamento ou infraestrutura. A inexistência de plano de regulação para a implantação de edificações naquela gleba poderia fazer pressupor a reprodução dos tradicionais modelos de ocupação, oriundos do setecentos (Figura 4). Contudo, o que se vê são vias paralelas que se assentam sobre as curvas de nível, cortadas por transversais de intensa declividade, definindo quadras quase poliédricas; muito diferente, portanto, da morfologia urbana ouro-pretana. O parcelamento dos lotes, considerando a irregularidade das construções, não permite a geração de quintais, e o adensamento se faz em aclives e declives acentuados, dependendo apenas da posição do lote em relação à via.

Sob o ponto de vista arquitetônico, igualmente impactante na paisagem, as edificações autoconstruídas não são providas de reboco e caiação, e quando algum revestimento se faz não coaduna com a paisagem. Também as coberturas, pelo custo elevado que representam, não são feitas em telhados cerâmicos, mas em lajes em concreto armado, cuja técnica foi rapidamente assimilada pelos trabalhadores da construção civil. O concreto armado é amplamente utilizado, e as edificações apoiam-se sobre pilares ancorados no solo, três a cinco metros abaixo do nível da rua. A Vila Aparecida (Figura 5) define uma nova tipologia: palafitas, grandes painéis murários, terraços cobertos — muito diferente das pretensões de Lucio Costa em gerar uma qualitativa arquitetura nova.

A nova delimitação elaborada pelo IPHAN em 1989 não pôs fim ao problema; antes, colocou sobre os ombros do instituto a obrigatoriedade de gerir uma área em que a lei não existe, ao menos a urbanística. A inclusão da Vila Aparecida como Zona de Adensamento Restrito 03 (ZAR 03) na Lei de Uso e Ocupação do Solo de 2011, acertada sob o ponto de vista conceitual posto que a vizinhança ao núcleo tombado exige maior controle e menor densificação, é inócua. O processo de ocupação da área se intensificou com a expansão dos cursos de graduação na Universidade Federal de Ouro Preto a partir de 2003. Mais uma vez, se observarmos os parâmetros urbanísticos para a zona, veremos uma arbitrariedade que, por um lado, não corresponde à situação já consolidada no bairro e, por outro, não permite a elaboração de uma imagem qualificada. A Vila Aparecida está condenada a ser sempre a Vila Aparecida.

Apenas a Portaria nº 312/2010 (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2010), supracitada, compreende que, estando o impacto já

FIGURA 3 — Vista do centro histórico de Ouro Preto, com a igreja de São Francisco de Assis à esquerda e a Vila Aparecida como pano de fundo.
Fonte: Acervo dos autores (2014).

FIGURA 4 — Comparação entre a implantação na Vila Aparecida, à esquerda, e no centro histórico.
Fonte: Acervo dos autores (2014).

FIGURA 5 — Tipologia edilícia na Vila Aparecida.
Fonte: Acervo dos autores (2014).

instalado, minimizá-lo poderia configurar uma alternativa. A crítica recebida, posto que para a área está prevista a adoção de telhados cerâmicos, a determinação do uso de materiais de vedação e revestimento, e o controle altimétrico, é a indução do falso histórico. O que se coloca em jogo não é o falseamento estilístico-temporal, mas uma alternativa possível, visível no texto da Portaria, para a minimização dos impactos cujas causas jamais deveriam ter sido instaladas.

Estranhamente, o mesmo Instituto que adota princípios de redução de impactos na paisagem, assim define a cidade:

> Com a expansão da cidade ao longo das estradas e entorno, mas manutenção da escala nas novas edificações, *manteve-se sem alterações visíveis a paisagem urbana* construída nos Séculos XVIII e XIX. Do mesmo modo, *estão preservados os monumentos* da arquitetura religiosa e civil, como oratórios, capelas, pontes e chafarizes. Quanto às edificações de moradia e comércio, modificações internas inevitáveis têm sido permitidas desde que mantida a forma original de seus exteriores. As medidas de preservação adotadas pelo governo federal com apoio das administrações estadual e local *têm mantido a integridade do bem cultural* (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, [s.d.], *online*, grifos nossos).

O quadro que se configura em Ouro Preto não é distinto daquele que se percebe nas demais cidades tombadas no Estado de Minas Gerais, seja em nível federal, seja em nível estadual. Ouro Preto, o estudo de caso aqui posto, talvez seja o mais emblemático, mas situações igualmente graves se apresentam em São João del Rei, Congonhas do Campo, Diamantina, Sabará. Em comum, a inexistência de planos de gestão eficazes para a tutela e a conservação das paisagens que, um dia, foram alvo de um desejo de preservação.

UNIVERSAL OUTSTANDING VALUES: UM CONCEITO E VÁRIAS PRÁTICAS POSSÍVEIS

"Valor Universal Excepcional significa importância cultural e/ou natural que é tão relevante que transcende as fronteiras nacionais e se torna representativo para gerações presentes e futuras de toda a humanidade" (UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION, 2016, p.11, tradução nossa)[12]. O reconhecimento deste valor — *Universal Outstanding Value* — é a base para a inscrição de um bem na lista do Patrimônio da Humanidade, seja de natureza cultural ou natural, mista ou, mais recentemente, paisagem cultural. Cada uma das categorias mencionadas é definida com base nos artigos 1 e 2 da Convenção que trata da Proteção do Patrimônio Cultural e Natural Mundial (UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION, 1972). No caso de sítios, lê-se: "[...] obras do homem ou obras combinadas da natureza e do homem, e áreas incluindo sítios arqueológicos que são de Excepcional Valor Universal sob o ponto de vista histórico, estético,

etnológico ou antropológico". (UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION, 1972, p.2, tradução nossa)[13].

Podemos verificar, a partir do texto da Convenção, a abrangência das categorias mencionadas. Contudo, estas abrem caminho na atualidade para uma distorção que consideramos significativa: uma visão míope da teoria brandiana, que prioriza a instância histórica — somada aos fundamentos antropológicos que constam da Convenção — em detrimento da instância estética.

Quando retomamos o texto de Brandi (2005), percebemos que este autor foi negligenciado por uma visão arbitrária e unilateral. A teoria brandiana distingue, mas faz associar claramente, a instância estética e a instância histórica no reconhecimento da obra de arte — o que, de início, pressupõe tratar-se de objeto ímpar, incomum. Não foi, contudo, incorporado à preservação do patrimônio cultural brasileiro este tênue mas necessário equilíbrio, e a arquitetura como manifestação de uma época — naquele momento, o modernismo, o que justificava a construção de um edifício como o Grande Hotel no centro histórico de Ouro Preto — fez-se hegemônica. Após o processo de redemocratização ocorrido no país, em especial a partir da Constituição Federal de 1988, a vertente histórica ganha fôlego e ultrapassa a instância estética. Mais afeita à visão marxista, que considerava a preservação até então empreendida como atos autoritários e elitistas, e condenava os estilos como males do mundo, puderam surgir como parte integrante desta nova postura conceitos como "cidade-documento" (SANT'ANNA, 2015), onde as manifestações sociais, independente da qualidade estética que apresentam, são legítimas por retratar os valores da sociedade atual. Concepções como esta justificariam, por exemplo, a existência e a permanência da Vila Aparecida, ou de outras ocupações estabelecidas por autoconstrução, na zona de entorno do sítio histórico ouro-pretano.

Brandi (2005), ao contrário, nos fala da dupla instância de consideração quando nos deparamos com a obra de arte, ou seja, elementos estéticos e valores históricos estão em constante equilíbrio na atividade do restaurador. É esta a miopia à qual nos referíamos, um olhar desfocado em relação às áreas de entorno e reduzido aos monumentos. O problema posto exige um tratamento global, em que os elementos da paisagem interferem em cada uma das cenas a serem preservadas. Nos parece importante, dadas as limitações da compreensão e da aplicação da teoria brandiana, resgatar as origens de um pensamento urbanístico frente à preservação da paisagem cultural que concilie as perspectivas de uma modernidade sempre premente com os valores estéticos determinantes para a nominação destes bens como patrimônio.

Uma teoria desta natureza não está por ser criada, embora careça de resgate e aplicação; foi elaborada pelo "engenheiro-humanista" Gustavo Giovannoni (1873-1947), tendo nascido da necessidade de reconciliar o monumento e a paisagem em uma visão integrada.

Giovannoni (1931) concilia o restauro interpretativo de Eugène Viollet-le-Duc (1814-1879) e o restauro conservativo de John Ruskin (1819-1900) ao fazer associar uma rígida metodologia aplicada à análise e solução dos problemas urbanos (dada sua formação em Engenharia Civil) aos valores ambientais que permitiriam a continuidade da perspectiva estética derivada da corrente inglesa. Logo após sua graduação em Engenharia, passou a dedicar-se ao estudo da História da Arquitetura antigas. Sua "conversão" ao ensino e à defesa dos bens culturais se deu após o início de sua carreira como professor na Scuola Superiore di Architettura di Roma. Não pode ser descartada desta biografia o fato de Giovannoni ter atuado como consultor do Consiglio Superiore di Antichità e Belle Arti entre 1916 e 1946, o que lhe permitiu o contato, em âmbito nacional, com problemas ligados à dimensão urbana, ao restauro técnico e às intervenções projetuais sobre preexistências. Desta dupla formação técnico-erudita e atuação ampla surgem as primeiras publicações relativas ao tema do patrimônio cultural.

A teoria proposta por Giovannoni (1931) concilia as transformações inerentes à modernidade com estratégias de conservação e valorização das construções históricas. Historicidade e contemporaneidade são compreendidas como partes integrantes do ambiente citadino que se deseja conservar, salvaguardando as qualidades antigas nas novas (e modernas) edificações:

> Transformar-se e renovar-se, pois, mas *cum judicio*, não prescindindo do tipo atual, mas o tornando secundário. Nada é mais ilógico do que os ditos "ressaneamentos" realizados menos em razão da higiene do que por moda, pela retórica edilícia e pela especulação privada [...]. Também como senso estilístico deveria permanecer uma harmonia entre o velho e o novo; mas neste aspecto da tradição arquitetônica não gostaria de ser mal interpretado. Isso não quer dizer que o novo consista em frias cópias das obras preexistentes, sem novas pesquisas estéticas, sem adaptação lógica às novas exigências: [...]. Mas cada cidade tem uma própria atmosfera artística, isto é, tem um senso de proporção, de cor, de formas, que permaneceu nos vários estilos, e disso não se deve prescindir; isso deve dar o tom para as novas obras, ainda que nas inspirações mais recentes e audazes (GIOVANNONI, 1931, p.57, tradução nossa)[14].

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cabe compreender Ouro Preto, bem como os centros históricos, como uma única obra arquitetônica, urbanística e paisagística, em que os monumentos catalisam a ambiência circundante e por ela são emoldurados. Planos de gestão que atendam a uma perspectiva que integre as áreas de entorno aos sítios protegidos exigem que sua fundamentação metodológica se faça a partir da incorporação de perspectivas visuais como sugeria outrora Viana de Lima, e hoje se faz possível através de recursos georreferenciados. A salvaguarda dos valores universais excepcionais pressupõe uma

profunda compreensão dos elementos estruturantes da paisagem: morfologia urbana e seu assentamento sobre a topografia, relações entre espaços públicos vazios e a massa edificada, enquadramento dos monumentos e elementos referenciais da paisagem, parâmetros arquitetônicos volumétricos, de proporção e materiais. O conhecimento de tais características preexistentes colabora não apenas para a atuação em lacunas porventura visíveis no interior das áreas tombadas, mas orienta o desenvolvimento nas zonas limítrofes. Não se pressupõe aqui uma reprodução literal e indutiva de falso histórico, mas delineamentos sobre os quais podem se basear. Dessa maneira, o restauro urbano se converteria no fazer (res)surgir a qualidade estética, mote para a preservação das cidades setecentistas.

NOTAS

1. Ensaio produzido com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais, Edital Universal nº 1/2014 (Processo nº APQ-02636-14).

2. A narrativa que se segue descreve partes que consideramos significativas do vídeo produzido pela Orquestra Ouro Preto (2016), disponível na *Web* e indicado nas referências bibliográficas.

3. O texto de Brandi (1906-1988) foi publicado originalmente em 1966. Aqui nos referimos à recente edição brasileira.

4. A expressão faz menção ao poema "Convite", de Oswald de Andrade (1890-1954), publicado em 1925 em Poesia Pau-Brasil como parte de um conjunto de 28 poemas intitulados "Roteiro de Minas". Em verdade, o poema em questão refere-se à cidade também setecentista de São João del Rei: "Ide a São João Del Rei / De trem / Como os paulistas foram / A pé de ferro" (ANDRADE, 1974, p.132).

5. Considerando o amplo conhecimento das diversas denominações recebidas pelo IPHAN desde a sua criação, nos absteremos de aqui reproduzir essa narrativa, presente em Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1980), e faremos referência ao mesmo com a sigla consolidada no senso comum, independente do momento histórico em questão ao longo do texto.

6. Note-se que apenas em 20 de setembro de 1986, o sítio foi inscrito no Livro do Tombo Histórico e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, sob número de processo administrativo 0070-T-38, portanto em data posterior à declaração do sítio como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO.

7. Ainda que dados numéricos nunca tenham sido levantados para apoiar tal afirmativa, os diversos registros fotográficos existentes em arquivos públicos e coleções particulares coadunam com esta afirmativa.

8. A Fundação João Pinheiro foi criada em 1969, com fins de desenvolvimento de pesquisa e ensino. Ainda hoje elabora estudos de referência para a produção de estatísticas e criação de indicadores econômicos, financeiros, demográficos e sociais, relevantes para o planejamento do Estado de Minas Gerais.

9. Nesta 4a sessão, realizada entre 1º e 5 de setembro de 1980, em Paris, Michel Parent foi eleito por aclamação Presidente do Comitê para a Proteção do Patrimônio Cultural e Natural. Também foram inseridos na lista conjuntos urbanos do quilate de Roma, Varsóvia e Palmira.

10. "*Par ses églises, son architecture urbaine simple mais imaginative, ses ponts, ses fontaines et ses paysages, Ouro Preto constitue un heritage sans égal. C'est son caractère global et son homogénéité qui en font un témoignage culturel unique*".

11. Na ocasião, foi divulgado pela mídia que Ouro Preto perderia o título de Patrimônio da Humanidade, o que não está previsto no Operational Guidelines. A Lista do Patrimônio da Humanidade em Perigo é elaborada com o objetivo de conscientizar os países-membros para os problemas que afetam os bens culturais e naturais, e incentivar a solução dos mesmos.

12. *"Outstanding Universal Value means cultural and/or natural significance which is so exceptional as to transcend national boundaries and to be of common importance for present and future generations of all humanity".*

13. "[...] *works of man or the combined works of nature and of man, and areas including archaeological sites which are of Outstanding Universal Value from the historical, aesthetic, ethnological or anthropological points of view".*

14. "*Trasformarsi e rinnovarsi dunque, ma cum judicio, non prescindindo dal tipo atuale, ma secondandolo. Nulla invece di più illogico dei cosiddetti "svrentamenti" messi in moda più che da ragione dell'igiene, dalla retorica edilizia e dalla speculazione privata* [...]. *Anche come senso stilistico dovrebbe rimanere un'armonia trai il vecchio ed il nuovo; ma in questo richiamo alla tradizione architettonica non vorrei essere frainteso. Esso non vuol dire che il nuovo prospetti fredde copie di opere preesistenti, senza nuove ricerche d'arte, senza adattamento logico alle nuove esigenze:* [...]. *Ma ogni città ha una sua atmosfera artística, ha cioè un senso di proporzione, di colore, di forme, che è rimasto elemento permanente attraverso l'evoluzione dei vari stili, e da esso non si deve prescindere; esso deve dare il tono alle nuove opere, anche nelle ispirazioni più nuove ed audaci".*

REFERÊNCIAS

ANDRADE, O. O*bras completas*: poesias reunidas VII. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

BRANDI, C. *Teoria da Restauração*. Cotia: Ateliê Editorial, 2005.

BRASIL. Decreto nº 22.928, de 12 de julho de 1933. Erige a cidade de Ouro Preto em monumento nacional. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 17 jul. 1933. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22928-12-julho-1933-558869-publicacaooriginal-80541-pe.html>. Acesso em: 16 fev. 2017.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais... *Diário Oficial da União*, Brasília, 5 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htmhttp://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 16 fev. 2017.

CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUITETURA MODERNA. *Carta de Atenas*. Atenas: IPHAN, 1933. Disponível em: < http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201933.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2017.

GIOVANNONI, G. *Vecchie città ed edilizia nuova:* Unione tipográfico. Torino: Editrice Torinese, 1931.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Centro Histórico de Ouro Preto (MG)*. Brasília: IPHN, [s.d]. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/30 >. Acesso em: 16 fev. 2017.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Portaria nº 312, de 20 de outubro de 2010. Dispõe sobre os critérios para a preservação do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Ouro Preto em Minas Gerais e regulamenta as intervenções nessa área protegida em nível federal. *Prefeitura Municipal de Ouro Preto,* Ouro Preto, 20 out. 2010. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_312_de_20_de_outubro_de_2010.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2017.

INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES. *Advisory Body Evaluation*: Ouro Preto. Paris: ICOMOS, 1980. Available from: <http://whc.unesco.org/en/list/124/documents/>. Cited: 16 fev. 2017.

LIMA, V. Plano Viana de Lima (1970): em amarelo áreas a serem demolidas no trecho correspondente ao centro histórico tombado. Brasília: IPHAN, 1970. (Arquivo do IPHAN).

MOTTA, L. A. SPHAN em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios. *Revista do Património Histórico e Artístico Nacional*, n.22, p.108-122, 1987.

MOURA, A.C.M. *Geoprocessamento na gestão e planejamento urbano*. Belo Horizonte: Editora da Autora, 2003.

ORQUESTRA OURO PRETO. *Toada*. Produção de Vídeo Navalha Produtora Audiovisual. Ouro Preto: Latinidade - Música para as Américas, 2016. vídeo (3 min 27 seg.), son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3drBhu_f2xc>. Acesso em: 13 fev. 2017.

OURO PRETO. Lei Complementar nº 1, de 19 de dezembro de 1996. Institui o Plano Diretor do Município de Ouro Preto e dá outras providências. *Prefeitura Municipal de Ouro Preto*: Ouro Preto, 19 dez. 1996. Disponível em: <http://www.cmop.mg.gov.br/index.php?option=com_wrapper&view=wrapper&Itemid=51>. Acesso em: 16 fev. 2017.

PARENT, M. Proteção e valorização do patrimônio cultural brasileiro no âmbito do desenvolvimento turístico e econômico. In: LEAL, C.F.B. (Org.). *As Missões da UNESCO no Brasil:* Michel Parent. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2008. p.33-192.

RIBEIRO, C. Viana de Lima em missão da UNESCO no Brasil. *Urbana*, v.5, n.6, p.52-73, 2013.

SANT'ANNA, M. *Da cidade-monumento à cidade-documento*: a trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937-1990). Salvador: Oiti, 2015.

SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil*: uma trajetória. Brasília: MEC, 1980.

WIKIMEDIA COMMONS. *Igreja de Santa Efigênia*: Ouro Preto. Commons, 2014. Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Igreja_de_Santa_Efig%C3%AAnia_-_Ouro_Preto_MG.jpg>. Acesso em: 16 fev. 2017.

UNITED NATIONS ORGANIZATION FOR EDUCATION, SCIENCE AND CULTURE. *Convention concerning the protection of the world cultural and natural heritage*. Paris: UNESCO, 1972. Available from: <http://whc.unesco.org/archive/convention-en.pdf>. Cited: 16 fev. 2017.

UNITED NATIONS ORGANIZATION FOR EDUCATION, SCIENCE AND CULTURE. *Operational guidelines for the implementation of the world heritage convention 2016*. Paris: UNESCO, 2016. Available from: <http://whc.unesco.org/en/guidelines/>. Cited: 16 fev. 2017.

VANESSA BORGES BRASILEIRO | Universidade Federal de Minas Gerais | Escola de Arquitetura | R. Paraíba, 697, sala 408, Funcionários, 30130-140, Belo Horizonte, MG, Brasil | Correspondência para/*Correspondence to:* V.B. BRASILEIRO | *E-mail:* <vbbrasileiro@gmail.com>.

ANDRÉ GUILHERME DORNELLES DANGELO | Universidade Federal de Minas Gerais | Escola de Arquitetura | Belo Horizonte, MG, Brasil.

Recebido em 3/3/2017, reapresentado em 13/4/2017 e aprovado em 12/5/2017.

APUNTES SOBRE LA CONSTRUCCIÓN DEL PATRIMONIO FERROVIARIO EN ESPAÑA DURANTE EL SIGLO XX: IDENTIDAD Y MUSEOS

NOTAS SOBRE A CONSTRUÇÃO DO PATRIMÔNIO FERROVIÁRIO EM ESPANHA DURANTE O SÉCULO XX: IDENTIDADE E MUSEUS | NOTES ABOUT THE CONSTRUCTION OF RAILWAY HERITAGE IN SPAIN DURING THE 20th CENTURY: IDENTITY AND MUSEUMS

RAMÓN MÉNDEZ, DOMINGO CUÉLLAR

RESUMEN

El concepto de patrimonio cultural cambió a lo largo del siglo XX hasta entender los bienes como elementos de identidad. Por ello, algunos bienes de actividades tan recientes y funcionales como las industriales son ahora reconocidos como manifestaciones culturales, entre ellas los ferroviarios. Sin embargo, este proceso no fue lineal en todos los países y no siempre fue apoyado desde las instituciones responsables de conservar el patrimonio cultural. Queremos apuntar las principales características de este proceso en España, ya que la dictadura hizo un uso frecuente de los bienes ferroviarios para ensalzar el progreso nacional. Por ello su consideración como patrimonio cultural se retrasó hasta finales del siglo XX. Las primeras revisiones sobre el significado del ferrocarril como elemento de identidad surgen en la última década de siglo, por lo que todavía es difícil encontrar discursos que consideren el patrimonio ferroviario como un sistema que integra fenómenos naturales, socioeconómicos y tecnológicos.

PALABRAS CLAVE: Identidad. Museo ferroviario. Patrimonio cultural. Patrimonio industrial.

RESUMO

O conceito de patrimônio cultural mudou ao longo do Século XX para entender a herança material e imaterial como elemento de identidade. Algumas atividades recentes e funcionais, tais como as industriais são reconhecidas como eventos culturais, incluindo a ferroviária, e seus vestígios são considerados bens culturais. No entanto, este processo não foi linear em todos os países, nem sempre foi apoiado pelas instituições responsáveis pela preservação do patrimônio cultural. Queremos apontar as principais características deste processo na Espanha já que a ditadura fez um uso frequente dos bens de transporte ferroviário para exaltar o progresso nacional. Por isso que sua consideração como patrimônio cultural foi adiada até o final do Século XX. Os primeiros fatos que vincularam ferrovia com identidade emergem na última década do Século com a

comemoração do 150º aniversário, sendo que ainda hoje é difícil encontrar discursos que concebam a herança ferroviária dentro de um sistema que integra os fenômenos naturais, socioeconômicos e tecnológicos.

PALAVRAS-CHAVE: *Identidade. Museu ferroviário. Patrimônio cultural. Patrimônio industrial.*

ABSTRACT

Cultural heritage concept changed throughout the twentieth century until understand the goods as elements of identity. For this reason, some heritage as recent and functional as the industrial activities are now recognized as cultural manifestations, among them, the railway ones. However, this process was not linear in all countries and the institutions responsible for conserving cultural heritage not always supported this change. We want to point out the mains characteristics the process in Spain because the dictatorship propaganda continued using railway heritage to promote national progress. Because of that, its recognizing as cultural heritage delayed until the end of the century. Railway as an identity good began showed up in the last decade of the century XX, so today, it is difficult to find discourses that consider the railway heritage as a system that integrates natural, socioeconomic and technological phenomenas.

KEYWORDS: *Identity. Railway Museum. Cultural Heritage. Industrial Heritage.*

INTRODUCCIÓN

La conservación y la puesta en valor de bienes como elementos culturales es algo propio de la sociedad contemporánea. En el siglo XIX los estados liberales promulgaron legislación y crearon cuerpos académicos para inventariar bienes de carácter arqueológico, monumental o artístico heredados del pasado. Este interés por conservar lo heredado sirvió para crear colecciones y fundar museos nacionales que ilustraban el relato histórico de los estados (BOLAÑOS, 2002), así identidad y patrimonio cultural se vincularon estrechamente. Pero este vínculo no ha sido siempre el mismo, porque los criterios y los bienes objeto de conservación se han modificado a lo largo del tiempo. Actualmente entendemos que el patrimonio cultural es el conjunto de bienes que con el transcurso de generaciones, un individuo o un grupo de individuos identifica como propios (BALLART HERNÁNDEZ, 1997) y decide que merece la pena proteger y conservar para que lo disfruten las generaciones futuras (QUEROL, 2010).

Esta última propiedad es la que convierte al patrimonio cultural en subjetivo y dinámico. La conservación y protección viene determinada en función de los valores que la sociedad les atribuya en cada momento. Así se explica que algunos objetos que han perdido su función hoy forman parte de las colecciones de nuestros museos, mientras que otros fueron destruidos o reconvertidos en nuevos útiles. Un proceso en el que incluso

encontramos objetos o tradiciones que, sin haber tenido una gran importancia o relevancia social, se han convertido hoy en bienes de patrimonio cultural de colectivos concretos porque singularizan al grupo (HOBSBAWM, 1983).

En este trabajo buscamos explicar la forma en que se ha construido este discurso social en torno al caso del patrimonio del ferrocarril español a lo largo del siglo XX. También nos interesa conocer cómo y cuáles de los elementos de una explotación ferroviaria se han transformado desde la funcionalidad hasta ser considerados patrimonio cultural. Para encontrar una lógica que dimensione la construcción del discurso social del patrimonio ferroviario en España trabajamos colocando el foco en la configuración de las colecciones de los museos del ferrocarril. Partimos de la comparación internacional, pero nos centramos, sobre todo, en el caso de los gestionados por la Fundación de los Ferrocarriles Españoles, el Museo del Ferrocarril de Madrid y el Museu del Ferrocarril de Catalunya[1], por ser los museos más representativos y los que la lógica de su creación tiene una mayor continuidad.

Este artículo se divide, además de esta introducción y las conclusiones finales, en cuatro secciones: en el primer apartado se explica el concepto y los marcos teóricos de reflexión sobre el tema, incluyendo un breve apunte del contexto internacional; en el segundo punto, se señalan las primeras intervenciones que se dieron en España hasta el proceso de nacionalización de los ferrocarriles (1941); en el tercer apartado, el más extenso de todos, se analiza el largo periodo de la dictadura franquista; finalmente, en el cuarto apartado, se apuntan los acelerados cambios que se producen en el último cuarto del siglo XX, tras la recuperación de la democracia en España.

EL CONCEPTO DE PATRIMONIO FERROVIARIO

El conjunto de bienes que englobamos como patrimonio cultural es dinámico, subjetivo y también, es heterogéneo. Cada uno de los bienes tiene una naturaleza diferente (material, inmaterial, mueble, inmueble…), encaja en una tipología (arqueológico, industrial, arquitectónico…), y es objeto de estudio de diferentes disciplinas (bellas artes, historia, arquitectura, etnología…). En concreto, los bienes heredados de las explotaciones ferroviarias los incluimos en el subgrupo de patrimonio industrial por la relación entre los transportes y la revolución industrial (CUÉLLAR, 2010). Esto los coloca en un conjunto cuyo interés por ser estudiado es reciente — en torno a medio siglo — y multidisciplinar. Una situación que propicia la existencia de debates en torno a su definición, límites y características, soporta la presencia de cierto amateurismo, y enriquece el modelo con múltiples ideas y planteamientos (SÁNCHEZ PICÓN, 2010). Los documentos internacionales de referencia para definir y señalar los retos y valores específicos del conjunto son la *Carta de Nizhny Tagil d*e 2003 (THE INTERNATIONAL COMITÉ OF INDUSTRIAL HERITAGE, 2003) y los '*Principios de Dublín*' aprobados por *The International Comité of Industrial Heritage* (TICCIH) *y el International Council on Monuments and Sites* (ICOMOS) en 2012.

En España el tratamiento legislativo del patrimonio industrial es muy reciente. Su consideración aparece solo de forma implícita en la Ley marco para el Patrimonio Histórico de 1985 y, después, solo once leyes autonómicas, de las 17 existentes, han incluido esta tipología en su marco legal de protección al patrimonio histórico y cultural, sin que, además, exista en las que están aprobadas criterios homogéneos de clasificación (QUEROL, 2010).

A nivel nacional, no ha sido hasta el arranque del siglo XXI, tras la aprobación en 2001 del Plan Nacional de Patrimonio Industrial y su posterior revisión en 2011, cuando se ha definido el patrimonio industrial:

> Los bienes muebles, inmuebles y sistemas de sociabilidad relacionados con la cultura del trabajo que han sido generados por las actividades de extracción, de transformación, de transporte, de distribución y gestión generadas por el sistema económico surgido de la revolución industrial (INSTITUTO DE PATRIMONIO CULTURAL DE ESPAÑA, 2011, p.9).

El estudio de los bienes heredados de la actividad ferroviaria es también reciente y está prioritariamente enfocado a la historia económica (MUÑOZ RUBIO & VIDAL OLIVARES 2001), la arquitectura y la historia del arte de los bienes inmuebles, principalmente los edificios de viajeros (AGUILAR CIVERA, 1988; LÓPEZ GARCÍA, 1999). En España, como en la vecina Portugal, la consideración institucional de los bienes industriales como patrimonio cultural es un proceso que se alarga más de treinta años (LOPES-CORDEIRO, 1998; MENDES, 2012). En ambos casos se ha trabajado para conocer la historia y la tecnología del ferrocarril, pero se ha desatendido el significado del ferrocarril como patrimonio cultural (DINHOBL, 2016). En este sentido cabe destacar algunos apuntes a partir de los años noventa, limitaciones del conjunto y características específicas. El patrimonio ferroviario está formado por el conjunto de objetos que son parte del sistema ferroviario (FERNÁNDEZ LÓPEZ, 1992); este sistema se caracteriza por la linealidad de la infraestructura (AGUILAR CIVERA, 2011) y la conexión con otros elementos del paisaje para no perder su integridad (LALANA & SANTOS, 2013); otras singularidades son la variedad de funciones, la convivencia de bienes culturales todavía activos con no activos (LÓPEZ GARCÍA, 1999) y la atracción social que producen las colecciones de los museos y las recreaciones de experiencias (MÉNDEZ, 2016).

En síntesis, el discurso patrimonial en torno al ferrocarril debe construirse entendiendo que es un conjunto de bienes materiales e inmateriales que articulan un complejo sistema de transporte que interacciona transversalmente con el medio natural, social y cultural y que genera una fuerte atracción social. Estudios con una visión holística de la explotación ferroviaria, como el realizado en torno a los poblados ferroviarios son todavía casos puntuales (CUÉLLAR *et al*., 2005). Sirva de ejemplo el caso de la gestión de la

línea austriaca del ferrocarril de Semmering, patrimonio de la humanidad desde 1998 (LALANA, 2012; WORLD HERITAGE CENTRE, 1998). Las oportunidades son cuantiosas porque desde el comienzo de la Revolución Industrial los bienes ferroviarios fueron conservados como parte de la industria y el progreso social. Algunas de las piezas ferroviarias más antiguas que se conservan formaron parte de las exposiciones de maquinaria industrial en los museos de mediados del siglo XIX. El Science Museum en Londres y el National Museum of Science & Industry, exhibieron y coleccionaron locomotoras desde 1860 (COSSONS, 1997). En 1899, como parte de una de las exposiciones que buscaban difundir el progreso de la ingeniería, se creó en Alemania el primer museo específicamente ferroviario del mundo, el actual DB Museum.

A partir de la conservación en museos, los bienes ferroviarios podían relacionarse con la memoria y la identidad como otros bienes conservados en museos de historia. En Inglaterra la locomotora Invicta, construida por Stephenson en 1829 para el ferrocarril de Canterbury, había dejado de prestar servicio en 1839, pero no había sido desguazada. Permaneció bajo propiedad de la compañía South Eastern Railway para ser expuesta en actos y homenajes al progreso y en 1906 la ciudad de Canterbury colocó la locomotora en un pedestal de un parque como parte de la historia local. Hoy, es una de las piezas centrales del museo de historia de la villa (DUNSTONE, 2007). Más allá de algunos casos aislados, hay que señalar que el verdadero interés por el patrimonio ferroviario como una manifestación cultural surgió después de las celebraciones de los centenarios de las primeras líneas. Los eventos en torno a los centenarios crearon programas de acopio de locomotoras, vagones y coches que habían circulado por las líneas nacionales. Se celebraron exposiciones que incluían revisiones históricas y en muchos de los casos se pensó en proyectos para la apertura de museos ferroviarios que años más se convirtieron en realidad (MÉNDEZ, 2016).

LAS PRIMERAS INTERVENCIONES EN EL PATRIMONIO FERROVIARIO EN ESPAÑA

En España los bienes ferroviarios también se usaron como símbolo del progreso. En la Exposición de Productos Industriales Catalanes celebrada en Barcelona en 1877 se homenajeó a la revolución industrial colocando un pedestal con la locomotora Mataró y otro con un ténder cargado de carbón. La Mataró era la locomotora que había arrastrado el primer ferrocarril peninsular el 28 de octubre de 1848. Puede que su carácter primitivo fuera el motivo para estar en desuso y ser expuesta en un pedestal, o quizás había sido expuesta por lo que representaba para la industria catalana la apertura del primer ferrocarril peninsular 30 años atrás. En cualquiera de los casos, al terminar el evento, la locomotora cayó al suelo en las operaciones de descenso del pedestal y, parece ser, por el estado en que quedó fue posteriormente desguazada. También en Madrid, en una exposición celebrada en 1907 en el Parque del Retiro, la Compañía de los Ferrocarriles de Madrid a Zaragoza y a Alicante (MZA) homenajeó al progreso ferroviario con una amplia exposición de elementos y artilugios ferroviarios que es habitual encontrar en los museos del ferrocarril actuales[2].

Conforme avanzó el siglo, la presencia de varios conjuntos de bienes ferroviarios se hizo más frecuente en los grandes eventos como las exposiciones internacionales que se celebraron en España en 1929. En la Exposición Universal de Barcelona se buscó proyectar la imagen de la industria hacia el exterior y en el pabellón de comunicaciones y transportes se exhibieron piezas ferroviarias. La empresa catalana la Maquinista Terrestre y Marítima colocó su locomotora más antigua, la MZA nº 168, fabricada en 1854, junto a la más moderna, la MZA nº 1775 y otras piezas como una locomotora de montaña. MZA expuso dos coches de primera clase con dos departamentos de camas que había adquirido recientemente. Otros elementos presentes fueron postes de señalización y elementos de vía, incluso un pequeño tren transportaba a los visitantes entre los pabellones que ocupaban 118 hectáreas. La importancia del ferrocarril como símbolo del progreso también quedó patente fuera del recinto de exposiciones. La inauguración del evento coincidió con la inauguración del *Hall* y la monumental estructura de hierro y cristal de la estación de Barcelona-Término (GRANDAS, 1988).

En la Exposición Iberoamericana de Sevilla, la compañía MZA construyó un pabellón donde expuso material ferroviario y reproducciones a escala de material móvil e infraestructuras. Inicialmente, tenía previsto exponer una muestra de planos y dibujos de obras realizadas y por realizar, sin embargo, conforme se acercó la fecha, se modificó el plan. MZA ubicó en los exteriores del pabellón un coche de pasajeros de primera clase de nueva fabricación, ejemplos de cruzamientos de vía y una caja de fuegos de una moderna locomotora de vapor tipo *Pacific*. En el interior, se dividió el espacio en tres grupos: servicio de material y tracción, servicio eléctrico y servicio de vías y obras, donde abundaban maquetas y pequeño material. El conjunto se completó con un tren a escala, similar a los actuales de cinco pulgadas, que recorría toda la exposición sevillana como elemento de ocio de los asistentes y visitantes (ALONSO REDONDO, 2009).

LA CONSTRUCCIÓN DE LA IDENTIDAD DEL PATRIMONIO FERROVIARIO ESPAÑOL DURANTE EL FRANQUISMO

Estas exposiciones no asociaban los bienes ferroviarios con una manifestación cultural, pero fomentaron un interés por conservar el material más antiguo. Algunas de las piezas anteriormente señaladas, forman hoy parte de las colecciones de los dos principales museos ferroviarios, la locomotora MZA nº 168 está expuesta en el Museu del Ferrocarril de Catalunya, y algunas de las maquetas presentadas en Sevilla se incluyen en el inventario del Museo del Ferrocarril de Madrid. También sabemos que la maqueta del viaducto de Vadollano y la del puente de Guadalmez, ambas expuestas en Sevilla[3], fueron solicitadas por el Consejo de Administración del Colegio de Huérfanos Ferroviarios al Ingeniero Jefe del Servicio de Vía y Obras de MZA, Domingo Mendizábal, para crear en el colegio un pequeño museo ferroviario con fines culturales y de enseñanza. Ambas maquetas fueron cedidas en julio de 1930, aunque hoy, desconocemos su paradero.

Tras el final de la Guerra Civil española (1936-1939), comenzó la larga dictadura del general Franco, (1939 a 1975), un régimen que marcó la evolución del país durante el siglo XX. Los primeros años se caracterizaron por la autarquía, la reconstrucción y el militarismo, y en este periodo las obras públicas se consideraron un eje fundamental de la política nacional. Para el ferrocarril, este momento estuvo marcado por la nacionalización de las antiguas compañías privadas y la creación de la empresa pública Red Nacional de los Ferrocarriles Españoles (RENFE) bajo la supervisión del Ministerio de Obras Públicas, aunque con cierta autonomía sobre sus funciones (MUÑOZ RUBIO, 1995).

La situación inicial del sistema ferroviario era grave, aunque se ha tendido a magnificar esta realidad, con problemas de descoordinación, obsolescencia del material, deterioro de las instalaciones y falta de medios. Además, el aislamiento político y económico complicó el acceso a los combustibles y la producción interna de carbón era insuficiente. Por ello se optó por un ambicioso programa — Plan General de Electrificación, aprobado el 25 de enero de 1946 — que pretendía electrificar el 44% de la red a 3 mil voltios de tensión para reducir esa dependencia del carbón (MUÑOZ RUBIO, 2012).

En este contexto, la celebración del centenario de la inauguración del primer ferrocarril peninsular en 1848 era un momento propicio para difundir el pretendido proyecto de modernización de la red a través de la tracción eléctrica. Así, para la conmemoración del centenario se creó una comisión en el Ministerio de Obras Públicas, (1946) presidida por Manuel María de Arrillaga (Ministerio de Obras Públicas, 1947)[4] y compuesta por otros destacados miembros de RENFE y del Ministerio de Obras Públicas: Gregorio Pérez Comesa (Dirección General de Ferrocarriles, Tranvías y Transportes por Carretera), Antonio Fontán de la Orden (DG de Transportes Militares del Ejército), Gregorio Bahamonde Tayllefer (Ordenación del Transporte), Juan Campos Estrems (vocal de ferrocarriles en el Consejo de Obras Públicas), Fco. Durán Walkinshaw (Consejo Superior de Ferrocarriles y Transportes por carreteras), Ramón Gutiérrez Flores (Sindicato Nacional de Transportes), Faustino Villalmil (Subdirector General de la RENFE), Santiago Arechaga y López de Letona (Explotación de Ferrocarriles por el Estado), Antonio Roapide González (Compañías explotadoras de los ferrocarriles de vía estrecha). Participaron también miembros de la propaganda y de turismo: Pedro Rocamora y Vals[5] (Subsecretaria de Educación Popular) y Luis A. Bolín Bidwell (DG de Turismo); y representantes de las asociaciones de ingenieros, de la Diputación barcelonesa y los ayuntamientos de Barcelona y Mataró (EL PRIMER CENTENARIO DEL FERROCARRIL EN ESPAÑA, 1947).

La conmemoración se organizó en torno a diferentes eventos cuya crónica puede consultarse en las revistas Ferroviarios (ACTOS CONMEMORATIVOS DEL CENTENARIO EN BARCELONA, MADRID Y MATARÓ, 1948), Ferrocarriles y tranvías (PRIMER CENTENARIO DEL FERROCARRIL EN ESPAÑA, 1948; CABRERA, 1949)

y Revista Obras Publicas (ESPECIAL CENTENARIO DEL FERROCARRIL, 1948). El acto principal fue la recreación del viaje inaugural para la que se dispuso un Tren del centenario, consistente en una reproducción de la locomotora Mataró y de tres coches de época. Se prepararon eventos propagandísticos como la inauguración del túnel de la avenida Meridiana de Barcelona, la filmación de documentales para NO-DO y la grabación de una película costumbrista sobre la vida del Marqués de Salamanca. Para conmemorar el evento se acuñaron placas, sellos y monedas y se publicó un libro con la cronología básica del ferrocarril en España.

Se aprovechó la ocasión para celebrar una gran exposición sobre el ferrocarril en el tinglado nº 2 del puerto de Barcelona. En ella se podían encontrar las locomotoras de vapor más grandes y modernas, también otras más antiguas como la 030-0201 del ferrocarril gallego o la pequeña nº 1 de la Compañía de los Ferrocarriles Andaluces, además de reproducciones a escala de material motor y remolcado. También aparecía una sección dedicada a los últimos avances de la red para combatir la nieve y un espacio dedicado a la electrificación española, en el que se podían contemplar paneles didácticos acompañados de reproducciones de material motor y de instalaciones como la subestación de Las Matas. La comisión del centenario había señalado que la feria debía ser la base para la creación de un futuro museo ferroviario y actualmente parte del material expuesto forma el acervo del Museo del Ferrocarril de Madrid. Sin embargo, el discurso de la exposición no era patrimonial, era un acto más propagandístico que de revisión histórica o social. Los aspectos de la modernización y reconstrucción de la red tras el conflicto militar eran los protagonistas, y no hubo un trabajo de investigación sobre la repercusión de la revolución industrial en España y el papel del ferrocarril (Figura 1).

Tras los actos de Barcelona continuó la actividad propagandística del régimen y con motivo del Congreso de la Unión Internacional de Ferrocarriles, en septiembre de 1958, se organizó una visita a los talleres de Villaverde Bajo de Madrid, donde se enseñaron a los representantes extranjeros las últimas novedades en material de tracción y lo más lujoso del remolcado[6]. Si bien, la idea del museo ferroviario quedó olvidada mientras se realizaban actos recordatorios de centenarios de otras aperturas de líneas en España y algunas pequeñas exposiciones con motivo de fiestas patronales[7].

Arrillaga y Jesús de la Fuente recordaron en la revista Ferrocarriles y Tranvías (FUENTE, 1951) el objetivo de abrir un museo ferroviario con la colección de Barcelona, pero fue finalmente Francisco Wais, quien rescató la idea en unas cartas dirigidas al diario ABC (WAIS, 1987). En 1964, la dirección de RENFE por medio de la circular nº 293 se comprometió con la construcción del museo ferroviario que había sido imaginado por la Comisión Oficial del Centenario. El lugar elegido fue la planta baja del palacio de Fernán Núñez, una mansión en las proximidades de Atocha de estilo romántico. El edificio había sido adquirido en 1941 por la Compañía Nacional de los Ferrocarriles del Oeste de España, e integrado en el patrimonio de RENFE tras la nacionalización de todo

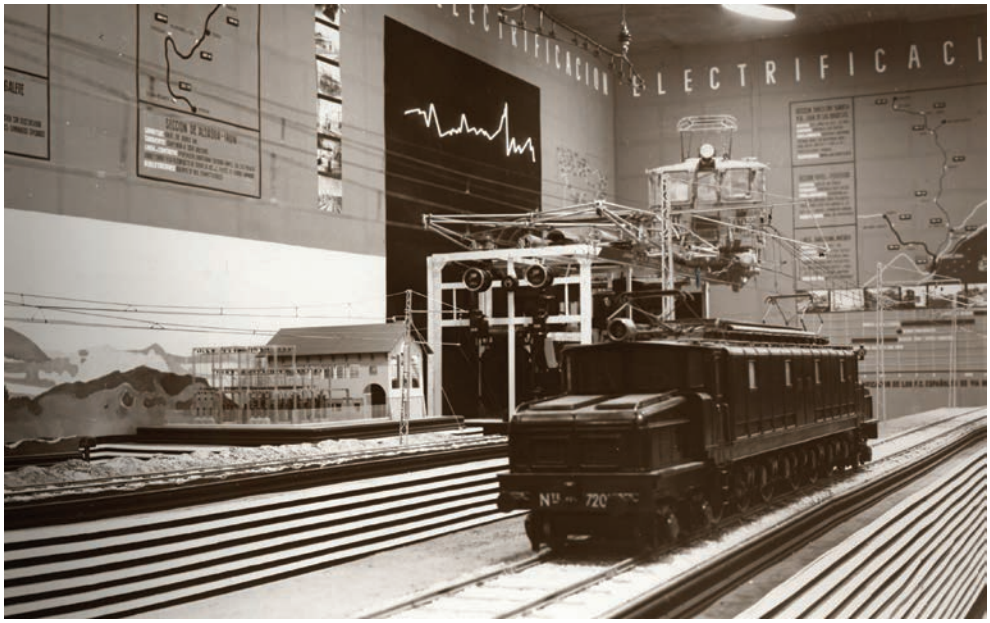


FIGURA 1 — Detalle de la exposición del centenario Barcelona.
Fuente: Centenario del Ferrocarril en España (1948).

el sistema ferroviario de vía ancha. Fue usado como sede del Consejo de Administración de la empresa estatal hasta la década de 1980 y actualmente es la sede de la Fundación de los Ferrocarriles Españoles (FFE) (MARTÍN, 1999).

La gestión del proyecto fue casi personal de Francisco Wais San Martín como responsable máximo y único. En la dictadura este no era un caso singular, los proyectos museológicos constituidos por un director, asistido por un ordenanza, con funciones tan diversas como la gestión del centro, la catalogación, la conservación de fondos y la preparación de exposiciones eran habituales. Al igual que sucedió con Wais, para muchos de estos personajes era difícil entender que su museo no era un dominio personal (BOLAÑOS, 2008, p.421), por lo que el museo tenía un discurso muy particular.

Además, el espacio expositivo de esa primera sede del museo en el palacio de la calle San Cosme y San Damián, no era el idóneo para una colección de locomotoras por su reducido espacio. Así que, mientras se encontraba la instalación idónea, la solución museística se basó en maquetas y cuadros que ofrecían una imagen de lo que Francisco Wais entendía que era la evolución del ferrocarril en España. La colección de maquetas que se podía ver en el museo primitivo era la misma que la expuesta en Barcelona en 1948 con algún añadido como la de la locomotora MZA nº 1100, expuesta en Sevilla, o una reproducción de la locomotora de Aranjuez regalada a RENFE por los amigos del ferrocarril de Madrid en 1957.

En este marco expositivo limitado, destacaba por encima de todas las piezas la única locomotora real de la exposición, la nº 1 de Andaluces, que es una pequeña locomotora de vapor, puesta inicialmente en servicio en 1871 para el ferrocarril urbano que atendía

a las bodegas jerezanas y que posteriormente pasó al servicio de maniobras (GÓMEZ MARTÍNEZ, 2008). Era por su tamaño la única locomotora que podía instalarse dentro del local. Esta locomotora se encuentra en la actualidad en la exposición permanente del Museo del Ferrocarril de Madrid.

En 1969, RENFE también asumió la conservación del patrimonio bibliográfico y documental creando la Biblioteca general de RENFE, que unificaba la División de Documentación y los servicios previos de Bibliotecas, Suscripciones y Documentación (circular nº 366). Posteriormente, en 1979, se llevó a cabo la creación del Archivo Histórico Ferroviario, donde se encontraba depositado, principalmente, el legado documental trasmitido por las antiguas compañías ferroviarias que se habían integrado en RENFE en 1941.

Coincidiendo con la creación de la Biblioteca y el Archivo, se desarrollaron los primeros encuentros académicos sobre la historia del ferrocarril en España, los cuales pusieron el interés sobre la historia económica. Desde el Servicio de Estudios y el Centro de Documentación de RENFE se promocionaron varios seminarios que contaron con la participación de investigadores españoles y europeos de reconocido prestigio, como Patrick O'Brien, Rainer Fremdling, Stefano Fenoaltea, François Caron, Antonio Gómez Mendoza, Pedro Tedde, Pere Pascual o Gabriel Tortella, entre otros. En buena medida, el impulso a estas colaboraciones vino de dos historiadores de RENFE, Arturo Iglesias y Jesús Sanz Fernández (RED NACIONAL DE LOS FERROCARRILES ESPAÑOLES, 1981; FUNDACIÓN DE LOS FERROCARRILES ESPAÑOLES, 1990).

Sin embargo, al igual que sucedía en otros países, no fue en el contexto institucional y académico donde se promovieron acciones de defensa y conservación de los bienes ferroviarios. En un local del colegio de ingenieros de Barcelona se fundó en 1944 la primera asociación de amigos del ferrocarril de España. El primer presidente de la asociación fue José MarÍa Bonet Garí, miembro de una familia muy influyente en Barcelona. Las primeras actividades de la asociación estuvieron relacionadas con la reproducción a escala, el tren eléctrico y las exposiciones de maquetas. La conexión de los ingenieros con el mundo ferroviario no es única de España, los primeros entusiastas de la arqueología industrial en Inglaterra también lo eran y en 1909 ya habían fundado la Stephenson Locomotive Society (DIVALL & SCOTT, 2001). El número de asociaciones creció pronto en España. En 1946 se fundó la Asociación de Amigos del Ferrocarril de Madrid en el Salón de Actos de la Cámara de Comercio e Industria de Madrid. En 1963 se reunieron por primera vez las asociaciones locales españolas en Zaragoza, en una reunión que fue promovida por el entonces presidente de la asociación madrileña, Juan Bautista Cabrera Pérez-Caballero, ingeniero de profesión, y muy conocido en el mundo de los investigadores y aficionados al ferrocarril por su fondo fotográfico español y europeo (CUÉLLAR *et al.*, 2007). La reunión estableció las bases para la constitución de una Federación Española de Asociaciones y la celebración de reuniones anuales.

La segunda mitad de la dictadura del general Franco en España coincidió con grandes cambios en la red ferroviaria. Tanto en el plan de ayuda americana (1953-1963),

consecuente del Pacto de Madrid firmado entre España y Estados Unidos, como en el Plan Decenal de Modernización de RENFE (1964-1973) se manifestaba la intención de que las tracciones diésel y eléctrica sustituyeran al material vapor (MUÑOZ RUBIO, 1995). Por ello, además de maquetas y fotografía las asociaciones se movilizaron, como había sucedido en otros casos europeos, ante el abandono de las locomotoras (BUCHANAN, 2000). La atracción por la locomotora movilizó a aquellos que pensaban que esperar al estudio académico podía suponer un lento proceso y que muchos de los bienes acabarían siendo destruidos por la inoperancia y lentitud de la academia (TRINDER, 2000; LALANA, 2010). La progresiva extinción de la tracción vapor y el cierre de líneas y ramales de escaso tráfico se constituyeron en sólidos argumentos de su interés por los ferrocarriles (CUÉLLAR, 2016). Este proceso no es exclusivo de Europa, en Brasil la celebración del centenario tuvo una exaltación nacionalista y mitificó la figura del barón de Mauá, también muy similar al caso español, donde la figura de otro financiero con título nobiliario, el marqués de Salamanca, fue ensalzado a través de una producción cinematográfica. Al igual que había pasado en España, la posterior dictadura brasileña aprovechó esta colección para construir un discurso propagandístico del progreso nacional con todas sus consecuencias (OLIVEIRA, 2013) y fueron los trabajadores los primeros que se preocuparon por la conservación asociada a la identidad y la memoria (CALISKEVSTZ, 2012).

Aunque de manera informal, la presencia de personajes de alto nivel social cercanos al régimen, como médicos, ingenieros, directivos de empresas o altos funcionarios de la administración del Estado, ayudó a que se pudiesen tutelar vehículos en estaciones en desuso o con poco tráfico. Esta circunstancia se observa en que en los actos conmemorativos y reuniones de asociaciones hay una participación de RENFE o de personas del régimen. El 21 de mayo de 1957 en Madrid se celebró un homenaje a la locomotora 030-2013 de RENFE (MZA nº 246), ahora conservada en el Museo del Ferrocarril de Cataluña, que llevaba cien años en servicio, participó el infante José Eugenio de Baviera, Manuel Arrillaga, que había sido presidente de la Comisión Oficial del Centenario, el Director General de RENFE, José María García Lomas, y el presidente de la asociación madrileña, el Conde de Alcubierre.

En el primer acto oficial de la Federación Española en el Congreso del MOROP (Modelistas Europeos del Ferrocarril) de 1967 se preparó una exposición de material ferroviario con el tren del centenario (la réplica del tren inaugural de 1848), tres locomotoras eléctricas y catorce locomotoras de vapor. Un año más tarde en Oviedo se celebró una reunión de las asociaciones españolas para conmemorar el 50 aniversario de la Ley Cambó que permitió la financiación pública de la electrificación de la rampa de Pajares. Para esta ocasión se expusieron las locomotoras eléctricas más antiguas y algunas de las modernas en la estación de RENFE en Oviedo[8]. También en 1972 se celebró una nueva reunión de asociaciones con exposición de material a escala en San Sebastián.

El evento más importante antes de que terminase la dictadura fue el XIX Congreso del MOROP, celebrado en Barcelona en 1972 con ayuda del régimen. Entre las diversas actividades realizadas destaca la exposición de locomotoras en el depósito de locomotoras de Vilanova i la Geltrú (Barcelona). Para ello se rehabilitó el edificio modernista de finales del siglo XIX y se restauró una importante colección de locomotoras que fueron exhibidas por vez primera con la intención de ser preservadas para abrir un gran museo con material histórico real (Figura 2).

ALGUNOS APUNTES SOBRE EL PATRIMONIO FERROVIARIO ESPAÑOL TRAS LA LLEGADA DE LA DEMOCRACIA

La solución que la dictadura había dado a la conservación del patrimonio ferroviario se demostraba insuficiente para la sociedad española que emergía en el último cuarto de siglo. Por un lado, los museos británico y francés, ubicados respectivamente en York y Mulhouse, eran modelos exitosos creados a partir de una colección de material rodante y de iniciativas de asociaciones, como ocurría en el caso español. Por otro lado, la renovación de los principios museológicos que a mediados de siglo XX cambió los discursos y los temas tuvo un fuerte impacto en la España de la transición. Los intereses sociales respecto a los museos se democratizaron y el museo debía dejar de ser el viejo caserón protector, faro y guía de la cultura de occidente. La sociedad reclamaba que los museos recogieran el pasado en el presente como reacción a la pérdida de identidad que sufría la sociedad contemporánea (LOWENTHAL, 1998) (Figura 3).

En ese ambiente favorable a la creación de un museo ferroviario, fue clave la celebración del centenario de la inauguración del edificio de viajeros de Madrid-Delicias en 1980. Esta conmemoración puso en valor la estructura del edificio de viajeros y proporcionó las bases para un acuerdo de colaboración entre el Ministerio Cultura y la empresa RENFE. El proyecto inicial era crear un museo de ciencia y tecnología con una sección específica de ferrocarril (TORRES BALLESTEROS, 2011). Pero este proyecto no llegó a desarrollarse porque RENFE desligó el proyecto del Museo Nacional Ferroviario del Ministerio de Cultura.

La circular nº 481 de RENFE del 12 de febrero de 1982 creaba un Consejo de Patronato para el Museo Nacional Ferroviario y establecía que la institución estaría promovida directamente por la empresa ferroviaria. Se trataba de un movimiento que tenía el objetivo de mejorar la imagen del ferrocarril en España, difundiendo la decisiva contribución de este medio de transporte al desarrollo económico y social de España. Finalmente, en diciembre de 1984 abrió sus puertas el Museo Nacional Ferroviario, que fue cedido a la FFE por convenio establecido entre esta y RENFE en 1986, que fue renovado en 1995 (GARCÍA FERNÁNDEZ, 2008).

La creación de la FFE por RENFE en 1985 marcó el punto de inflexión en la consideración de la herencia ferroviaria como manifestación cultural. Fue creado, según indicaban

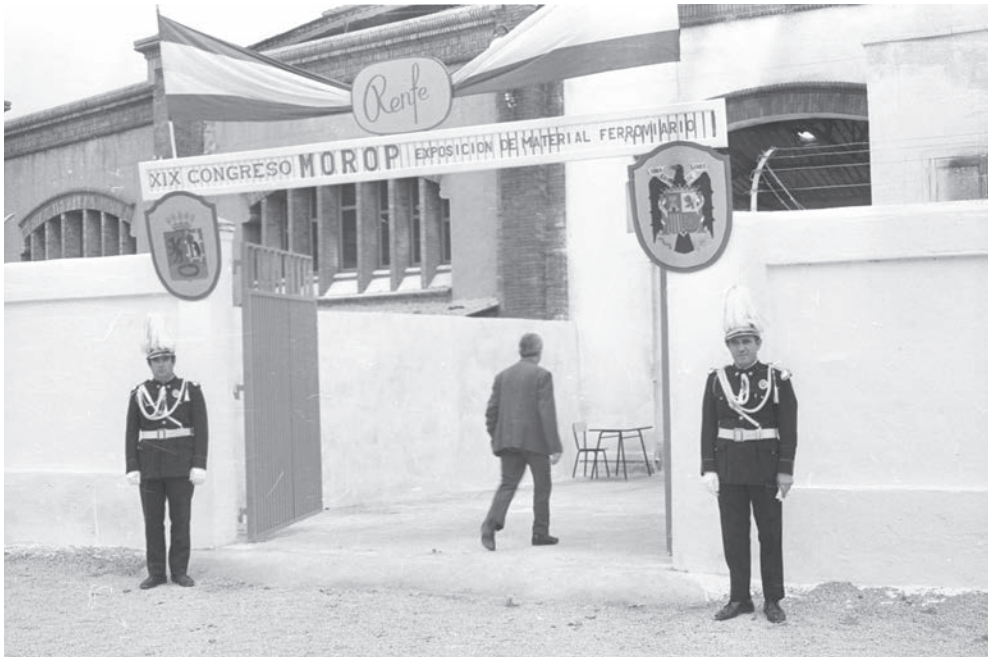


FIGURA 2 — Entrada al MOROP en Vilanova i la Geltru, 1972.
Fuente: Entrada Al Morop (1972).

FIGURA 3 — Edificio de viajeros de Madrid-Delicias finales de los setenta.
Fuente: Madrid-Delicias (1975-1980).

sus estatutos, con la finalidad de velar por la conservación de los fondos materiales y documentales de valor histórico o artístico que tuvieran relación con el ferrocarril, y de difundir los aspectos culturales de dicho medio de transporte, para lo que se proponía mantener y enriquecer los fondos museísticos del ferrocarril y promover su exposición pública.

Además, su creación coincidía con la promulgación de la Ley del Patrimonio Histórico Español, de 1985, en la que de forma implícita se reconoce por primera vez el valor histórico del patrimonio industrial. La transformación del discurso propagandístico al discurso de manifestación cultural se iniciaba con una herramienta significativa, un museo nacional del ferrocarril gestionado por una institución con fines de conservación, difusión e investigación. A este museo le siguieron otros con los mismos intereses: Vilanova i la Geltrú en 1992, el Museo Vasco del Ferrocarril en Azpeitia, también 1992 e impulsado por el Gobierno vasco, y el Museo del Ferrocarril de Asturias, en Gijón, abierto en 1998 y gestionado por el ayuntamiento gijonés. Después vinieron una pléyade de museos, centros de interpretación y colecciones particulares más o menos formales (MÉNDEZ, 2016).

El modelo que se impuso en España — aunque también en muchos otros casos — fue el de la exposición estática, al modo de un salón de la fama (*Hall of power*) (DAVIES, 1996). El principal y casi único protagonista era, y sigue siendo, la locomotora, especialmente de vapor. La presencia de la infraestructura, la organización social o el contexto histórico es puntual o secundaria en casi todos ellos (COULLS, 1999). En el caso del museo madrileño se configura como espacio principal la denominada sala de tracción, donde se concentra la exposición de vehículos, tanto locomotoras como coches de viajeros, y se habla de otras salas anexas sin mayor precisión (MARTÍNEZ VARA, 1990).

El siglo XX, que ha sido nuestro objeto de estudio, concluye con la celebración del sesquicentenario[9] del ferrocarril español en 1998. Para esta conmemoración se realizaron numerosas actividades y propuestas encaminadas a difundir la historia del ferrocarril. Se realizó un estudio histórico y se generó un fuerte interés por el pasado ferroviario que se tradujo en publicaciones académicas de carácter nacional y regional, celebraciones locales y apertura de viejos trazados ferroviarios como vías verdes. Todos ellos proyectos que han conseguido conservar bienes materiales, y conocer el pasado de las diferentes líneas. Pero que han dejado pendiente el tratamiento de la memoria social y el desarrollo de un discurso en el que el ferrocarril sea entendido como patrimonio cultural de la sociedad contemporánea.

CONCLUSIONES

Aunque falta por desarrollar un discurso que relacione los bienes ferroviarios con la identidad y la memoria de la sociedad contemporánea en España, se ha constatado a lo largo de este texto que ya a final del siglo XX se entendió que la actividad ferroviaria es una manifestación cultural. En este proceso, en esencia, se detectan tres grandes periodos: el de las exposiciones tecnológicas, que llega hasta la Guerra civil; el de la conmemoración de

centenarios, coincidente con la larga dictadura franquista, y caracterizado por aprovechar estos eventos como medio de propaganda retrasando la consolidación de las colecciones; y finalmente, el momento de configuración de los museos ferroviarios, que se ordenaron en nuestro país prácticamente en la década final de siglo cuando en Europa fue un proceso anterior vinculado a la renovación museológica y las colecciones de los centenarios.

En todo caso, queda de manifiesto que la construcción de la idea del patrimonio ferroviario español durante el siglo XX ha estado dominada por el proceso físico de realizaciones, siguiendo en lo esencial los ritmos de evolución de los países europeos, aunque también con notables diferencias. Se arrinconó, así, el proceso intelectual en el diseño crítico de un patrimonio cultural ferroviario que hubiera trascendido más allá de las locomotoras (especialmente de vapor) como argumento principal y casi único. De esta manera se hubiera construido un discurso más global, siguiendo la línea de los cánones propuestos por las organizaciones internacionales que velan por el patrimonio industrial, es decir, se hubiera construido un discurso que articulase los fenómenos naturales, técnicos y socioeconómicos y los valores específicos de un medio de transporte que cambió nuestra sociedad, ahora hace ya casi dos siglos.

NOTAS

1. Utilizaremos estas dos denominaciones actuales, aunque inicialmente fueron bautizados como Museo Nacional Ferroviario, tras su creación en 1980 por parte de RENFE, con sede en la madrileña estación de Delicias, y Museo del Ferrocarril de Villanueva y la Geltrú, por acuerdo con la Generalidad de Cataluña en 1983 (GARCÍA FERNÁNDEZ, 2008).

2. Entre otros, se instalaron en esta exposición una caja de fuegos de una locomotora de vapor, el cambio de marcha de una locomotora de vapor, cruzamiento de vía sencillo con indicador de cambio de aguja, báscula puente de 30 t, puesto telegráfico de estación Breguet-Morse, vagón de bordes altos de 15 t de carga, puesto telegráfico móvil, y una variada muestra de tuercas, bielas, palancas, manivelas, silbatos, etc. del ferrocarril (INSTALACIÓN DE LA COMPAÑÍA DE LOS FERROCARRILES DE MADRID A ZARAGOZA Y A ALICANTE, 1907).

3. Archivo Histórico Ferroviario (s.d.a), C-1447-001.

4. Arrillaga había sido nombrado Subdirector General de RENFE en el momento de su creación, puesto en el que se jubila por edad en 1943. Solicita entonces el reingreso al servicio del Estado y desempeña la Jefatura de la Inspección de Circulación y Transportes, donde llegó a la presidencia del Consejo de Obras Públicas.

5. Director General de Propaganda.

6. Archivo Histórico Ferroviario (s.d.a), Fototeca, signaturas FN_0239 a FN_02973.

7. Un éxito de la RENFE en la feria de San Lucas, de Jaén (FERROVIARIOS, 1950).

8. Archivo Histórico Ferroviario (s.d.a), Fototeca, FA_0157.

9. Este término, según nos contaba el que fue Director Gerente de la Fundación de los Ferrocarriles Españoles entre 1993 y 2009, Carlos Zapatero Ponte (1948-2012), vino propuesto por el académico y premio Nobel de literatura, Camilo José Cela, que como miembro del Patronato de la Fundación de los Ferrocarriles Españoles asesoraba a esta institución en sus actividades.

REFERENCIAS

ACTOS Conmemorativos del Centenario en Barcelona, Madrid y Mataró. *Ferroviarios*: *Revista del Personal de la Red Nacional de los Ferrocarriles Españoles*, n.88-89, 1948.

AGUILAR CIVERA, I. *La estación de ferrocarril*: puerta de la ciudad. Valencia: Consellería de Cultura, Educación y Ciencia, 1988.

AGUILAR CIVERA, I. Patrimonio del transporte y el territorio. In: BIEL IBÁÑEZ, P.; CUETO ALONSO, G. (Ed.). *100 elementos de patrimonio industrial en España*. España: TICCIH España, 2011. p.28-35.

ALONSO REDONDO, M.D. Aportación del ferrocarril en la etapa de apertura al turismo en España: la presencia de la compañía MZA en la exposición ibero-americana de Sevilla de 1929. In: CONGRESO DE HISTORIA FERROVIARIA, 5., 2009, Palma de Mallorca. *Anais*… Palma de Mallorca: La Fundación de los Ferrocarriles Españoles, 2009.

ARCHIVO Histórico Ferroviario, C-1447-001. Madri: Fundación de los Ferrocarriles Españoles, [s.d.a].

ARCHIVO Histórico Ferroviario, Fototeca, FA_0157. Madri: Fundación de los Ferrocarriles Españoles, [s.d.b].

ARCHIVO Histórico Ferroviario, Fototeca, signaturas FN_0239 a FN_02973. Madri: Fundación de los Ferrocarriles Españoles, [s.d.c].

BALLART HERNÁNDEZ, J. *El patrimonio histórico y arqueológico*: valor y uso. Barcelona: Ariel, 1997.

BOLAÑOS, M. *Historia de los museos en España*. 2.ed. Gijón: Trea, 2008.

BOLAÑOS, M. *La memoria del mundo*: cien años de museología (1900-2000). Gijón: Trea, 2002.

BUCHANAN, R.A. The origins of industrial archaeology. In: COSSONS, N. (Ed.). *Perspectives on Industrial Archaeology*. London: Science Museum, 2000. p.18-38.

CABRERA, G. Impresiones y experiencias de un centenario. *Ferrocarriles y tranvías*, v.16, n.173, p.19-21, 1949.

CALISKEVSTZ, V.R. *A participação do trabalhador ferroviário na composição do patrimônio cultural intangível da ferrovia paranaense*. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território) — Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2012.

CENTENARIO del Ferrocarril en España: fototeca, signatura. Barcelona: Ministério de Obras Públicas, 1948. (Fundación de los Ferrocarriles Españoles: AHF, Fototeca, signatura FA_0013 — 018).

COSSONS, N. An agenda for the railway heritage. In: BURMAN, P.; STRATTON, M. (Ed.). *Conserving the railway heritage*. Abingdon: Spon, 1997. p.3-17.

COULLS, A. *Railways as World Heritage Sites*. Paris: ICOMOS, 1999.

CUÉLLAR, D. *et al*. La luz escrita del tren: el archivo fotográfico del AHF y la colección Juan B. Cabrera. *Patrimonio Cultural y Derecho*, n.11, p.195-222, 2007.

CUÉLLAR, D. From railways to heritage: The closure of railway lines in Spain and their valorisation as a cultural good. In: MCCANTS, A. *et al*. (Ed.). *New uses for old railways*. Vila Nova de Gaia: MIT Portugal Program, 2016. p.33-52.

CUÉLLAR, D. Transportes y patrimonio histórico: la herencia de la revolución industrial. *AREAS: Revista Internacional de Ciencias Sociales*, v.29, p.61-72, 2010.

CUÉLLAR, D.; JIMÉNEZ VEGA, M.; POLO, F. *Historia de los poblados ferroviarios españoles*. Madrid: Fundación de los Ferrocarriles Españoles, 2005.

DAVIES, K. Cleaning Up the coal-face and doing out the kitchen. In: KAVANAGH, G. (Ed.). *Making histories in museums*. 2nd ed. London: Leicester University Press, 1996. p.105-115.

DINHOBL, G. Railway Heritage: An overview. In: MCCANTS, A. *et al*. (Ed.). *New uses for old railways*. Vila Nova de Gaia: MIT Portugal Program, 2016. p.17-32.

DIVALL, C.; SCOTT, A. *Making histories in transport museums*. New York: Leicester University Press, 2001.

DUNSTONE, D. *For the love of trains*: The story of British Tram and Railway Preservation. London: Ian Allan Publishing, 2007.

EL PRIMER Centenario del Ferrocarril en España. *Revista de Obras Públicas*. v.88, n.2783, p.143-144, 1947.

ENTRADA al Morop: Vilanova i la Geltrú. Madri: Archivo Histórico Ferroviario, 1972. (Fototeca, signatura FN_17500).

ESPECIAL Centenario Del Ferrocarril. *Revista Obras Públicas,* v.89, n.2804, p.495-501, 1948.

FERNÁNDEZ LÓPEZ, J. Patrimonio ferroviario de Asturias. *ABACO*, v.1, 2ª época, p.87-94, 1992.

FERROVIARIOS: *Revista del Personal de la Red Nacional de los Ferrocarriles Españoles*, n.114, p.9-11, 1950.

FUENTE, J. El museo del ferrocarril. *Ferrocarriles y Tranvías*. n.199, p.122-129, 1951.

FUNDACIÓN DE LOS FERROCARRILES ESPAÑOLES. *Coloquio internacional sobre transportes e industrialización, siglos XIX y XX*. Madrid: [s.n.], 1990. (Mimeografiado).

GARCÍA FERNÁNDEZ, J. *Estudios sobre el derecho del patrimonio histórico:* Madrid. Madrid: Colegio de Registradores de la Propiedad y Mercantiles de España, 2008.

GÓMEZ MARTÍNEZ, J.A. La tracción en los ferrocarriles de Andalucía. In: CUÉLLAR, D.; SÁNCHEZ-PICÓN, A. (Ed.). *50 años de ferrocarril en Andalucía*: un balance. Sevilla: Junta de Andalucía, 2008. p.887-961.

GRANDAS, M. C. *L'Exposició Internacional de Barcelona de 1929*. Barcelona: Els Libres de la Frontera, 1988.

HOBSBAWM, E. Introduction: Inventing traditions. In: HOBSBAWM, E; RANGER, T. (Ed.). *The invention of tradition*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983. p.1-14.

INSTALACIÓN de la compañía de los ferrocarriles de Madrid a Zaragoza y a Alicante. *La ilustración española y americana*, v.51, n.84, p.1-16, 1907.

INSTITUTO DE PATRIMONIO CULTURAL DE ESPAÑA. *Plan Nacional de Patrimonio Industrial*. [S.l.]: IPCE, 2011.

LALANA, J. L. Criterios básicos de actuación sobre el antiguo depósito de locomotoras de Valladolid. *Llámpara, Patrimonio Industrial*, n.3, p.57-62, 2010.

LALANA, J.L. Los ferrocarriles y el patrimonio mundial: del monumento al paisaje cultural. In: CONGRESO DE HISTORIA FERROVIARIA. 6., 2012, Vitoria. *Anais*… Vitoria: Fundación de los Ferrocarriles Españoles, 2012.

LALANA, J.L.; SANTOS, L. Retos metodológicos en el estudio, evaluación y tratamiento del patrimonio ferroviario. In: CONGRESO PARA LA CONSERVACIÓN DEL PATRIMONIO INDUSTRIAL Y DE LA OBRA PÚBLICA EN ESPAÑA, 6., 2013. Madrid. *Anais*… 2013. Madrid: TICCIH, 2013.

LOPES-CORDEIRO, J.M. La arquitectura industrial en Portugal. *ABACO*, v.2, n.19, p.35–45, 1998.

LÓPEZ GARCÍA, M. El valor patrimonial del ferrocarril español: sus singularidades y condicionantes. In: MUÑOZ RUBIO, M.; SANZ FERNÁNDEZ, J.; VIDAL OLIVARES, J. (Ed.). *Siglo y medio del ferrocarril en España 1848-1998*. Madrid: Fundación de los Ferrocarriles Españoles, 1999. p.1027-1033.

LOWENTHAL, D. *El pasado es un país extraño*. Madrid: Akal, 1998.

MADRID-Delicias. Madri: Archivo Histórico Ferroviario, [1975-1980]. (Fototeca, signatura FE_1041).

MARTÍN, J. *Palacio de Fernán Núñez: retrato vivo*. Madrid: Fundación de los Ferrocarriles Españoles, 1999.

MARTÍNEZ VARA, T. *El Museo Nacional del Ferrocarril*. Madrid: Ayuntamiento de Madrid, 1990. v.3.

MENDES, J.A. O património industrial na museologia contemporânea: o caso português. *Ubimuseum: Revista Online do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior,* v.1, p.89-104, 2012.

MÉNDEZ, R. *Educación patrimonial, museos y patrimonio ferroviario: estudio de caso sobre el Museo del Ferrocarril de Madrid*. Tese (Doutorado) — Universidad Autónoma de Madrid, Madrid, 2016. Disponible en: <https://repositorio.uam.es/handle/10486/675116>. Acceso: 15 feb. 2017.

MINISTERIO de Obras Públicas. *Boletín Oficial del Estado,* n.27, p.628-629, 1947.

MINISTERIO de Obras Públicas. *Boletín Oficial del Estado*, n.301, p.7930, 1946.

MUÑOZ RUBIO, M. La electrificación de los ferrocarriles durante la etapa de explotación pública. In: CUÉLLAR, D.; SÁNCHEZ PICÓN, A. (Ed.). *Catenaria: La electrificación ferroviaria en perspectiva histórica.* Madrid: Fundación de los Ferrocarriles Españoles, 2012.

MUÑOZ RUBIO, M. *RENFE (1941–1991) medio siglo de ferrocarril público*. Madrid: La Luna, 1995.

MUÑOZ RUBIO, M.; VIDAL OLIVARES, J. Los ferrocarriles en la historiografía española. *TST: Transportes Servicios y Telecomunicaciones*, v.1, p.81-111, 2001.

OLIVEIRA, E.R. O Centenário da ferrovia brasileira (1954): ensaio sobre a elaboração da memória ferroviária no Brasil. *Espaço & Geografia*, v.16, n.2, p.675-717, 2013.

PRIMER Centenario del Ferrocarril en España. *Ferrocarriles y Tranvías*, v.15, n.171, p.432-444, 1948.

QUEROL, M.A. *Manual de gestión del Patrimonio Cultural*. Madrid: Akal, 2010.

RED NACIONAL DE LOS FERROCARRILES ESPAÑOLES. *Los ferrocarriles y el desarrollo económico de Europa Occidental durante el siglo XIX.* Madrid: Gabinete de Información y Relaciones Externas de RENFE, 1981.

SÁNCHEZ PICÓN, A. A modo de presentación: miradas sobre el patrimonio industrial. *AREAS: Revista Internacional de Ciencias Sociales*, v.29, p.7-10, 2010.

THE INTERNATIONAL COMMITTEE FOR THE CONSERVATION OF THE INDUSTRIAL HERITAGE. *Carta de Nizhny Tagil*. Nizhny Tagil: TICCIH 2003.

TORRES BALLESTEROS, N. *La estación de ferrocarril Madrid-Delicias (1875-2011): Arquitectura, usos y fuentes documentales*. Madrid: Museo del Ferrocarril de Madrid, 2011. Disponible en: <http://www.museodelferrocarril.org/pdf/Investigacion_Delicias_2016.pdf>. Acceso: 10 Feb. 2017.

TRINDER, B. Industrial archaeology: The twentieth-century context. In: COSSONS, N. (Ed.). *Perspectives on Industrial Archaeology*. London: Science Museum, 2000. p.39-56.

WAIS, F. *Historia de los ferrocarriles españoles*. Madrid: Fundación de los Ferrocarriles Españoles, 1987.

WORLD HERITAGE CENTRE. *Documentation for the nomination of semmering railway cultural site*. Wien: Republik Öosterreich, 1998.

Recebido el 7/3/2017, re-presentado el 11/4/2017 y aceptado para su publicación el 11/5/2017.

RAMÓN MÉNDEZ | Doutor em Educação pela Universidad Autónoma de Madrid | Madri, Espanha | Correspondencia a nombre de/*Correspondence to*: R. MENDÉZ | *E-mail*: <ramon.mendezandres@gmail.com>.

DOMINGO CUÉLLAR | Doutor em História pela Universidad de Almería | Madri, Espanha.

EL PATRIMONIO FERROVIARIO EN SANTIAGO DE CUBA: APORTACIONES A LA CONFORMACIÓN URBANO ARQUITECTÓNICA DEL TERRITORIO

O PATRIMÔNIO FERROVIÁRIO EM SANTIAGO DE CUBA: CONTRIBUIÇÕES À CONFORMAÇÃO URBANO-ARQUITETÔNICA DO TERRITÓRIO | THE RAILWAY HERITAGE IN SANTIAGO DE CUBA: CONTRIBUTIONS TO THE URBAN ARCHITECTURAL CONFORMATION OF THE TERRITORY

FRANK ERNESTO VILLARREAL QUEVEDO, LOURDES MAGALIS RIZO AGUILERA

RESUMEN

En el último tercio del siglo XVIII en Cuba se produjeron determinados procesos socioeconómicos que generaron transformaciones en la colonia, marcados fundamentalmente por la expansión de la economía insular sobre la base del desarrollo de la plantación esclavista destinada a la producción y exportación de materias primas. En el caso particular de la provincia Santiago de Cuba, capital del antiguo Departamento Oriental; se desarrollaron desde el período colonial procesos industriales vinculados a la minería, así como a la producción del azúcar y el café. En el siglo XIX la necesidad de aumentar la eficiencia del transporte de la producción generada por el sistema de plantación a los puertos de embarque, condujo a la introducción del ferrocarril; de esta forma, la isla se convirtió en uno de los primeros territorios a escala mundial en asimilar dicha innovación, la cual se erigió como elemento decisivo para la competitividad, accesible solo para grandes capitales, la mayoría concentrados en la región occidental. Como parte de la expansión agroindustrial, el ferrocarril no sólo influyó en el dispositivo productivo sino además, fue un importante elemento condicionante de la formación de asentamientos de núcleos urbanos e industrias, generando una infraestructura urbana y arquitectónica que identifica el patrimonio construido de estos asentamientos. En el territorio santiaguero este repertorio constructivo no ha sido suficientemente estudiado y reconocido, de ahí que carece de estudios sistemáticos desde la óptica urbano arquitectónica, evidenciándose la necesidad de profundizar en el estudio del patrimonio industrial ferroviario a partir de su relación histórica con la producción azucarera, minera y cafetalera, de las cuales también se conservan importantes vestigios. Esta investigación persigue determinar los niveles de influencia del ferrocarril en la conformación del patrimonio urbano arquitectónico local y territorial; para alcanzar esta meta se pretende determinar los rasgos y características que identifican los asentamientos poblacionales relacionados con el ferrocarril.

PALABRAS CLAVE: Asentamientos poblacionales. Ferrocarril. Memoria urbano arquitectónica. Territorio.

ABSTRACT

In Cuba, the last third of XVIII century witnessed specific socioeconomic processes which generated changes in the Spanish colony, most of them clearly defined by an economic expansion supported by slavery and orientated to an import-export commodities market. In the particular case of Santiago de Cuba province, capital of the former Eastern Department, since the colonial period were created industrial processes linked to mining and sugar and coffee production. In the XIX century the need of an efficiency enhancement in goods transportation from the plantations to the shipment ports resulted in the introduction of the railways. The island was one of the first territories to use this innovation, which was an important element for the industry competitiveness, which only the big capitals mainly located in the western side of the country could afford. As part of the agro-industrial expansion the railway have not only influenced the production but it was also an important element in the establishments of urban and industrial nuclei, generating an urban and architectural infrastructure that distinguishes the current Cuban heritage environment. In Santiago, this constructed repertory has not been sufficiently studied and documented lacking systematic studies from an urban and architectonic point of view. It confirms the need of a deeper study of the railway heritage from its historical relationship with the sugar, coffee and mining production, from which there are important vestiges. This investigation aims at defining the influence levels of the railway in the conformation of the local architectural and urban heritage. In order to achieve this goal it aims at defining the identifying characteristics of the settlements along the railway.

KEYWORDS: *Human settlements. Railway. Architectural urban memory. Territory.*

RESUMO

No último terço do Século XVIII, em Cuba, foram produzidos certos processos socioeconômicos que geraram transformações na colônia, marcados fundamentalmente pela expansão da economia insular baseada na mão de obra escrava e na produção agrícola destinada à produção e exportação de matérias primas. No caso particular de Santiago de Cuba, capital do antigo Departamento Oriental, desde o período colonial, se desenvolveram processos industriais vinculados à mineração, assim como a produção de açúcar e café. No Século XIX, a necessidade de aumento da eficiência do transporte da produção gerada pelo sistema de plantação aos portos de embarque, conduziu à introdução da ferrovia, deste modo, a ilha se tornou um dos primeiros territórios em escala mundial a asimilar tal inovação, a qual se tornou elemento decisivo para a competitividade, acessível apenas para grandes capitais, a maioria concentrados na região ocidental. Como parte da expansão agroindustrial, a ferrovia não só influiu no aspecto produtivo como também foi um importante elemento condicionador da formação de assentamentos de núcleos urbanos e industriais, gerando uma infraestrutura urbana e arquitetônica que

identifica o patrimônio construído destes assentamentos. No território de Santiago este repertório construtivo não foi suficientemente estudado e reconhecido, carecendo, desta forma, de estudos sistemáticos a partir da ótica urbano-arquitetônica, evidenciando-se a necessidade de aprofundar-se o estudo do patrimônio ferroviário a partir de sua relação histórica com a produção açucareira, mineira e do café, das quais também se conservam importantes vestígios. Esta pesquisa procura determinar os níveis de influência da ferrovia na conformação do patrimônio urbano-arquitetônico local e territorial; para alcançar tal objetivo, pretende determinar traços e cartacterísticas que identificam os assentamentos populacionais relacionados com a ferrovia.

PALAVRAS-CHAVE: *Assentamentos populacionais. Ferrovia. Memória urbano-arquitetônica. Território.*

INTRODUCCIÓN

El interés por el estudio y conocimiento del patrimonio vernáculo de la región suroriental de Cuba, específicamente el patrimonio industrial asociado al ferrocarril, reviste singular importancia para identificar su actividad mediante el análisis de los remanentes materiales y documentales; además de registrar y analizar los valores atribuidos a los vestigios ferroviarios.

Los estudios sobre el patrimonio industrial en el Oriente de Cuba, vinculados a los principales renglones económicos del país, datan desde principios del siglo XX, y han sido continuados a partir de los años ochenta por numerosos especialistas de la arquitectura. Aunque se han obtenido resultados, para tomar medidas en el rescate de dicho patrimonio, estos son insuficientes; pues existen muchos inmuebles y sitios importantes dentro del repertorio que se encuentran desprotegidos, e incluso se desconoce de su historia y evolución, corriendo el riesgo de perder sus valores por varias causas, entre ellas la falta de protección y el desconocimiento.

Vinculado a dicho patrimonio, adquiere importante valor el estudio de la temática ferroviaria, al constituir el ferrocarril uno de los más antiguos servicios organizados en Cuba, "cuya evolución histórica aporta una valiosa información, no solo en terreno de la historia económica, sino también sobre los diversos fenómenos de carácter social y político" (ZANETTI & GARCÍA, 1987, p.5); dentro de los cuales se encuentran el surgimiento y desarrollo urbano-arquitectónico de asentamientos poblacionales a partir de la introducción del revolucionario medio de transporte.

Este tema posee una importancia vital, pues la investigación posibilita fortalecer todas las acciones que se realizan en el país en aras del estudio, conocimiento, preservación y divulgación de la temática del Patrimonio Industrial asociado al ferrocarril; cuya esencia está fuertemente vinculada al desarrollo histórico, económico, político y social de la nación; fortaleciendo de este modo el enriquecimiento del Patrimonio Cultural cubano.

DESARROLLO

CONDICIONAMENTO HISTÓRICO GENERAL

Para abordar cualquier tipo de estudio en torno a la temática de la introducción del ferrocarril, se hace necesario un adecuado análisis de las principales condicionantes que posibilitaron su aparición; aparejado a su vez a las consecuencias que dicho proceso acarreó. Disímiles son los autores que en referencia al tema coinciden en el tiempo, contexto y momento histórico por el cual atravesaba la humanidad durante el surgimiento de este fenómeno; concretando criterios que consensuan el hecho de que "[...] el ferrocarril, como novedad constituye el resultado de la confluencia de varias tecnologías e industrias: las de la energía y las de los metales; en su primera etapa; las de la máquina a vapor y las del hierro, en un segundo momento [...]" (VILLARREAL, 2016, p.9); lo cual indudablemente fue uno de los principales sucesos que modificaron la vida del hombre; primero el europeo y luego de otras partes del mundo, durante los siglos XIX, XX y hasta el presente (GAZMURI, 2001).

En consonancia con las circunstancias reales del proceso de introducción del camino de hierro, la principal condicionante derivaba de las necesidades de la industria de extracción minera realizada hasta entonces por el sistema del vagón empujado por niños "[...] o por caballos a la salida del yacimiento. Este modelo presentaba limitaciones serias en un momento de gran demanda de carbón para la primera industrialización" (RILLA, 2010, p.178).

Dichas dificultades comenzaron a tener respuestas en el siglo XVIII, primero con la invención de los rieles de madera y luego laminados en hierro; cuya expresión más perfecta constituyó la progresiva adecuación de la rueda al riel y poco más tarde la aplicación de la tecnología de la máquina a vapor, expresada, en este caso, en la locomotora; dando paso posteriormente a la conformación durante el siglo XIX de los primeros ferrocarriles en Europa e Iberoamérica, donde Cuba ocupa una posición relevante.

De manera general, el proceso de introducción del ferrocarril se desarrolló a partir de condicionantes fundamentalmente tecnológicas y económicas; lo cual posibilitó que constituyese un sistema creado para satisfacer los procesos de producción, distribución y consumo generados a partir de la Revolución Industrial inglesa de fines del siglo XVIII; generando a su vez una serie de avances en diferentes aspectos económicos, territoriales, políticos, sociales y culturales que lo consolidan como un conjunto integrado.

El fenómeno se comportó de diferentes formas en el contexto internacional, siempre respondiendo al principio de condicionamiento socio-económico; el cual respondió a las necesidades de producción de diversas industrias e incrementó el desarrollo de las ciudades; por otra parte, constituyó una poderosa herramienta de expansión y unificación política, marcada por una independización de los parámetros y requerimientos tecnológicos establecidos para el desarrollo del sector y a su vez logrando adaptación a las condiciones existentes tanto en materia territorial como económica. Mientras que en

otras regiones como Latinoamérica, constituyó un modelo importado mediante el cual de forma directa se condiciona el urbanismo y la arquitectura de los ferrocarriles en este contexto, basado en las principales actividades económicas de las diferentes naciones del continente (TARTARINI, 2011).

EL CONTEXTO CUBANO

En el contexto cubano, el ferrocarril se introdujo como una imperiosa necesidad del desarrollo azucarero, dada la dispersión geográfica de las plantaciones y la existencia de escasos puertos para la exportación; desarrollándose fundamentalmente en el Occidente del país (Figura 1). Por tales razones, se percibe como un elemento indisoluble al crecimiento y la expansión de dicha industria, influyendo en la dinámica económica y poblacional durante el siglo XIX; y por supuesto, aparejado a la fuerte articulación hacia el interior del país, propició el consiguiente proceso de formación de asentamientos; respondiendo a un fenómeno que se nota reflejado a lo largo y ancho de la isla, condicionado por la propia dimensión económica, política y social que encierra en sí mismo.

A diferencia de lo que sucede en otros países, el ferrocarril no se desarrolla en Cuba para satisfacer las necesidades de un mercado interno y estimular su crecimiento, sino para facilitar los vínculos de los productores insulares con los mercados exteriores (VILLARREAL, 2016). El hecho de que comenzara a incorporarse en la región occidental, no fue para nada casual; pues dicha región manifestaba un desarrollo extraordinario en la economía de la Isla (DE LAS CUEVAS, 2001), propiciado por toda una serie de medidas que la Metrópoli se vio obligada a implantar desde la toma de La Habana por los ingleses y también impulsada por los cambios que aparecen con la introducción de las máquinas en la producción industrial, lo que vigoriza las relaciones comerciales y desaparecen las trabas que frenaban el desarrollo de las relaciones de producción capitalista.

Como los medios de transporte de la época resultaban ineficientes para la conducción de los productos, en especial hacia el puerto de La Habana donde se realizaban los embarques para la exportación, se piensa y se cree, necesario, un Camino de Hierro o Ferrocarril, ya usado con éxito por Inglaterra como el más revolucionario grito del progreso. A tales efectos, se crea la Junta de Caminos de Hierro de La Habana, luego Junta de Fomento, siendo ésta presidida por el Conde

FIGURA 1 — Desarrollo del ferrocarril en el Occidente de Cuba. Segunda mitad del siglo XIX.
Fuente: Departamento de Historia del Arte (2016).
Note: Mapoteca del Archivo Nacional de Cuba. Plano cortesía de la Dra.C. María Elena Orozco Melgar, profesora titular del Departamento de Historia del Arte, Facultad de Humanidades, Universidad de Oriente, mayo de 2016.

de Villanueva, y se solicita del Rey de España, Fernando VII, la concertación de un empréstito con Londres, sólo y exclusivamente para la construcción de un camino de hierro de La Habana a Güines; inaugurándose el 19 de noviembre de 1837 el primer tramo ferroviario de Cuba (DE LAS CUEVAS, 2001) , de La Habana a Bejucal con 27,3 Km, y posteriormente el tramo de Bejucal a Güines con 46 Km, exactamente un año después.

La presencia del ferrocarril estableció vínculos más estrechos entre las zonas urbanas y rurales, y entre las provincias, facilitando la movilidad de la población y el desarrollo de nuevos asentamientos poblacionales alrededor de los nacientes centrales azucareros que sustituirían a los viejos ingenios debido a nuevas tecnologías (SAN MARFUL, 2003). Con relación a este proceso se precisa que:

> [...] los caminos de hierro cubanos de esta época no constituyen vías de penetración destinadas a colonizar regiones vírgenes [...] las líneas se trazan en regiones relativamente ocupadas y pobladas; por ello, aunque el ferrocarril resulta un poderoso atractivo poblacional, no fue utilizado conscientemente como una fuerza de poblamiento (SAN MARFUL, 2003b, p.61).

EN EL SURORIENTE DE CUBA

Por su parte, en la zona suroriental del país (ALDANA, 1979), las condicionantes que posibilitaron la introducción del ferrocarril permitieron comprender cronológica y contextualmente, las particularidades de un territorio que, desconocía virtualmente los beneficios que se derivaban del nuevo medio de transporte, donde el desigual desarrollo de la producción exportable había posibilitado que en las tierras orientales se retrasara el progreso de sus comunicaciones.

Según de la De la Pezuela (1866), en esta región se evidencia cómo la variada topografía del territorio, las marcadas diferencias de las economías locales, la presencia de sociedades anónimas integradas por comerciantes y hacendados que financiaron la mayoría de las empresas ferroviarias y mineras en el siglo XIX, así como el condicionamiento social, que se aprecia en la sociedad colonial criolla de la primera mitad de este siglo; fueron las condicionantes territoriales, económicas, políticas y sociales que determinaron el proceso de introducción del ferrocarril; posibilitando satisfacer la necesidad de desarrollo e intercambio económico, y a su vez salir del retraso que existía con respecto al occidente del país.

EXPRESIÓN DEL FERROCARRIL EN SANTIAGO DE CUBA

Para el estudio de este fenómeno se determina el período comprendido desde la segunda mitad del siglo XIX hasta la primera mitad del siglo XX porque se corresponde con el proceso de introducción del sistema ferroviario, el cual se extiende en todo el territorio nacional con posterioridad.

A partir de la instalación de los tendidos férreos se favorece el desarrollo y modernización de las principales actividades económicas tanto en Cuba como en diferentes países de Latinoamérica, las que se convirtieron en el eje del movimiento de capitales en los ámbitos tanto locales como regionales; constituyendo especial atención de las empresas ferroviarias y estatales, la actividad minera, junto con otras actividades agrícolas y ganaderas. En este sentido, el ferrocarril fue la vía de salida de productos y entrada de inmigrantes favoreciendo la instalación de nuevos poblados, algunos más vinculados a las propias obras ferroviarias y otros enfocados a la producción agrícola o ganadera (VERA, 2015). A este movimiento poblador de fin del siglo XIX y principios del XX en varios países del continente se le conoció como la "urbanización de la locomotora" (TARTARINI, 2011, p.20), obteniendo como resultado un inigualable efecto poblador. Dicho efecto estaba condicionado por una finalidad extractiva, logrando en consecuencia el surgimiento de trazados de ciudades en medio de la nada, pero con una estructura urbana distinta en cada poblado.

De las tres provincias de la región suroriental de Cuba (Santiago de Cuba, Granma y Guantánamo), constituye Santiago de Cuba la primera en hacer uso del novedoso medio de transporte en 1844 con el ferrocarril de El Cobre a Punta de Sal; este territorio se caracterizó también por haber tenido un mayor número de ferrocarriles iniciales, que incidieron directamente en la estructuración y conformación de determinados asentamientos poblacionales, estuviesen directamente vinculados o no al ferrocarril. Aunque algunos ya no existen, reviste singular importancia el hecho de que lograron satisfacer las necesidades de producción y distribución de las industrias azucarera y minera respectivamente, así como el inicio de la prestancia del servicio público en el territorio (Figura 2). De esta manera se perciben diferentes formas de ocupación y transformación del territorio a partir del ferrocarril.

El efecto poblador de estos ferrocarriles era relativo a nivel territorial, pues más que desarrollar las potencialidades urbanas de las terminales y puntos intermedios, su uso estaba casi exclusivamente centrado en la movilidad comercial, esto es comparable con la implantación de redes ferroviarias en otros territorios coincidentes en el mismo período de tiempo que se establece para el desarrollo de esta investigación. Uno de los ejemplos más efectivos de desarrollo urbano y comercial vinculados al ferrocarril lo constituyeron las localidades vinculadas con los puertos de ultramar (GUTIÉRREZ, 1984), tal es el caso de Barquisimeto, en Venezuela, al concluirse el ferrocarril de Aroa en 1877; al igual que los asentamientos Arequipa y Juliaca en el Perú, vinculados con la costa Mollendo. Por otra parte, en este período, se desarrollan también asentamientos urbanos producidos por la instalación del ferrocarril en el noroeste argentino (FERRARI, 2001), donde el sistema de ocupación del territorio tuvo dos formas de insertarse: la primera de manera espontánea, cuando, luego de instalada la estación; los terrenos aledaños a ella se ocupaban sin una planificación urbana previa; y la otra manifestación fue planificada, en correspondencia a

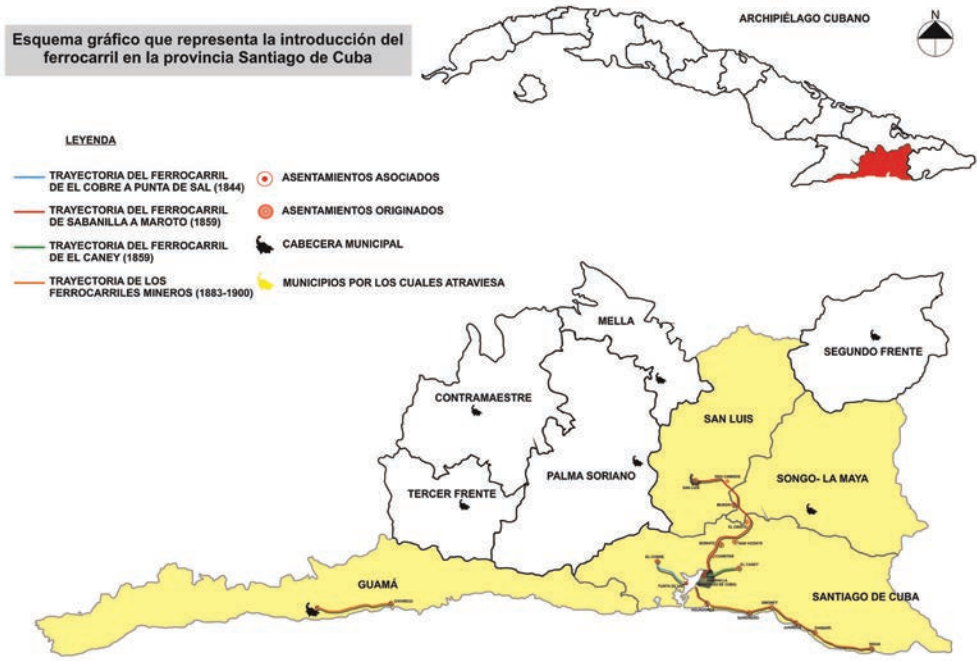


FIGURA 2 — Estructura territorial de la provincia Santiago de Cuba. Referencia de los diferentes ferrocarriles que se manifiestan en el territorio.
Fuente: Elaboración propia (2016).

los casos de nueva fundación establecidos por las mismas compañías ferroviarias. También se aprecian pueblos fundados directamente por los empresarios del ferrocarril, tal es el caso del, hoy, municipio de Oriental en Puebla, México (VERA, 2015), o el caso del Barrio Peñarol, en Uruguay, 1891; excelente exponente del patrimonio industrial ferroviario, el cual constituyó el gran enclave uruguayo de la Revolución Industrial (VILLARREAL, 2016), con sus máquinas a vapor, estructuras de hierro y un populoso barrio obrero de afianzada cultura fabril.

A partir de esta necesaria comparación en cuanto las diferentes formas de ocupación del territorio en otras regiones de Latinoamérica, a continuación se relacionan los diferentes ferrocarriles que se manifiestan en el territorio santiaguero.

El ferrocarril de El Cobre a Punta de Sal (1844) (OROZCO, 2008) constituye un elemento referencial asociado al camino de hierro en Oriente, toda bibliografía analizada respecto a los ferrocarriles en Cuba hace alusión a este, por constituir uno de los primeros en construirse y por la singularidad que tuvo al responder a una actividad económica que en este caso no era la que condicionaba la introducción de los primeros ferrocarriles en la isla, la minería. Aunque no influyó en la formación de asentamiento poblacional alguno, si incidió en el asentamiento al cual se asocia directamente; esto se constata según Hazard (1928, p.19) quien refiere que sobre la villa de El Cobre y sus minas: "[...] con sus edificios, talleres de maquinaria, calderas y hornos y las casas de los marineros forman un gran

pueblo [...]"; con lo cual se aprecia como a partir de la actividad minera y la existencia del ferrocarril se conciben determinados objetos de obra que interrelacionan el sistema con la ciudad. Por otra parte, el ferrocarril de Sabanilla a Maroto (1856), constituyó el primer ferrocarril de servicio público, donde se transportaba la producción de ingenios, café, tabaco y las maderas de las haciendas ubicadas en Morón, Maroto, Las Enramadas, Sabanilla y Guaninicum, que viabilizó la formación de determinados asentamientos a lo largo de su recorrido (Figura 3), donde el principal componente lo constituía el paradero, el cual se convierte en un punto atractivo de urbanización, apareciendo un pequeño conglomerado de viviendas que aglutina un determinado número de habitantes.

Es así como surge el caserío de San Luís de La Enramada, El Cristo, Dos Caminos, entre otros (Figura 4), cuyos terrenos se obtenían por expropiación forzosa a partir de los intereses especulativos de la Empresa de Ferrocarriles, los cuales de forma planificada llevaron consigo un proceso de proyección (VILLARREAL, 2016).

Resulta importante considerar además que, este ferrocarril incidió en la estructura de la ciudad de Santiago de Cuba, donde con el emplazamiento la Estación Principal y todas sus dependencias e infraestructura técnica se logra definir, a partir de posteriores transformaciones y ampliaciones, todo un contexto portuario e industrial que, por muchos años, caracterizó esta zona del Centro Histórico de la ciudad y contribuyó a la animación comercial y portuaria (OROZCO, 2008).

En cuanto a la transportación pública, el ferrocarril del Caney (1859), con una vida muy efímera, fue concebido a partir de la necesidad de la burguesía santiaguera de transportarse a la zona de recreo en El Caney. El camino de hierro, respondió a otras funciones destacándose además los cuatro ferrocarriles mineros (1883-1900) (ALDANA,

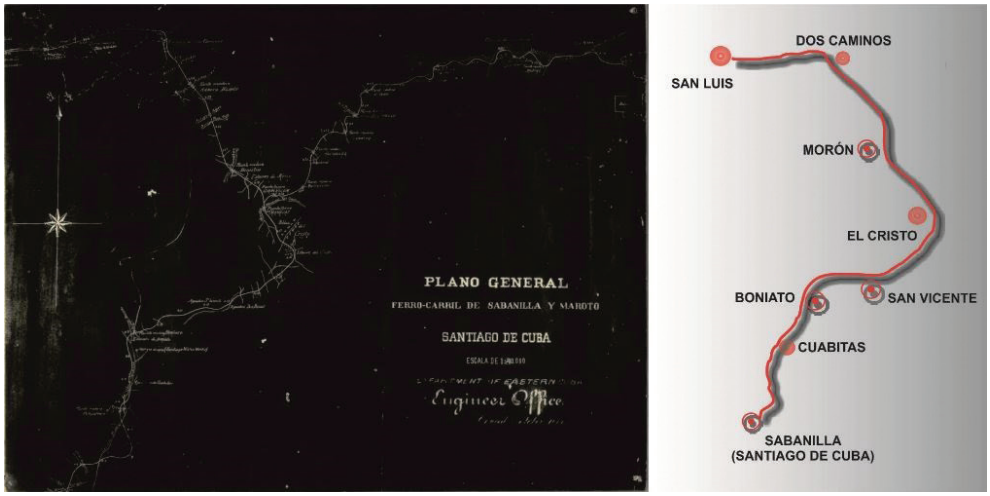


FIGURA 3 — Planeamiento del Ferrocarril de Sabanilla a Maroto. Reproducción de su recorrido con los asentamientos poblacionales asociados.
Fuente: Elaboración propia (2016). Archivo Histórico Provincial del Fondo Gobierno Provincial [s.d.b].

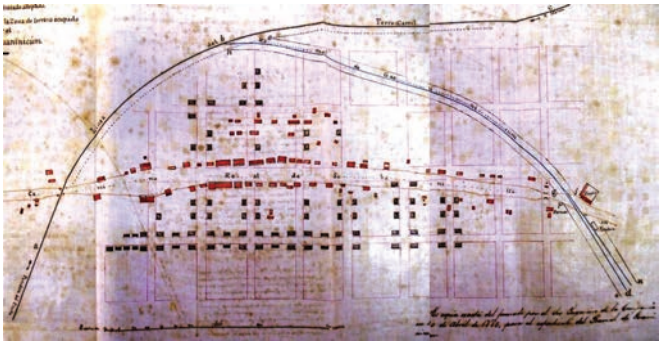


FIGURA 4 — Planeamiento de asentamientos poblacionales a partir de la introducción del ferrocarril en Santiago de Cuba.
Fuente: Archivo Histórico Provincial del Fondo Gobierno Provincial [s.d.a].

1979), que contribuyeron a lograr una fuerte articulación de la actividad minera con el borde costero del território, sirviendo para transportar el mineral de las minas de hierro de la costa sur hasta los puertos de embarque en la bahía, possibilitando el surgimento de pequeños poblados con oficinas, casas de viviendas, barracones, talleres, cobertizos para locomotoras, etc.; lo cual indica que tuvo una incidencia en la conformación de asentamientos en esta zona.

Los análisis reflejan como la presencia de la bahía y su contexto portuario, constituyen el nodo fundamental en el cual confluyen las principales actividades y funciones de los primeros ferrocarriles santiagueros, independientemente de la función a la cual respondieron (minería, azúcar, transporte público); posibilitando que fuese esta zona el común denominador para satisfacer las principales demandas, esto influyó en la articulación y el vínculo de diferentes puntos en el contexto costero (Sigua, Daiquirí, Juraguá, Siboney, Sardinero, Aguadores), lo cual facilitó la formación y desarrollo de asentamientos poblacionales, de obras inducidas para la realización de determinadas funciones (puentes, espigones, talleres); y la integración hacia el interior del territorio (Cuabitas, Boniato, San Vicente, El Cristo, Morón, Dos Caminos, San Luis), que permitieron abrir paso al traslado de la producción azucarera, así como la posterior conexión con el resto del país en lo que constituiría años más tarde el Ferrocarril Central; dando paso a la formación de nuevos núcleos poblacionales.

La investigación referencia las memorias del comportamiento del territorio y los asentamientos poblacionales derivados del proceso de introducción del ferrocarril, y aunque en la actualidad presentan alteraciones que puedan afectar su lectura, conforman vestigios donde se puede verificar su composición urbano arquitectónica. Para alcanzar esta meta se determinaron los rasgos y características que identifican los asentamientos poblacionales relacionados con este fenómeno, específicamente los relacionados con el ferrocarril de Sabanilla a Maroto que son los que se mantienen, para ellos se parte del análisis urbano arquitectónico y su relación con el trazado de la red ferroviaria y las instalaciones asociadas al funcionamiento general del ferrocarril.

COMPORTAMIENTO URBANO-ARQUITECTÓNICO DE ASENTAMIENTOS POBLACIONALES ASOCIADOS AL FERROCARRIL

Tomando en consideración el universo de estudio conformado por la presencia de 14 asentamientos poblacionales se procedió a establecer la muestra de estudio y así determinar su comportamiento urbano arquitectónico en función de la aportación del ferrocarril, quedando definidos 5 para el estudio (El Cristo, Ramal de Guaninicum, La Gloria, Dos

Caminos y San Luis), al ser originados por el Ferrocarril de Sabanilla a Maroto, como primer ferrocarril de servicio público, que tuvo el territorio, por el cual se transportaba la producción de las haciendas y la conexión con el ferrocarril central del país.

Para alcanzar el objetivo de la pesquisa fueron tomados en consideración resultados investigativos asociados al urbanismo y el ferrocarril, para la definición de las variables de análisis, donde se destacan estudios realizados por (FERRARI, 2001; HERRERA, 2008; PATERLINI, 1987; PEREIRA, 2006) entre otros, relacionados con el surgimiento de núcleos agroindustriales, mineros y asentamientos urbanos generados por la instalación del ferrocarril, definiéndose como variables la forma de estructuración y conformación del trazado urbano y de organización de su tejido, trazado vial y los componentes arquitectónicos que nacieron como producto de una red ferroviaria, según las actividades económicas primarias o secundarias que lo generaron.

CONFIGURACIÓN URBANO - ARQUITECTÓNICA DE LOS ASENTAMIENTOS POBLACIONALES

El estudio de las características de la estructuración del tejido urbano en los asentamientos establece el punto de partida para la caracterización urbana, debido a que constituye el elemento esencial en la forma y composición de toda estructura que se analice. En este caso, se aprecia que la presencia del eje ferroviario constituye el núcleo fundamental que logra organizar y estructurar los asentamientos, donde la muestra de estudio responden al esquema general de estructura concentrada, determinada por la forma de agruparse los componentes arquitectónicos y urbanos que condiciona dos formas de organización del trazado urbano: lineal y nucleado (Figura 5), determinado por la forma de agruparse los componentes con mayor representatividad del manejo del reticulado de manzanas en ocasiones de conformación irregular, apreciadas en asentamientos de configuración lineal en su estructuración interna (El Cristo, La Gloria, Dos Caminos, San Luis) generado por la irregularidad de la topografía donde se emplazan, donde los principales ejes de crecimiento urbano se desarrollan buscando la adaptación a la topografía.

La mayoría de estos asentamientos se desarrollan en áreas de pendientes, donde los terrenos tienden a ser estrechos y alargados, condicionando a la organización espacial a desarrollarse en estructura lineal. Esta organización se caracteriza por la relación lineal de todo el conjunto de componentes, la cual se subordina a la ubicación y orientación de la línea férrea. Independientemente de la homogeneidad que caracteriza esta forma de organización, aparecen variaciones, surgiendo en ocasiones el desarrollo de la organización espacial a ambos lados del eje ferroviario (La Gloria).

Por otro lado, la estructura nucleada, corresponde con el patrón de asentamiento típico, cuyo surgimiento pudo producirse espontáneo o planificadamente. La configuración de los terrenos emplazados en áreas de pocas pendientes, condicionan la organización espacial planimétrica de manera diferente, a partir de la agrupación de los espacios asociados a las diferentes actividades que coexisten en el mismo, en base a la proximidad

entre ellos. En este tipo de organización, cuando la estructura espacial se forma a partir de ejes de coordenadas internos, la organización tiende a desarrollar un conjunto agrupado en torno a un elemento central, que ocupa el centro de la composición formal (Ramal de Guaninicum) (RIZO, 2005).

En las variantes de estructuración del trazado urbano el estudio corroboró el predominio de organización del tejido urbano conformados por manzanas pequeñas de forma rectangular, seguidas por las trapezoidales y las cuadradas; lo que marca la disposición regular del trazado de los diferentes asentamientos estudiados, acreditando la vigencia de sus esquemas originales, así como la forma de adaptarse a la configuración morfológica de las áreas de emplazamientos y a la topografía accidentada subordinado al trazado de la vía férrea. En este caso, se analizaron los elementos básicos de la infraestructura técnica de los ferrocarriles, a partir de los componentes generales de su conformación y su asociación de la vía férrea con el asentamiento poblacional desarrollado de maneras: perimetral, lateral y central (Figura 6); lo cual condicionó directamente la estructura y conformación de los mismos e incidió en su forma de organización.

De manera general, se aprecia que, con relación a las características de la infraestructura técnica de estos ferrocarriles, se utilizaron estándares correspondientes a la época, reflejado en el ancho de la vía, los tipos de carriles, así como los materiales empleados en cada uno de sus componentes, los cuales variaban según el lugar de emplazamiento y los recursos disponibles. Las instalaciones associadas[1] fueron concebidas en la medida que sus dimensiones y escala estuvieron condicionadas por el volumen de pasajeros, las cargas a manejar y la posición ocupada en el esquema vial. Se aprecia además la presencia de componentes inducidos que apoyan el funcionamiento del sistema ferroviario como puentes, alcantarillas, espigones, etc.; convirtiéndose la vía férrea en eje de la composición de la trama urbana con forma de asociación central, lateral y perimetral, mientras que la base del cuadro de la estación se asociaba a la trama urbana con ubicación central, lateral u oblicua (Figura 7).

Por las pequeñas dimensiones que caracterizaron estos asentamientos, no fue necesario dotarlos de una vía vehicular principal o avenida, pues las vías que conformarían sus tramas estarían más bien subordinadas a la vía férrea. El análisis planimétrico evidencia que se utilizaron dos tipos de vías: una vía principal perimetral y varias vías locales, las cuales solían ser vehiculares y peatonales, distribuyéndose en sentido longitudinal y transversal según la estructura y trama del asentamiento (Figura 8).

El diseño de los diferentes asentamientos, realizados a partir de la subordinación al eje de la vía férrea, concebía una trama regular en algunos casos, donde existe un predominio de la forma recta en las vías; mientras que en otros una irregular con vías flexibles que incorporaban curvas y se adaptaban a la topografía ondulada de la zona.

En estos asentamientos, los componentes arquitectónicos estuvieron determinados por las instalaciones relacionadas directamente al funcionamiento del ferrocarril, por

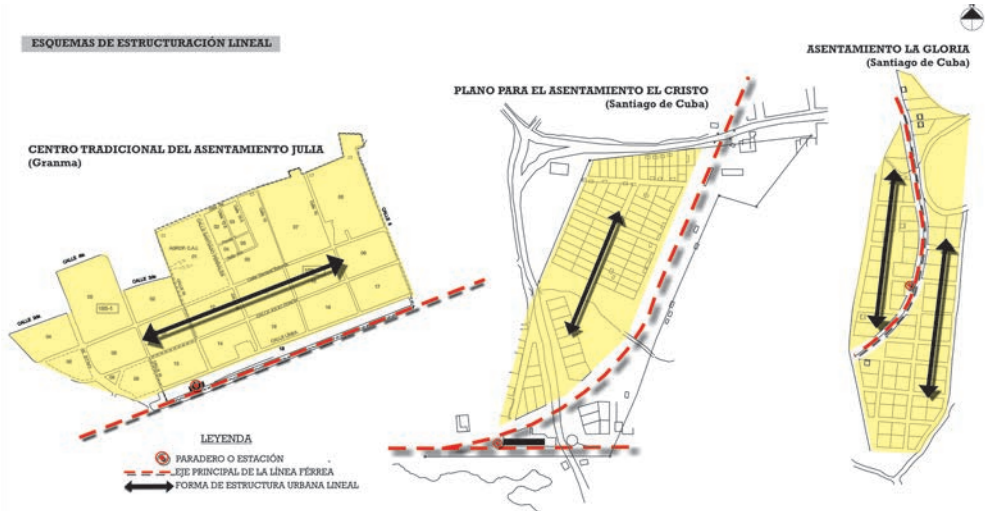


FIGURA 5 — Organización del trazado urbano en los asentamientos poblacionales originados a partir de la introducción del ferrocarril.
Fuente: Elaboración propia (2016).

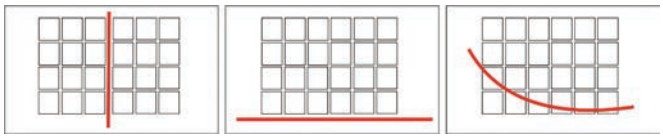


FIGURA 6 — Forma de asociación de la vía férrea con los asentamientos poblacionales.
Fuente: Elaboración propia (2016).

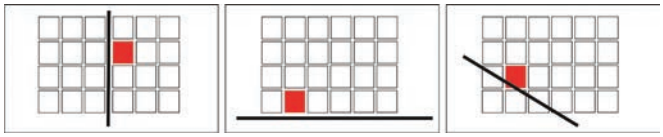


FIGURA 7 — Forma de asociación del cuadro de la estación del ferrocarril con los asentamientos.
Fuente: Elaboración propia (2016).

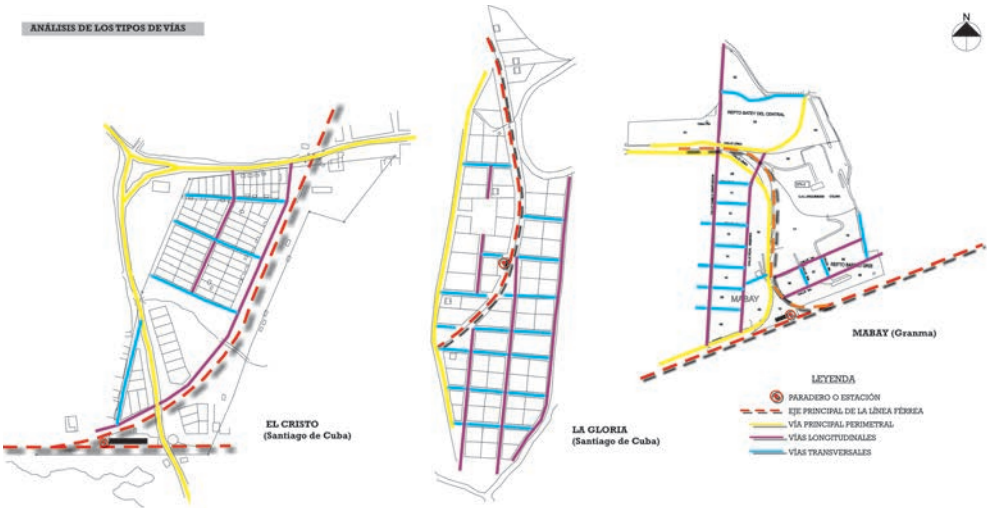


FIGURA 8 — Síntesis de la expresión urbanística de los asentamientos poblacionales.
Fuente: Elaboración propia (2016).

las edificaciones habitacionales; así como por las restantes edificaciones que componen la estructura urbana.

La arquitectura de las instalaciones asociadas al funcionamiento general del ferrocarril estuvo definida por el nivel de desarrollo y complejidad de las mismas, totalmente diferente al concebido en las grandes ciudades que albergaban las principales funciones de la Empresa (Figura 9). En tanto a la arquitectura del subsistema habitacional en estos asentamientos poblacionales, se define una expresión arquitectónica determinada por la presencia de diferentes clases sociales: los funcionarios, especialistas y personal de dirección de la empresa ferroviaria; los trabajadores, obreros y sus familias; así como las personas que emigraban desde otras zonas rurales y se asentaban en estos poblados, cada una de estas clases sociales desarrolló su forma de vida con expresiones arquitectónicas diferenciadas.

Se destaca entonces una arquitectura desarrollada como resultado de la respuesta a condicionantes específicas de tipo climáticas, socioculturales y económicas de las regiones en las cuales se enmarcaron; caracterizada por la producción seriada de elementos constructivos de madera, así como una reinterpretación libre de los mismos en dependencia de los recursos, la formación estética de los artesanos y las imágenes preconcebidas de los propietarios (Figura 10).

SÍNTESIS DE LOS RESULTADOS

Los resultados alcanzados manifiestan que en Santiago de Cuba, la introducción del ferrocarril condicionada por las actividades extractivas de la industria minera, así como por la necesidad de transportación pública y de la producción azucarera; dio la posibilidad de contar con un número considerable de ferrocarriles que incidieron directamente en la estructuración y conformación de determinados asentamientos poblacionales, estuviesen directamente vinculados o no al ferrocarril siendo el de Sabanilla a Moroto el que aportó mayor cantidad de asentamientos que han perdurado hasta nuestros días, evidenciando la conformación de un territorio estructurado a partir de la presencia de un patrimonio urbano arquitectónico donde la trama urbana quedó subordinada al ferrocarril y a su cuadro de estación.

La relación de las variables definidas para el estudio acreditan la existencia de predomino de asentamientos poblacionales con una estructura urbana concentrada con un trazado lineal, dispuesto por retículas regulares estructuradas a partir de pequeñas manzanas rectangulares, trapezoidales y cuadradas, para propiciar la adaptación a las particularidades morfológicas de las áreas de emplazamiento, donde la trama quedó subordinada al ferrocarril y a su cuadro de estación.

En tanto a la arquitectura, los resultados evidencian el desarrollo de una expresión singular, esbozada en edificios modestos, cuyo carácter estético-formal estuvo determinado fundamentalmente por razones económicas y marcadas por el fuerte

proceso de penetración de capitales norteamericanos de fines del siglo XIX y principios del XX; lo cual logró atractivos exponentes que representan la arquitectura vernácula de esta región del país.

FIGURA 9 — Expresión de la arquitectura directamente vinculada al funcionamiento del ferrocarril.
Fuente: Elaboración propia (2016) a partir de fotografías tomadas en trabajo de campo.

FIGURA 10 — Expresión de la arquitectura del subsistema habitacional en los asentamientos poblacionales.
Fuente: Elaboración propia (2016) a partir de fotografías tomadas en trabajo de campo.

CONCLUSIONES

El proceso de introducción del ferrocarril en el suroriente cubano, se desarrolló a partir de condicionantes tecnológicas y socio-económicas; lo cual posibilitó una serie de avances en aspectos económicos, territoriales, políticos, sociales y culturales que lo consolidan como un conjunto integrado. Por otra parte, con la introducción del ferrocarril se desarrollarán dos fenómenos en materia de relación con las ciudades: la irrupción y adaptación en ciudades preexistentes y la impulsión a la configuración de nuevas estructuras urbanas, siempre en estrecho vínculo con las actividades de índole económicas condicionantes.

En ese sentido y al igual que en otras zonas del país, se percibe como un elemento indisoluble al crecimiento y la expansión de la industria azucarera, a su uso como transporte público y al desarrollo de la industria minera en el caso particular de la región objeto de estudio, influye en la dinámica económica y poblacional durante el siglo XIX cubano.

En cuanto a su incidencia en la estructuración de los asentamientos, se aprecia que la trama urbana quedó subordinada al ferrocarril y a su cuadro de estación, predominando un esquema general de estructura concentrada lineal, el uso recurrente del tipo de trazado de retícula en cuadrícula, a diferencia del trazado en retícula irregular dependiendo de las condiciones de emplazamiento; así como el predominio de las manzanas pequeñas de forma rectangular y cuadradas y las parcelas medianas de forma rectangular.

Todos estos análisis permiten determinar el comportamiento de este proceso histórico y la definición de las características que distinguen al urbanismo y la arquitectura generados por el ferrocarril asociado a procesos industriales, y contribuye a fortalecer el enriquecimiento del Patrimonio Cultural cubano y a desarrollar acciones para el estudio,

conocimiento, preservación y divulgación de la temática del Patrimonio Industrial asociado al ferrocarril; cuya esencia está vinculada al desarrollo histórico, económico, político y social de la nación.

NOTAS

1. Conformada en dos grandes grupos: el primero, edificios para el servicio a los pasajeros (estaciones o paraderos) y el segundo (instalaciones destinadas a funciones técnicas y administrativas con inmuebles con fines diversos tales como: los almacenes ya sean de mercancías, correo, material ferroviario, etc.; las cabinas de señales y casillas del guardabarrera; talleres para estacionamiento, mantenimiento y reparación del material rodante, conocidas como casas de máquinas; oficina del jefe de estación, alojamientos para empleados y operarios (VILLARREAL, 2016, p.59).

REFERENCIAS

ALDANA, J. Azúcar*, minería*: los primeros ferrocarriles en Cuba (1837-1937). Santiago de Cuba: Editorial Oriente, 1979. p.27.

DE LA PEZUELA, J. Diccionario *geográfico, estadístico e histórico de la Isla de Cuba*. Madrid: Imprenta del Establecimiento de Mellado, 1866. t.2.

DE LAS CUEVAS, J. *500 años de construcciones en Cuba.* La Habana: Chavín, Servicios Gráficos y Editoriales, 2001. p.69.

DEPARTAMENTO DE HISTORIA DEL ARTE. *Desarrollo del ferrocarril en el Occidente de Cuba*. Cuba: Universidad de Oriente, 2016. (Mapoteca del Archivo Nacional de Cuba).

FERRARI, M. Los asentamientos urbanos producidos por la instalación del ferrocarril en el noroeste argentino. *Apuntes,* v.24, n.1, p.2, 2001. Disponible en: <www.scielo.org.co/pdf/apun/v24n1/v24n1a023>. Acceso: 15 febr. 2016.

GAZMURI, C. El Ferrocarril y su Mundo. *Patrimonio Cultural*, año 6, n.21, p.[12]-13, 2001.

GUTIÉRREZ, R. *Arquitectura y urbanismo en Iberoamérica*. Madrid: Cátedra, 1984. p.503-504.

HAZARD, S. *Cuba a pluma y lápiz*. La Habana: Cultural, 1928. t.3, p.19-20.

HERRERA, G. *El patrimonio agroindustrial azucarero de la provincia de Camagüey.* 2008. Tesis (Doctorado en Ciencias Técnicas) — Universidad Tecnológica de La Habana José Antonio Echeverría, La Habana, 2008.

OROZCO, M. *Génesis de una ciudad del Caribe*: Santiago de Cuba en el umbral de la modernidad. Santiago de Cuba: Ediciones Alqueza, 2008. p.125.

PATERLINI, O. *Pueblos azucareros de Tucumán*. Tucumán: Instituto Argentino de Investigaciones de Historia de la Arquitectura y del Urbanismo, 1987. p.158.

PEREIRA, E. *El urbanismo y la arquitectura de los asentamientos vinculados a la industria azucarera en la provincia de Villa Clara*. 2006. Tesis (Doctorado en Ciencias Técnicas) — Universidad Central Martha Abreu, 2006.

PLANEAMIENTO de asentamientos poblacionales. Santiago de Cuba: Archivo Histórico Provincial del Fondo Gobierno Provincial, [s.d.a]. (Mapoteca: Materia Ferrocarriles, legajos del 605 al 631).

PLANO General: Ferro-Carril de Sabanilla y Maroto. Santiago de Cuba: Archivo Histórico Provincial del Fondo Gobierno Provincial, [s.d.b]. (Mapoteca: Materia Ferrocarriles, legajos del 605 al 631).

RILLA, J. *Ferrocarriles*: los recorridos de una aventura planetaria. In: BARRIO Peñarol: patrimonio industrial ferroviario. Montevideo: Centro Latinoamericano de Economía Humana, 2010. Dispo-

nible en: < http://www.montevideo.gub.uy/sites/default/files/penarol_2012_1-2.pdf>. Acceso: 18 enero 2016.

RIZO L. *La arquitectura agroindustrial cafetalera del siglo XIX en Santiago de Cuba*. 2005. Tesis (Doctorado en Ciencias Técnicas) — Universidad de Oriente, Santiago de Cuba, 2005.

SAN MARFUL, E. *La provincia de Matanzas y Cuba: azúcar, población y poblamiento (1492-1981)*. 2003. Tesis (Máster en Estudios de población) — Universidad de La Habana, La Habana, 2003.

TARTARINI, J. Arquitectura ferroviaria en América Latina: algunas aproximaciones. *Revista Digital Mirada Ferroviaria*, n.14, p.19, 2011. Disponible en: <http://www.docutren.com/HistoriaFerroviaria/Gijon2003/pdf/ta2.pdf>. Acceso: 19 enero 2016.

VERA, M. *La cultura ferrocarrilera en México como estrategia de conservación del patrimonio*. In: CONVENCIÓN INTERNACIONAL DE CIENCIAS SOCIALES Y AMBIENTALES. 1., 2015, Santiago de Cuba. *Anais*… Santiago de Cuba: Universidad de Oriente, 2015. CD-ROM.

VILLARREAL, F. *Patrimonio industrial asociado al ferrocarril*: incidencia en la estructuración de asentamientos poblacionales en el suroriente de Cuba. Tesis (Doctorado Pregado en Arquitectura) — Universidad de Oriente, Santiago de Cuba, 2016.

ZANETTI, O.; GARCÍA A. *Caminos para el azúcar*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1987, p.5.

FRANK ERNESTO VILLARREAL QUEVEDO | Arquitecto, Proyectista | Empresa de Servicios de Ingeniería y Diseño de Granma | Carretera Central, 587, A entre Av. Felino Figueredo y Calle Amado Estévez, Reparto Jesús Menéndez | Bayamo, Granma, Cuba | Correspondencia a nombre de/*Correspondence to*: F.E.V. Quevedo | *E-mail*: <fevillarreal@crearq.co.cu>; <fevillarreal@nauta.cu>.

LOURDES MAGALIS RIZO AGUILERA | Universidad de Oriente | Facultad de Construcciones | Departamento Arquitectura y Urbanismo | Santiago de Cuba, Cuba.

Recebido el 28/3/2017, re-presentado el 11/4/2017 y aceptado para su publicación el 11/5/2017.

A CULTURA INDUSTRIAL COMO HERANÇA: QUESTÕES SOBRE O RECONHECIMENTO DE UM PATRIMÔNIO DA INDUSTRIALIZAÇÃO "TARDIA" NO BRASIL

INDUSTRIAL CULTURE AS HERITAGE: QUESTIONS ABOUT THE RECOGNITION OF "LATE" INDUSTRIAL HERITAGE IN BRAZIL | *LA CULTURA INDUSTRIAL COMO PATRIMÓNIO: PREGUNTAS SOBRE EL RECONOCIMIENTO DEL PATRIMÓNIO INDUSTRIAL "TARDÍO" EN* BRASIL

EDUARDO ROMERO DE OLIVEIRA

RESUMO

O objetivo deste artigo é refletir sobre a natureza do patrimônio industrial no Brasil, pois defendemos que sua identificação será muito facilitada por investigações histórico-arqueológicas rigorosas e atentas ao contexto da industrialização no Brasil. Para o desenvolvimento desta argumentação, cabe primeiramente uma pequena revisão crítica sobre quais os exemplos de bens industriais já protegidos no âmbito nacional. Em seguida, algumas considerações sobre a natureza de núcleos industriais no Brasil e implicações à sua proteção e, por fim, concluímos sobre as perspectivas sobre o reconhecimento de proteção do patrimônio industrial. Assim, nosso artigo contribui ao reiterar o valor histórico do patrimônio industrial no Brasil, desde que ele represente vestígios de uma industrialização, de suas particularidades na instauração de uma sociedade industrial e suas peculiaridades socioeconômicas, culturais e tecnológicas.

PALAVRAS-CHAVE: Arqueologia industrial. Brasil. Industrialização. Núcleos industriais. Patrimônio industrial.

ABSTRACT

The objective of this article is to reflect on the nature of the industrial patrimony in Brazil, since we defend that its identification will be made possible by rigorous and attentive historical-archaeological investigations to the context of the industrialization in Brazil. Therefore, initially, we did a small critical review on which examples of industrial goods are already protected at the national level. Then some considerations about the nature of industrial nuclei in Brazil and implications for their protection. Finally, the perspectives on the recognition of protection of the industrial patrimony. Thus, our article contributes to reiterate the historical value of industrial patrimony in Brazil, provided that it represents traces of an industrialization, its particularities

in the establishment of an industrial society and its socioeconomic, cultural and technological peculiarities.

KEYWORDS: *Industrial archaeology. Brazil. Industrialization. Company towns. Industrial heritage.*

RESUMEN

El objetivo de este trabajo es discutir la naturaleza del patrimonio industrial en Brasil, argumentamos que será más fácil la identificación por una estricta Investigación histórica y arqueológica consciente de su industrialización en el contexto brasileño. En primer lugar, es un poco revisión crítica de los ejemplos de bienes industriales ya protegidas a nivel nacional. A continuación, hacer algunas consideraciones sobre la naturaleza de los clusters industriales en Brasil y las implicaciones para su protección; Por último, llegamos a la conclusión acerca de las perspectivas sobre el reconocimiento y la protección del patrimonio industrial. Por lo que nuestro trabajo contribuye a reiterar el valor histórico de lo patrimonio industrial en Brasil, ya que representa los rastros de la industrialización, sus particularidades de una sociedad industrial y su peculiaridad socio-económico, cultural y tecnológico.

PALABRAS CLAVE: *Arqueología industrial. Brasil. Industrialización. Company towns. Patrimonio industrial.*

INTRODUÇÃO

Se tomarmos como pressuposto que a preservação dos bens culturais se apresenta como uma problemática contemporânea, com a mundialização de valores e práticas patrimoniais (CHOAY, 2000) também se pode admitir que tenha uma história patrimonial própria, uma racionalidade, assim como teoria e métodos específicos (como as teorias de restauro e procedimentos de conservação) (CHOAY, 2000; POULOT, 2009). Em função disso, o patrimônio industrial não é apenas mais uma tipologia patrimonial, mas tem relação intrínseca com a sociedade contemporânea.

Por um lado, ainda que possa ser reconhecido em exemplares da arquitetura moderna, entendemos que este tipo patrimonial é mais relativo aos vestígios da industrialização com expressões arquitetônicas do que o inverso (BERGERON, 2003); isto é, a industrialização é um fenômeno com aspectos tecnológicos, econômicos, sociais e culturais, entre outras dimensões. A industrialização produziu (e ainda produz) marcas nas sociedades atuais que tomaram forma na arquitetura, nos objetos, nas lembranças ou mesmo no território (OLIVEIRA, 2015). A universalização do processo de industrialização — que talvez possa ser nomeado como internacionalização e datado no Século XIX — tem características históricas e econômicas mais bem estudadas no que se refere à Europa e aos Estados Unidos, mas ainda não com a mesma profundidade para a

América Latina (SUZIGAN, 1986). O estudo arqueológico dos vestígios materiais da industrialização no Brasil, a nosso ver, pode trazer contribuições relevantes de processos tecnológicos, fluxos de mercadorias ou hábitos de consumo; mas, principalmente, talvez ajude a explicar a própria expansão do processo de industrialização, de como se iniciou e a particularidade do seu desenvolvimento nas condições locais.

Por outro lado, apenas recentemente o patrimônio industrial tem sido reconhecido nos órgãos patrimoniais — inclusive por não estar reconhecível nas suas modalidades arquitetônicas tradicionais (como a excepcionalidade de projeto). Afinal, galpões industriais, vilas operárias ou pontes não se prestavam, por sua funcionalidade e material, a denotarem monumentalidade.

Com a universalização dos valores ocidentais sobre o patrimônio no Século XX, não apenas se justificou a instauração de órgãos de proteção patrimonial, como também se reformulou diretrizes e difundiu novas tipologias patrimoniais (arqueológica, científica, popular ou industrial). Assim como o processo de industrialização, os estudos sobre a expansão da preservação patrimonial na América Latina poderiam ser aprofundados no quadro mundial dessa expansão da 'religião patrimonial' — na expressão provocativa de Choay (2000), o que significa entender quais as particularidades (ou não) da questão patrimonial na América Latina, e no caso, no Brasil. O senso comum de um 'preservacionismo deficitário' e de regras 'mal aplicadas', explica hoje tanto quanto a ideia de que somos uma sociedade "pouco civilizada". A teoria econômica do "capitalismo tardio" problematizou o que era um binômio centro-periferia (MELLO, 1982; CANO, 1990), assim como os estudos culturais deram destaque ao exame dos choques culturais e às ressignificações decorrentes de ambos os lados (GRUZINSKI, 2001; MELLO, 1982). Dever-se-ia considerar esse estado da questão para interpretações socioculturais do patrimônio. Isto é, antes de inquerirmos pelas melhores diretrizes aplicáveis ao caso local, há de se perguntar o que é o patrimônio industrial a proteger e o que este representa para a coletividade em que está inserido. Por isto dizemos que, no lugar de considerar os vestígios de uma indústria nacional, consideramos investigar os sinais de uma industrialização no Brasil. Sendo assim, o objetivo deste artigo é atualizar a discussão conceitual sobre a natureza do patrimônio industrial no Brasil, pois defendemos que sua identificação será muito facilitada por investigações histórico-arqueológicas rigorosas e realizadas no contexto do processo de industrialização no Brasil. Para o desenvolvimento desta argumentação, cabe primeiramente uma pequena revisão crítica sobre quais os exemplos de bens industriais já protegidos no âmbito nacional; em seguida, algumas considerações sobre a natureza de núcleos industriais no Brasil (as *companys towns*) e implicações à sua proteção. Esperamos com isto apresentar nossas perspectivas sobre o reconhecimento e proteção a bens culturais representativos da industrialização no Brasil.

PROTEÇÃO DE QUE "INDÚSTRIA"?

No início da década de 1960, viu-se, na Inglaterra, a ascensão de um movimento pela proteção dos "vestígios da Revolução Industrial", dos quais aquele país possuía os principais exemplos. O esforço pela proteção desses vestígios industriais ganhou adeptos em outros países na Europa e Estados Unidos da América (EUA), assim como o questionamento do "paradigma manchesteriano" — de que a "Revolução" tinha uma cronologia, uma data, o recurso à energia a vapor e um processo definido pela industrialização em Manchester (Reino Unido). Ainda assim a importância da identificação e proteção dos exemplares da industrialização ganhou destaque com a sua promoção por associações profissionais, instituições museológicas e intelectuais. A criação do *The International Committe of the Conservation of the Industrial Heritage*, em 1977, com reuniões de trabalho periódicas sobre o tema, ampliou o destaque sobre o assunto (OLIVEIRA, 2015). Documentos elaborados pela entidade a partir da década de 2000 estabeleceram diretrizes de aceitação internacional, como a Carta de Nizhny Tagil em 2003 e, depois, os Princípios de *Dublin* em 2011. Esta última, em particular, destaca "*the global process of industrialisation observed over the past two centuries*", cujos vestígios percursores e iniciais podem ser encontrados em vários pontos do mundo, pelo que o patrimônio industrial:

> [...] *consists of sites, structures, complexes, areas and landscapes as well as the related machinery, objects or documents that provide* ***evidence of past or ongoing industrial processes*** *of production, the extraction of raw materials, their transformation into goods, and the related energy and transport infrastructures* (THE INTERNATIONAL COMMITTEE FOR THE CONSERVATION OF THE INDUSTRIAL HERITAGE & INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES, 2011, *online*, grifo nosso).

Os vestígios dos processos industriais de produção, extração, transformação e infraestruturas envolvem também considerar o ambiente cultural e natural, as dimensões materiais (edifícios, objetos, lugares) e imateriais (como o saber relacionado, a memória), organização de trabalho e trabalhadores, além do modo de vida das comunidades operárias. Essa concepção diz respeito a uma cultura industrial que pode ser muito bem caracterizada no tempo e no espaço, ainda que com variações históricas de sua manifestação. O trabalho arqueológico de identificação dos vestígios industriais, assim como o de proteção, tem evidentemente suas particularidades teórico-metodológicas ou dificuldades de implementação, como qualquer categoria histórica ou patrimonial, passíveis de revisão e crítica como é próprio dos debates intelectuais. A natureza contemporânea desses vestígios é um dos pontos sobre o qual nos ateremos aqui.

Desde as últimas décadas do Século XX, no Brasil, diversos intelectuais têm defendido a proteção do patrimônio industrial. Uma data relevante na inserção do debate da

sua proteção no Brasil é o Seminário Nacional de História da Energia, em 1987, ocorrido em São Paulo, com a presença de José Manoel Cordeiro (*The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage* (TICCIH)), Ulpiano B. de Meneses (Universidade de São Paulo (USP)) e Ruy Gama (USP). A partir de 1998, os primeiros intelectuais passam a se debruçar sobre essa questão dentre os quais estão Beatriz Kuhl, Paulo Pontes, Cristina Meneguello e Silvana Rubino (MENEGUELLO, 2012). Ainda em 1998, o Grupo de Estudos de História da Técnica ressaltava a desatenção dos órgãos de proteção (apegados aos critérios estéticos e ao "fachadismo") para com as construções e instalações utilitárias, verdadeiros "testemunhos materiais das atividades produtivas" (GRUPO DE ESTUDOS DE HISTÓRIA DA TÉCNICA, 1998). Em 2004, com a criação de uma representação do TICCIH no Brasil, é reiterada a necessidade de preservação de fábricas e demais elementos da atividade fabril, sob a ameaça da especulação imobiliária (THE INTERNATIONAL COMMITTEE FOR THE CONSERVATION OF THE INDUSTRIAL HERITAGE, 2004). Do ponto de vista intelectual, o movimento ampliou-se desde então. Ao longo da década de 2000, eventos acadêmicos, como o I Encontro Nacional sobre Patrimônio Industrial (Campinas em 2004) — que resultou na "Carta Manifesto" e na formação do Comitê Provisório pela Preservação do Patrimônio Industrial –; O II Encontro Nacional sobre Patrimônio Industrial (São Paulo em 2009) e o VI Colóquio Latino — Americano sobre Conservação do Patrimônio Industrial (São Paulo em 2012), reiteraram, difundiram e consolidaram essa postura preservacionista sobre o patrimônio industrial. Esta mobilização já se faz sentir na produção acadêmica, sendo que o número de teses e dissertações sobre o tema já atingiu em torno de uma centena[1].

Uma caracterização conceitual rigorosa ainda está em produção, mas alguns textos basilares já foram consagrados, como os trabalhos de Kühl (2009) e Palmer e Neaverson (1998) no Brasil. Contudo, há pontos que ainda merecerem atenção, como a distinção entre "arqueologia industrial" (método de estudo) e "patrimônio industrial (bens protegidos) — de apresentação sempre vaga nos trabalhos monográficos — ou a cronologia dos bens industriais. Neste último tópico, tem sido reiterado em diversos trabalhos listagens de monumentos industriais protegidos no Brasil, como: o Engenho Matoim, de 1584 (Candeias, Bahia); o Engenho Freguesia do Século XVII (Candeias, Bahia); o Engenho de Erasmos, de 1600 (Santos, São Paulo); a Real Fábrica de Ferro de Ipanema, de 1818 (Ipanema, São Paulo); a Fábrica de tecidos São Luiz (Itú, São Paulo); a Fábrica de Ferro Patriótica, de 1812 (Ouro Preto, Minas Gerais) e a Fábrica Santa Amélia, de 1892 (São Luís, Maranhão) (DEZEN-KEMPTER, 2011a; RODRIGUES, 2011; MENEGUELLO, 2006, 2012). Esta enumeração permitiu argumentar, no âmbito brasileiro, sobre a reduzida proteção ao patrimônio industrial. Já foi apontado por Dezen-Kempter (2011a, 2011b) que uma lista de patrimônio industrial somava apenas 36 bens tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)[2]. Ao nosso ver, esse tipo de listagem teve sua importância em determinado momento pelo destaque a essa nova categoria

patrimonial e por denunciar abandono e/ou o rápido movimento imobiliário especulativo para se apropriar de antigas áreas industrias nas cidades.

Atualmente, estas listas demonstram também as dificuldades teóricas de uma rigorosa definição de "patrimônio industrial" no Brasil e suas implicações ao reconhecimento e proteção deste novo tipo patrimonial entre nós. A Carta de Campinas (GRUPO DE ESTUDOS DE HISTÓRIA DA TÉCNICA, 1998) enfatizava a preservação de instalações utilitárias e edificações derivadas de qualquer tipo de técnica (aquedutos, moinhos, olarias, etc); isto é, construídas no período colonial ou contemporâneo. O documento alertava para o predomínio de valores estéticos como diretriz de proteção num momento em que a definição de patrimônio cultural já tinha alargado concepções, mas não a rotina dos órgãos de proteção. Sendo assim, estava em risco todo patrimônio associado à História da Técnica e Tecnologia: edificações, objetos, documentação e memória do trabalho — antigos ou atual. Antes, a preocupação legítima pela preservação dos vestígios da técnica levou Gama (1988) a defender a importância dos moinhos e dos engenhos de açúcar como representativos da história da técnica no Brasil — sugerindo que nela se incluía a arqueologia industrial.

Após a "Carta de Nizhny Tagil" (THE INTERNATIONAL COMMITTEE FOR THE CONSERVATION OF THE INDUSTRIAL HERITAGE, 2003) e "*Dublin principles*" (THE INTERNATIONAL COMMITTEE FOR THE CONSERVATION OF THE INDUSTRIAL HERITAGE & INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES, 2011), cabe tomar alguns cuidados conceituais sobre a preservação do "patrimônio industrial". Primeiramente, é preciso fazer distinção entre a ideia de "técnica" (saber prático legado por grupos, como corporações de ofício) e a de "tecnologia" (conhecimento científico aplicado e transmitido por instituições de formação). A tecnologia está diretamente vinculada às transformações do modo de produção capitalista, pois incide sobre o trabalho, a matéria e os meios (GAMA, 1987), o que tem implicações na compreensão do que seja a industrialização — por extensão, o que sejam os seus vestígios a preservar. Em segundo lugar, e consequentemente, os processos industriais decorrem de um sistema fabril, de organização racional de tarefas e energia no espaço, dependendo de uma dinâmica econômica massiva e de fatores de produção proporcionais: motivado pela produção intensa de riqueza econômica e também pela extensa disponibilidade e aproveitamento de recursos naturais (matéria-prima e energia), de capital e mão-de-obra — como demonstraram Adam Smith e David Ricardo. Recursos naturais, trabalho, tecnologia e capital são ideias decisivas na conceituação de indústria que, por sua vez, adjetiva o tipo patrimonial em questão, isto é, a identificação dos "vestígios do processo industrial" tem precisão histórica (ambiental, social, cultural e econômica).

Considere-se novamente a situação dos "engenhos" protegidos pelo IPHAN e sua pertinência ou não em serem classificados como patrimônio industrial. Sob a designação genérica de engenho há, em verdade, 29 bens protegidos no âmbito federal entre 1938 e

2015. Contudo, naqueles inscritos entre 1943 e 46, o foco original da proteção eram as capelas ou sobrado de residência — deixando de fora as "instalações utilitárias", justamente o que é criticado na Carta de Campinas (GRUPO DE ESTUDOS DE HISTÓRIA DA TÉCNICA, 1998). Outra ressalva cronológica: as datações limites das edificações ("engenhos") vão de meados do Século XVI até 1880. Temos desde o Engenho dos Erasmos, que remonta aos meados do Século XVI, até o Engenho Central São Pedro, de 1880. Do ponto de vista do que foi dito acima sobre o conceito de indústria, há diferenças essenciais: de projeto e construção (construção vernacular de engenho à tração animal / concepção arquitetônica de engenho a vapor); materiais utilizados (pau-a-pique / tijolo e ferro); da organização social no entorno (casa-grande, senzala e capela / administração, fábrica, vilas e infraestrutura social); a organização do capital mobilizado (fundiário / sociedade por ações); organização da produção (coexistência da lavoura e processamento / separação das atividades agrícolas e industriais) e da distribuição segundo capacidade de carga e tempo de transporte (transporte regular por tropas de mulas / rede de estradas ferroviárias) (CAMPAGNOL, 2008; CAMPOS, 2001; EISENBERG, 1977). Existia, inclusive, uma proximidade tecnológica, de organização e logística com o sistema cubano, diferente do que existia nos Séculos XVII e XVIII (GAMA, 1983; SHIKIDA, 1992). À arqueologia clássica interessava qualquer trabalho humano e a técnica associada, diferente do recorte temático dos estudos de arqueologia industrial, que se debruçam sobre evidências humanas daqueles tipos de trabalhos que permitam entender o processo de industrialização, suas causas e consequências (PALMER *et al.,* 2012).

Outra situação é discutir a temporalidade do processo industrial, em particular no Brasil, do que se pode pensar sobre a identificação de vestígios pré-industriais, como engenhos e moinhos, cuja proteção é relevante do ponto de vista documental (socioeconômico, arquitetônico ou paisagístico), mas são distintos dos vestígios da industrialização. Este tipo de refinamento no trabalho de investigação dos bens industriais abre, inclusive, a perspectiva para estudos sobre coexistências de sistemas de produção (doméstico e larga-escala) ou arcaísmo (pré-industriais simultaneamente à uma industrialização). Não se trata de contrapor o engenho de açúcar de tração animal ou hidráulico aos engenhos a vapor do ponto de vista da evolução da técnica ou da energia, mas de como as diferentes instalações permitem entender o trabalho humano no contexto da industrialização. Haveria, mesmo que contemporâneas, diferenças significativas entre os engenhos de produção destinados à exportação (sistema industrial) e os que abasteciam o mercado interno (sistema tradicional) (GODOY, 2004). Poderiam haver similitudes difíceis de admitir em relação ao sistema fabril europeu, como a permanência da escravidão nos engenhos novecentistas ou na construção das ferrovias. Ainda que concomitantes ao trabalho livre, a sobreposição caracteriza o processo de industrialização tardia no Brasil (EL-KAREH, 1982; LAMOUNIER, 2012). Uma leitura processual pode demandar o rastreamento de situações proto-industriais — como a existência de teares domésticos no final do Século

XVIII para o suprimento do mercado de algodão grosseiro (na fabricação de vestimenta doméstica ou de escravos) (LIBBY, 1997).

Há de se considerar também o aspecto espacial das estruturas industriais. Os assentamentos humanos com atividade extrativista são de larga extensão, mas no Século XVIII a exigência de uma produção intensiva estabeleceu formas arquitetônicas e ordenações espaciais diferenciadas. Tomemos o caso da Real Fábrica de Ferro de São João de Ipanema de 1811-1895, em São Paulo, que era pública e empenhava-se na fundição de armas. A fábrica seguia o modelo das "manufaturas reais", criadas durante o Século XVII e XVIII na Europa e que, dentro da política mercantilista de controle da saída de moeda, buscava impedir a importação de produtos — muitas vezes, produtos de luxo para a Corte ou segurança (tapetes, tecidos, chapéus, porcelana, armas, tabaco). Através das manufaturas reais estabeleceu-se um modelo tipológico de fábrica: um único espaço concentrava procedimentos, máquinas e homens para um trabalho em cadeia (SOBRINO SIMAL, 2011a). O exemplo mais famoso foi a manufatura dos Gobelins em 1668, França, mas havia outras na Europa e América: na Espanha havia a Real Fábrica de Tapetes (1720); em Portugal, foram criadas a Real Fábrica de Sedas do Rato (1757, Lisboa) e a Real Fábrica de Lanifícios da Covilhã e Fundão (1764, Covilhã) e, na América, havia a Real Fabrica de Tabacos no México. Outros modelos tipológicos de fábricas foram criados a partir de então em função da produção e energia: por exemplo, o edifício de dois ou mais pisos para distribuição horizontal da força e conjuntos de edifícios interligados para etapas da siderurgia (PALMER & NEAVERSON, 1998; SOBRINO SIMAL, 2011a).

No Brasil, fundamentado nesta concepção oitocentista de fábrica, serão erigidas a Real Fábrica da Pólvora, na Lagoa Rodrigo de Freitas (Rio de Janeiro, 1808-1830), a Fábrica de Ferro do Morro do Pilar (1812-1831) e a Real Fábrica de Ferro de Ipanema em (Ipanema, 1811). As fábricas da Pólvora e de Ipanema incluíam os prédios de fundição, administração, armazém e um pequeno núcleo urbano — com hospital, prisão, capela e casas de trabalhadores (incluindo senzala) (CORREIA, 2006; MOREIRA, 2005; SANTOS, 2009). A fábrica de Ipanema reunia a tipologia de edifícios interligados no qual se organizavam cada etapa da fundição, o acesso à tecnologia de alto-fornos para siderurgia (resultado de estudos em mineralogia e experiências em metalurgia) e um núcleo urbano de trabalhadores pela exigência de disponibilidade continua de mão-de-obra. Apesar disso, possuíam um sistema híbrido de regime de trabalho, com escravos e libertos, além de lavoura rural para sustento dos escravos. As ruínas da fábrica de Ipanema foram protegidas pelo IPHAN em 1964, com ênfase na ação empreendedora do diretor engenheiro Friedrich Varnhagem (1815-1821), porém a mescla do sistema fabril e regime escravo dá matizes locais a esse patrimônio industrial.

Essa organização espacial e de trabalho irá se reproduzir em outros locais no Brasil. No início do Século XIX foram criadas fábricas particulares de ferro na região de Minas Gerais: a Fábrica Patriótica (1811-1822), em Congonhas do Campo, do engenheiro Barão

de Eschwege; a Fábrica de Ferro do Prata (1812-1821) e a fábrica de São Miguel de Piracicaba (1827-1897) (CORREIA, 2006; LIBBY, 1988). Eram produtoras de instrumentos agrícolas (enxadas e machados) e em torno delas também se construíram residências para administradores, casas para trabalhadores livres, alojamentos para trabalhadores escravos, igrejas e escolas. A fábrica de ferro de Piracicaba, fundada pelo francês Jean Monlevarde em 1827, por exemplo, operava com máquinas inglesas importadas e contava com 150 escravos. Em todas elas, a maior parte da mão-de-obra era escrava, em comparação aos poucos mestres-artífices contratados. Todas seguiam a tipologia fabril de edifícios articulados para produção siderúrgica, com projeto baseado em conhecimento mineralógico e dirigido por engenheiros, além do sistema misto de trabalho.

Antes da fábrica de Ipanema, em 1938, a Patriótica também havia sido protegida pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) como "primeira fábrica de ferro no Brasil". Seguia-se a perspectiva histórica difundida no órgão por Franco (2005), que ministrou palestras em 1938, a pedido de Rodrigo Melo Franco de Andrade, para o corpo técnico do órgão recém-criado. O material foi publicado em 1944 pelo SPHAN. Havia interesse nos "feitos históricos" e seus personagens no período do Brasil-Reino que denotassem a singularidade daquele momento: o início da fabricação de ferro no Brasil, estimulado pelo príncipe D. João, era um monumento representativo dos raros momentos de progresso num ambiente ainda colonial, segundo Franco; exemplos do "desenvolvimento da civilização brasileira", que tem 1808 como marco e Eschwege e Varnhagem como personagens de destaque. Para Afonso Arinos (CARVALHO, 2005, p.10), "a civilização é a cultura realizada pela técnica", inclusive porque ela materializa o progressivo controle da natureza pela técnica; uma ideia de civilização material que marcou a identificação e reconhecimento dos monumentos e objetos nas primeiras décadas do SPHAN (FONSECA, 2005), isso é, a ênfase civilizatória e suas expressões materiais orientavam a proteção nacional dessas ruínas fabris mais do que a atenção ao trabalho industrial.

Se buscamos revisar os critérios históricos de identificação de bens industriais que poderiam receber proteção patrimonial, o debate certamente terá enfoque teórico-metodológico, que neste artigo não se confunde com os estudos de conservação física ou sobre diretrizes à gestão do patrimônio cultural. Nos referimos a um tratamento mais arqueológico do espaço construído (socioeconômico, ambiental, arquitetônico ou urbano e tecnológico), que pleiteamos compreender no quadro da industrialização tardia no Brasil e, por consequência, chegar a critérios históricos claros no reconhecimento do patrimônio industrial no país.

ALGUNS VESTÍGIOS DA INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL: OS CASOS DAS *COMPANY TOWNS*

Como um exemplo da adoção de uma leitura arqueológica industrial mais estrita, apresentamos uma breve compilação de conjuntos urbanos da industrialização no Brasil, deno-

minados de *company towns,* e já identificados na bibliografia especializada[3]. A concepção de *company towns* refere-se a núcleos habitacionais construídos e administrados por empresas junto às unidades fabris, em que residem os seus empregados (VERGARA & DINIUS, 2011). Na bibliografia especializada, também se faz menção a núcleos residenciais fechados, muitas vezes isolados de outras cidades, com um planejamento urbano definido pela empresa e onde os serviços urbanos são estabelecidos e mantidos (serviços de educação, saúde e lazer). Os processos de concentração de produção industrial permitiram, na Europa e nos EUA, no Século XIX, o surgimento de cidades construídas e mantidas por empresas (Bournville em 1895 e Pullman em 1880), que entraram em declínio a partir dos anos 1920. Algumas delas ganharam status de patrimônio mundial — como New Lanark (1786), protegida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura em 2001. São casos em que as relações de trabalho definem as formações urbanas — programas arquitetônicos de moradias, circulação com controle excessivo, equipamentos urbanos adequados à uma ideologia paternalista —, tanto quanto a energia, tecnologia e estrutura de produção contribuem para definir a arquitetura industrial (GARNER, 1992; PALMER & NEAVERSON, 1998).

No caso do Brasil, há um número expressivo de *company towns* já identificadas — sendo que o primeiro levantamento mais paradigmático foi realizado por Philip Gunn e Telma Barros no âmbito do projeto "Vilas e Núcleos Fabris: Brasil, 1811-2005" (BARROS *et al.*, 2006). Este e outros trabalhos recentes podem trazer algumas características adicionais àquelas baseadas nos exemplos do Século XIX. No Brasil, vemos as *company towns* surgirem em fins do mesmo Século e proliferarem em meados do Século XX. Ainda que não restritas a estas, citamos como exemplo a vila ferroviária de Paranapiacaba (1894), Mairinque (1904), Caieiras (1890), Três Barras (1911), Forlândia e Belterra (1927), Monlevarde (1934), Volta Redonda (1941), Xerem (1945), Serra do Navio (1943), Ilha Solteira (1966), Turucuí (1974) e Carajás (1980). As histórias de algumas destas formações urbanas demonstram a sua importância como vestígios industriais, assim como também são sinuosas as vias de sua proteção patrimonial.

Talvez se possa admitir que alguns núcleos formados no Brasil ainda no Século XIX com características de *company towns* sejam aqueles vinculados às empresas ferroviárias. Diferente das "reais fábricas", a produção do espaço visa também o controle rigoroso da força de trabalho e não apenas a organização da produção. São vilas ferroviárias em que estavam concentradas oficinas de manutenção e operação, formando um complexo industrial ferroviário. Cabe destaque à vila de Paranapiacaba (São Paulo), construída em 1894 pela empresa inglesa São Paulo *Railway Company* numa linha de 120 km que ligava o porto de Santos ao interior do estado de São Paulo. No local funcionavam oficinas de manutenção e a operação de máquinas de planos inclinados devido ao uso de sistema funicular em região montanhosa. A tipologia e distribuição das casas indicava hierarquia funcional, além de ordenar a circulação e permitir alguma vigilância das tarefas ferroviárias. Outro

exemplo era a vila de Mairinque, construída em 1904 pela Estrada de Ferro Sorocabana, em que as oficinas de manutenção, núcleo habitacional e equipamentos coexistiam. Inicialmente um núcleo urbano ferroviário, tornou-se um loteamento imobiliário aberto. A atividade ferroviária continuou a ser a principal atividade econômica até 1930 e o núcleo ferroviário ficou limitado a alguns quarteirões, mas o equipamento urbano criado pela empresa foi transferido para a administração pública municipal apenas na década de 1960.

A vila Inglesa obteve proteção legal do IPHAN em 2008 — alguns anos depois de sua proteção estadual — o que privilegiou o núcleo urbano e alijou de parte significativa da infraestrutura ferroviária: não apenas o sistema funicular, mas outros elementos estruturais como o sistema de abastecimento de água e o sistema de contenção e escoamento de águas pluviais ao longo da linha. Em contraste com o reconhecimento da moradia operária e seus mecanismos de controle da força de trabalho, temos o desconhecimento do sistema industrial ferroviário disperso no território. Para o tombamento da vila Mairinque no âmbito nacional, em 2004, cuja proteção ficou dirigida ao projeto arquitetônico da estação, a restrição de entorno ainda busca incidir sobre o pátio de manobras e oficinas ferroviárias, mas mal contempla o projeto de orientações higienistas e equipamentos urbanos propostos por Alberto Kuhlmann (SILVA & OLIVEIRA, 2016). Quando a proteção enfatiza os valores histórico-arquitetônicos, permite apenas parcialmente a apreensão do complexo industrial. Isto expressa bem as limitações da proteção dos vestígios industriais fora de uma identificação mais rigorosa e alargada.

Os novos núcleos residenciais criados por empresas após a década de 1910, principalmente aquelas ligadas à atividade extrativista (minério, madeira e látex), expressam a transição para uma nova etapa. Uma nova dinâmica de produção internacional começa a se estabelecer no início do Século XX: por um lado, com novos modelos de empresas internacionais (que buscam o controle linear de uma atividade econômica), como é o caso da *Southern Brazil Lumber Colonization*, companhia norte-americana, que em 1911, no estado de Santa Catarina, inicia suas atividades de extração e processamento de madeira, além de colonizadora de terras. Forma-se então um núcleo residencial isolado que dará origem ao distrito de Três Barras. A empresa Lumber era parte de um grupo de capital norte-americano (Brasil *Railway Company*) que também administrava a Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande e ramal férreo Porto União-São Francisco do Sul, que dava acesso ao porto de São Francisco e saída para a mercadoria. Por outro, temos núcleos construídos para atividade extrativista e fornecimento de matéria-prima para indústrias europeias e norte-americanas, como por exemplo a *Ford Motor Company* que em 1927 irá construir no Pará, região norte do Brasil, dois núcleos residenciais para exploração de látex vegetal: Fordlândia e Belterra. Ainda na década de 1920, um grupo belga-luxemburguês adquiriu empresas locais de mineração em Sabará (COSTA & MONTE-MÓR, 2006). Em 1934, junto com a Usina de Monlevade, construiu-se também um primeiro núcleo, enquanto outros foram erguidos ao redor nos anos seguintes. Dessa primeira etapa da indústria

extrativista no Brasil, nada foi protegido ainda, mas o interesse acadêmico foi despertado em relação a projetos habitacionais. O projeto urbanístico foi concebido por Lúcio Costa, que utilizou técnicas novas e tradicionais na construção das casas (concreto e taipa, telhas de fibrocimento e forros de taquara) (CORREIA, 2003). Este projeto do núcleo parece ter articulado elementos tradicionais dos núcleos fabris e concepções da arquitetura moderna. A proteção desse tipo de núcleo urbano industrial só foi admitida pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico em fins do Século XX, como mostra a proteção da vila Serra do Navio.

Esse núcleo urbano-industrial refere-se a outro momento da industrialização no Brasil: de formação da indústria pesada e capitalismo internacional. Na década de 1940, a atividade da mineração tornou-se prioritária para uma política do desenvolvimento econômico (vide a criação da Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional, em 1940 e Siderúrgica Social da Indústria, em 1943). Com a descoberta de jazidas de manganês no território do Amapá, a concessão da exploração ficou sob a responsabilidade da empresa Indústria e Comércio de Mineração (ICOMI), a partir de 1947, que tinha como acionista a Bethlehem Steel Company, uma corporação norte-americana produtora de aço (DRUMOND & PEREIRA, 2007; PEREIRA, 2007).

Para viabilizar a exploração, a empresa construiu uma série de infraestruturas de transporte (porto, ferrovias, rodovias) e núcleos urbanos com equipamento urbano (residências, escolas e hospitais) na área de exploração (vila amazonas, Santana e Serra do Navio). Dentre eles, destaca-se o da Vila de Serra do Navio, cujo projeto urbanístico foi realizado pelo arquiteto Oswaldo A. Bratke com concepções modernistas e conforto térmico (CORREIA, 2009; RIBEIRO, 1992). O projeto estimava 330 casas, além de alojamentos coletivos e prédios para equipamentos urbanos, com população estimada de 2 mil pessoas (TOSTES *et al.*, 2008), sendo uma estrutura concebida exclusivamente para os trabalhadores da ICOMI. O arquiteto realizou estudos sobre os hábitos dos moradores e o meio ambiente, além de tomar conhecimento sobre vilas de mineração em outros países. A empresa encerrou as atividades em 1997 e a vila entrou em decadência econômica. Em 2012, a Vila Serra do Navio recebeu proteção legal no âmbito nacional pelo IPHAN, sendo que sua riqueza e complexidade fizeram com que o núcleo residencial fosse reconhecido sob os aspectos estético, histórico e paisagístico.

Observe-se que o reconhecimento destes tipos de formações urbano-industriais deram-se apenas mais recentemente e sob núcleos industriais desativados. Em núcleos ainda em atividade, qualquer tentativa de proteção e gestão patrimonial será bem mais complexa. Citamos dois casos exemplares, tanto de *company towns* ativas de um capitalismo tardio no Século XX, quanto das complexidades em empregar os atuais institutos jurídicos de proteção patrimonial sob um complexo industrial ainda ativo: primeiramente, temos o caso de Volta-Redonda (1941), originalmente um núcleo residencial construído pela Companhia Siderúrgica Nacional. Esta empresa pública, cuja criação envolveu in-

clusive negociação diplomática entre o governo de Getúlio Vargas e os Estados Unidos para fornecimento de tecnologia (LASK, 1991; PIMENTA, 1989), foi criada para produção de aço em larga escala e, consequentemente, estimular a industrialização no Brasil.

A empresa fazia parte de uma política federal de desenvolvimento econômico que promoveu a criação de várias outras indústrias e também, em alguns casos, núcleos residenciais. O plano urbano foi concebido pelo arquiteto Antonio Guedes Muniz. Outro núcleo residencial de destaque no Brasil surgiu a partir da implantação da Fábrica Nacional de Motores (1940) onde hoje é a cidade de Xérem (Rio de Janeiro). A proposta foi concebida em 1938, visando, a princípio, a produção de motores de avião, e a fábrica seria financiada pelos EUA para suprir a demanda da 2ª Guerra Mundial. A proposta incluía núcleos residenciais, hospital, campo de aviação e hotel para 25 mil habitantes. Inicialmente esboçado por Attílio Corrêa Lima, o projeto acabou formulado pelos arquitetos Paul Lester Wiener e Josep Lluis Sert, que seguiram as diretrizes de Lima e princípios da Carta de Atenas (Congresso Internacional de Arquitetura Moderna), porém intensificando o conceito de segregação das funções fabris e centro cívico (CORREIA, 1999; GIMENES,1998). Devido ao cancelamento da cooperação com os EUA após 1947, as atividades da fábrica voltaram-se para testes de motores da Aeronáutica e montagem de veículos rodoviários.

Enfim, para ratificar a singularidade das *company towns* no Brasil de fins do Século XX em relação às norte-americanas e europeias do Século XIX, cabe dizer que aqui novas foram construídas e dentro de outro modelo de negócios agroindustrais globalizados. Aquela cooperação Brasil-EUA foi retomada tanto no campo econômico, quanto com os complexos projetos industriais e projetos urbanísticos de núcleos industriais. Destaque-se a importância do projeto norte-americano do *Tenesse Valey Authority*: um plano regional de desenvolvimento econômico baseado na produção energética, que mobilizasse diferentes atividades industriais em diferentes pontos do território e do qual foram erigidos complexos sistemas de geração e transmissão de energia para suprir o consumo doméstico e das indústrias em grandes centros urbanos (MARTIN, 2016). Esse modelo territorial de industrialização foi reproduzido no Brasil nos anos 1960 e 70, com a intensificação de construções das hidroelétricas e núcleos residenciais: Ilha Solteira (Companhia Energética de São Paulo em 1966), as vilas residenciais de Tucuruí (Eletrobrás, 1974-1984) e de Porto Primavera (Companhia Energética de São Paulo em 1979).

Os modelos de núcleos habitacionais de massa (bem-estar e progressos) e concepções arquitetônicas de Le Corbusier, presentes no TVA, foram referências para Ernest Mange, projetista das primeiras vilas pilotos. Os estudos existentes ainda são sumários e nem sempre destacam a complexa natureza industrial — no sentido de serem reconhecíveis no contexto da industrialização no Brasil. Com essas estruturas industriais ainda em funcionamento, torna-se igualmente difícil justificar sua proteção patrimonial — aparentemente contraditória frente ao impacto ambiental causado

pela instalação destes gigantescos reservatórios. Contudo, as múltiplas transformações (ambientais, urbanas, tecnológicas) decorrentes do seu espraiamento territorial pode sugerir a formação desta nova paisagem industrial de fins do Século XX no interior dos estados de São Paulo e Minas Gerais. Contraditoriamente, a formação recente dessas *company towns* parece obscurecer a sua importância como vestígios ativos de um processo de industrialização ainda vigente.

As transformações geoambientais, urbanas e culturais desse tipo de empreendimento industrial exigirão considerar novas categorias patrimoniais para alcançar o reconhecimento e proteção de paisagens industriais históricas, de coexistência entre patrimônio industrial, indústrias ativas e desenvolvimento social (SOBRINO SIMAL, 2011b). Cabe-nos perguntar qual a herança industrial que estamos legando ao futuro?

Enfim, o aparecimento "tardio" desse tipo de formação urbano-industrial no Brasil pode ser relacionado a outro quadro histórico. Supomos aqui que parece responder a outra dinâmica do regime globalizado de produção de bens industriais, do mercado de *commodities*, novas relações de trabalho regulamentado do Século XX (BARBEDO, 2000) e inclusive concepções modernistas de moradias (VERGARA & FELIÚ, 2011), cujo exemplo patrimonial latino-americano é a cidade mineira de Sewel (1905), no Chile, que foi reconhecida como patrimônio mundial em 2006.

Argumentamos aqui que os vestígios industriais têm natureza particular e demandam um conjunto de regras. Concordamos que aos bens arquitetônicos industriais podem ser aplicadas as regras tradicionais de restauro material, como reversibilidade, distinguibilidade e mínima intervenção (KÜHL, 2009). Contudo, a complexidade da industrialização e as tentativas de preservar os processos industriais incluem outras regras de proteção ambiental que envolvam plano de manejo ambiental em função do impacto causado pela industrialização (mineração, geração de energia) e, além disso, que considere quais as diretrizes apropriadas à preservação das dimensões imateriais da indústria: do conhecimento tecnológico ou da prática da linha de produção, das relações sociais produzidas no interior da fábrica ou associada à ela (como a recreação ou religiosidade).

PELO RECONHECIMENTO DE UM PATRIMÔNIO DA INDUSTRIALIZAÇÃO "TARDIA"

Conforme a concepção expressa na Constituição de 1988 (art. 216), o reconhecimento patrimonial presta-se à preservação de referências memoriais de uma coletividade e que atuaram no "processo civilizatório". O aspecto que nos interessa nesta conceituação é a potencial ampliação desse reconhecimento pelo que se admite, de um lado, a 'representatividade cultural' dos vestígios em função de sua natureza diversa (modos de vida, criações humanas, conjuntos edificados ou sítios) e desde que sejam referência identitária e de outro lado, a 'representatividade civil' no seu reconhecimento, reformulação da tipologia patrimonial e também de sua legitimidade. A exposição acima sobre o patrimônio industrial permite algumas considerações sobre a sua representatividade cultural.

Como dito inicialmente, um dos propósitos deste artigo é contribuir para amadurecimento da discussão sobre o valor atual do patrimônio industrial. O valor histórico atribuído aos bens culturais advém de serem vestígios de processos históricos formadores de uma sociedade. Para a arqueologia industrial, seriam vestígios relativos a práticas econômicas, tecnológicas ou socioculturais associados à industrialização. Outros tipos de vestígios etnográficos são também possíveis de serem identificados, como os orais ou visuais, de uma cultural proto-industrial (PAZ, 2008). Nesta linha de raciocínio, a proteção dos vestígios da industrialização atenderia diretamente à sua importância documental ("material ou imaterial"). O patrimônio industrial refere-se a bens representativos da industrialização e seu papel na conformação da sociedade contemporânea. Se por patrimônio industrial nos referíssemos à fábrica; se nos limitássemos ao edifício ou à máquina, estaríamos repetindo posturas fetichistas que já foram questionadas por Cordeiro (1987). Além disso, a fábrica não abarcaria toda a problemática da memória, seja das valorações atribuídas pelo próprio grupo social (suas "referências culturais"), seja dos valores universais atribuídos por órgãos internacionais (como "patrimônio da humanidade"). A identificação da fábrica pouco teria de representatividade cultural — para não dizer civil — que justiçasse sua proteção.

A perspectiva arqueológica industrial atenta para o valor cultural dos vestígios. Segundo Cousons (1993), considera-se identificar vestígios de uma cultura em que o processo de industrialização torna-se predominante em sociedade e que suas manifestações físicas interfiram na organização de grupos ou no ambiente em que vivem; isto é, a industrialização foi capaz de determinar o modo de vida das pessoas. Também Palmer e Neaverson (1998, p.3) alertam que é preciso "concentrar-se nos remanescentes físicos do passado industrial como entidades em si mesmas ao invés de expressões do comportamento humano". Neste caso, estaremos buscando a importância cultural da industrialização, cujos vestígios merecem ser identificados na sua diversidade residual e, como tais, aferir seu reconhecimento num grupo social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Isto nos remete ao objetivo principal deste texto, que é revisar a caracterização de patrimônio industrial, seja como tem aparecido em alguns trabalhos, seja em relação ao "patrimônio industrial" já protegido. No caso do Brasil, parece-nos que merece algum cuidado admitir que bens já protegidos no âmbito nacional o tenham sido por sua natureza industrial, primeiro em relação aos critérios históricos de reconhecimento. Por um lado, lembramos que a proteção realizada pelo IPHAN ao longo de 80 anos não se pautou em critérios internos na caracterização do que seja "patrimônio industrial" — inclusive por ser conceito posterior à maior parte deles, tomando a Carta de Nizhny Tagil de 2003 como marco. Apenas mais recentemente, tais documentos ou categoria aparecem evocados nos processos como justificativa para sua proteção — caso do Sistema Funicular da antiga São Paulo Railway (tombado em 2015, em São Paulo, pelo Conselho de Defesa do Patrimônio

Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico, 2015) e da Fábrica Rehniz (tombado em 2013, em Minas Gerais, pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico). Os critérios que evocamos foram formulados à posterior de alguns tombamentos — como o caso da Fábrica Patriótica — pois tratamos dos vestígios de uma cultura do trabalho, não da técnica ou da civilização. Além disso, haveria divergência cronológica sobre o que o bem patrimonial representa; não apenas por aproximação cronológica à Revolução Industrial ocorrida na Europa, mas porque permite clarificar o processo de industrialização tardia pelo qual passou a América Latina, por identificar um processo industrial de alta intensidade e por denotar vestígios pré-industriais que matizam aquele. Nossa inclusão ou não de algum bem nessas classificações é perfeitamente passível de revisão, desde que se tenha às mãos estudos embasados em um processo de industrialização (local ou nacional) e não opiniões vagas.

Um segundo propósito deste trabalho é demonstrar que a perspectiva rigorosa auxiliada pelos métodos da arqueologia industrial, pode apontar a natureza singular do processo de industrialização e a representatividade de bens industriais a preservar. O exemplo das *company towns* expõe justamente as dificuldades em identificar os bens pelo seu valor histórico industrial. A Real Fábrica de Ipanema denota as condições mistas (trabalho escravo e trabalho livre) que caracterizaram os primeiros momentos de nossa industrialização e que têm de reverter um histórico de relações de dependência econômica com a Metrópole portuguesa. Por sua vez, locais como a vila de Paranapiacaba ou Fordlândia, enfatizam o aspecto internacional desse processo de industrialização ainda remanescente do Século XIX, graças às formas como ele se manifesta no Brasil. Já as de Volta Redonda e Ilha Solteira nos permitem compreender a particularidade territorial do processo de industrialização tardio próprio do Século XX e como ele se dá no Brasil.

NOTAS

1. Uma análise bibliográfica está em andamento, mas uma primeira busca na base Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior de dissertações e teses, sob os termos "patrimônio industrial", "arqueologia industrial" e "arquitetura industrial" apontou 94 monografias desde 1998 — depuramos aquelas monografias que não consideravam o debate patrimonial, mas tinham foco em discussões sobre projeto arquitetônico, avaliação estrutural ou econômica. Outros termos mais específicos, como "patrimônio ferroviário" e "arquitetura ferroviária" somariam mais 37. Predominantemente desenvolvidos nas universidades do sudeste e sul (Universidade de São Paulo, Universidade Estadual de Campinas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Federal de Pelotas).

2. A listagem de Kempter contabilizou o Trecho Mauá-Fragoso, que foi retirado na ratificação do tombamento em 1974 porque o trecho tinha sido erradicado à revelia do órgão de proteção nos anos 1960. Ficou registrado apenas a menção (em placa comemorativa de 1954, no antigo prédio da estação Guia de Copaiba) e a locomotiva Baroneza, depois transferidas para o Museu do Trem, no Rio de Janeiro.

3. Giovanni Luigi Fontana coordenou um projeto internacional sobre o tema (*Company towns in the world. Origin, evolution and rehabilitation,* 16th — 20th *centuries*) entre 2007 e 2013. Entre os países estudados se incluiu o Brasil, do qual participamos. A descrição histórica abaixo é resultado do esforço da equipe do Laboratório de Patrimônio Cultural/Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" e sua contribuição para o projeto.

AGRADECIMENTOS

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Processos nº 2012/11259-2 e 2016/15921-2).

REFERÊNCIAS

BARBEDO, M.F. *Carajás*: trabalho e vida na cidade da floresta: um estudo sobre representações sociais da empresa em uma company-town. 2000. Dissertação (Mestrado em Psicologia) — Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2000.

BARROS, T.; GHOUBAR, K.; MAUTNER, Y. Brasil, suas fábricas e vilas operárias. *Pós*: *Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP*, n.20, p.10-32, 2006.

BERGERON, L. L'impact de la modernisation économique et le patrimoine industriel. In: OERS, R. Van; HARAGUCHIC, S. *Identification and documentation of modern heritage*. Paris: UNESCO, 2003, p.17-22.

CAMPAGNOL, G. *Usinas de açúcar*: habitação e patrimônio industrial. 2008. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) — Universidade de São Paulo, São Carlos, 2008.

CAMPOS, Z.V. *Doce amargo*: produtores de açúcar no processo de mudança (Pernambuco, 1874-1941). São Paulo: Annablume, 2001.

CANO, W. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1990.

CARVALHO, J.M. Prefácio à 3ª edição. In: FRANCO, A.A.M. *Desenvolvimento da civilização material no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005, p.9-16.

CHOAY, F. *Alegoria do patrimônio*. São Paulo: UNESP, 2000.

CORDEIRO, J.L. Algumas questões para a salvaguarda do patrimônio industrial. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA E ENERGIA. 1., 1987, São Paulo. *Anais*… São Paulo: Eletropaulo, Departamento de Patrimônio Histórico, 1987, p.65-66.

CORREIA, T. B. O modernismo e o núcleo fabril: o plano da cidade operária da FNM de Attilio Correa Lima. In: SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL, 3., 1999, São Paulo. Seminário Docomomo Brasil, 3., 1999. São Paulo. *Anais*… São Paulo: Docomomo, 1999. Disponível em: <http://www.docomomo.org.br/seminario%203%20pdfs/subtema_A1F/Telma_correia.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2013.

CORREIA, T.B. O modernismo e o núcleo fabril: o anteprojeto de Lúcio Costa para Monlevade. *Pós*: *Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP*, v.1, n.14, p.80-93, 2003.

CORREIA, T.B. Núcleos fabris e de mineração no Brasil: as experiências pioneiras (1811-1880). *Risco*: *Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo*, v.3, n.2, p.15-42, 2006.

CORREIA, T.B. A noção de adaptabilidade ao meio no discurso modernista. *Pós: Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP*, n.25, p.134-150, 2009.

COSTA, H.; MONTE-MÓR, R.L.M. Ocupação do território e estrutura urbana. In: COSTA, H.S.M *et al*. (Org.). *A expansão metropolitana de Belo Horizonte*: dinâmica e especificidades no Eixo Sul. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2006. p.91-154.

COUSONS, N. *The BP book of industrial archaeology*. Birmingham: David & Charles, 1993.

DEZEN-KEMPTER, E. O lugar da indústria no patrimônio cultural. *Labor & Engenho,* v.5, n.1, p.107-125, 2011a.

DEZEN-KEMPTER, E. *O lugar do patrimônio industrial*. 2011. Tese (Doutorado em História) — Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011b.

DRUMMOND, J.A.; PEREIRA, M.A.P. *O Amapá nos tempos do Manganês*: um estudo sobre o desenvolvimento de um estado amazônico, 1943-2000. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

EISENBERG, P. *Modernização sem mudança*: a indústria açucareira em Pernambuco (1840-1910). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

EL-KAREH, A. *Filha branca de mãe preta*: a Cia: estrada de Ferro D. Pedro II, 1855-1865. Petrópolis: Vozes, 1982.

FONSECA, M.L. *O patrimônio em processo*. 2 . ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

FRANCO, A.A.M. *Desenvolvimento da civilização material no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.

GAMA, R. *Engenho e tecnologia*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1983.

GAMA, R. *A Tecnologia e o trabalho na história*. São Paulo: Nobel, 1987.

GAMA, R. Aspectos da arqueologia industrial no Brasil. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA E ENERGIA, 1988, São Paulo. *Anais*… São Paulo: Eletropaulo, 1988. v.2, p.253-255.

GARNER, J. *The Company town*: Architecture and society in the early industrial age. New York: Oxford University Press, 1992.

GIMENES, F.C. *A cidade dos motores*: três projetos. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) — Universidade de São Paulo, São Carlos, 1998.

GODOY, M.M. *No País das minas de ouro a paisagem vertia engenhos de cana e casas de negócio*: um estudo das atividades agroaçucareiras tradicionais mineiras, entre o setecentos e o novecentos, e do complexo mercantil da província de Minas Gerais. São Paulo. Tese (Doutorado em História) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

GRUPO DE ESTUDOS DE HISTÓRIA DA TÉCNICA. *Carta de Campinas*: declaração do GEHT em defesa das construções e instalações utilitárias. Campinas: GEHT, 1998. Disponível em: <http://www.geocities.com/RainForest/9468/carta.htm>. Acesso em: 23 fev. 2017.

GRUZINSKI, S. *O pensamento mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

KÜHL, B. *Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.

LAMOUNIER, M. L. *Ferrovias e mercado de trabalho no Brasil do Século XIX*. São Paulo: Edusp, 2012.

LASK, T. *Ordem e progresso*: a estrutura de poder na "cidade operária" da Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda (1941-1964). Dissertação (Mestrado em Antropologia) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.

LIBBY, D. C. *Transformação e trabalho em uma economia escravista*: Minas Gerais no Século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LIBBY, D. C. Notas sobre a produção têxtil Brasileira no final do Século XVIII: Novas evidências de Minas Gerais. *Estudos Econômicos*, v.27, n.1, p.97-125, 1997.

MARTIN, A.M. *Produzir energia, (pro) mover o progresso*: o complexo hidrelétrico Urubutinga e os caminhos do setor energético. Assis, 2016. Tese (Doutorado em História) — Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Assis, 2016.

MELLO, J.M.C. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MENEGUELLO, C. The Industrial Heritage in Brazil and prospects for the Brazilian Committee for the Conservation of Industrial Heritage. In: TICCIH Congress. Terni (Roma): TICCIH, 2006. Available in: <www.ticcihcongress2006.net/paper/Paper%200/Meneguello_paper.pdf>. Cited: Feb. 1, 2017.

MENEGUELLO, C. Patrimônio Industrial: memória, acervos e cidade. In: PAULA, Z.C. *et al*. *Polifonias do patrimônio*. Londrina: EDUEL, 2012. p.91-92.

MOREIRA, A.S. *Liberdade tutelada*: os africanos livres e as relações de trabalho na Fábrica de Pólvora da Estrela, Serra da Estrela/RJ (c.1831-c.1870). 2005. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

OLIVEIRA, E.R. Arquitetura Industrial, patrimônio industrial e sua difusão cultural. In: FUNARI, P.P.A.; CAMPOS, J.B.; RODRIGUES, M.H.S.G. (Org.). *Arqueologia pública e patrimônio*: questões atuais. Criciúma: UNESP, 2015. v.1, p.197-226.

PALMER, M.; NEAVERSON, P. *Industrial Archaeology*: Principles and practice. Londres: Routledge, 1998.

PALMER, M.; NEVELL, M.; SISSONS, M. *Industrial archaeology*: A handbook. York: Council for Britihs Archaeology, 2012.

PAZ, C.A. Culturas industriales y generación de identidades en el estadio proto-industrial (1870-1920), In: ARECERS, M.A.A.; TARTARINI, J.D. *Testimonios de la memoria del trabalho y la producción*. Gijon: INCUNA, 2008. p.93-103.

PEREIRA, S.E.M. *Sindicalismo e privatização*: o caso da Companhia Siderúrgica Nacional. 2007. Tese (Doutorado em Sociologia) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

PIMENTA, S.M. *A estratégia da gestão*: fabricando aço e construindo homens. O caso da Companhia Siderúrgica Nacional. 1989. Dissertação (Mestrado em Administração) — Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1989.

POULOT, D. *Uma história do patrimônio no ocidente*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

RIBEIRO, B.A. *Vila Serra do Navio*: comunidade urbana na selva amazônica: um projeto do arq. Oswaldo Arthur Bratke. São Paulo: Pini, 1992.

RODRIGUES, A.R. *Estudo do patrimônio industrial com uso fabril da cidade de São Paulo*. 2011. Dissertação (Mestrado Arquitetura e Urbanismo) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

SANTOS, N.P. *A fábrica de ferro São João de Ipanema*: economia e política nas últimas décadas do Segundo Reinado (1860-1889). 2009. Dissertação (Mestrado em História Social) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SHIKIDA, P.F.A. *A evolução da agroindústria canavieira em Minas Gerais de 1705 a 1955*. 1992. Dissertação (Mestrado em Economia Agrária) — Universidade de São Paulo, Piracibaba, 1992.

SILVA, R.R.R; OLIVEIRA, E.R. Estação Mairinque: estudo do uso turístico de um patrimônio industrial ferroviário. *Arqueologia Industrial*: *4ª série*, v.6, n.1-2, p.61-77, 2016.

SOBRINO SIMAL, J. La arquitectura industrial en Espana. In: IBANEZ, M.P.B.; ALONSO, G.J.C. *100 elementos de patrimonio industrial*. Madrid: TICCIH-Espana, 2011a.

SOBRINO SIMAL, J. *Los paisajes históricos de la producción en Sevilla*. Sevilla: Instituto Andaluz de Patrimonio Histórico, Inédito, 2011b.

SUZIGAN, W. *A industrialização brasileira*: origem e desenvolvimento. São Paulo: Brasiliense, 1986.

THE INTERNATIONAL COMMITTEE FOR THE CONSERVATION OF THE INDUSTRIAL HERITAGE. *Carta de Nizhny Tagil*. Nizhny Tagil: TICCIH, 2003. Disponível em: < http://ticcih.org/wp-content/uploads/2013/04/NTagilPortuguese.pdf >. Acesso em: 12 fev. 2017.

THE INTERNATIONAL COMMITTEE FOR THE CONSERVATION OF THE INDUSTRIAL HERITAGE. *Carta manifesto do Comitê Provisório do TICCIH no Brasil*. Belo Horizonte: TICCIH, 2004. Disponível em: <http://www.patrimonioindustrial.org.br/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=5 >. Acesso em 20 fev. 2017.

THE INTERNATIONAL COMMITTEE FOR THE CONSERVATION OF THE INDUSTRIAL HERITAGE; INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES. *Dublin Principles*. Paris: ICOMOS, 2011. Available in: < http://www.icomos.org/Paris2011/GA2011_ICOMOS_TICCIH_joint_principles_EN_FR_final_20120110.pdf>. Cited: Feb. 12, 2017.

TOSTES, J.A. *et al*. Serra do Navio: o mito da cidade no meio da selva. In: ENCONTRO DO ANPPAS, 4., 2008, Brasília. *Anais*... Brasília: ANPPAS, 2008. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro4/cd/ARQUIVOS/GT3-556-457-20080515094101.pdf>. Acesso em: mar.2013.

VERGARA, A.; DINIUS, O.J. *Company towns in the Americas*. Georgia: Georgia University Press, 2011.

VERGARA, A.; FELIÚ, E.G. A modern company towns in the Chilean Andes. In: VERGARA, A.; DINIUS, O.J. *Company towns in the Americas*. Georgia: Georgia University Press, 2011, p.178-197.

Recebido em7/3/2017, reapresentado em12/4/2017 e aprovado em 11/5/2017.

EDUARDO ROMERO DE OLIVEIRA | Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" | Unidade Diferenciada de Rosana | Av. dos Barrageiros, 1880, Distrito de Primavera, 19274-000, Rosana, SP, Brasil | *E-mail*: <eduardo.romero.de.oliveira@gmail.com>.

O PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NO LICENCIAMENTO CULTURAL: LEGISLAÇÃO, POLÍTICAS CULTURAIS E GESTÃO INTEGRADA

ARCHAEOLOGICAL HERITAGE IN CULTURAL LICENSING: LEGISLATION, CULTURAL POLICIES AND INTEGRATED MANAGEMENT | EL PATRIMONIO ARQUEOLÓGICO EN EL LICENCIAMIENTO CULTURAL: LEGISLACIÓN, POLÍTICAS CULTURALES Y GESTIÓN INTEGRADA

JULIANO BITENCOURT CAMPOS, MARIAN HELEN DA SILVA GOMES RODRIGUES, PEDRO PAULO ABREU FUNARI

RESUMO

No presente artigo objetivamos apresentar uma discussão e atualização sobre a trajetória dos estudos do patrimônio arqueológico no âmbito das políticas culturais no Brasil, dando ênfase para os estudos no Licenciamento Cultural, destacando os certames vigentes, numa perspectiva multivocal. Em seguida, enfatizamos a preponderância da efetivação de uma gestão integrada em sinergia com os diferentes *Stakeholders* (comunidade, empreendedores, pesquisadores, órgãos de proteção), lançando luz para os desafios, perspectivas e reflexões sobre o papel e a relevância da arqueologia nesta seara.

PALAVRAS-CHAVE: Brasil. Legislação. Licenciamento cultural. Patrimônio arqueológico.

ABSTRACT

In this paper we aim to present a discussion and update on the trajectory of the archaeological heritage studies in the context of cultural policies in Brazil, with emphasis on studies developed in Cultural Licensing processes and highlighting the current discussions, on a multivocal perspective. Then we emphasize the preponderance of effective integrated management in synergy with the different Stakeholders (community, entrepreneurs, researchers, protection agencies), shedding light to the challenges, perspectives and reflections on the role and importance of archeology in this endeavor.

KEYWORDS: *Brazil. Legislation. Cultural licensing. Archaeological heritage.*

RESUMEN

En este artículo buscamos presentar una discusión y atualización respecto de la trayectoria de los estudios sobre el patrimonio arqueológico en el contexto de las políticas culturales existentes en Brasil. En este sentido, enfatizamos los estudios desarollados en el proceso de Licenciamiento Cultural, destacando los debates actuales en perspectiva multivocal. A continuación, destacamos la preponderancia de la efectuación de una

gestión integrada en sinergia con los diferentes Stakeholders (comunidad, empresarios, investigadores, agencias de protección), llamando la atención para los desafíos, perspectivas y reflexiones acerca del papel y la importancia de la arqueología en este campo.

PALABRAS CLAVE: *Brasil. Legislación. Licenciamiento cultural. Patrimonio arqueológico.*

INTRODUÇÃO

Nas últimas duas décadas, o processo de globalização tem causado mudanças nos modos de vida das populações, transformando de forma significativa as relações sociais e culturais. No Brasil, isso tem sido muito bem percebido no âmbito dos estudos de licenciamento ambiental em todo território nacional, devido à construção de grandes obras estruturais, como hidrelétricas, portos, linhas de transmissão, aeroportos, veículos sobre trilhos, hidrovias, entre outros, que fazem parte do crescimento das cidades e da reestruturação do interior do país. Essas obras são estruturantes no desenvolvimento econômico e social do Brasil, e em especial para a geração de riqueza, influenciando de forma direta os processos de distribuição de renda (RODRIGUES, 2016).

Nesse palco de grandes investimentos, o estudo socioambiental tem exigido abordagens multidisciplinares que englobem o meio físico, biótico, socioeconômico, fundiário, paleontológico e arqueológico. Em contraponto, esse movimento tem causado impactos nos modos de vida das populações onde essas grandes obras estão sendo construídas, aumentando a preocupação na (re)afirmação da identidade local, regional e nacional, desafiando os seus meios de subsistência, manutenção e perpetuação das tradições culturais e preservação do patrimônio cultural — tangível e intangível (RODRIGUES, 2016).

Halrik (2013) alerta que os projetos de licenciamentos ambientais, por serem realizados de forma processual, a partir de várias etapas envolvendo vários interessados (*stakeholders*) de distintas áreas — sociedade, órgãos do governo, agentes financiadores e empreendedores — exigem a aplicação de um Gerenciamento de Projetos, que possibilite articular e gerir as diversas demandas exigidas em tais ações.

Nesta arena, tem-se visto um movimento cada vez mais forte no que concerne à preocupação com proteção, gestão e socialização dos conhecimentos gerados pelas pesquisas do patrimônio arqueológico e histórico cultural. Os órgãos de proteção do patrimônio cultural, por exemplo, têm unido esforços para fortalecer os instrumentos da legislação, assegurando a proteção integral dos bens culturais localizados e registrados nesses estudos, em particular, nos chamados estudos de Licenciamento Cultural.

Outro ponto a ser destacado, e que será desenvolvido ao longo deste trabalho, é a preponderância da participação da sociedade na gestão do patrimônio arqueológico. Para Ribeiro (2000), o conhecimento popular baseado na vivência cotidiana e nos modos de vidas tradicionais e culturais das comunidades, tem enriquecido o conhecimento técnico e científico, melhorando a participação popular e dando robustez aos estudos

científicos, determinado por Robrahn-González (2004) como Ciência Aplicada: união entre ciência e tradição.

A gestão e a proteção do patrimônio arqueológico brasileiro são regulamentadas por lei específica e portarias que normatizam as ações pertinentes aos órgãos públicos, buscando a preservação da memória nacional. Logo, utilizar a legislação para estabelecer parâmetros de gestão e proteção do patrimônio nacional, seja ele de qualquer natureza, acarreta em resultados positivos, especialmente quando há aproximação com a população vinculada às áreas pesquisadas.

Um novo papel para a arqueologia contemporânea emerge na forma de programas integrados e emoldurados pelo empoderamento cultural, em que a comunidade local vem retomando o seu papel como participante ativa nesse processo de pesquisa, preservação e fruição para a sustentabilidade cultural.

Com base neste preâmbulo, o interesse do presente artigo é sublinhar a trajetória da tutela dos estudos do patrimônio arqueológico e histórico cultural no âmbito das políticas culturais no Brasil, dando ênfase para os estudos no Licenciamento Cultural, destacando os certames vigentes, numa perspectiva multivocal, considerando que a preocupação com a preservação, a extroversão e a gestão integrada são temas emergentes nesta seara.

PATRIMÔNIO IBERO-AMERICANO E DEMOCRACIA

Temas como patrimônio e ambiente nem sempre são relacionados ao estado de direito e à democracia. As preocupações com o patrimônio surgiram no bojo da formação dos estados nacionais e estiveram ligadas a dois aspectos nem sempre propensos à liberdade: o nacionalismo e o imperialismo (FUNARI & PELEGRINI, 2014).

Para o estado nacional, era necessário inventar origens, cultura compartilhada e um território delimitado, considerando, para isso, que o patrimônio como conjunto de bens materiais era uma condição *sine qua non*. Tanto na metrópole, como nas colônias, o patrimônio era uma maneira de forjar uma herança da nação que justificasse pelo passado a ação colonizadora. Esse conceito e essa prática surgiram nas potências coloniais em ascensão, mas foram importantes também na Península Ibérica, cujos impérios estavam em declínio e assim continuaram por largo tempo. Logo se expandiu por estados nacionais nascentes como o Brasil, já no Século XIX, no contexto nobiliárquico (FERREIRA, 2010) da corte e nos países de colonização espanhola (DÍAZ-ANDREU, 2008).

Com o nacionalismo do Século XX, o patrimônio iria adquirir ainda outras feições, ainda marcadas pelo anseio pela uniformidade social, pelo compartilhamento de valores e pelo colonialismo, mesmo que interno, com a chamada Marcha para o Oeste, no Brasil, ou a Conquista do Pampa, na Argentina (PODGORNY, 1999). Houve iniciativas em direção ao respeito aos grupos indígenas e subalternos, em geral, em diversos momentos e países hispano-americanos. No Brasil, no interlúdio democrático, entre 1945 e 1964, houve avanços em direção a uma visão mais humanista e inclusiva de

patrimônio, com a inclusão dos indígenas, em particular com a atuação de democratas como Paulo Duarte (1899-1984) (FUNARI, 1994). O período discricionário, entre 1964 e 1985, testemunhou repressão ao humanismo, em geral, e às perspectivas e ações em prol do respeito à diversidade, com consequências diretas para o tema patrimonial. Também sofreram restrições durante as ditaduras em Portugal (1933-1974) (FABIÃO, 2011), Espanha (1939-1975) e em diversos países latino-americanos que sofreram regimes autoritários.

A preocupação com o ambiente desenvolveu-se em outro contexto. O tema ambiental não fazia parte da preocupação predominante do estado nacional e do imperialismo e, por isso mesmo, o estudo ambiental foi, por um tempo, apanágio de biólogos e outros estudiosos. Ambos, contudo, ambiente e patrimônio, passaram a estar ligados à sociedade quando do florescimento crescente dos movimentos sociais, em particular a partir do pós-guerra (1945 em diante) e dos anos finas da Guerra Fria (1947-1989). A constituição portuguesa de 1976 já trata do tema ambiental, assim como a espanhola de 1978, e demais normativas hispano-americanas, como as constituições argentina de 1994 ou a colombiana de 1991.

No Brasil, em especial, o ocaso do regime militar, a partir da anistia, em 1979, favoreceu movimentos em direção à preocupação com o patrimônio cultural e ambiental, tendo em vista a preservação da diversidade humana e natural, em consonância com a luta pelos direitos humanos. Esta nunca havia esmorecido. Mesmo nos momentos mais difíceis, houve quem levantasse a voz pelos direitos humanos, mesmo sob o risco de retaliações e represálias. Os direitos humanos figuraram no topo da agenda de todos os democratas no auge do poder discricionário, quando o general Geisel fechava o congresso em abril de 1977 e os servidores do regime o defendiam no Brasil e nos fóruns internacionais, como na Organização dos Estados Americanos, para evitar que se apurassem os abusos cometidos pela ditadura.

Os movimentos sociais e a abertura política, levaram a uma crescente preocupação com os direitos humanos, sociais e ambientais. Nos estados da federação, a eleição de governadores, a partir de 1982, o retorno dos civis em 1985, a constituição de 1988 e outros movimentos levaram a uma nova realidade, na qual Estado de Direito, patrimônio e ambiente passaram a se relacionar de forma mais intensa e direta. Legislações de proteção aos direitos humanos, ambientais e patrimoniais resultaram em avanços, e houve uma nova situação que buscava superar os abusos e exclusões do passado. Nem tudo, claro, está resolvido. Ao contrário. Próceres da época da repressão, quando ainda vivos, continuam no poder, muitas vezes travestidos de democratas. Outros não valorizam os direitos humanos, patrimoniais e ambientais, iludidos por uma busca sem parâmetros pelo desenvolvimento, como se não se pudesse proteger o bagre e melhorar a vida das pessoas ao mesmo tempo. Inquietações semelhantes ocorrem em diversos países ibero-americanos. Trata-se, a seguir, mais em detalhe do tema no Brasil.

LEGISLAÇÃO E POLÍTICA CULTURAL NO BRASIL

A política cultural brasileira foi constituída e consolidada com a criação do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). A diretriz de trabalho pensada pelo IPHAN no final da década de 30 do Século passado visava, sobremaneira, a proteção do Patrimônio Cultural Arquitetônico, sendo que a preocupação com as demais manifestações culturais do Brasil foi surgindo com as discussões conceituais, políticas e culturais e com a quebra de paradigmas até os dias atuais.

O Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, assim define o patrimônio histórico e artístico nacional:

> Art. 1º — Constitui patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação aos fatos memoráveis da História do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (BRASIL, 1937).

A partir da década de 1950 surgem as cartas internacionais, enfatizando medidas a serem tomadas pelos países signatários, favorecendo assim a proteção e a valorização do Patrimônio Arqueológico Brasileiro.

A Recomendação de Nova Delhi, de dezembro de 1956, que representou a movimentação internacional em prol da conservação do patrimônio arqueológico, incentivou a oficialização de diretrizes formuladas desde a década de 1930, por Mário de Andrade, através do Decreto Lei nº 25, de novembro de 1937.

Destacam-se nesse âmbito internacional, a Carta de Atenas (1931 e 1933) (CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS, 1933), a "Carta de Veneza" (CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS, 1964), a "Carta de Turismo Cultural" (CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS,1976), a "Carta de Lausanne" (CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS, 1990) e várias considerações do International Council on Monuments and Sites (ICOMOS).

A Carta de Veneza, por sua vez, se configura como um marco nas determinações sobre conservação e preservação do patrimônio cultural. Enfatiza, entre outros aspectos, as definições dos monumentos históricos como uma memória das populações e a educação como instrumento eficaz de preservação patrimonial (CURY, 2004).

A "Carta de Lausanne" (CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS, 1990), elaborada com o princípio de nortear os processos de proteção e gestão do patrimônio arqueológico voltado para a ótica da Conservação Integrada, entende que as políticas de proteção ao patrimônio arqueológico devem ser sistematicamente integradas àquelas relacionadas ao uso e ocupação do solo, bem como às relacionadas à cultura, ao meio ambiente e à educação.

Em complemento, os princípios da Carta de Washington (CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS, 1987) abordam questões relacionadas ao equilíbrio entre homem e natureza na busca por um desenvolvimento sustentável. Reafirma a questão de metodologia para salvaguardar o patrimônio, seja ele arqueológico, histórico, arquitetônico, técnico, sociológico ou econômico.

Nesta mesma interface, a Recomendação de Paris (1989) atribui à cultura um importante papel social, econômico e político, reconhecendo o valor da identidade nacional. Destaca a importância da difusão dos conhecimentos patrimoniais para o bem comum da sociedade e a criação de mecanismos para a proteção dessa cultura, tendo a educação como foco principal neste processo.

A Recomendação de Paris (1972) alerta para os riscos em que o patrimônio cultural está exposto, atribuindo ao Estado a incumbência de criar mecanismos de combate à sua destruição. Igualmente, a Carta de Restauro (1975), e a Declaração de Amsterdã (1975), fortalecem a atribuição do Estado no sentido de fiscalização e proteção do patrimônio.

Em 16 de novembro de 1972, a United Nations Organization for Education, Science and Culture (UNESCO) realizou em Paris a Convenção para Proteção do Patrimônio Cultural e Natural Mundial, devidamente assinada pelos 159 estados participantes. Constitui uma ferramenta que reconhece e protege o patrimônio cultural e natural de valor mundial. De acordo com seus próprios parâmetros, a UNESCO distingue os bens culturais.

Digno de nota é a convenção da UNESCO de 2005, que trata da proteção e promoção da diversidade e das expressões culturais. Ela reconhece, ao longo da última década, o direito soberano dos governos de introduzir políticas para proteger e promover a diversidade de expressões culturais. Enfatiza que a dimensão econômica está intrinsicamente ligada à dimensão cultural — gerando empregos e renda, fomentando a inovação e o crescimento econômico sustentável e, ao mesmo tempo, transmitindo identidades e valores, promovendo a inclusão social e o senso de pertencimento (BOKOVA, 2016).

Ainda nesta seara, foi lançado em 2015 (traduzido em português em 2016), um relatório intitulado "Re/pensando as Políticas Culturais (10 anos de promoção da diversidade das expressões culturais para o desenvolvimento)", que traz, entre outros, novos discursos que devem orientar as políticas culturais, cujo compromisso principal deve vir acompanhado com a mudança institucional e estrutural em todas as áreas da governança e da gestão da cultura. "O documento tem como base o planejamento, a coleta e a análise de dados, o monitoramento e a avaliação confiável, além de um processo de formulação de políticas que evidencie participação e transparência em âmbito nacional" (BOKOVA, 2016, p.2). A autora enfatiza ainda que em muitos dos relatórios produzidos pelos estados membros as políticas e medidas relacionadas ao patrimônio estão presentes.

Voltando à discussão sobre as Cartas Patrimoniais (CURY, 2004). Em consequência das primeiras cartas publicadas, o Brasil aprova em 26 de julho de 1961 a Lei Federal nº

3.924 (BRASIL, 1961), que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos, impedindo sua destruição para fins econômicos, a exemplo da exploração dos Sambaquis para o fabrico da cal. Essa lei federal se reveste de um mérito imbatível por ser a primeira norma a regulamentar a pesquisa arqueológica em Território Nacional, adequando-a a situações e terminologias mais atuais.

Apenas em 1988 a Constituição Federal Brasileira, a partir do Artigo 216, se apropria da definição de Patrimônio Cultural trabalhada no Decreto Lei nº 25 e inclui os bens de natureza material e imaterial no seu conteúdo, estabelecendo os conjuntos urbanos e os sítios de valor arqueológico como patrimônio cultural brasileiro.

> Artigo 216 - Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:
> I — As formas de expressão;
> II — Os modos de criar, fazer e viver;
> III — As criações científicas, artísticas e tecnológicas;
> IV — As obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
> V — Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.
> § 1°. O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação (BRASIL, 1988a).

Além disso, a Carta Magna reforça em seu Artigo 20, os sítios arqueológicos como bens pertencentes à União, frisando o interesse público desse patrimônio. "Art. 20 - São bens da União: [...] X - As cavidades naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos e pré-históricos" (BRASIL, 1988a).

Dessa forma, a Constituição de 1988, ao reconhecer e proteger direitos coletivos, como o patrimônio cultural arqueológico, impondo restrições aos setores públicos e privados fundados nestes direitos, possibilita a abertura necessária para novos direitos fundados no pluralismo, na tolerância, nos valores culturais locais e na multietnicidade (MARÉS, 2002). Essa abordagem constitucional possibilita que o patrimônio cultural arqueológico seja de vital importância para a memória, a identidade e a criatividade dos povos e a riqueza das culturas (CAMPOS, 2015).

Neste mesmo ano, o IPHAN elaborou e publicou a Portaria 007 de 1988 (BRASIL, 1988b), que aponta as prerrogativas necessárias para a realização da pesquisa arqueoló-

gica em território Nacional. Embora esta Portaria aponte as diretrizes para a realização da pesquisa arqueológica no Brasil, com o passar do tempo e com o aumento da demanda no mercado, em virtude da legislação ambiental estar se tornando mais rigorosa, o IPHAN editou mais duas portarias: Portaria nº 262, de 14 de agosto de 1992 (BRASIL, 1994), voltada para a orientação da saída do país de objetos arqueológicos, e a Portaria nº 108/DPC, de 16 de dezembro de 2003 (BRASIL, 2003), através do Ministério da Defesa — Comenda da Marinha, que versa sobre os estudos e procedimentos em bens submersos.

De acordo com Saladino e Costa (2015), pressões exógenas ao campo científico e ao próprio campo do patrimônio, influenciaram de forma duradoura a prática da arqueologia, devido à demanda desta atividade através do licenciamento ambiental. Dessa forma, foi elaborada a Portaria nº 230/2002, um instrumento que dispunha sobre os projetos arqueológicos atrelados às diferentes fases do licenciamento ambiental, e, com isso, competindo ao IPHAN ações de regulamentação e fiscalização dos estudos arqueológicos, principalmente os voltados ao licenciamento ambiental, uma vez que tais estudos se enquadravam em ações de preservação do patrimônio cultural protegido pela União (CAMPOS, 2015).

A publicação desta Portaria promoveu mudanças na relação entre os arqueólogos e os demais agentes envolvidos, uma vez que passou a obrigar ao contratante a elaboração de projetos que retornassem para a comunidade os conhecimentos gerados, no âmbito da arqueologia, dos estudos produzidos durante as pesquisas para o licenciamento ambiental do empreendimento em questão (CAMPOS, 2015).

Os preceitos legais que conduziram a Portaria n° 230, de 17 de dezembro de 2002 (BRASIL, 2002), foram revogados quando da publicação da Portaria Interministerial n° 60, de 24 de março de 2015 (BRASIL, 2015b) e da Instrução Normativa n° 1, de 25 de março de 2015 (BRASIL, 2015a), que consolida a comum cooperação entre os órgãos de licenciamento ambiental, visando disciplinar cada órgão no intuito de criar cooperação e agilidade. Sendo assim a portaria estabelece que:

> Art. 1º - Esta Portaria estabelece procedimentos administrativos que disciplinam a atuação da Fundação Nacional do Índio - Funai, da Fundação Cultural Palmares — FCP, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional — Iphan e do Ministério da Saúde nos processos de licenciamento ambiental de competência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis — Ibama (BRASIL, 2015b, p.1).

Logo, ao final do mês de março de 2015, após a publicação no Diário Oficial da União da Portaria Interministerial nº 60/2015 (BRASIL, 2015b), o IPHAN, através do Centro Nacional de Arqueologia, promulga as ementas para a consolidação das Instruções Normativas que têm por objetivo regulamentar as atividades de Licenciamento Am-

biental no país. Para tanto, o referido Centro criou um setor específico de fiscalização sobre os processos de licenciamento, em âmbito federal, estadual e municipal:

> Art. 1º Esta Instrução Normativa estabelece procedimentos administrativos a serem observados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional — IPHAN, quando instado a se manifestar nos processos de licenciamento ambiental federal, estadual e municipal em razão da existência de intervenção na Área de Influência Direta - AID do empreendimento em bens culturais acautelados em âmbito federal (BRASIL, 2015a, p.1).

A Instrução Normativa estabelece legalmente categorizações para os empreendimentos, classificando-os em níveis específicos definidos pela projeção do tipo de impacto ao meio ambiente. A classificação prévia visa facilitar o processo e reduzir a morosidade do processo de licenciamento em âmbito federal, reduzindo a carga burocrática entre os órgãos licenciadores e os empreendedores: "§2º O Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico é exigível apenas para os empreendimentos enquadrados nos Níveis III e IV da tabela constante do Anexo I" (BRASIL, 2015a, p.11).

As condicionantes de licenciamento cultural da IN n° 01/15 superam as medidas protetivas anteriores previstas na Portaria IPHAN n° 230 de 17 de dezembro de 2002 (BRASIL, 2002). As instâncias deixam de ser "prévias, instalação e operação" para fazerem parte de um acompanhamento individual por caracterização de impacto e tipo de empreendimento através de Ficha de Caracterização de Atividade (FCA), ampliando as medidas preditivas para a implantação dos empreendimentos com maior potencial de dano aos recursos naturais.

A portaria anterior não previa detalhadamente mecanismos de controle capazes de oferecer um amplo espaço à fiscalização. As resoluções da nova instrução preveem a confecção de um plano de trabalho contendo as especificações metodológicas associadas ao cronograma geral da execução das atividades interventivas e não interventivas.

> Art. 33. Nos casos de empreendimentos de Nível I e II, durante sua implantação, quando constatada a ocorrência de achados arqueológicos, e mediante impossibilidade de preservação in situ do patrimônio arqueológico, o IPHAN exigirá o Projeto de Salvamento Arqueológico, que deverá conter: I - indicação e caracterização georreferenciada do sítio impactado; II - Plano de trabalho que contenha: (a) definição de objetivos; (b) conceituação e metodologia de análise, interpretação e conservação dos bens arqueológicos; (c) sequência das operações a serem realizadas durante a pesquisa; (d) cronograma para a realização do salvamento; (e) proposta preliminar das atividades relativas à produção de conhecimento, divulgação científica e extroversão (BRASIL, 2015a, p.12).

Enquadram-se nas áreas impactadas todo bem cultural reconhecido e descrito como tal, sendo valorado pelo potencial de impacto que possa sofrer em detrimento de projetos energéticos, viários e mineradores, e consolidando como projetos de menor potencial de impacto, oferecendo inclusive, recursos para a execução rápida e eficaz em áreas consideradas degradadas. Entra então em vigência, a partir do dia 25 de março de 2015, a Instrução Normativa que regerá o processo de licenciamento ambiental, observando a abrangência e a responsabilidade compartilhada.

Para tanto, as superintendências regionais ficarão responsáveis pela fiscalização da execução das atividades interventivas dos empreendimentos e do cumprimento das determinações inquiridas pelo órgão. Art. 56. "As Superintendências Estaduais são as unidades responsáveis pela fiscalização e monitoramento das ações oriundas da aplicação desta Instrução Normativa, com base nas vistorias realizadas a partir do cronograma do empreendimento" (BRASIL, 2015a, p.19).

Então, a base de avaliação para as superintendências é o cronograma oferecido pelo empreendedor. Dessa forma, "o planejamento e a execução das atividades relacionadas à conservação de bens arqueológicos deverão ser realizados por profissional ou equipe devidamente qualificada" (BRASIL, 2015a, p.18). A complexidade da Instrução Normativa abre espaço para uma maior qualificação dos projetos preventivos, além de ampliar o controle durante a execução dos mesmos, visando consolidar as demandas de preservação previstas na Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961.

Dessa forma, esta última normativa (IN 01/15) (BRASIL, 2015a) passa a orientar os trabalhos vinculados aos estudos arqueológicos e aos bens de interesse cultural, resultando, entre outros produtos, na educação patrimonial às comunidades e outros agentes envolvidos com o empreendimento. No entanto, esta não exclui as premissas recomendadas pelas Cartas Patrimoniais e, principalmente, pela Constituição Federal de 1988, devendo com isso considerar a pluralidade cultural brasileira e a inclusão desses bens nos projetos de infraestrutura e de uso e ocupação do solo.

Essas normatizações implicam em um significativo avanço à proteção e perpetuação da identidade multicultural brasileira, uma vez que nos últimos três anos tem-se presenciado fortes tentativas para fragilizar os estudos do patrimônio arqueológico, histórico e cultural, restringindo a atuação do IPHAN em estudos de licenciamento.

Vale citar a Proposta de Emenda à Constituição 654/2015 (BRASIL, 2015c), aprovada na comissão especial do Senado (faltando ser votada no plenário da Câmara), que cria o licenciamento ambiental especial com procedimentos administrativos específicos para estudos de licenciamento tidos como "estratégicos" de interesse nacional, não deixando clara a garantia de que o IPHAN participará desse processo.

Essa conjuntura política nos coloca em alerta para o risco cultural a que o patrimônio arqueológico está submetido. Visto que atualmente mais de 95% dos estudos do patrimônio arqueológico, histórico e cultural no Brasil são advindos do licenciamento cultural.

No primeiro Fórum da Sociedade de Arqueologia Brasileira sobre Arqueologia Preventiva, sediado na Universidade Estadual do Rio de Janeiro em junho de 2016, representantes do IPHAN alertam para tais riscos. Entre outros, destacaram a proposta da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente para alterar a Resolução Conselho Nacional do Meio Ambiente 01/89 e 237, onde não há sequer menção ao aspecto cultural no licenciamento (STANCHI, 2016).

Desse ponto de vista, se tais medidas forem aprovadas, pode-se inferir que se configurarão por um grande retrocesso aos esforços empreendidos nas políticas culturais implantadas no Brasil, no que concerne à preservação e perpetuação da memória nacional, com consequências mundiais, ferindo acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário.

DESAFIOS DA GESTÃO INTEGRADA DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO

A crescente demanda dos projetos provenientes do licenciamento cultural (no âmbito do licenciamento ambiental) acarretou uma grande preocupação dos cientistas e órgãos de preservação, especialmente quando acontecem de forma assimétrica com as comunidades. O intento alerta para a necessidade de implantação de um sistema de gestão eficaz e integrado (entre empreendedores, cientistas e comunidades locais) que vise à mitigação dos riscos culturais[1].

A Gestão Integrada, aqui ilustrada, configura-se como um instrumento de curadoria, salvaguarda e fruição (no presente e futuro) em sinergia com a sociedade. Tal embasamento se constitui, ainda, como um novo desafio à sociedade moderna, uma vez que sugere num processo administrativo que inclui planejamento, organização, monitoramento e controle de qualidade (CUNHA FILHO, 2002).

Campos (2015, p.4) destaca que essa necessidade é decorrente de três fatores básicos:

> [...] a compreensão do dever ético de conservação, especialmente evidenciado pela acelerada destruição de vestígios arqueológicos após a Segunda Guerra Mundial; o reconhecimento da importância da Arqueologia no quadro econômico global, na sua relação com o turismo e; o reconhecimento da importância da Arqueologia para a estruturação da identidade das distintas comunidades.

Para Oosterbeek (2013a, 2013b) uma gestão integrada deve propor uma metodologia que envolva todos nas transformações do território e na construção de cenários de futuro, promovendo escolhas participativas e conscientes. Para o autor, o diálogo e o intercâmbio de experiências é necessário para que não haja prejudicados e excluídos dos processos de mudanças. A ideia é trazer o olhar cultural para discutir a implementação de políticas, visto que a cultura está na paisagem, nas práticas, nos objetos e nos valores de

cada sociedade. Por isso, uma gestão integrada prevê a participação da comunidade como fator fundamental para sua fruição.

O planejamento e ordenamento dos estudos no licenciamento cultural no escopo da gestão integrada é um desafio, mas igualmente surge como uma oportunidade de integrar os estudos arqueológicos numa agenda de governança convergente com as peculiaridades (locais e regionais) visando à preservação, fruição e perpetuação do patrimônio cultural brasileiro.

Dito isso, é inegável reconhecermos os esforços empreendidos no Brasil para uma política de preservação eficaz do patrimônio arqueológico. E essa melhoria é decorrência:

I. Da legislação brasileira de proteção do patrimônio arqueológico;

II. Do comprometimento do IPHAN em abrir essa arena à participação ativa da sociedade (ouvindo as vozes subalternas); fiscalizando com rigor os projetos e os acervos arqueológicos resgatados; a efetivação de controle de qualidade e monitoramento por meio de avaliações sistemáticas[2], entre outros;

III. Das convenções internacionais com suas agendas convergentes em prol da preservação e participação colaborativa da sociedade;

IV. Da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB), que vem propondo congressos com temáticas em que o protagonismo das comunidades é analisado neste âmbito; do seu novo código de ética que prisma pela participação e anuência das comunidades; dos acalorados debates em torno da arqueologia preventiva;

V. Dos cientistas que perceberam a preponderância do papel social da arqueologia;

VI. Do avanço de plataformas online de comunicação (tecnologia da informação), que promove em tempo real o diálogo entre profissionais e sociedade. Estamos vivendo em uma época em que o compartilhamento pelos meios digitais é fundamental para ampliar o acesso a informações culturais e integração com as comunidades;

VII. Da criação de coletivos (de estudantes, de comunidades, dos movimentos sociais) em defesa da preservação, da identidade e tradição cultural;

Todo esse arcabouço tem exigido dos projetos de arqueologia uma maior ênfase nas questões da exacerbação do conhecimento científico adquirido nos diversos empreendimentos, onde a tríade "pesquisa, proteção e preservação", aliada à gestão integrada, seja contemplada, fornecendo assim reais retornos à sociedade.

Schofield (2010) lança luz sobre essa discussão dizendo que a arqueologia representa uma oportunidade para explorar e compreender o passado e o presente através de seus vestígios materiais, em benefício da sociedade, agora e no futuro. Deve haver sempre a oportunidade e a responsabilidade de refletir sobre o papel e a relevância da arqueologia para a sociedade.

Há de se admitir que sejam feitas críticas severas no que concerne ao licenciamento cultural no âmbito do licenciamento ambiental. Todavia, não se pode negar que esses programas trouxeram a oportunidade de preservação, fomento e disseminação do

patrimônio arqueológico, como: a construção de centros de pesquisa, exposições museais a céu aberto, laboratórios, programas de socialização e integração do conhecimento, o que outrora era praticamente impossível, tendo em vista que os recursos disponíveis para pesquisas acadêmicas no Brasil sempre foram irrisórios. Trouxe ainda a oportunidade de um aprofundamento científico metodológico da disciplina arqueológica.

Esses programas mostram que há uma enorme riqueza arqueológica e cultural sendo descoberta e documentada em pouco tempo, tornando necessário que o país se reestruture para implantar medidas cada vez mais eficazes de proteção do acervo patrimonial brasileiro por meio de metodologias rigorosas, tecnologias avançadas, gestão eficaz, necessitando ainda da formação de profissionais multidisciplinares para atuarem em projetos complexos e, principalmente, no envolvimento simétrico e integrado com as comunidades que vivem nos locais de estudos pesquisados (RODRIGUES, 2016).

Igualmente, dentro desse cerne, Rodrigues (2016, p.27) completa que:

> Esta realidade nos coloca a oportunidade de olhar de forma integrada as questões culturais, ambientais e socioeconômicas, articulando os direitos do passado (memória) com os direitos do futuro (expectativa de melhoria). Neste difícil equilíbrio, entre interesses de comunidades locais e supralocais, é fundamental assegurar as tradições com tudo o que elas comportam, especialmente o seu dinamismo e a sua capacidade de adaptação aos contextos, que são marca distintiva das culturas humanas.

O desenvolvimento de programas de pesquisa dentro da abordagem aqui elencada (Arqueologia e Gestão Integrada) constitui ainda um desafio metodológico, especialmente na aplicação destes conceitos junto às comunidades envolvidas. Portanto, todo o design de uma gestão integrada deve estar amparado pela prática colaborativa, assumindo que a pesquisa deve beneficiar a sociedade e fornecer ferramentas à sua democratização. Assim, garante-se às comunidades envolvidas no processo de produção de conhecimento a construção simultânea de competências dentro de suas comunidades (RODRIGUES, 2016).

Para materializar esses princípios em ações concretas, várias iniciativas devem ser desenvolvidas, analisando caso a caso, em consonância com distintas instâncias governamentais e demais organizações de fomento ao patrimônio cultural a nível local, regional e nacional — incluindo ações de turismo cultural, gestão patrimonial, ações educacionais e políticas culturais voltadas para os acervos arqueológicos, entre tantos outros.

PATRIMÔNIO E GESTÃO AMBIENTAL: UM DESAFIO COMPARTILHADO

O estudo de caso brasileiro, esboçado neste artigo, adquire sentido mais amplo no contexto ibero-americano. O tema ambiental é recente em todo o mundo, sendo o resultado, em grande parte, da maior participação das pessoas na gestão da sociedade. Isso foi gradativo, com o crescimento dos movimentos ambientalistas desde a década de 1960

e com um acentuar-se nas décadas sucessivas. Isso foi mais precoce nas democracias consolidadas, por motivos óbvios: apenas a liberdade de manifestação permite a luta pela diversidade social ou ambiental. Regimes autoritários dificultaram tais movimentos no contexto ibero-americano, dominado, em grande parte, por sistemas fechados de partido único, culto à personalidade e respeito à *outrance,* à autoridade. O tema ambiental, e consequente legislação de proteção, tardaram mais a desenvolver-se no mundo ibero-americano, no geral, sendo resultado do ocaso da Guerra Fria e da luta dos povos pelo respeito à diversidade.

O caso brasileiro é significativo a diversos títulos, a começar pela relação entre liberdade e busca pelo respeito à diversidade social e ambiental. A melhoria do nível de vida das pessoas constitui um objetivo compartilhado na modernidade, aproximando esquerda e direita, liberais e conservadores, de modo que os desenvolvimentos econômico e social aparecem interligados e necessários. Isso constitui um desafio particular para a valorização da diversidade social e ambiental, pois o progresso material inexorável parece dever prevalecer sobre a diversidade humana e natural. Os avanços nas últimas décadas têm sido notáveis, como notamos no artigo, mas os desafios não são menores. A cada instante, ressurgem e revigoram-se as forças que menosprezam a diversidade social e ambiental. Cabe ficar atentos e lutar pela diversidade como valor, sem o que ficaremos reduzidos a observadores de uma destruição social e ambiental.

NOTAS

1. A falta de engajamento e diplomacia cultural com as comunidades, deixando de obter a anuência dessas para o desenvolvimento das pesquisas em seus territórios, restringindo a sua colaboração, é um forte risco cultural, principalmente quando se trata de comunidades tradicionais, que mantêm uma forte relação afetiva e social com o território.

2. No último seminário sobre a trajetória da Lei nº 3.924/61 (Lei da Arqueologia), que completava 55 anos, o IPHAN apresentou um balanço de todas as pesquisas arqueológicas realizadas no Brasil, abrindo um debate sobre a política para o futuro da preservação do patrimônio arqueológico no Brasil (INSTITUTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2016).

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a diversos colegas, que contribuíram de diferentes maneiras, para que este artigo fosse escrito: Margarita Díaz-Andreu, Lúcio Menezes Ferreira, Luiz Oosterbeek, Irina Podgorny e Erika Robrahn-González. Mencionamos, ainda, o apoio institucional da Universidade do Extremo Sul Catarinense e da Universidade Estadual de Campinas, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. A responsabilidade pelas ideias restringe-se aos autores.

REFERÊNCIAS

BOKOVA, I. *Prefácio*: re/pensar as políticas culturais: 10 anos de promoção da diversidade das expressões culturais para o desenvolvimento. Paris: Unesco, 2016. (Relatório Global da Convenção 2015). Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0024/002430/ 243029por.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2016.

BRASIL. Decreto nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organização e proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, Seção 1, 6 dez. 1937. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_no_25_de_30_de_novembro _de_1937.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2016.

BRASIL. Lei 3.924, de 26 de junho de 1961. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, 26 jul. 1961. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1950-1969/L3924.htm>. Acesso em: 10 jun. 2016.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília: Senado Federal, 1988a.

BRASIL. Portaria nº 7, de 01 de dezembro de 1988. *Diário Oficial da União*, Brasília, 15 dez. 1988b. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Portaria_Sphan_07_1988.pdf>. Acesso em: 25 mai. 2017.

BRASIL. Portaria nº 262, de 14 de agosto de 1992. *Diário Oficial da União*, Brasília, 19 de jan. 1994. Seção 1. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Portaria_n_262_de_14_de_agosto_de_1992.pdf>. Acesso em: 25 mai. 2017.

BRASIL. Portaria 230, de 17 de dezembro de 2002. *Diário Oficial da União*. Brasília, 18 de dez. 2002. Disponível em: <file:///C:/Users/Arqueologia/Downloads/Portaria%20IPHAN%20230%20de%202002%20(3).pdf>. Acesso em: 25 mai. 2017.

BRASIL. Portaria nº 108/DPC, de 16 de dezembro de 2003. Ministério da Defesa — Comenda da Marinha. *Marinha do Brasil*, São Paulo, 16 dez. 2003. Disponível em: <https://www.dpc.mar.mil.br/sites/default/files/portaria10803.pdf >. Acesso em: 25 mai. 2017.

BRASIL. Instrução Normativa nº 1, de 25 de março de 2015. Estabelece Procedimentos Administrativos a Serem Observados Pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nos Processos de Licenciamento Ambiental dos Quais Participe. *Diário Oficial da União*. Brasília, 26 mar. 2015a. Seção 1. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/ Instrucao_normativa_01_2015.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2016.

BRASIL. Portaria Interministerial nº 60, de 24 de março de 2015. Estabelece procedimentos administrativos que disciplinam a atuação dos órgãos e entidades da administração pública federal em processos de licenciamento ambiental de competência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA. *Diário Oficial da União*. Brasília, 26 mar. 2015b. Seção 1. Disponível em: <https://arqueologiaeprehistoria.files.wordpress.com/2015 /03/portaria-interministerial-nc2ba-60-2015.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2016.

BRASIL. Projeto de Lei do Senado nº 654, de 2015. *Senado Federal*, Brasília, 2015c. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/123372>. Acesso em: 25 maio 2017.

CAMPOS, J.B. *Arqueologia entre rios e a gestão integrada do território no extremo sul de Santa Catarina — Brasil*. 2015. 238f. Tese (Doutorado em Quaternário Materiais e Cultura) — Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real (Portugal), 2015.

CARTA de restauro. Belo Horizonte: IPHAN, 1972. Disponível em: < http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20do%20Restauro%201972.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2016.

CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS. *Carta de Atenas*. Belo Horizonte: IPHAN, 1933. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201933.pdf>. Acesso em: 4 ago. 2016.

CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS. *Carta de Veneza*. Belo Horizonte: IPHAN, 1964. Disponível em: < http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2016.

CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS. *Carta de turismo cultural*. Belo Horizonte: IPHAN, 1976. Disponível em: < http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Turismo%20Cultural%201976.pdf >. Acesso em: 16 jul. 2016.

CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS. *Carta de Washington*. Belo Horizonte: IPHAN, 1987. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/207951007/TCC-Conservacao-Arqueologica#scribd>. Acesso em: 16 jul. 2016.

CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS. *Carta de Lausanne*: *carta para a proteção e a gestão do patrimônio arqueológico.* Belo Horizonte: IPHAN, 1990. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Lausanne%201990.pdf>. Acesso em: 4 ago. 2016.

CUNHA FILHO, F.H. *Teoria e Prática da Gestão Cultural*. Universidade de Fortaleza: Fortaleza, 2002.

CURY, I. (Ed.). *Cartas patrimoniais*. 3. ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

DECLARAÇÃO de Amsterdã. Belo Horizonte: IPHAN, 1975. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20de%20Amsterda%CC%83%201975.pdf>. Acesso em: 26 out. 2016.

DÍAZ-ANDREU, M.A. *World History of 19^{thc}*. Oxford: Oxford University Press, 2008. (Archaeology).

FABIÃO, C. *História da arqueologia portuguesa*: das origens à descoberta da arte de Coa. Lisboa, CTI, 2011.

FERREIRA, L.M. *Território primitivo*: a institucionalização da arqueologia no Brasil *(1870-1917)*. Porto Alegre: EDIPUCSRS, 2010.

FUNARI, P.P.A. Paulo Duarte e o Instituto de Pré-História. *Idéias*, v.1, n.1, p.155-179, 1994.

FUNARI, P.P.A.; PELEGRINI, S. *Patrimônio histórico e cultural, terceira reimpressão*. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014. v.1.

HALRIK, C. O Oceano azul do gerenciamento de projetos: soluções socioambientais no Brasil. *Revista Mundopm*, v.52, p.52-58, 2013.

INSTITUTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Política para o futuro da preservação do patrimônio arqueológico brasileiro*: *seminário sobre a trajetória da Lei nº 3.924/61*. Brasília: IPHAN, 2016.

MARÉS, C. As novas questões jurídicas nas relações dos Estados nacionais com os índios. In: LIMA, A.C.S.; HOFFMANN, M.B. *Para além da tutela*: bases para uma nova política indigenista III. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/LACED, 2002.

OOSTERBEEK, L.M. Arqueologia atravessando o atlântico: projeto porto seguro: jornadas de arqueologia Ibero-americana. *ARKEOS*, v.28, p.9-16, 2010.

OOSTERBEEK, L.M. Direito ambiental ou direito ao ambiente? Uma perspectiva de gestão integrada do território. In: ROSSI, F.F.; DELFINO, L. (Ed.). *Aspectos controvertidos do direito ambiental:* tutela material e tutela processual. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2013a, p.14026-14037.

OOSTERBEEK, L.M. Do patrimônio ao território: um novo contexto para a arqueologia. *ARKEOS, Tomar*, v.34, p.23-32, 2013b.

PODGORNY, I. *Arqueología de la educación*: textos, indícios, monumentos. Buenos Aires: Sociedad Antropológica Argentina, 1999.

RECOMENDAÇÃO de Paris. Belo Horizonte: IPHAN, 1972. Disponível em: < http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Paris%201972.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2016.

RECOMENDAÇÃO de Paris. Belo Horizonte: IPHAN, 1989. Disponível em: < http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20Paris%201989.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2016.

RIBEIRO, M. A. *Ecologizar*: pensando o ambiente humano. Belo Horizonte: Rona Editora, 2000.

ROBRAHN-GONZÁLEZ, E.M. *Arqueologia e sociedade*. 2004. Tese (Livre-Docência) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

RODRIGUES, M.H.S.G. *A Arqueologia colaborativa no tratamento de acervos patrimoniais para a sustentabilidade cultural das comunidades no Brasil*: teoria e estudos de caso. 2016. 396f. Tese (Doutorado em Quaternário, Materiais e Cultura) — Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal, 2016.

SALADINO, A.; COSTA, C. E agora José? Reflexões sobre o estado da arte do patrimônio arqueológico no Brasil. In: CAMPOS, J.B.; PREVE, D.R.; SOUZA, I.F. *Patrimônio Cultural, direito e meio ambiente:* um debate sobre a globalização, cidadania e sustentabilidade. Curitiba: Multideia, 2015, p.169-190.

SCHOFIELD, J. Archeology and contemporary society: introduction. *World Archaeology*, v.34, n.2, p.325-327, 2010.

STANCHI, R.P. Licenciamento Ambiental no IPHAN. In: FÓRUM DE ARQUEOLOGIA DA SAB: ARQUEOLOGIA PREVENTIVA NO BRASIL, PROBLEMAS E PERSPECTIVAS. 1., 2016, Rio de Janeiro. *Palestra*... Rio de Janeiro: UERJ, Rio de Janeiro, 2016.

JULIANO BITENCOURT CAMPOS | Universidade do Extremo Sul Catarinense | Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais | Laboratório de Arqueologia Pedro Ignácio Schmitz | Rod. Governador Jorge Lacerda, km 4,5, Sangão, 88807-400, Criciúma, SC, Brasil | Correspondência para/*Correspondence to*: J.B. CAMPOS | *E-mail*: <jbi@unesc.net>.

MARIAN HELEN DA SILVA GOMES RODRIGUES | Instituto Olho D'Água | Núcleo de Sustentabilidade em Acervos e Educação Patrimonial do Grupo Documento | Coronel José Dias, PI, Brasil.

PEDRO PAULO ABREU FUNARI | Universidade Estadual de Campinas | Instituto de Filosofia e Ciências Humanas | Departamento de História | Campinas, SP, Brasil.

Recebido em 24/1/2017, reapresentado em 17/4/2017 e aprovado em 2/5/2017.

PATRIMÔNIO, ESPAÇO URBANO E QUALIDADE DE VIDA: UMA ANTIGA BUSCA

HERITAGE, URBAN SPACE AND QUALITY OF LIFE: AN ANCIENT QUEST | PATRIMONIO, ESPACIO URBANO Y CALIDAD DE VIDA: UNA ANTIGUA BÚSQUEDA

MARLY RODRIGUES, ANDRÉA DE OLIVEIRA TOURINHO

RESUMO

Na década de 1970, as políticas federais voltadas à preservação das cidades históricas passaram a considerar as relações existentes entre patrimônio cultural, espaço urbano e qualidade de vida. Surge assim, no âmbito do planejamento territorial e econômico no Brasil, o conceito de patrimônio ambiental urbano, cuja genealogia, objeto deste artigo, pode contribuir na busca do aperfeiçoamento das políticas públicas de preservação das cidades brasileiras.

PALAVRAS-CHAVE: Ambiente urbano. Brasil. Cidades históricas. Patrimônio cultural. Políticas urbanas.

ABSTRACT

In the 1970s, federal policies that aimed for the conservation of Brazilian historical cities started to consider the existing relations between cultural heritage, urban space and quality of life. Therefore, within the Brazilian territorial and economic planning, the concept of urban environmental heritage arises, which genealogy, subject to this article, may contribute to the quest for an improvement of the public policies of conservation of the Brazilian cities.

KEYWORDS: *Urban environment. Brazil. Historical cities. Cultural heritage. Urban policies.*

RESUMEN

En la década de 1970, las políticas federales que apuntaban a la conservación de las ciudades históricas brasileñas comenzaron a considerar las relaciones existentes entre el patrimonio cultural, el espacio urbano y la calidad de vida. Así surge, dentro de la planificación territorial y económica brasileña, el concepto de patrimonio ambiental urbano, cuya genealogía, que es objeto de este artículo, puede contribuir a la búsqueda de una mejora en las políticas públicas de conservación de las ciudades brasileñas.

PALABRAS CLAVE: *Ambiente urbano. Brasil. Ciudades históricas. Patrimonio cultural. Políticas urbanas.*

INTRODUÇÃO

Em "História da arte como história da cidade", Argan (2005) observa que os projetos de cidade do futuro, isto é, de cidades tecnológicas, evitam o nível natural do terreno e a precipitam nas entranhas da terra ou nas alturas vertiginosas, como se ela fosse suspensa no ar. E lembra que o nível do terreno "sempre teve uma importância fundamental na concepção humana do espaço", uma vez que distingue e "põe em relação o que está em cima com o que está em baixo da terra, a vida, o mundo das origens e dos motivos profundos, as raízes do ser e o mundo dos fins, dos êxitos espirituais" (ARGAN, 2005, p.215)[1].

A eliminação deste plano, continua Argan (2005, p.215), "esvazia de qualquer significado o que se chama horizonte". As observações de Argan (2005) incitam reflexões sobre o lugar do patrimônio cultural nas cidades ainda não "suspensas no ar" e alertam para a necessidade de revermos as formas de preservação visando a qualidade de vida nas cidades e metrópoles de hoje, para que os horizontes, reais ou simbólicos, não se percam completamente.

ESTAR NAS CIDADES...

A preocupação com a cidade do futuro, a partir da década de 1960, adquire novos contornos, devido ao desmedido crescimento metropolitano, à emergência da problemática ambiental e à consolidação de uma dimensão urbana fragmentada e policêntrica, muito distante de uma espacialidade tradicional, vinculada ao período pré-industrial.

Como conceito, a metrópole é uma criação abstrata que inclui o adensamento populacional, espacial e cultural das cidades; expressa uma construção social, histórica, que caracteriza o mundo contemporâneo.

A criação e reprodução das imagens representativas da vida nas metrópoles se relacionam a processos culturais próprios e carregam as marcas constitutivas de uma dada sociedade. Essas particularidades vêm enfrentando tensões decorrentes de concepções de cidade que tendem a padronizá-las, tornando-as "neutras" e mundialmente consumíveis, o que afeta grandemente a possibilidade de apreensão das complexas relações que a constituem como artefato cultural e a apropriação de espaços coletivos por seus usuários.

No contínuo processo social de significação e apropriação dos espaços urbanos e das imagens de cidades e metrópoles se inclui a preservação de "lugares de memória", isto é, de referências materiais pretéritas contidas no território urbano. Na cidade do futuro, de acordo com Argan (2005, p.215), esses lugares parecem se esvair no ar ou, no mínimo, perdem sua importância para a percepção do "mundo das origens [...] dos êxitos espirituais".

Ao se referir às transformações contemporâneas de tempo e espaço, guias entre as quais se constroem as sociedades, Virilio (1991) observa que a aceleração tecnológica torna o tempo, cada vez mais, um efeito da duração técnica, desprovido de memória coletiva; isso impõe um presente permanente e destrói os antigos ritmos do homem e da

sociedade. A reestruturação industrial resultante do emprego de tecnologias avançadas na produção expande seus efeitos para o urbano, por exemplo, ao mudar os parâmetros de uso dos espaços de trabalho. Em consequência, edificações de grande porte caem em desuso e sua substituição cria novas paisagens.

As dimensões do espaço, continua Virilio, se tornaram inseparáveis da velocidade de transmissão de informações, o que rompe percepções da unidade tempo/lugar, fator que, entre outros aspectos, impacta as representações urbanas, como as relativas aos centros históricos, por exemplo. O tempo da longa duração histórica é, assim, cada vez menos identificado com o lugar "centro da cidade", mas, apenas com alguns de seus monumentos, o que vai ao encontro de uma concepção atual bastante pragmática: a cidade como um espaço de fins utilitários, de produção e lucro, no qual as ruas servem para desafogar o tráfego e as áreas de importância histórica para serem consumidas como mercadorias.

Nesta perspectiva, a cidade não é mais dos cidadãos e, portanto, perdeu o sentido de lugar público propício à convivência e à sociabilidade. Ganharam realce espaços padronizados, despersonalizados, expressão de um tempo determinado pela tecnologia que se impõe diante de outros, anteriores, de há muito inscritos no território. No dizer de Guattari (1985), o ponto de vista desencantou as relações urbanas e tornou liso o território.

Nos últimos anos, porém, um campo de tensão contrário à ideia utilitária de cidade vem aflorando e se mostra promissor no sentido da retomada da cidade pelos e para os cidadãos, por meio de uma, por assim dizer, pausa na aceleração do tempo e um intervalo no uso pragmático dos espaços. Ao mesmo tempo se valoriza a construção da memória, das experiências singulares vividas coletivamente, muitas vezes decorrentes de antigas práticas sociais.

Em São Paulo, não há muito, se assiste a retomada de espaços públicos antes voltados apenas para o carro; por algumas horas eles se tornam receptíveis à sociabilidade propiciando encontros espontâneos e convivências, como na Avenida Paulista, aos domingos, e no viaduto denominado Minhocão, à noite e aos finais de semana, abertos apenas ao uso de pedestres e ciclistas criando a oportunidade de vida urbana temporariamente esquecida da velocidade. Isso oferece condições de fruição de uma paisagem composta de diferentes signos de memórias, da transformação como fator inerente ao processo social, enfim, da cidade como um artefato cultural coletivo, cujo sentido implica a coexistência entre manifestações da cultura material passada e presente. E, ainda que temporariamente, reconstruir o tempo como dimensão humana, resignificar as relações cotidianas e rever as imagens mentais da cidade.

Como fica evidente, a melhoria da qualidade de vida urbana vincula-se, de forma crescente, às condições do espaço público, de maneira a permitir maior sociabilidade e convívio social, o que propicia uma melhor relação das pessoas com o meio ambiente urbano. Santos (2011), ao analisar as várias definições de qualidade de vida, em discussão nas últimas décadas, ressalta a evolução do conceito de saúde cujo enfoque

passa "do indivíduo para a sociedade, e do reconhecimento da crescente importância da cidade como espaço coletivo, onde múltiplos factores determinantes para a saúde convergem e se inter-relacionam (p.26)". Entre esses fatores, Santos (2011, p.12) cita o geógrafo Jarochowska, para quem "quanto maior o grupo de indivíduos satisfeitos com o seu meio ambiente, mais fortes são os laços entre os membros do grupo e melhor será a sua qualidade de vida".

Esta tendência traduz a própria definição de qualidade de vida adotada, na década de 1990, pela Organização Mundial da Saúde, que a definiu como "a percepção do indivíduo de sua posição na vida no contexto da cultura e sistema de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objectivos [*sic*], expectativas, padrões e preocupações" (SEIDL & ZANNON, 2004, p.583).

A melhoria das condições de qualidade de vida nas cidades brasileiras foi um dos fundamentos do conceito "patrimônio ambiental urbano", surgido na década de 1970 e então presente na pauta de planejadores e preservacionistas, ainda que tivesse sido mais evocado do que propriamente aplicado. O presente texto se refere a uma parte de pesquisa, ainda em desenvolvimento, por meio da qual se busca apontar a genealogia desse conceito e, considerando-se as atuais discussões sobre a melhoria da qualidade de vida urbana, refletir quanto à adequação de sua retomada e efetiva aplicação pelos órgãos de planejamento urbano e de preservação do patrimônio cultural.

NOVAS CONCEPÇÕES

A partir da Segunda Guerra Mundial, ampliaram-se as teorias urbanísticas e a discussão internacional sobre as questões de proteção a bens culturais. Desde o final da década de 1940 foram criados organismos internacionais voltados à preservação de bens culturais e se estabeleceu a prática de realização de encontros dos quais resultaram cartas e recomendações que acabaram por traçar conceitos e valores universais a serem observados; também foi dedicada especial atenção à especialização profissional[2].

Ampliou-se ainda a noção de monumento e valorizou-se o meio ambiente como parte integrante da preservação cultural e da qualidade de vida[3]; a própria noção de ambiente passou a relacionar-se também com as questões culturais (TOURINHO & RODRIGUES, 2016)[4]. Jokilehto (1986) aponta que, embora não incluídas na Carta de Veneza (1964) documento final do II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2000), foram inúmeras as manifestações relativas aos perigos causados pela aceleração do desenvolvimento urbano sobre os bens culturais e a falta de sensibilidade dos planejadores para esse aspecto.

Em 1964, também se iniciou uma experiência de grande repercussão nas práticas europeias de preservação, a recuperação do Centro Histórico de Bolonha. A cidade foi laboratório de uma concepção que uniu a proteção ao patrimônio e o pla-

nejamento à solução de demandas sociais, procurando-se manter práticas sociais próprias da área abrangida.

Desde então continuadamente amadurecida, essa concepção está presente nos documentos finais da reunião do Conselho da Europa, ocorrida em 1975, em Amsterdã, como 'conservação integrada', que propõe um tratamento conjunto do patrimônio e do planejamento territorial[5]. Starling (2011) observa a importância dos marcos legais nesse processo, destacando o pioneirismo da Lei Malraux, estabelecida na França, em 1961; por meio dela foi possível legitimar a preservação de 'áreas de interesse de conservação'.

A Declaração que chama a atenção para a necessidade da preservação do patrimônio ser o "objetivo maior do planejamento de áreas urbanas e do planejamento físico-territorial" (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2000, p.200), o que inclui a absorção das exigências de conservação de bens culturais pelo planejamento regional e o diálogo permanente entre conservadores e planejadores. Refere-se também à necessidade dos urbanistas reconhecerem "que os espaços não são equivalentes" e, portanto, devem ser tratados em suas especificidades, ao mesmo tempo em que "os valores estéticos e culturais do patrimônio arquitetônico" deveriam conduzir "à fixação dos objetivos e das regras particulares de organização dos conjuntos antigos" (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2000, p.202).

Esse documento pode ser tomado como um chamado mundial à revisão das práticas de proteção e preservação do patrimônio que haviam resultado em reificações. Era necessário recolocar os diversos grupos sociais como beneficiários da preservação cultural e o presente como tempo nela representado a partir da ideia de integração do passado à dinâmica social, o que implica considerar a destinação de uso, adaptar aspectos legislativos e administrativos, e adotar medidas financeiras apropriadas. Em suma, preconizava-se a construção de uma política de preservação voltada para a solução de problemas locais, de ordem social, como o da habitação, de acordo com culturas particulares e com as precauções necessárias à manutenção de antigos moradores nos espaços urbanos valorizados pela ação do Estado, evitando-se a gentrificação. E, do ponto de vista da representação histórica, reforçar a ideia da sociedade como uma construção coletiva.

UM CONTEXTO PARTICULAR, O BRASIL NA DÉCADA DE 1970

No Brasil, desde 1964, com a instalação dos governos militares, ganhou força a ideia do planejamento como ação técnica e como instrumento de desenvolvimento e de apoio à segurança nacional. Essa perspectiva foi ampliada a partir do I Plano Nacional de Desenvolvimento, de 1971, e se firmou no ano seguinte quando criado o Sistema Federal de Planejamento que garantiu uma reforma administrativa de porte no governo federal[6].

Em 1974, sob forte crise econômica, foi aprovado o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) que, aplicado entre 1975 e 1979, propunha a integração entre planejamento e políticas de desenvolvimento econômico e social. Formulada no âmbito

do II PND, a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU), responsável pela ordenação do crescimento das cidades, ensejaria a aproximação entre planejamento e preservação do patrimônio cultural, visando o aproveitamento da potencialidade desse último por meio do uso turístico[7].

Corrêa (2012) aponta que a PNDU abordou a questão urbana e ambiental, esta não apenas do ponto de vista do controle da poluição, mas, também, como valorização dos recursos naturais que, assim como as cidades históricas, faziam parte do patrimônio cultural e do desenvolvimento.

Observando a disparidade de recursos e equipamentos regionais em uma mesma região, a PNDU propôs a divisão do país em áreas com similitude de situação, a partir do que se criaram estratégias regionais para a reorganização urbana e territorial, com programas integrados, a serem desenvolvidos por diversos setores da administração federal (CORRÊA, 2012).

Para a região Nordeste, o desenvolvimento turístico se tornaria prioridade, tendo em vista a potencialidade econômica dos bens de valor histórico e das belezas naturais, prevendo-se a ordenação da beleza paisagística da orla marítima, com a preservação do patrimônio histórico (CORRÊA, 2012)[8].

Desde 1967, contudo, quando promovida pela Organização dos Estados Americanos, se realizara em Quito uma reunião sobre a conservação de monumentos e sítios de interesse histórico e artístico, esses passaram a ser vistos como 'suscetíveis de constituir-se em instrumentos do progresso' a partir de finalidades turísticas. Segundo o documento final do encontro, conhecido como Normas de Quito, "a valorização de um monumento exerceria uma benéfica ação reflexa sobre o perímetro urbano em que se encontra implantado" e contribuiria para "afirmar a consciência de sua importância e significação nacional" (NORMAS DE QUITO, 1967 *apud* INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2000, p.112). Observavam também que os projetos de valorização do patrimônio monumental deveriam ser integrados ao plano de desenvolvimento nacional, contar com legislação adequada e serem levados a efeito no quadro de uma ação planificada, em cooperação com interesses privados e com o respaldo da opinião pública.

Esses fatores foram considerados na ação desenvolvida no Nordeste entre 1973 e 1987, por meio do Programa de Cidades Históricas (PCH), no qual também se refletiram as conclusões dos encontros nacionais de governadores, secretários de estado e prefeitos realizados em Brasília em 1970 e Salvador em 1971, relativos à defesa do patrimônio, destacando-se: compartilhamento da responsabilidade de proteção do patrimônio entre o governo federal, os estados e municípios, mantendo-se a orientação técnica do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em todas essas ações e, no que tange à proteção da natureza, em articulação com o antigo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal. Recomendava-se também a implantação de cursos para a formação de profissionais da área e a elaboração de legislação específica dos órgãos locais[9].

A relação entre planejamento urbano e proteção ao patrimônio cultural, e entre este e o turismo, foi enfatizada no Compromisso de Salvador, cuja recomendação final reforçaria o papel do IPHAN e dos órgãos locais na orientação de planos diretores municipais e projetos de obras públicas e particulares em áreas de interesse de bens culturais e naturais; e indicava a colaboração de órgãos responsáveis pelo planejamento do turismo na valorização, utilização e divulgação dos bens culturais e naturais (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2000)[10].

Na década de 1970, importantes documentos que discutiam a proteção do patrimônio cultural já destacam a ampliação conceitual e de ações, que incluem o ambiente urbano, a natureza e a construção da memória da sociedade. Indicam, também, a sua inserção no quadro da indústria cultural e nas relações de mercado, tornando-o assim produto de consumo.

Essa perspectiva parece haver sido reforçada após 1972, quando da criação da categoria "patrimônio mundial" na Conferência Geral da *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO) realizada em Paris (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2000). Embora a intenção fosse ampliar as condições de proteção aos bens culturais e naturais, vistos como cada vez mais ameaçados pela mudança de formas de vida e pela insuficiência de recursos econômicos, científicos e técnicos das nações, a nova categoria também reforçou a ideia de patrimônio como objeto isolado das condições de vida e da qualidade urbana. Um patrimônio para ser apreciado e fruído por seus atributos estéticos ou paisagísticos, não obstante o Art. 5º do documento final da Conferência reforce a importância de políticas nacionais darem ao patrimônio "uma função na vida da coletividade" e a proteção "nos programas de planejamento geral" (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2000, p.180).

Os contextos internacional e nacional apontavam para a reformulação da condução da política de proteção do patrimônio, em espacial a de gestão. Nesse quadro também se colocou a ampliação das ações do IPHAN[11] que, desde a década de 1960 estabelecera relações de cooperação técnica com a UNESCO, cujas missões, entre outros aspectos, resultaram em planos para as cidades históricas de Parati, Ouro Preto e para o Pelourinho (Salvador). Em 1967, no relatório final de sua visita ao Brasil, um dos representantes da UNESCO, Michel Parent, enfatizou a conservação dos bens artísticos e do patrimônio natural "por meio de sua integração nos projetos de desenvolvimento do país" (LEAL, 2008, 42). E, também, chamou a atenção para a importância da estrutura a ser oferecida aos visitantes no caso do aproveitamento turístico dos bens culturais e naturais no país; a ampliação das ligações terrestres, aéreas e marítimas; a melhoria da infraestrutura das cidades históricas; a hotelaria e habitação; e as atividades culturais complementares (LEAL, 2008).

Desde então, os riscos da adoção de políticas de turismo eram conhecidos, assim como os da gentrificação das áreas revitalizadas, também apontado por Parent (LEAL, 2008), mas não impediu o desenvolvimento do PCH, articulado em 1973 e até 1979 sob coordenação da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, que procurou tornar o patrimônio cultural uma alavanca para o desenvolvimento regional, aliando-o à política urbana, cujas bases haviam sido definidas na PNDU. Inicialmente voltado para a região Nordeste do país, o Programa visava também formar profissionais de conservação e restauro e gerar empregos[12].

A ORIGEM DE UM CONCEITO

Segundo Corrêa (2012), o Programa de Cidades Históricas desenvolvido entre 1973 e 1987 foi o primeiro programa federal que investiu recursos para a recuperação do patrimônio cultural urbano. Em relatório de atividades de 1975, a Delegacia Regional da Secretaria de Planejamento da Presidência da Republica (SEPLAN-PR), situada em Recife e responsável pela coordenação do PCH no Nordeste refere-se a:

> Projetos de Valorização Ambiental Urbana, onde estejam alinhadas obras de conservação ou restauração, de pavimentação e iluminação adequadas, desde que a área esteja protegida por lei federal, estadual ou municipal específica a sua preservação e que o Estado ou o Município crie mecanismos que garantam, após o término das obras, sua manutenção (CORRÊA, 2012, p.151).

Em 1976, em novo relatório, essa Delegacia Regional registra a adoção de um conceito coerente com a análise urbana dos sítios de valor histórico, o de "restauração integrada", que induzia à revitalização econômica e social[13]; assim, deixa entrever certa filiação dessa proposta às recomendações dos documentos finais do recém realizado Congresso de Amsterdã em 1975.

A percepção do ambiente urbano como referência para as medidas de proteção ao patrimônio se solidificariam no âmbito do PCH com o "Manual de Instruções: Programa de Cidades Históricas", de 1977 (CORRÊA, 2012). Nele, Élcio Costa Couto, secretário geral de Planejamento da Presidência da República destacou a:

> [...] necessidade da preservação integral de conjuntos de monumentos a compor um determinado espaço, urbano ou rural, e não apenas a preocupação com prédios isolados, muitas vezes desambientados em um espaço descaracterizado. Além do conjunto, do sítio urbano ou rural, melhor representar a produção cultural de um determinado grupo humano, em um dado momento, serve, igualmente, essa preservação, como instrumento capaz de protegê-lo de parciais destruições e mesmo, de descaracterizações de seu entorno (CORRÊA, 2012, p.184).

Corrêa (2012) também aponta a pequena participação do IPHAN no Programa até 1979, ano em que esse foi incorporado ao Instituto, cuja estrutura administrativa passara por grandes transformações, entre elas a criação do Centro Nacional de Referências Culturais — criado com recursos do PCH — e a transformação do IPHAN em Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) que mantinha as atribuições do antigo órgão, integrada à Fundação Nacional Pró-Memória que se tornara seu braço executivo.

Na passagem do PCH para o SPHAN, Corrêa (2015, s.p.) afirma que se consolidou "um projeto de desenvolvimento urbano dos núcleos históricos que já vinha sendo apresentado nos documentos internos do Programa, integrando-se à política de preservação como uma de suas ações". A autora continua afirmando que a proposta do PCH "possibilitou o exercício conceitual da intervenção em áreas urbanas, qualificando-se as práticas ao longo do processo, juntamente com a entrada de novos atores - as equipes estaduais e outros órgãos federais, dos quais se destaca a CNPU" (CORRÊA, 2015, s.p.).

Outros aspectos, como o uso frequente da expressão "bens culturais" indicam as transformações havidas na perspectiva de preservação dos profissionais de planejamento; que incluíram, na definição do uso das edificações restauradas, a manutenção de funções compatíveis com o espaço e o respeito às memórias representadas no bem cultural.

A situação das cidades históricas passaria a ser analisada tomando-se por referência não apenas o processo de urbanização pretérito, mas suas condições contemporâneas, a partir das quais o patrimônio histórico seria incluído na gestão da cidade. Desse modo buscava-se relativizar o passado em favor da melhoria das condições de vida por meio do planejamento urbano integrado.

É provável que dessa aproximação entre as áreas de planejamento e preservação tenha se desenvolvido o conceito "patrimônio ambiental urbano". Em 1977, dois anos antes da passagem do Programa para o SPHAN, foi criada uma Comissão de Coordenação e Acompanhamento (CCA), que passou a aprovar os planos de preservação estaduais como primeira condição para os investimentos federais. Assim, os monumentos passaram também a ser vistos como oportunidades de reorganização do espaço intraurbano, adequando-se a usos que não necessariamente reverteriam em rentabilidade econômica, mas poderiam ter retorno social, articulando-se às diretrizes da PNDU (Corrêa, 2015)[14].

Jorge Guilherme Francisconi, entre 1974 e 1978 secretário executivo da Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana (CNPU) e membro da CCA, observa que muitas soluções criativas desse grupo para diversas questões foram propostas em encontros informais e ignoraram as fronteiras conceituais[15].

Para Francisconi (2016), a origem do conceito de "patrimônio ambiental urbano" deu-se:

> [...] *no marco conceitual que havia sido construído ao longo do tempo pelos que trabalhavam na política urbana.* [...] *O conceito atendia ao espaço urbano criado pelo prédio, pela rua, pela praça, pela vegetação... A preocupação urbana estava em preservar e destacar este patrimônio no espaço da cidade para preservá-lo mediante normas urbanísticas em planos diretores, fundos financeiros e tudo mais. Era mais do que o design urbano*[16].

Nesse marco, conclui Francisconi (2016):

> *Patrimônio Ambiental Urbano fazia parte das políticas intraurbanas que necessitavam de gestão intergovernamental: União, Estado e Municípios. O termo Patrimônio frequenta as políticas públicas desde os anos 30, mas o ambiental urbano nasceu na família dos intraurbanos que focavam a paisagem e ambiente das cidades*[17].

A REINTERPRETAÇÃO DE UM CONCEITO, SÃO PAULO NA DÉCADA DE 1970

Este conceito, de patrimônio ambiental urbano, como definido por Francisconi (2016), entrou para a pauta de discussão na política urbana estadual de São Paulo na década de 1970, no âmbito da construção de um sistema integrado de planejamento, de acordo com diretrizes federais.

Entre 1975 e 1978, sob o governo de Paulo Egydio Martins, a SEPLAN do Estado de São Paulo — cujo titular da pasta era o arquiteto Jorge Wilheim — trabalhou na elaboração de uma política de desenvolvimento urbano e regional, iniciando-se com a realização do Diagnóstico 1975, que apontou o crescente fenômeno da interiorização da economia paulista[18], e sua consequência no planejamento então concebido:

> Como premissa básica, a Política Urbana traça uma abordagem de macrolocalização traduzida pelo fortalecimento de alguns polos estratégicos. Visando criar bases de sustentação para a descentralização industrial, essa Política atende a um duplo objetivo: melhorar a qualidade de vida na Grande São Paulo e atenuar os desequilíbrios regionais (SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1978, s.p.).

A preocupação com a melhoria da qualidade de vida aparece, então, como uma das questões fundamentais do Programa de Preservação e Revitalização do Patrimônio Ambiental Urbano, de 1978, concebido pela SEPLAN como "produto direto da Política Urbana voltada para a problemática intra-regional" e em "consonância com as diretrizes traçadas pela Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana" (SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1978, s.p.).

O Programa, elaborado pela SEPLAN em convênio com a referida Comissão (CNPU) e o Instituto de Planejamento Econômico e Social[19], reitera, em vários trechos de seu texto, a preocupação com o acelerado crescimento urbano vinculado à industrialização e à metropolização e, portanto, a necessidade de um planejamento ambiental racional. Segundo a Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo (1978, p.3), suas teses básicas encontram-se no II PND, ao reconhecer que a impressionante concentração de pessoas em cidades acarreta "sérios problemas de congestionamento, superpopulação e poluição, em detrimento da qualidade de vida, do equilíbrio social".

Nesta direção, estabelece como objetivos do Programa, "preservar, valorizar e revitalizar o Patrimônio Ambiental Urbano do Estado de São Paulo, na medida em que o mesmo se configura como um dos fatores determinantes do nível de qualidade de vida da população" (SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1978, p.41).

Também aponta a relação do Programa com a política nacional de cultura, ao ressaltar, que o "desenvolvimento não é um fato de natureza puramente econômica. Ao contrário, possui uma dimensão cultural que, não respeitada, compromete o conjunto" (SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1978, p.4).

Este desenvolvimento é percebido de uma forma preocupante por gerar um ritmo de transformação acelerada, que conforma uma nova realidade distinta da anterior: "antes o ritmo mais lento era paralelo à incorporação de novos valores do modo de vida", resultando na necessidade de se compatibilizar crescimento econômico e qualidade de vida, "ou seja, orientar o desenvolvimento urbano de tal forma que o mesmo não continue a destruir um dos componentes substanciais da cultura de qualquer povo: seus elementos construtivos, suas maneiras de ser" (SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1978, p.15). O Programa apresenta, assim, um discurso inovador e, em vários aspectos, em sintonia com as discussões internacionais sobre as questões culturais, incluindo as do patrimônio.

Além de afirmar que a ideia de patrimônio, naquele momento, era mais ampla e inclusiva do que a noção de histórico e artístico (singularidade e monumentalidade), o Programa avançava ainda mais, reconhecendo "antes o valor representativo dos aspectos históricos, sociais, culturais, formais, técnicos e afetivos dos elementos como critérios para sua inclusão" (SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO,1978, p.33).

Neste caminho, criticou a insuficiência do tombamento e definiu uma série de instrumentos para aplicação do conceito de patrimônio ambiental urbano, sendo eles: de pesquisa, pedagógicos e de divulgação, administrativos e políticos, financeiros e legais[20].

Propunha-se, de forma inovadora, a pesquisa sobre os valores simbólicos da cidade, bem como a produção de filmes para televisão e cinema[21].

Um dos primeiros resultados foi o concurso de fotografia realizado em 1977. A SEPLAN, no âmbito do referido Programa, juntamente com a Secretaria Estadual de Cultura, Ciência e Tecnologia, à qual estava subordinado o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT), e a CNPU promoveram o concurso 'A cidade também é sua casa', aberto a moradores de todas as cidades do estado de São Paulo, por meio do qual, a partir de temas sugeridos, se pretendia conhecer representações urbanas, artefatos e espaços[22]. O resultado foi a exposição "Patrimônio Ambiental Urbano do Estado de São Paulo" (SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO,1978) com os registros vencedores, acompanhada de um ciclo de debates e da solenidade de premiação, que contou com a presença do governador Paulo Egydio Martins.

Ainda no contexto de alterações nas políticas de planejamento territorial e urbano, no Brasil, na década de 1970, várias regiões metropolitanas, incluída a de São Paulo, foram instituídas em 1973; no ano seguinte, seria criada a Região Metropolitana de São Paulo. Seguiu-se a instalação de instituições que constituíram o Sistema de Planejamento e Administração Metropolitana, que incluía uma unidade técnica e executiva, a Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo S.A. (EMPLASA)[23].

Orientada pelos princípios de planejamento adotados no âmbito federal e por uma postura democratizante, de maior envolvimento das comunidades, a Emplasa passou também a desenvolver atividades públicas de divulgação e esclarecimento de suas ações e buscou se aproximar de outros setores da administração pública[24], entre eles, os de preservação do patrimônio histórico, provavelmente visando o desenvolvimento de ações conjuntas.

Em setembro de 1978, a Unidade de Ação Comunitária da Emplasa realizou uma sessão de cinema com debate, sobre o tema patrimônio ambiental urbano, com a projeção do filme "Viagem ao redor de São Paulo", realizado entre 1943 e 1944, por Benedito J. Duarte. O objetivo era o de "contribuir nas discussões dos principais problemas que afetam a população e as condições de vida urbana na Grande São Paulo" (EMPRESA METROPOLITANA DE PLANEJAMENTO DA GRANDE SÃO PAULO, 1979, s.p.).

Na mesa estiveram presentes profissionais da área de preservação do patrimônio histórico, representando o CONDEPHAAT, o IPHAN — São Paulo e o recém criado Departamento do Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo[25], bem como representante da área de planejamento municipal, a Coordenadoria Geral de Planejamento (COGEP)[26].

Em suas manifestações expressaram a diversidade de concepções de patrimônio, da mais conservadora, baseada na valoração estética e arquitetônica dos bens, àquela que, a partir de critérios antropológicos, sociológicos e históricos, buscava a síntese teórica do conceito em discussão.

Esta última concepção deve-se a Ulpiano Bezerra de Meneses para quem patrimônio ambiental urbano não era "uma lista acumulativa de bens" presentes nos espaços e a serem considerados no planejamento, mas "um fato social" complexo, que incluía a consideração de representações (ou símbolos) urbanos, uma vez que neles incluem-se "valores, legitimações, explicações, lógica interna, implicita ou explicita, aspirações e assim por diante" (EMPRESA PAULISTA DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO, 1979, p.24).

Assim, patrimônio ambiental urbano não contempla bens isolados, isto é, os monumentos, estruturas, paisagens, bens móveis, entre outros, não têm significação em si, mas na medida em que se articulam a um suporte de significação, a um sistema que precisa ser conhecido em sua apropriação social, na maneira em que ele vem a integrar uma certa formação sociocultural:

> [...] — tanto os artefatos propriamente ditos, coisas manufaturadas pelo homem, quanto a natureza que ele apropria socialmente — constituem um sistema porque estão vinculados a um eixo de significados referentes ao mundo urbano. [...] são capazes de provocar representações da realidade urbana (EMPRESA PAULISTA DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO, 1979, p.23).

Quanto à identificação do patrimônio ambiental urbano, Ulpiano Bezerra de Meneses (EMPRESA PAULISTA DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO, 1979) observa ser necessário traduzir as práticas ideológicas para as formas espaciais, uma vez que essas práticas constituem "um código de interação que efetivamente organiza as relações dos homens entre si" (p.245). Tendo em vista as diferenciações presentes nas sociedades de classe, esta apresenta considerável pluralidade de patrimônios ambientais urbanos. Além disso, como resultado da própria dinâmica social há a renovação constante desse mesmo patrimônio. Ele é "coisa viva que não pode ser aprisionada na malha de uma forma atemporal", (p.245), concluía.

A complexidade do conceito ia de encontro às práticas já consagradas na área preservacionista, mesmo aquelas mais recentes que consideravam o ambiente urbano. Talvez esse tenha sido um fator de sua apropriação simplificada, que não possibilitou "superar as restrições e deformações reducionistas implicadas em outros conceitos em voga", como observou Meneses (1978, p.45)[27]. Integrado ao discurso da preservação, patrimônio ambiental urbano foi mencionado como orientação conceitual e denominação de conjunto de bens identificados por critérios alheios aos que possibilitariam identificar representações urbanas[28].

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Agora, passados mais de quarenta anos, os resultados do Programa não parecem ter correspondido plenamente às perspectivas promissoras da proposta desenvolvida a partir

de 1975; as ações de planejamento e de proteção ao patrimônio não foram efetivamente integradas e as consequências negativas disso são perceptíveis na qualidade dos espaços urbanos das médias e grandes cidades brasileiras.

Do ponto de vista da proposta inicial desta pesquisa, de traçar a genealogia do conceito de patrimônio ambiental urbano, conclui-se que, embora não com a mesma denominação, este deita raízes nas discussões sobre as cidades no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial, firma-se na experiência de Bolonha e nos princípios da Declaração de Amsterdã, contemporânea à renovação das noções e conceitos que orientaram o Programa de Cidades Históricas a partir da segunda fase de seu desenvolvimento.

É possível verificar que a ideia de preservar o ambiente e o território considerando a permanência de referências materiais necessárias à manutenção das práticas sociais a elas correlatas, bem como outros sentidos que são atribuídos aos lugares, tendo em vista a manutenção da qualidade de vida, vem se desdobrando, por exemplo, nas recomendações sobre paisagens culturais, pelo Comitê de Ministros do Conselho da Europa de 1995.

Contudo, há um longo caminho para a prática de preservação em metrópoles como São Paulo, cujos horizontes têm se perdido de forma irrecuperável, mas, onde, também, as experiências de retomada de certos espaços públicos e demandas para sua melhoria têm exposto a relação indissociável entre patrimônio, espaço público e qualidade de vida. Nesta equação, é importante a discussão sobre a prática da preservação do patrimônio ambiental urbano que pode contribuir para o aperfeiçoamento das políticas públicas de preservação das cidades brasileiras. A genealogia e trajetória do conceito mostra a potencialidade de uma noção que surgiu, no Brasil, no âmbito da política urbana, incorporando as questões culturais, e que pretendia conjugar ações de preservação e de planejamento.

A antiga busca do tratamento conjunto das questões de patrimônio, espaço urbano e qualidade de vida continua atual e complexa, soando ainda como um desafio a pretensão do Programa de Preservação e Revitalização do Patrimônio Ambiental Urbano, elaborado em São Paulo, na década de 1970, que associava o espaço urbano às suas práticas sociais, afirmando, assim, sua preocupação com a trama de interações que lhe confere significado, e não apenas com a simples preservação de edifícios.

NOTAS

1. Algumas considerações registradas nesse artigo foram apresentadas por Marly Rodrigues em mesa sobre o tema "Patrimônio em Debate" realizada durante a 8ª Bienal Internacional de Arquitetura de São Paulo, em 2 dezembro 2009 (RODRIGUES, 2009).

2. A *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*, criada em 1946 representa essa nova postura. A ela agregado, foi criado em 1956 o *Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property*, voltado à formação e especialização técnicas.

3. A relação entre preservação da arquitetura e meio ambiente foi realçado no Art. 13º da Carta de Veneza, que se refere a acréscimos em edificações, restringindo sua tolerância ao "equilíbrio de sua composição e suas relações com o meio ambiente" (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2000, p.93). É possível acompanhar o desenvolvimento da relação entre preservar e qualidade de vida através de documentos internacionais como a recomendação da 12ª Conferência Geral da UNESCO relativa à salvaguarda da beleza e do caráter das paisagens e sítios; a Declaração de Estocolmo, de 1972, que trata do ambiente humano; e a Declaração de Nairobi, de 1982 (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2000).

4. As reformulações do conceito de ambiente e sua relação com o patrimônio, a partir da década de 1960, foram analisadas em Tourinho e Rodrigues (2016).

5. A Declaração de Amsterdã explicita detalhadamente as razões e propostas, enquanto o Manifesto, também conhecido como Carta Europeia do Patrimônio Arquitetônico, é mais conciso (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2000).

6. O Decreto nº 71.353, de 1972; A Lei nº 5.727, de 4 nov. 1971, refere-se ao I PND. Esse foi precedido do Plano de Ação Econômica (1964-1966) e do Plano Estratégico de Desenvolvimento (1967-1970) (FRANCISCONI & SOUZA, 1976).

7. Entre 1969 e 1979, durante os governos dos generais Médici e Geisel, Reis Veloso foi ministro do Planejamento. Em 1974, Geisel transformaria o Ministério em Secretaria de Planejamento, diretamente ligada à Presidência da República.

8. Também havia a proposta de se promover centros turísticos nas regiões Norte e Centro-Oeste.

9. Até o final da década de 1970, apenas quatro estados contavam com órgãos de proteção ao patrimônio: Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Bahia e São Paulo. Entre 1971 e 1979 foram criados em outros noves estados brasileiros. A Constituição de 1988, Cap. IV, Art. 30-IX estabelece o dever do município de proteger o patrimônio respeitadas as leis e fiscalização federais. No Cap. I, Dos direitos individuais e coletivos, assegura ao cidadão a defesa do patrimônio e do meio ambiente por meio de ação popular, assim ampliando grandemente a possibilidade de participação da sociedade na preservação (BRASIL, 1988).

10. A estrutura federal para o desenvolvimento do turismo data de 1966, quando criados a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) e o Conselho Nacional de Turismo. Em 2003, com a criação do Ministério do Turismo, a EMBRATUR passou a cuidar apenas da divulgação e comercialização externa das mercadorias turísticas brasileiras, cabendo ao ministério a definição da política pública de turismo.

11. No período se desenvolveram ações que apontavam a aproximação entre proteção do patrimônio cultural e desenvolvimento econômico. Por exemplo, em 1975, a criação do Centro Nacional de Referências Culturais, financiado pela Secretaria de Tecnologia Industrial, do Ministério da Indústria e Comércio, visava valorizar a produção brasileira criando um design de características próprias tendo como referências as manifestações gráficas e estéticas tradicionais.

12. Em 1977, o PHC foi ampliado para outros estados e, posteriormente, para toda o país. Em 1979 sua coordenação foi transferida da Secretaria de Planejamento da Presidência da República para o IPHAN, que tornado Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, mantinha suas atribuições, mas passara a integrar Fundação Nacional Pró-Memória criada nesse mesmo ano.

13. Delegacia Regional da SEPLAN-PR, (CORRÊA, 2012, p.153). Do relatório consta um estudo do arquiteto Hélvio Polito Lopes, daquela Delegacia, em que detalhava os critérios para análise dos planos, a partir da perspectiva ambiental urbana.

14. A Comissão de Coordenação e Acompanhamento foi constituída pela Portaria SEPLAN-PR 050, de 25 maio 1977, e foi formada por Henrique Oswaldo de Andrade (SEPLAN-PR), Augusto da Silva Telles (IPHAN), Francisco Manoel de Mello Franco (EMBRATUR) e Jorge Guilherme Francisconi (CNPU).

15. Entrevista concedida a Andréa Tourinho, por *e-mail*, em 25 jul. 2016. Francisconi lembra que, nos debates acerca da preservação da história e do patrimônio cultural, ao lado de outros, Aloísio Magalhaes foi "*um grande amigo e parceiro*". E ressalta que, no âmbito da SEPLAN, a peça chave do Programa foi o economista Henrique Oswaldo de Andrade e, em sua Secretaria, o dia a dia das questões de preservação era acompanhado pela arquiteta Briane Bicca.

16. Entrevista concedida a Andréa Tourinho, por *e-mail*, em 25 jul. 2016. Francisconi e Maria Adelia de Souza apresentam as ideias de *inter* e *intra* urbanos que seriam adotadas nas políticas públicas do período, em escala nacional, regional, estadual ou municipal, sempre com forte articulação intergovernamental (FRANCISCONI & SOUZA, 1976).

17. Entrevista concedida a Andréa Tourinho, por *e-mail*, em 25 jul. 2016.

18. Esta nova situação traz uma preocupação com o fato do desenvolvimento urbano de São Paulo já se reproduzir em cidades do interior, guardadas as proporções, mas com igual vigor (SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1978).

19. O referido Programa foi realizado sob a Coordenadoria de Ação Regional da SEPLAN, com Ricardo Uchôa Alves Lima e a geógrafa Maria Adélia de Souza à sua frente. Também participou do seu gerenciamento Eduardo Yázigi, que até hoje continua pesquisando sobre a temática do patrimônio ambiental urbano. Foram realizadas, também, para sua elaboração, reuniões técnicas com as Secretarias de Cultura, Ciência e Tecnologia, a dos Negócios Metropolitanos e a de Esportes e Turismo (SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1978).

20. Não cabe aqui a análise mais aprofundada do referido Programa e seus instrumentos, também objeto de pesquisa das autoras deste artigo, e que será oportunamente realizada.

21. De acordo com o texto do Programa, foram realizados, em parceria com a Fundação Padre Anchieta, três filmes sobre: o conceito de patrimônio ambiental urbano, a perda de memória da cidade, e a relação entre Natureza e Cidade.

22. Coleção Patrimônio Ambiental Urbano. Midioteca, Museu da Imagem e do Som. A documentação está incompleta. Desconhece-se a continuidade desse processo (MUSEU DA IMAGEM E DO SOM, 1977).

23. Constituída em maio de 1975, ligada à Secretaria de Negócios Metropolitanos, recém criada, cabia-lhe coordenar, em parceria com os municípios, as questões de transporte, uso do solo, habitação, saneamento básico e preservação do meio ambiente.

24. No Centro de Documentação e Informação Técnica da EMPLASA encontram-se documentos que exemplificam essa preocupação. Por exemplo, um cartaz de divulgação das atividades do "II Mês de Portas Abertas", constando de projeções de filmes rodados em São Paulo e palestras, especialmente de profissionais do planejamento. E um exemplar da série "Comunidade em Debate", de 1979, onde se registra um evento sobre patrimônio ambiental urbano. Produzido pela Unidade de Ação Comunitária, o debate buscou reunir "dirigentes de associações comunitárias, técnicos e pesquisadores" (EMPRESA METROPOLITANA DE PLANEJAMENTO DA GRANDE SÃO PAULO, 1979, s.p.).

25. Participaram do evento, respectivamente, os arquitetos Carlos Lemos, Antonio Luiz Dias de Andrade e Murilo Marx. Os últimos eram então representantes do IPHAN e do Instituto dos Arquitetos do Brasil no colegiado do CONDEPHAAT. Também compunham a mesa: Acácio D'Ângelo Werneck (EMPLASA), Henrique Elias Braghioli (Prefeitura Municipal de São Paulo), Julio Moreno (Jornal da Tarde), Rene Nusdeu (COGEP) e Ulpiano Bezerra de Meneses, do Departamento de História da Universidade de São Paulo, que integrava o colegiado do CONDEPHAAT como representante da Comissão de Artes Plásticas da Secretaria de Estado da Cultura.

26. A COGEP também teve um papel fundamental, na década de 1970, na preservação do patrimônio em São Paulo. Essa atuação, e a relação com o conceito de patrimônio ambiental urbano, não é objeto deste artigo e foi tratada em Tourinho & Rodrigues (2016).

27. Pretendemos futuramente esclarecer esse aspecto por meio da análise do material do curso de especialização Patrimônio Ambiental Urbano, organizado pelos Prof. Carlos Lemos e Maria Adélia de Souza, realizado na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, em 1978, em que atuaram, entre outros professores, Milton Santos, Ulpiano Bezerra de Meneses, Aziz Ab'Saber, José Afonso da Silva, James Fitch, da Columbia University, e Adriano La Regina, da Superintendência de Antiguidade de Roma.

28. Inúmeras ações de identificação de bens culturais foram desenvolvidas pelo DPH e pelo CONDEPHAAT a partir da aplicação de "patrimônio ambiental urbano". Na década de 1980, a Divisão de Preservação do Departamento do Patrimônio Histórico- Secretaria Municipal de Cultura utilizando metodologia própria desenvolveu o "Inventário Geral do Patrimônio Ambiental, Cultural e Urbano de São Paulo", inventário geral do patrimônio ambiental, cultural e urbano de São Paulo que até 2003 foi aplicado intermitentemente (SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, 1986).

REFERÊNCIAS

ARGAN, G.C. *História da arte como história da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. CASA CIVIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. *Diário Oficial da União*, Brasília, 5 out. 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 2 fev. 2017.

CORRÊA, S.R.M. *O Programa de cidades históricas (PCH)*: por uma política integrada de preservação do patrimônio cultural — 1973/1979. 2012. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) — Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

CORRÊA, S.R.M. O Programa de cidades históricas (PCH). In: REZENDE, M.B. *et al*. (Org.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2015. (Verbete). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/33/programa-de-cidades-historicas-pch>. Acesso em: 31 jan. 2017.

EMPRESA METROPOLITANA DE PLANEJAMENTO DA GRANDE SÃO PAULO. UNIDADE DE AÇÃO COMUNITÁRIA. *Comunidade em debate*: patrimônio ambiental urbano. São Paulo: EMPLASA, 1979. (Caderno de divulgação do debate Patrimônio Ambiental Urbano em São Paulo).

FRANCISCONI, J.G. *Patrimônio ambiental urbano*. Entrevistadora Andréa de Oliveira Tourinho. São Paulo: [s.n.], 2016. Mensagem recebida por <drea.tourinho@ig.com.br> em 25 jul. 2016.

FRANCISCONI, J.G.; SOUZA, M.A.A. *Política nacional de desenvolvimento urbano*: estudos e proposições alternativas. Brasília: IPEA, 1976.

GUATTARI, F. Espaço e poder: a criação de territórios na cidade. *Espaço e Debates*, n.16, p.109-120, 1985.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Cartas patrimoniais*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

JOKILEHTO, J. *A history of architectural conservation*. York, England: D.Phil Thesis, 1986.

LEAL, C.F.B. (Org.). *As missões da Unesco no Brasil*: Michel Parent. Rio de Janeiro: IPHAN, 2008.

MENESES, U.T.B. Patrimônio ambiental urbano: do lugar comum ao lugar de todos. *CJ Arquitetura*, n.19, p.45-46, 1978.

MUSEU da Imagem e do Som. São Paulo: MIS, 1977. (Coleção Patrimônio Ambiental Urbano: Midiateca).

RODRIGUES, M. Patrimônio e espaço urbano: ações em centros metropolitanos: participação em mesa redonda: patrimônio em debate. In: BIENAL INTERNACIONAL DE ARQUITETURA, 8., 2009, São Paulo, *Fórum*... São Paulo: IABSP, 2009.

SANTOS, S.R.D. *A qualidade de vida urbana*: aplicação de um inquérito *online* para avaliação da percepção individual. 2011. Dissertação (Mestrado) — Universidade do Minho, Braga, 2011.

SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Programa de Preservação e revitalização do patrimônio ambiental urbano.* São Paulo: IPEA, 1978. (Documentos, 10).

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA. DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO. *Inventário geral do patrimônio ambiental, cultural e urbano de São Paulo: metodologia.* São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1986. (Cadernos do IGEPAC-SP 1).

SEIDL, E.M.F.; ZANNON, C.M.L.C. Qualidade de vida e saúde: aspectos conceituais e metodológicos. *Caderno de Saúde Pública*, v.20, n.2, p.580-588, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v20n2/27.pdf>. Acesso em: 4 jan. 2017.

STARLING, M. *Entre a lógica do mercado e a cidadania:* os modelos de gestão do patrimônio cultural. [S.l.]: Casa Rui Barbosa 2011. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/palestras/Politicas_Culturais/II_Seminario_Internacional/FCRB_MonicaStarling_Entre_a_logica_de_mercado_e_a_cidadania.pdf>. Acesso em: 22 set. 2016.

TOURINHO, A.O.; RODRIGUES, M. Patrimônio ambiental urbano: uma retomada. *Revista CPC*, v.22, p.70-91, 2016. Disponível em: <http://revistas.usp.br/cpc/article/view/111915/122079>. Acesso em: 10 jan. 2017.

VIRILIO, P. A cidade superexposta. *Espaço e Debates,* n.33, p.10-17, 1991.

Recebido em 9/3/2017, reapresentado em 19/4/2017 e aprovado em 10/5/2017.

MARLY RODRIGUES | Empresa Memórias Assessoria e Projetos | São Paulo, SP, Brasil.

ANDRÉA DE OLIVEIRA TOURINHO | Universidade São Judas Tadeu | Centro de Pesquisa | Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Arquitetura e Urbanismo | R. Taquari, 546, Mooca, 03166-000, São Paulo, SP, Brasil | Correspondência para/*Correspondence to*: A.O TOURINHO | *E-mail*: prof.atourinho@usjt.br>.

UM CANTEIRO-ESCOLA NUM EDIFÍCIO DE RAMOS DE AZEVEDO: O ENSINO DE PROCESSO DE PROJETO DE RESTAURAÇÃO NA PRÁTICA

A WORKSITE-TRAINING IN A RAMOS DE AZEVEDO BUILDING: A HANDS-ON TEACHING OF RESTORATION PROJECT PROCESS | UN TALLER-ESCUELA EN UN EDIFICIO DE RAMOS DE AZEVEDO: LA ENSEÑANZA DEL PROCESO DE PROYECTO DE RESTAURACIÓN EN LA PRÁCTICA

REGINA ANDRADE TIRELLO, PEDRO MURILO GONÇALVES DE FREITAS

RESUMO

Este artigo trata de experiências de caráter profissional e didático conduzidas em apoio ao desenvolvimento de projetos de restauração dos edifícios escolares do antigo Instituto Profissional Bento Quirino, projetados por Francisco de Paula Ramos de Azevedo em 1916, atualmente sob a guarda da Universidade Estadual de Campinas. Além de contribuir para futuros projetos de reocupação destes edifícios, os estudos se estendem no positivo estabelecimento de protocolos de análise de arquiteturas históricas similares no Estado de São Paulo. Discutindo questões relativas ao ensino da restauração arquitetônica nos cursos de Arquitetura e Urbanismo brasileiros, seus avanços e suas insuficiências, descrevem-se duas práticas interligadas de pesquisa, levantamento e avaliação técnica dessas edificações tombadas por órgãos preservacionistas que abrigaram o Colégio Técnico de Campinas por 47 anos. No texto são expostos procedimentos relacionados a viabilização e planejamento de obras de preservação de próprios da universidade de interesse histórico e cultural. Teve-se como produto a consolidação do curso "Laboratório de Restauração Arquitetônica: teoria e prática", voltado ao aprofundamento de métodos operativos e para a investigação formal e material de preexistências sob o ponto de vista técnico e conservativo ministrado para estudantes de graduação e pós-graduação.

PALAVRAS-CHAVE: Canteiro-escola de restauração. Colégio Técnico de Campinas. Preservação arquitetônica. Ramos de Azevedo. Universidade Estadual de Campinas.

ABSTRACT

This paper presents professional and teaching experiences conducted to support the development of restoration projects of the old Instituto Profissional Bento Quirino*, educational buildings designed by Francisco de Paula Ramos de Aze-*

vedo in 1916, currently under the care of Universidade Estadual de Campinas. *In addition to contribute for future projects for the reoccupation of these buildings, these studies extend into the positive establishment of protocols for analysis of similar historical architectures in the State of* São Paulo. *Discussing questions related to architectural restoration education in Brazilian Architecture and Urbanism undergraduation courses, its advances and insufficiencies, the article describes two intertwined practices, survey and technical evaluation of these constructions classified by heritage institutions that hosted for 47 years the* Colégio Técnico de Campinas. *The text exposes procedures for planning and enabling preservation works of university's properties with historical and cultural value. The result was the consolidation of discipline "Architectural Restoration Laboratory: theory and practice", directed for the deeper understanding of operational methods of formal and material investigation of built architecture under technical and conservational perspective to graduate and undergraduate students.*

KEYWORDS: *Restoration worksite-training.* Colégio Técnico de Campinas. *Architectural preservation. Ramos de Azevedo.* Universidade Estadual de Campinas.

RESUMEN

Este artículo presenta experimentos profesionales y didácticos para apoyar el desarrollo de proyectos de restauración de los edificios escolares del antiguo Instituto Profissional Bento Quirino, *proyecto de Francisco de Paula Ramos de Azevedo en 1916, hoy bajo la custodia de la* Universidade Estadual de Campinas. *El objetivo de estos proyectos es volver a ocupar estos edificios y establecer positivos protocolos de análisis de arquitecturas históricas similares en el Estado de* São Paulo. *Discutiéndose temas relacionados con la enseñanza de restauración arquitectónica en los cursos de Arquitectura y Urbanismo brasileños, sus logros y deficiencias, se describe dos prácticas interconectadas de investigación, reconocimiento y evaluación técnica de estos edificios protegidos por instituciones de preservación que albergarón el* Colégio Técnico de Campinas *por 47 años. En el texto son expuestos procedimientos de planificación y viabilización de obras de preservación de propiedades de la universidad. El resultado fue la consolidación de la disciplina "Laboratorio de Restauración Arquitectónica: teoría y práctica", direccionada a la profundización de métodos operativos para la investigación formal y material de preexistencias bajo la perspectiva técnica y conservativa suministrada a estudiantes de graduación y posgrado.*

PALABRAS CLAVE: *Taller-escuela de restauración.* Colégio Técnico de Campinas. *Preservación arquitectónica. Ramos de Azevedo.* Universidade Estadual de Campinas.

INTRODUÇÃO

A Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) tem sob sua guarda um importante edifício escolar erigido no início do Século XX no Estado de São Paulo que, de 1967 a 2014, abrigou o Colégio Técnico de Campinas (COTUCA). Corresponde a uma grandiosa construção de orientação eclética de tendência neoclássica projetada pelo engenheiro-arquiteto Francisco de Paula Ramos de Azevedo (1851-1928), considerado responsável pela introdução de novos conceitos para a organização da arquitetura escolar à luz dos ideais de ensino republicanos (WOLFF, 2010).

Com os princípios norteadores de Ramos de Azevedo, os edifícios escolares paulistas eram construções imponentes, cujo repertório formal austero e o uso de modernas técnicas de alvenaria armada de tijolos refletiam um programa institucional definido que propunha superar as deficiências educacionais do Estado em finais do Século XIX na Primeira República (CARVALHO, 1998).

O crescimento da produção industrial na virada do Século XIX para o XX estimulou a criação de inúmeras escolas no interior do Estado São Paulo. Era um fenômeno urbano que visava ampliar a educação de base e também propiciar a formação de mão-de-obra em novas instituições de ensino profissional. Escolas pioneiras como o Grupo Escolar do Brás, a Escola Normal Caetano de Campos e o Liceu de Artes e Ofícios, todas em São Paulo e, respectivamente, de ensino primário, de formação de professores e de preparação técnica, são os principais exemplos da síntese da linguagem arquitetônica aos procedimentos técnicos construtivos característicos do período. As escolhas políticas educacionais adotadas à época refletiram-se também em propostas programáticas e ambientais inovadoras, que atualmente perfaz um conjunto de mais de 100 escolas de tipologia arquitetônica com essas características, distribuídas pelo Estado e tombadas pela sua importância histórica e cultural[1].

Os edifícios de Ramos de Azevedo que abrigaram o COTUCA até 2014 foram construídos em 1918 para sediar um "Lyceu de Artes e Ofícios", o Instituto Profissional Bento Quirino. Era uma escola profissional masculina, composta por duas edificações implantadas em terreno com pouco mais de 8.000m² no bairro de Botafogo e próxima às indústrias então existentes, hoje área central de Campinas: o Edifício Escola (Prédio 1), uma grande construção de dois pavimentos e porão, de amplos espaços e fachadas profusamente ornamentadas, destinada ao ensino de disciplinas teóricas e atividades administrativas e sociais, e o "Edifício das Oficinas" (Prédio 2) onde se desenvolviam as atividades práticas complementares (Figura 1). Este último, com sua arquitetura de orientação fabril, grandes espaços livres internos, estruturas metálicas e serralheria simples com fachada despojada de adornos, ainda hoje testemunha a orientação laboral do ensino à época.

A intrínseca condição de monumento dos grupos escolares paulistas, projetados como marcos urbanos em locais de grande visibilidade (Figura 2), lhes confere impor-

FIGURA 1 — Instituto Profissional Bento Quirino/Colégio Técnico de Campinas (COTUCA): (1) Edifício Escola e (2) Edifício das Oficinas, 2014.
Fonte: Grupo de Conservação e Restauro da Arquitetura (2014).

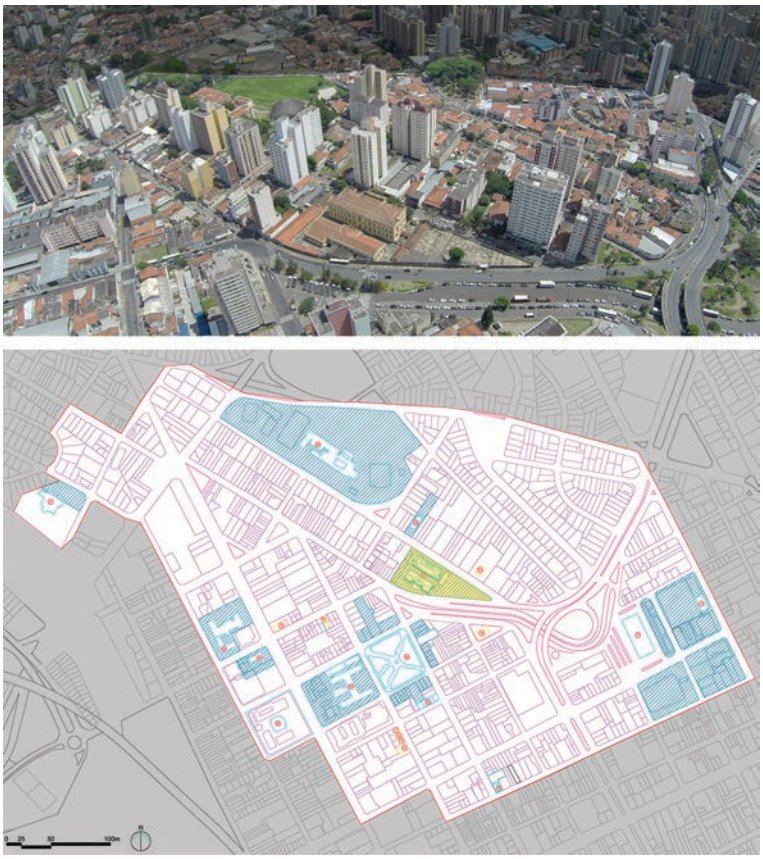


FIGURA 2 — Bairro do Botafogo, Campinas, e área de estudo do entorno urbano imediato ao COTUCA com demarcação dos bens tombados.
Fonte: Grupo de Conservação e Restauro da Arquitetura (2016).

tante condição de destaque arquitetônico e memorial, a exemplo do que ocorre com o conjunto edificado do COTUCA no contexto do bairro do Botafogo em Campinas. Estas construções são reconhecidas pelo tombamento em nível estadual e municipal Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT)[2] e Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas (CONDEPACC)[3], indicam que intervenções de restauro ou manutenção devem ser planejadas à luz dos conceitos e normativas que regem internacionalmente a preservação dos bens culturais. Apesar das diversas transformações programáticas, com adições ou adaptações comuns às progressivas modificações de currículos por que passou o ensino profissional no Século XX[4], as edificações em questão mantêm ainda seus espaços escolares definidores, afirmando-se como exemplares arquitetônicos fundamentais para a compreensão da história da educação brasileira. Contudo, reformas pontuais, de natureza emergencial, a exemplo de mudanças de padrão de forros, de revestimentos e de caixilhos, vêm introduzindo elementos espúrios nas construções históricas e têm contribuído para sua descaracterização, ainda que involuntária.

No início de 2014, em razão de sérios problemas de degradação dos forros de madeira do segundo pavimento do prédio principal, o COTUCA foi transferido para um local próximo ao campus de Barão Geraldo e, desde então, as construções que o compunham estão ociosas[5]. Cabe lembrar que a UNICAMP, desde que se instalou nos edifícios do antigo Instituto Profissional em 1967, mantém cláusula de cessão ao Estado que solicita que o uso das construções históricas permaneça como instituição de ensino pública. A recuperação adequada e conservação de um patrimônio arquitetônico desta magnitude, cuja degradação do telhado constituía-se também em fator de risco aos ocupantes já na década de 1960[6], exige um plano de ações articuladas que correspondem a etapas de estudos que envolvem análises históricas, levantamentos métricos e diagnósticos de conservação. Trata-se de um conjunto de informações imprescindíveis, em especial, se consideradas as necessidades de 'aliar sugestões de adaptação predial' na perspectiva das exigências da educação contemporânea, sem que isso signifique impactos negativos na linguagem e materialidade características da arquitetura histórica de valor cultural como essa em questão.

O intento da UNICAMP de voltar a ocupar essas antigas e prestigiosas instalações com atividades de pesquisa, ensino e extensão é uma ação afirmativa de restituir à população um importante espaço público de aprendizado, cultura e também de lazer. Destinar o conjunto arquitetônico à ampliação de usos relacionados à educação é também fazer frente ao impacto negativo decorrente do esvaziamento do edifício no seu entorno, colaborando assim para a reabilitação urbana do bairro do Botafogo e potencializando o contato da universidade com a comunidade.

Este artigo relata experiências de caráter profissional e didático, conduzidas para propiciar a reocupação dos edifícios escolares de Ramos de Azevedo sob a guarda da UNICAMP, que se estendem no positivo estabelecimento de protocolos para análise de

arquiteturas similares na cidade de Campinas. Discutindo-se os avanços e as insuficiências relacionadas ao ensino atual da restauração arquitetônica nos cursos de Arquitetura e Urbanismo brasileiros, descrevem-se dois casos de estudo interligados. A iniciativa teve duplo objetivo: apoiar o planejamento e a viabilização de estudos técnicos para futuras obras de "preservação" de próprios da UNICAMP de interesse histórico e cultural e a consolidação da disciplina eletiva "Laboratório de Restauração Arquitetônica: teoria e prática". Os conteúdos desse curso voltaram-se para o aprofundamento de métodos de reconhecimento formal e material de preexistências sob o ponto de vista técnico e conservativo visando suprir, em parte, a reconhecida carência de conhecimento prático especifico. Ministrada para estudantes de graduação do Curso de Arquitetura e Urbanismo (AU) e do Programa de Pós-Graduação "Arquitetura, Tecnologia e Cidade" (ATC), ambos da Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo da UNICAMP, a disciplina, associada à projeto arquitetônico, consolida aprendizado relacionado a ações concretas e mais próximas da realidade profissional que devem ser incentivadas nas grades curriculares (Figura 3).

OS CURSOS DE ARQUITETURA E URBANISMO E A RESTAURAÇÃO ARQUITETÔNICA

A existência de edifícios históricos exemplares como os do COTUCA no quadro de bens culturais da universidade possibilita a promoção do contato direto dos alunos de AU com a arquitetura histórica. Por meio das demandas por ele solicitadas nos últimos anos, conciliou-se uma necessidade antiga de estimular uma prática inerente à carreira do arquiteto no Século XXI em prol da reversão dos conceitos há pouco tempo introduzidos nos currículos a respeito do tratamento das preexistências. Trata-se de iniciativa que procura suplantar, por um lado, o recente desaparecimento de disciplinas sobre a história da técnica construtiva e, por outro, a ótica panorâmica do ensino sobre a herança cultural nos cursos de graduação, um quadro que torna a elaboração de um projeto de restauração arquitetônica muitas vezes mitificado e intangível.

FIGURA 3 — Atividades de campo. Disciplina AU253/AQ106: Laboratório de Restauração Arquitetônica: teoria e prática. Curso de Arquitetura e Urbanismo da Unicamp, 2016.
Fonte: Grupo de Conservação e Restauro da Arquitetura (2016).

Já há alguns anos o professor Oliveira (1989) alertava para o fato que a contínua especialização do projeto arquitetônico e dos profissionais da arquitetura — que não incluem apenas os arquitetos — trouxe graves consequências para a sua formação e inserção profissional durante boa parte do Século XX. Para ele, o incentivo de uma visão reduzida sobre a elaboração da arquitetura pelo movimento moderno nas escolas provocou grave separação entre 'representação' (da idéia) e 'construção' (da obra), historicamente vinculadas. Definiu-se ao longo do tempo uma tendência que agravou a perda do conhecimento das técnicas tradicionais e o consequente empobrecimento da arquitetura. Esta situação que tardiamente viria a ser questionada, com a exigência de demandas mais amplas cultivadas em outras áreas do conhecimento, que incluem o reaproveitamento dos recursos e a qualificação dos edifícios existentes como potencializadores de alternativas para a adaptação sustentável dos espaços habitados pelo homem.

Nesse contexto, há cerca de 20 anos, inseriu-se no currículo dos cursos de AU a disciplina intitulada 'Técnicas Retrospectivas'[7] com o declarado objetivo de integrar na formação básica dos arquitetos "as práticas projetuais e as soluções tecnológicas para a preservação, conservação, restauração, reconstrução, reabilitação e reutilização de edificações, conjuntos e cidades" (BRASIL, 1994, p.3). Passadas mais de duas décadas de sua criação, entende-se que ainda não há consenso sobre os conteúdos estruturantes dessa disciplina.

O programa da disciplina, comumente compreendida como um curso voltado para a teoria da restauração, sem rebatimento na atividade prática, tende a ser composto com ênfase à 'sensibilização' do aluno para a área do patrimônio histórico. Desconsidera-se a multidisciplinaridade inerente ao campo da preservação arquitetônica, que associa teoria e história da arquitetura à teoria do projeto correlacionada às técnicas e tecnologias, direcionadas à recuperação física dos artefatos e que atualmente engloba tanto monumentos históricos tombados como arquiteturas industriais e modernas. Por não fornecer aos alunos subsídios concretos para organizar, conceber e conduzir projetos de intervenção tecnicamente adequados, em prol da manutenção da tradição construtiva nacional (SCHLEE *et al*., 2003), tende-se a reproduzir um discurso de pouca efetividade operacional.

No Brasil, vêm sendo propostas novas e positivas experiências que concebem uma abordagem integrada entre teoria, tecnologia e projeto — em sua maioria nas Universidades Públicas. Contudo, tem sido regra a negligência à compatibilização de conteúdos disciplinares, que permanecem sem vinculação a exercícios projetuais para potencializar o reuso de edificações antigas, importante capacidade solicitada ao arquiteto e urbanista do Século XXI, sobretudo quando também se fala na finitude dos recursos do planeta. Técnicas Retrospectivas, às vezes contando com apenas duas horas-aula nas grades curriculares, dificilmente poderá estimular o contato direto dos alunos com questões atinentes às características e problemas de degradação material das edificações, pelo simples desconhecimento de técnicas de construção pretéritas. Tampouco pode oportunizar a necessária análise da qualidade de transição temporal

do objeto (do momento da construção à imagem configurada na contemporaneidade), etapa imprescindível para definições de projeto, de como "construir no construído", sem alteração das significâncias históricas dos edifícios.

No desenvolvimento de projetos, é a observação de critérios conservativos de intervenção mínima e a valorização histórica dos edifícios preconizadas nos documentos normativos internacionais que se constituem os "ativadores intelectuais da necessidade de conhecer bem melhor a ciência e a tecnologia desenvolvidas na construção" (OLIVEIRA, 1989, p.121). Enquanto isso não for estimulado no Brasil, a restauração tenderá a correr à margem dos departamentos de projeto e tecnologia dos cursos de Arquitetura e Urbanismo.

Pouco se tem feito para alterar esse estado de coisas. Projetar a preservação segue sendo uma atividade menor diante do conjunto global das intenções criativas, das definições de "partido" de um edifício novo que, paradoxalmente, se alinha à perda da arte de construir. Também, a variabilidade de abordagens no ensino de arquitetura ampliou-se consideravelmente nos últimos anos num quadro em que "as escolas brasileiras vem se colocando na situação de privilegiar desproporcionalmente, no ensino de projeto de Arquitetura e Urbanismo, em suas várias escalas, uma espacialidade imaterial ou, mais grave, uma imaterialidade do espaço" (PISANI *et al.*, 2009, p.7).

O excessivo valor atribuído à "ideia", à resultante estética de problemas programáticos e funcionais, segue sendo comum nas chamadas disciplinas de "síntese projetual", com grande ênfase à genialidade acompanhada do seu detalhamento (quando acontece), minimizando a expressão dos materiais e dos modos de construir. Ora, a imersão nesse sistema educacional atrofia a capacidade de compreender o ambiente e a historicidade de um repertório acumulado para a viabilização da transformação do espaço construído, uma habilidade essencialmente técnica. Nessa direção, a Restauração Arquitetônica, que exige a compreensão ponderada dos valores memoriais que o corpo dos edifícios engendra para a seleção do que pode ser suprimido, adicionado, alterado ou conservado, não pode se valer desta desmedida estetização para atingir resultados preservacionistas desejáveis com eficácia. É aí que se instaura um já conhecido impasse entre "criação" e "preservação", superficialmente postos em lados distintos no cotidiano profissional.

A CARPINTARIA DOS EDIFÍCIOS DE RAMOS DE AZEVEDO, QUASE UM ENIGMA CONTEMPORÂNEO

Desde 2004, a disciplina "Técnicas Retrospectivas" do Curso de AU da UNICAMP tem procurado estimular a associação de projeto arquitetônico e conhecimento histórico a variadas situações. Trabalhos produzidos na disciplina pelos alunos, além de representarem em alguns casos a primeira documentação sistemática de reconhecimento físico do patrimônio de Campinas — em especial quando são abordadas temáticas relativas ao patrimônio ferroviário e industrial da cidade — tem servido para a proposição de tom-

bamentos e novas pesquisas aplicadas a técnicas construtivas tradicionais (TIRELLO, 2009). Tratam-se de estudos desenvolvidos em âmbito acadêmico que positivamente se estendem profissionalmente e se tornam efetivas contribuições também para a preservação do patrimônio histórico-arquitetônico do Estado de São Paulo.

Em 2014, com base em laudo técnico emitido pela Prefeitura do *Campus* que constatava a ocorrência de sinistro com causa em danos na cobertura do edifício principal, a UNICAMP interditou o COTUCA por medida de segurança, com a intenção de executar reparos urgentes. Por serem construções protegidas oficialmente por órgãos preservacionistas, a universidade solicitou estudos mais detalhados para avaliar a extensão dos danos e as possibilidades de recuperação física da estrutura. Na época, não se contava com nenhum desenho da cobertura para apoiar os exames necessários, nem mesmo no conjunto de peças gráficas do projeto de Ramos de Azevedo. O desconhecimento da extensa trama estrutural da cobertura do Edifício Escola (Prédio 1) exigiu a realização de pesquisas de caráter preventivo priorizando o desejo de melhor conhecer também os próprios da universidade.

A partir das referências organizadas por estudos preliminares realizados em 2007 por alunos de graduação[8] e frente à ausência de dados cadastrais dos edifícios feitos com maior acuidade pela área técnica de obras da UNICAMP, organizou-se nova equipe para realizar estudos técnicos aprofundados sobre o COTUCA. Os trabalhos corresponderam ao levantamento métrico da estrutura de cobertura, um complexo exemplar de carpintaria tradicional composto de peças de madeira originais, e dos forros que a ocultam — inseridos provavelmente na década de 1960 —, avaliando-se o que deveria ser substituído ou mantido. Durante dois meses no início de 2014, procedeu-se à identificação de tipologias forros, encaixes e soluções construtivas da enorme estrutura, cuja originalidade foi aferida. Foram descobertos sob forros de madeira "paulistinha" vestígios de forros de estuque originais característicos do período e das obras do arquiteto Francisco de Paula Ramos de Azevedo (Figura 4).

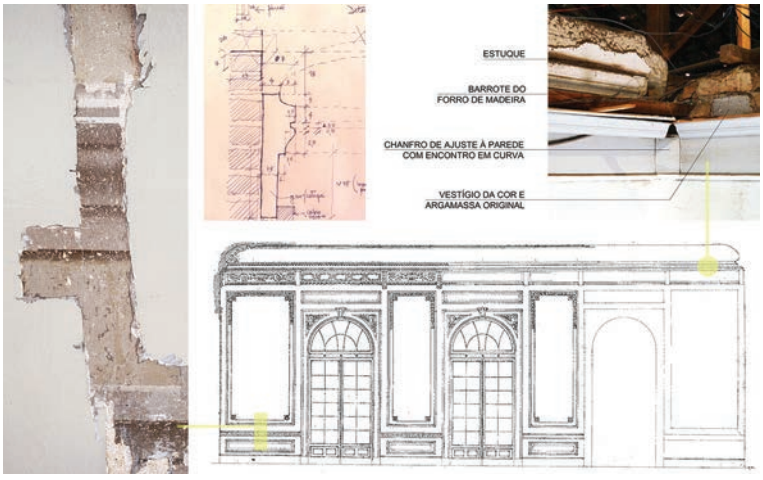


FIGURA 4 — Estuques e pinturas do Salão Nobre do Edifício Escola. Abaixo, desenho de projeto de Ramos de Azevedo com determinação de áreas a decorar com elementos artísticos. Sondagens de superfícies e inspeções no entre vão dos forros confirma execução de estuques e pinturas murais.
Fontes: Desenho de Ramos de Azevedo, Acervo da Biblioteca da Universidade de São Paulo e Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (1916) e Fotografias e desenhos Grupo de Conservação e Restauro da Arquitetura (2014).

Este estudo específico foi realizado por alunos de pós-graduação e graduação em AU da UNICAMP, integrados à equipe técni-

ca elaborada para esse fim, no âmbito do grupo de pesquisa Grupo de Conservação e Restauro da Arquitetura e Sítios Históricos (GCOR)-Arquitetura/UNICAMP[9] a pedido da Coordenadoria de Projetos e Obras[10]. Foram feitas medições diretas e indiretas, com o uso de instrumentação tradicional (Figura 5) e de suporte computacional para a representação e descrição dessas estruturas (Figura 6). Cumpre destacar que a viabilização dessas ações representou diligente aprendizado por parte dos graduandos integrados na equipe de investigação em face da pouca familiaridade com sistemas construtivos antigos e complexos, ainda que bem instruídos para consecução de desenhos digitais. O difícil acesso ao entre desvão dos forros e a necessidade de planejamento de etapas de montagem dos desenhos, deixavam os alunos participantes pouco a vontade devido a estranheza com o tipo de mensuração necessária ao registro de edifícios históricos. Isso corroborou a ideia de que práticas de campo deveriam ser continuadas e oportunizadas a um número maior de estudantes.

As primeiras observações feitas *in situ* já solicitavam inspeção apurada: verificar e registrar o estado dos forros do segundo pavimento da "Escola" — visivelmente de madeira "paulistinha" mais recente — e o da estrutura do telhado que se julgava ser a original. O levantamento métrico correspondeu, portanto, a uma minuciosa identificação morfológica da carpintaria histórica comprovando a existência de 12 tipos de tesouras de pinho-de-riga e outras madeiras nobres, algumas delas com vãos de até 18m de comprimento e 6m de altura, em bom estado de conservação e sem aparentes ataques de pragas (TIRELLO & FREITAS, 2015). Confirmou-se que os forros de madeira, de pior qualidade e severamente comprometidos, eram de fatura posterior e poderiam ser removidos para ampliação do diagnóstico completo, ação conservativa subsidiada por decisão do CONDEPHAAT que também solicita a elaboração de um plano de conservação preventiva.

UM CURSO DE PRÁTICAS DE CANTEIRO PARA ESTUDAR A ARQUITETURA DO PASSADO

O constante desafio colocado para arquitetos e gestores urbanos é como preservar, seja uma cidade, parte dela ou apenas um monumento isolado, sem engessá-los e sem alienar seus habitantes, os usuários. Restauro não é obra predial comum. Há um *corpus* normativo de aceitação internacional que sistematiza suas ações. A intervenção física para recuperação de edifícios de interesse arquitetônico e cultural corresponde a trabalho especializado que solicita o desenvolvimento de estudos multidisciplinares entre história, tecnologia e projeto. É preciso que sua conclusão garanta a salvaguarda dos valores patrimoniais das preexistências por meio da recuperação crítica de sua materialidade, sem deixar de responder às necessidades contemporâneas de segurança, conforto, higiene e funcionalidade.

A manifestação do tempo nos objetos do passado é fenomenológica, um presente em continua mutação que corresponde às muitas etapas do envelhecimento da matéria. Restaurar não significa voltar ao estado original da construção, mas se ocupar desse en-

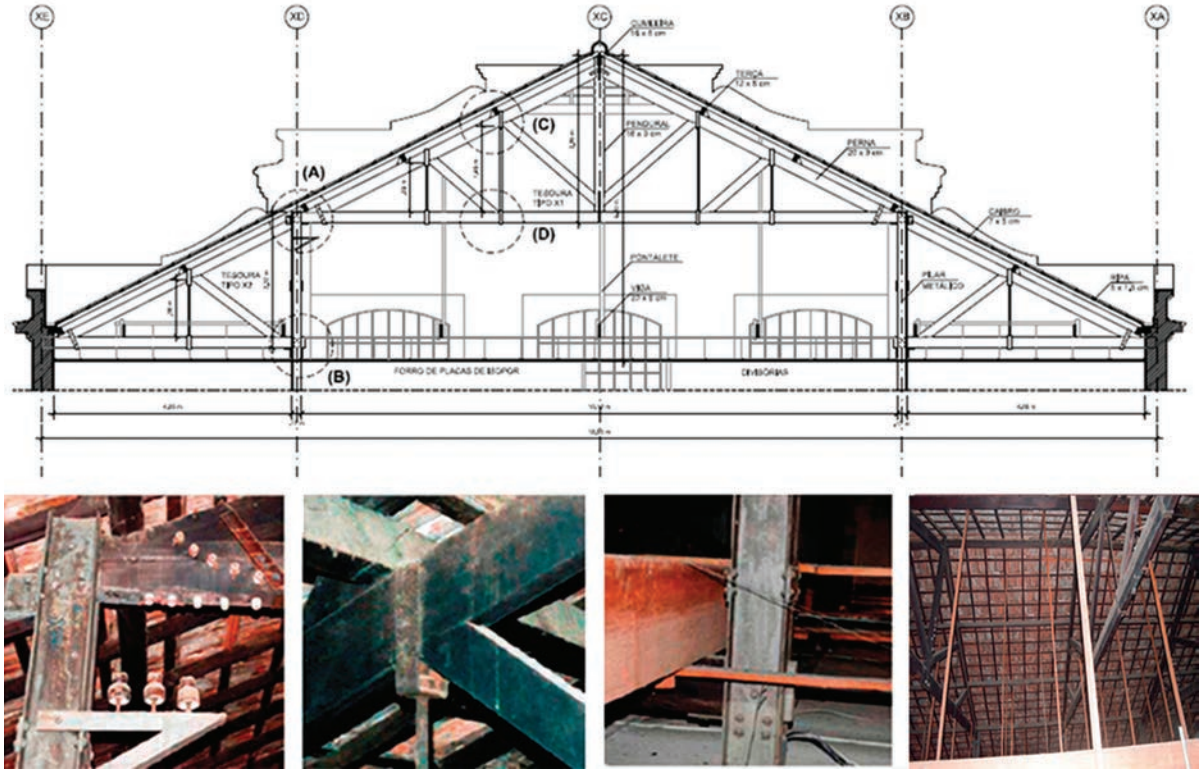


FIGURA 5 — Levantamento métrico da estrutura de madeira e pilares de ferro do *Edifício das Oficinas*, originalmente exposta. Observar na linha de base os forros atuais pendurados na estrutura que ocultam particularidades do sistema construtivo.
Fontes: Fotografia do Grupo de Conservação e Restauro da Arquitetura (2014) e Desenho de Pedro Murilo G. Freitas (2014).

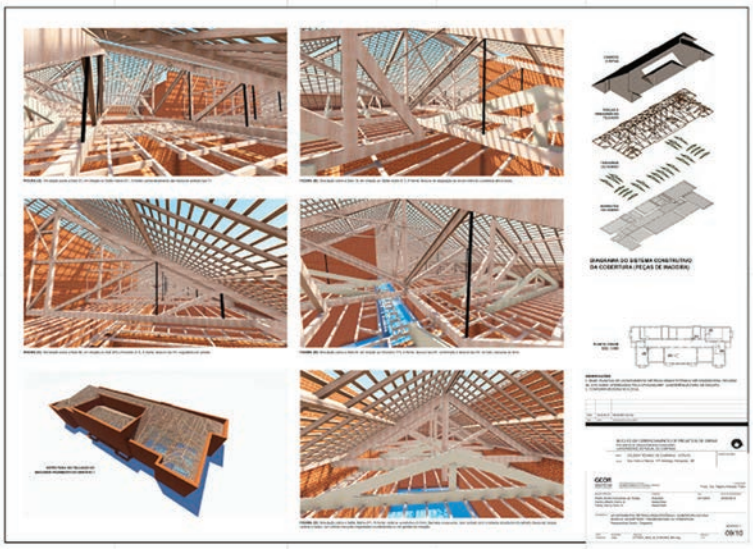


FIGURA 6 — Banco de dados digital das peças de madeira do Edifício Escola (Prédio 1) adotando tecnologia BIM.
Fonte: Grupo de Conservação e Restauro da Arquitetura (2014).

velhecimento da matéria, procurando detê-lo ou anulá-lo por meio de intervenções de caráter técnico e estético. Não há um único tempo para o qual retroceder, mas muitos "estratos temporais" a compatibilizar em um projeto final de restauração.

Sendo impossível voltar no tempo, no plano operativo, a restauração arquitetônica não é mera reconstrução baseada em aspectos estilísticos e tipológicos que caracterizam os restauros *fachadistas* tão ao gosto do mercado imobiliário. Essa é uma distorção perversa da preservação que tem correspondido a invenções reconstitutivas de formas supostamente antigas e ao uso indiscriminado de técnicas e materiais incompatíveis com a tipologia e natureza dos bens intervencionados.

O restauro conservativo contemporâneo requer estudos científicos pertinentes ao reconhecimento qualitativo e quantitativo das marcas que o tempo deixou no corpo das edificações para aferir suas especificidades históricas e formais. Em apoio a esta leitura crítica concorrem estudos da história das técnicas construtivas, história da arquitetura, da arqueologia, da antropologia cultural, entre outros, usando-se para apoio dos registros e conclusões diagnósticas a fotografia, o desenho geométrico, as tecnologias digitais e as ciências aplicadas.

> Na área da conservação e restauro, mesmo quando se busca a compreensão dos processos degenerativos somente com o objetivo de estancá-los — com finalidade que aparentemente pode ser reduzida a causa e efeito — se está questionando a história do manufato e das relações com o ambiente em que se insere, se está indagando a cultura do qual deriva e a cultural à qual se repropõe (TIRELLO, 2012, p.245).

Edifícios históricos são artefatos estratificados e podem ter incorporado certas mudanças físicas ao longo do tempo que, ao invés de descaracterizá-los em sentido negativo, agregam outros valores culturais também passíveis de serem considerados em projetos de restauro ou reabilitação, em favor deles. É preciso saber identificá-las com rigor crítico. Para tanto, a experiência da observação minuciosa do artefato propiciada por práticas de canteiro é requerida e fundamental para o delineamento de diretrizes projetuais de restauração, regidas por critérios conservativos.

Um projeto de restauração se processa pelo encadeamento de várias fases de estudo do objeto e de seu entorno. Iniciando-se pelas imprescindíveis pesquisas históricas documentais e embasamento teórico, passa por levantamentos métricos minuciosos e análises diagnósticas aprofundadas para reconhecer danos e alterações que acometem os artefatos. Essa categoria de análise fornece dados tangíveis de diferentes naturezas que, quando devidamente cotejados, sugerem as direções da reabilitação física adequada à valorização da historicidade dos bens. É o objeto que sugere a especificidade, a amplitude das intervenções a operar e as formas de reuso a propor, e não o contrário. Assim, um projeto de intervenção em preexistências não envolve apenas problemas afeitos a questões

estruturais e estéticas, mas observa a conservação de sua substância material, uma avaliação que por vezes solicitará o emprego de métodos e procedimentos analíticos variados que não integram a grade curricular de cursos de arquitetura e engenharia. Contudo, arquitetos e engenheiros precisam conhecer os exames objetivos que um determinado edifício requer para poder solicitá-los a profissionais de outros campos de atuação em favor dos bons resultados do projeto de restauração final e preservação do objeto no tempo.

São sempre muitas as perguntas relacionadas a como proceder frente à recuperação física de uma preexistência de interesse. Reforma ou restauro? Quais os critérios que presidem o desenvolvimento de um projeto de reabilitação de um edifício antigo de valor histórico e arquitetônico? Quais fatores ou circunstâncias impõem operações de conservação e quais parâmetros devem guiá-las? Reutilizá-los de que modo? Repropondo os usos antigos ou mudando-os? Reforçando e recuperando o que está em mal estado? Completando o que permaneceu ou renovando para as superfícies para que pareça igual ao momento de sua construção?

A crescente demanda do mercado profissional por trabalhos de restauração, conservação, reabilitação, ou mesmo *retrofit* de edifícios históricos em mau estado, tem se refletido em expressiva procura por cursos de pós-graduação (*stricto* e *lato sensu*) na área da preservação arquitetônica que subsidiem tecnicamente o desenvolvimento de projetos de conservação e restauro e apoiem efetivamente práticas operativas por eles requeridas. É grande a solicitação especifica por conhecimentos tecnológicos de materiais tradicionais, sistemas controlados de registro e de diagnósticos de conservação associados a medidas curativas para garantir a preservação material das edificações ao longo do tempo.

Os enfoques disciplinares de grande parte dos Programas de Pós tendem a priorizar abordagens antropológico-culturais, processos de gestão de sítios e questões pertinentes à educação patrimonial, em resposta a políticas públicas governamentais. Em que pesem a necessidade e excelência dessas pesquisas, por não tratarem de aspectos técnicos das construções históricas, não tem sido suficiente para apoiar projetos de reparação ou restauração efetiva dos artefatos arquitetônicos. É preciso rever também as grades de disciplinas dos cursos de pós-graduação em arquitetura no que tange ao estudo da herança cultural.

Afinal, em caso de reabilitação material, o que manter? O que suprimir? O que consolidar? O que substituir? Em resposta às constantes solicitações de alunos por conteúdos que contemplassem a operatividade no restauro, em 2016 criou-se no curso de Arquitetura e Urbanismo da UNICAMP uma disciplina eletiva, em caráter experimental, intitulada "Laboratório de Restauração Arquitetônica: teoria e prática", tomando como objeto de estudo o Edifício das Oficinas (Prédio 2).Trata-se de uma construção histórica razoavelmente preservada que se adequava perfeitamente ao ensino de processos de diagnóstico *in situ* como complementação de disciplinas regulares ministradas na área de preservação arquitetônica, uma habilidade que há muito se tencionava propiciar aos

alunos em prol da qualificação de suas práticas profissionais futuras. Retomar estudos do "Oficinas" possibilitava ainda a continuidade de pesquisas iniciadas em 2014 sobre os sistemas construtivos adotados por Ramos de Azevedo. Aprender fazendo colocava-se no horizonte de possibilidades do ensino da restauração no curso de AU da UNICAMP.

"LABORATÓRIO DE RESTAURAÇÃO ARQUITETÔNICA: TEORIA E PRÁTICA": CONCEPÇÃO, DESENVOLVIMENTO E RESULTADOS

A escolha dos edifícios históricos que sediavam o COTUCA para o desenvolvimento do curso "Laboratório" foi de fato providencial e proporcionou colaborações de mão dupla. As construções em causa eram propícias para a abertura de um canteiro que permitisse o início de avaliações aprofundadas das estruturas e materiais constitutivos, capazes de fundamentar e direcionar projetos de reabilitação física e o apoio ao ensino de práticas instrumentais de estudo de edificações de valor histórico. Em consequência, os produtos resultantes dos trabalhos a serem realizados no âmbito da disciplina, ao se constituírem em banco de informações especializadas, apoiariam concretamente a programação de obras de conservação futuras. O antigo edifício "Oficinas" se adequava perfeitamente ao escopo de um curso prático e o viabilizava.

Analisar diretamente obras campineiras de Ramos de Azevedo, por outro lado, significava oportunidade ímpar de aprendizado sobre sistemas construtivos tradicionais difundidos no Estado de São Paulo, posto que a caracterização e tipificação material de outros prédios escolares erigidos no final do Século XIX e início do Século XX poderiam se beneficiar da exemplaridade do projeto do arquiteto para o antigo Instituto Técnico Bento Quirino. Sendo esse um modelo construtivo basilar, possibilitaria a ampliação dos conhecimentos dos alunos, futuros arquitetos atuantes na região, sobre o repertorio tecnológico do período e daria a conhecer as transformações e avarias que costumam acometer edificações similares.

Havia muito ainda por conhecer também a respeito da cronologia física do antigo Instituto. As lacunas informativas acerca de modificações ocorridas nas edificações históricas costumam ser muitas, em especial no Brasil, onde acervos organizados de documentação arquitetônica são raros. Ao contrário do que imaginam aqueles menos familiarizados com estudos de estratificação arquitetônica, as notícias sobre mudanças formais, programáticas e materiais de uma preexistência precisam ser quase sempre entendidas a partir do corpo do edifício configurado na contemporaneidade e aferidas com métodos combinados de avaliação. No caso das duas construções históricas do antigo Instituto não haveria de ser diverso.

Com exceção do levantamento da complexa estrutura lígnea de cobertura do prédio principal realizado pelo GCOR-Arquitetura/UNICAMP, a documentação gráfica disponível sobre os prédios, salvo melhor juízo, resume-se a duas plantas esquemáticas: uma referente ao projeto original de Ramos de Azevedo de 1916[11] e uma do estado atual

produzida em AutoCad (Autodesk, San Rafael, CA, Estados Unidos, versão 2000)[12] em 2009 (Figura 7). Desconhecem-se outras peças gráficas, ou mesmo registros fotográficos, que informem sobre o tipo e amplitude das alterações perimetrais e ambientais que *in situ* se observam terem existido no hiato de tempo que as datas dessas plantas perfazem.

Mudanças prediais existiram, é fato. Os documentos informam que, sem nunca ter deixado de ser espaço de ensino, as vicissitudes do Instituto levaram os edifícios a acolher diferentes funções educacionais ao longo de sua vida até a cessão de uso à UNICAMP em 1967, quando continuam a ser objeto de frequentes obras de manutenção. Tais alterações necessariamente implicaram adaptações prediais — subdivisões de espaços existentes ou pequenas ampliações — que, em contexto de restauro arquitetônico, ganham especial significação. À luz das recomendações normativas internacionais, é desejável que todas as transformações sejam identificadas e valoradas sob o ponto de vista de sua historicidade para balizar decisões de projeto. Nessa direção, noções de estratificação arquitetônica deveriam também ser incorporadas aos conteúdos do curso. Interessava instrumentalizar os alunos para distinguir formas e materiais originais das alterações e sobreposições espúrias (ou não) ocorridas entre o período da construção do prédio e nossos dias; essas só são verificadas, apreendidas, distinguidas com exames visuais *in situ*. A experiência de campo é que traz a acuidade necessária para a percepção de diferenças sutis presentes em uma mesma superfície. Em suma, interessava ensinar os estudantes a olhar um edifício histórico de forma crítica em sua totalidade e minúcias.

Se é o estado de uma preexistência que determina o processo de restauro adequado para sua recuperação, e não o contrário, no campo da conservação arquitetônica considera-se que cada caso é um caso. São as características originais e conservativas específicas de um dado objeto que indicam a escolha de métodos de reconhecimento a adotar e a profundidade dos estudos a empreender. E são muitas a variáveis instrumentais e sequenciamentos possíveis.

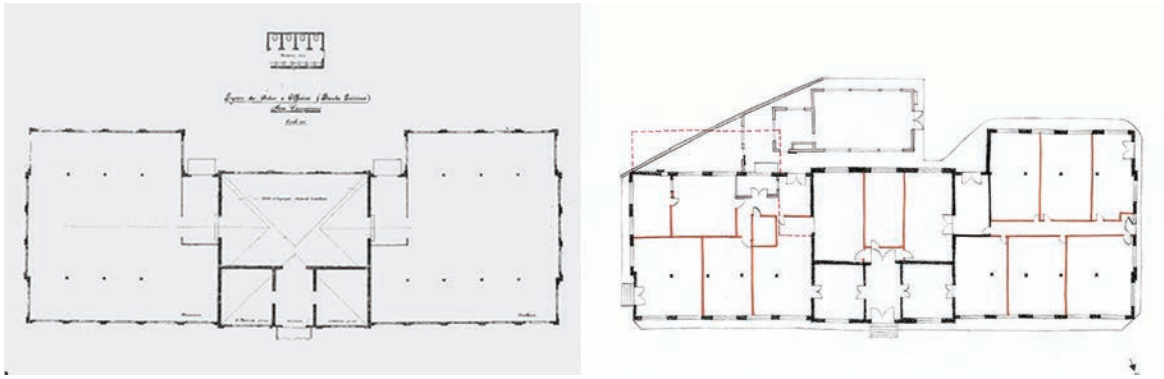


FIGURA 7 — Planta original de 1916. Croqui de levantamento da situação atual do Prédio Oficinas realizado na disciplina AU253/AQ106; Desenho: Giulia Vercelli.
Fontes: Acervo da Biblioteca da Biblioteca da Universidade de São Paulo e Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (1916).

> No campo da Restauração Arquitetônica, exames diagnósticos correspondem ao conjunto de estudos técnicos para analisar estruturas e paramentos murários com o objetivo de avaliar processos degenerativos [...] além dos dados informativos sobre o estado de conservação dos materiais, podem propiciar o reconhecimento estratificações temporais não documentadas convencionalmente, contribuindo para conhecimentos sobre "História da Técnica e da Construção" (VILLELA & TIRELLO, 2014, p.1).

No caso do prédio "Oficinas", a mencionada exiguidade das fontes documentais sobre o tipo e abrangência das mudanças ocorridas em seu exterior e interior e a inexistência de estudos específicos sobre seu sistema construtivo e ambiências pretéritas ensejou no planejamento da "disciplina prática" a adoção de postulados da Arqueologia da Arquitetura (AA) para apoiar os trabalhos de investigação de cronologia arquitetônica. Trata-se de campo disciplinar que, adotando métodos derivados da arqueologia, considera um edifício histórico como produto da dinâmica construtiva que o conforma em um sistema heterogêneo de técnicas e materiais. A matéria arquitetônica que chega até nossos dias costuma ser decorrência de transformações ao longo do tempo. Nessa perspectiva os "períodos" de vida de uma edificação podem ser atestados tanto por remoção como por construção de parte adossada ao corpo original, quanto por modificações de cores e elementos ornamentais, a exemplo de pinturas artísticas parietais que costumam dar claras informações indiretas sobre as mudanças de função de um mesmo cômodo. Era preciso "historicizar" o edifício.

Com efeito, não basta comparar planta original com planta atual para perfazer a história construtiva de um edifício. Diferenças de texturas em superfícies argamassadas indicam variados tipos de refazimento, fissuras no reboco denunciam alargamentos ou fechamentos de vãos e mudanças de espessuras de parede e irregularidades na paginação de tabuados de piso podem sugerir obras de compartimentação de espaços, entre outros tantos sinais sutis que indicam alterações operadas (e não documentadas). Nos prédios antigos esses são fenômenos a investigar por conduzirem à compreensão de diferentes fases de integridade de uma mesma arquitetura (Figura 8). Na fase exploratória dos aspectos macroscópicos do prédio, as técnicas de AA auxiliaram muito na identificação estratigráfica do "Oficinas".

Pré-diagnósticos de conservação implicam na realização de desenhos técnicos de levantamento em escalas diversas, fotografias especiais (do micro ao macro), exames táteis e visuais de superfícies, mapeamentos especiais de danos dos materiais controlados por normativas específicas, consecução de fichas para documentação de cada elemento constituinte da arquitetura (cerâmica, madeira, pedra, reboco, etc.) além de extração de amostras de materiais para caracterização. É nesta fase dos trabalhos que o operador se apropria do objeto, quando busca conhecê-lo em todas as suas dimensões, do projeto original às estratificações históricas, da morfologia à degradação dos materiais.

Com base nesses entendimentos, a elaboração da disciplina "Laboratório de Restauração Arquitetônica: teoria e prática"[13] associou aulas teóricas e leituras programadas

FIGURA 8 — Sondagem estratigráfica vertical. Pintura mural artística identificada sob 5 camadas de tintas em antiga parede que não consta no projeto original de Ramos de Azevedo.
Fonte: Grupo de Conservação e Restauro da Arquitetura (2016).

FIGURA 9 — Estudo sobre alterações e danos nos revestimentos externos. Argamassas incompatíveis, desagregação, colonização biológica.
Fonte: Grupo de Conservação e Restauro da Arquitetura (2016).

a práticas de levantamento de campo, adotando métodos de análise e documentação de edifícios e sítios que estimulam a observação direta das preexistências em seu contexto ambiental. O objetivo maior era possibilitar aos estudantes a compreensão dos requisitos fundamentais das várias etapas de um projeto de restauração arquitetônica, promovendo a necessária coerência entre interpretação histórica do objeto, seu estado de conservação e sua linguagem arquitetônica na determinação do projeto.

Com carga horária de 4 horas-aula semanais e contando com a participação de 45 alunos, provindos neste oferecimento dos cursos de graduação e pós-graduação, a disciplina "Laboratório" se desenvolveu em 3 módulos interdependentes por meio de aulas expositivas, palestras e realização de exercícios em campo (Figura 9), estes últimos cor-

respondendo a 70% do curso (referentes abaixo aos módulos 2 e 3), com os participantes divididos em 6 equipes de estudo temático, a saber:

■ Módulo 1 — História da arquitetura e teoria e método da restauração: estudo das características históricas, formais e materiais de preexistências arquitetônicas e o projeto de restauração: Aulas teóricas e leituras relacionadas à temática que trataram de questões introdutórias acerca dos pressupostos teóricos que regem a restauração contemporânea enfatizando argumentos como as especificidades do restauro arquitetônico, o projeto de restauração e a arqueologia da arquitetura, terminologia de base e normativas internacionais. As aulas referentes à história da arquitetura foram especialmente programadas para subsidiar a leitura da arquitetura construída de Ramos de Azevedo, destacando noções sobre a historiografia da arquitetura brasileira e estrangeira do Século XIX e a arquitetura escolar republicana no Estado de São Paulo, encerrando-se com o evento "As antigas escolas públicas paulistas: problemas e critérios para a sua preservação"[14], organizado na UNICAMP.

■ Módulo 2 — Documentação de arquitetura preexistente: métodos e aplicações: Atividades de campo que visaram apresentar noções sobre materiais e técnicas tradicionais e patologia das construções, associados à capacitação a métodos de registro de danos da arquitetura e de seus bens integrados e ao conhecimento de sistemas de representação da estratigrafia histórico-arquitetônica dos edifícios de valor histórico e cultural. Os exercícios se concentraram em atividades de documentação arquitetônica envolvendo o reconhecimento preliminar da edificação (análise); documentação gráfica e fotográfica (registro) e diagnóstico (interpretação dos dados obtidos nas etapas precedentes), visando à elaboração de um conjunto de informações sobre o objeto de estudo em desenhos temáticos associado a um glossário fotográfico e lexical de danos nas fachadas do edifício de estudo (Figura 10). A métodos tradicionais de desenho combinaram-se ainda sistemas especiais de registro usando tecnologias digitais, a exemplo da fotogrametria para estudo das fachadas e o uso de *drones* para inspeção e documentação da cobertura, calhas, sistemas de escoamento e platibandas, presentes em locais de difícil acesso.

■ Módulo 3 — Processo de análise e síntese crítica: Estudos em campo tendo por finalidade a inventariação crítica das características e grau integridade (ou não) dos principais materiais integrantes do edifício (no caso, rebocos, pinturas, madeiras e metais), associados aos problemas degenerativos que lhes são peculiares e das interações que provocam avarias. Pela característica monumental do conjunto arquitetônico, dois grupos realizaram ainda estudos sobre sua implantação histórica e inserção urbana no bairro do Botafogo. Com base em documentos reunidos, avaliaram-se em perspectiva temporal as mudanças do entorno e limitações das condições de visibilidade atual das construções de interesse.

Destaca-se que as mencionadas etapas de estudo de campo tiveram caráter essencialmente cognitivo, usando-se métodos tradicionais de análise não invasiva dos objetos que, somados, trouxeram dados concretos sobre as descontinuidades dos paramentos

FIGURA 10 — Restituição fotogramétrica da fachada leste; imagem sem deformação da perspectiva, para avaliar conservação global. Ficha de classificação de danos para reboco elaborada no curso com base nas normativas italianas que definem classificação das patologias de materiais pétreos "naturais" e artificiais: UNI 1182:2006.
Fonte: Grupo de Conservação e Restauro da Arquitetura (2016).

murários, das superfícies argamassadas e dos sistemas de captação de água. Viabilizou-se o conhecimento da natureza material, formal e do tipo de deterioração combinada dos elementos constitutivos de uma arquitetura de clara orientação fabril, feitos tijolos rebocados em que há predominância do uso do ferro e madeira nas caixilharias e estruturas.

Os resultados dos módulos da disciplina foram expressos em peças gráficas com desenhos e imagens fotográficas em escalas diferentes em acordo com o grau de especialização da informação que se tencionava registrar e comunicar. Esses registros virão a se constituir em ferramenta de trabalho na ocasião da intervenção ou em documentação científica para controle conservativo do prédio e que, pela importância do conjunto, também será oportunamente difundido em publicação de divulgação para a comunidade acadêmica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Experiências de integração de ensino a atividades profissionais são sempre bem-vindas e desejadas pelos estudantes de AU, mas também podem trazer diversos desafios, situações inesperadas e inúmeros problemas e, talvez por isso, tem sido prática pouco comum. Ao professor, é sempre mais cômodo manter-se protegido pelo espaço da sala de aula ou se orientar na perspectiva de um arauto transmissor de conteúdo. No entanto, como falar de "pátina", vocábulo tão comum no campo da Restauração, a um estudante que pelo hábito do risco infalível da prancheta nunca havia visto como se constrói uma parede de tijolos ou como envelhece um reboco?

Num campo que se caracteriza pelas muitas interfaces com outras áreas do conhecimento como a Restauração, ressaltar o papel da experiência em disciplinas diretamente vinculadas à construção tradicional é ampliar a capacidade de interação dos estudantes com a realidade, de perceber as múltiplas temáticas que as paredes da arquitetura histórica suportam. Nesta perspectiva, a problemática inserção da Restauração nos currículos

de AU ainda não pode ser resolvida sem um amplo debate acadêmico. As universidades públicas, que costumam possuir entre os seus bens diversos edifícios de interesse patrimonial, têm plenas condições de agregar nos currículos visões alternativas que oportunizem a difusão de conhecimentos operacionais para a preservação arquitetônica.

NOTAS

1. Em 2010, o CONDEPHAAT tombou em conjunto 126 escolas construídas na Primeira República entre 1890 e 1930, como representativas do Programa Pedagógico Republicano. Processo de Tombamento Estadual nº 24929/1986, Resolução CONDEPHAAT nº 60 de 21/07/2010.

2. Processo de Tombamento Estadual nº 2285/1983, Resolução nº 30 de 29/10/1984.

3. Processo de Tombamento Municipal nº 10/1992, Resolução nº 132 de 13/10/2015.

4. Em 1927, o "Instituto Profissional" transforma-se em "Escola Mixta Profissional", que agrega o ensino feminino; em 1958, é reformado e cedido ao Estado para se constituir no "Ginásio Industrial Estadual"; em 1967, é definitivamente incorporado à Universidade Estadual de Campinas. Informações coletadas no Livro de Atas (1915-1973) do Instituto Profissional Bento Quirino disponível no COTUCA.

5. No início do ano letivo de 2014, a UNICAMP, por prudência, resolveu interditar o Edifício Escola (Prédio 1) até a execução de um projeto completo de restauro a ser devidamente aprovado pelos órgãos de preservação.

6. As informações disponíveis indicam uma fragilização das edificações entre os anos 1950 e 1960, que sugerem a realização de reformas não documentadas para a adaptação do conjunto ao uso público. Informações coletadas no Livro de Atas (1915-1973) do Instituto Profissional Bento Quirino disponível no COTUCA.

7. O campo das 'Técnicas Restrospectivas', termo concebido pelo historiador Leonardo Benevolo, é área que integra as Matérias Profissionais definida pela Portaria nº 1770, de 21 de dezembro de 1994.

8. Disciplina AU814 - "Técnicas retrospectivas" do curso de Arquitetura e Urbanismo da UNICAMP.

9. GCOR da Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo da UNICAMP (GCOR-Arquitetura/UNICAMP), coordenado pela Profa. Dra. Regina Andrade Tirello.

10. Relatório Técnico coordenado pela Profa. Dra. Regina Andrade Tirello, com participação do Arquiteto Pedro Murilo Gonçalves de Freitas (Doutorando Pós-Graduação Arquitetura, Tecnologia e Cidade/UNICAMP) e os alunos Carlos Cenci Jr. e Verley Henry Coco Jr. (Graduação AU/UNICAMP).

11. Cópia em pdf disponível na Biblioteca da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo — Universidade de São Paulo em São Paulo.

12. Levantamento cadastral fornecido pela Coordenadoria de Projetos e Obras - UNICAMP e incompleto. Este material, por não ter sido finalizado, não está disponível para consulta.

13. A disciplina AU253/AQ106 — Laboratório de Restauração Arquitetônica: teoria e prática, neste oferecimento, foi ministrada pelos professores Profa. Dra. Regina Andrade Tirello (docente responsável), Prof. Dr. Rafael Urano Frajndlich (docente colaborador) e Pedro Murilo Gonçalves de Freitas (Programa de Estágio Docente, Doutorando Pós Arquitetura, Tecnologia e Cidade -UNICAMP).

14. Evento realizado em 7 de outubro de 2016 na Biblioteca Central César Lattes com palestras proferidas pelas professoras Silvia Ferreira dos Santos Wolff e Ana Maria Reis de Góes Monteiro, seguidas de debates sobre a preservação dos edifícios históricos escolares paulistas tombados e a inauguração da exposição "A carpintaria dos edifícios escolares de Ramos de Azevedo: o caso exemplar da Escola Profissional Bento Quirino" dando a conhecer desenhos técnicos realizados em 2014.

REFERÊNCIAS

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Portaria n° 1770, de 21 de dezembro de 1994. *Ministério da Educação*, Brasília, 21 dez.1994.

CARVALHO, M.C.W. *Ramos de Azevedo*. São Paulo: Edusp, 1998.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO. Liceu de Artes e Ofícios Bento Quirino. São Paulo: FAUUSP, 1916. (Acervo Ramos de Souza, P AZ25/727.4 B)

GRUPO DE CONSERVAÇÃO E RESTAURO DA ARQUITETURA. *Banco de dados digital das peças de madeira do Edifício Escola*. Campinas: UNICAMP, 2014. (Arquivo GCOR-Arquitetura/UNICAMP).

GRUPO DE CONSERVAÇÃO E RESTAURO DA ARQUITETURA. *Croqui de levantamento da situação atual do Prédio Oficinas*: Desenho de Giulia Vercelli. Campinas: UNICAMP, 2014. (Arquivo GCOR-Arquitetura/UNICAMP).

GRUPO DE CONSERVAÇÃO E RESTAURO DA ARQUITETURA. *Estuques e pinturas do Salão Nobre do Edifício Escola*. Campinas: UNICAMP, 2014. (Arquivo GCOR-Arquitetura/UNICAMP).

GRUPO DE CONSERVAÇÃO E RESTAURO DA ARQUITETURA. *Instituto Profissional Bento Quirino/Colégio Técnico de Campinas*: Edifício Escola e Edifício das Oficinas, Campinas: UNICAMP, 2014. (Arquivo GCOR-Arquitetura/UNICAMP).

GRUPO DE CONSERVAÇÃO E RESTAURO DA ARQUITETURA. *Levantamento métrico da estrutura de madeira e pilares de ferro do edifício das Oficinas*. Campinas: UNICAMP, 2014. (Arquivo GCOR-Arquitetura/UNICAMP).

GRUPO DE CONSERVAÇÃO E RESTAURO DA ARQUITETURA. *Atividades de campo*. Campinas: UNICAMP, 2016. (Arquivo GCOR-Arquitetura/UNICAMP).

GRUPO DE CONSERVAÇÃO E RESTAURO DA ARQUITETURA. *Bairro do Botafogo*. Campinas: UNICAMP, 2016. (Arquivo GCOR-Arquitetura/UNICAMP).

GRUPO DE CONSERVAÇÃO E RESTAURO DA ARQUITETURA. *Estudo sobre alterações e danos nos revestimentos externos*: argamassas incompatíveis, desagregação, colonização biológica. Campinas: UNICAMP, 2016. (Arquivo GCOR-Arquitetura/UNICAMP).

GRUPO DE CONSERVAÇÃO E RESTAURO DA ARQUITETURA. *Restituição fotogramétrica da fachada leste*: imagem sem deformação da perspectiva, para avaliar conservação global. Campinas: UNICAMP, 2016. (Arquivo GCOR-Arquitetura/UNICAMP).

GRUPO DE CONSERVAÇÃO E RESTAURO DA ARQUITETURA. *Sondagem estratigráfica vertical*: pintura mural artística identificada sob 5 camadas. Campinas: UNICAMP, 2016. (Arquivo GCOR-Arquitetura/UNICAMP).

OLIVEIRA, M.M. *A prancheta, o canteiro e a durabilidade do construído*. *RUA*, Salvador, v.2, n.3, p.117-131, 1989.

PISANI, M.A. *et al*. *O ensino do projeto de arquitetura e urbanismo*: um canteiro experimental. SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE ENSINO E PESQUISA EM PROJETO DE ARQUITETURA, 4., 2009, Natal. *Anais eletrônicos*… Natal: UFRN, 2009.

SCHLEE, A.; MEDEIROS, A. E.; FERREIRA, O. Dissociação, fragmentação e união: a experiência do ensino de técnicas retrospectivas. SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE ENSINO E PESQUISA EM PROJETO DE ARQUITETURA, 1., 2003, Natal. *Anais eletrônicos*… Natal: UFRN, 2003.

TIRELLO, R.A. Restaurar não é pintar os edifícios de amarelo: questões sobre técnicas construtivas tradicionais. In: FONTES, M.S.G.C.; CONSTANTINO, N.R.T; BITTENCOURT, L.C. (Org.). *Arquitetura e urbanismo*: novos desafios para o Século XXI. Bauru: Canal6, 2009. p.21-34.

TIRELLO, R.A. O restauro dos murais art nouveau da Vila Penteado e o Canteiro-Escola da CPC-USP: uma experiência de formação qualificada. In: MARTINS, M.L.R.R. (Org.). *Vila Penteado 1902-2012*: Pós-Graduação 40 anos. São Paulo: FAUUSP, 2012. p.239-268.

TIRELLO, R.A.; FREITAS, P.M. A carpintaria dos edifícios escolares paulistas de Ramos de Azevedo: o caso exemplar da Escola Profissionalizante Bento Quirino em Campinas. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE PATOLOGIA E REABILITAÇÃO DE EDIFÍCIOS, 5., 2015, Porto. *Livro de Atas*… Porto: FEUP, 2015. p.551-556.

VILLELA, A.T.C.; TIRELLO, R.A. Estudos diagnósticos em Arqueologia da Arquitetura: uma investigação sobre as possibilidades do "Método Harris" para o estabelecimento de cronologias construtivas — Lidgerwood (Campinas). ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO, 3., 2014, São Paulo. *Anais eletrônicos*… São Paulo: UPM, 2014. p.1-14.

WOLFF, S.F.S. *Escolas para a república*: os primeiros passos da arquitetura das escolas públicas paulistas. São Paulo: Edusp, 2010.

Recebido em 7/3/2017, reapresentado em 12/4/2017 e aprovado em 3/5/2017.

REGINA ANDRADE TIRELLO | Universidade Estadual de Campinas | Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo | Departamento de Arquitetura e Construção | R. Saturnino de Brito, 224, Cidade Universitária Zeferino Vaz, 13083-889, Campinas, SP, Brasil | Correspondência para/ *Correspondence to*: R.A. TIRELLO | *E-mail*: <rtirello@fec.unicamp.br>.

PEDRO MURILO GONÇALVES DE FREITAS | Universidade Estadual de Campinas | Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo | Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Tecnologia e Cidade | Campinas, SP, Brasil.

A AUTONOMIA DO CAMPO DISCIPLINAR DO RESTAURO [ARQUITETÔNICO E URBANO][1]

THE AUTONOMY OF THE DISCIPLINARY FIELD OF RESTORATION [ARCHITECTURAL AND URBAN] | LA AUTONOMÍA DEL CAMPO DISCIPLINAR DE LA RESTAURACIÓN [ARQUITECTÓNICA Y URBANA]

ANA PAULA FARAH

RESUMO

O presente artigo visa compreender o campo do restauro como disciplina autônoma, esse apreendido por meio dos conceitos ditados desde finais do seculo XIX e inicio do Século XX, através das formulações de dois grandes protagonistas: Alois Riegl e Cesare Brandi, os quais deixaram uma "forte herança" no entendimento para a conservação e restauração dos bens culturais para o mundo moderno.

PALAVRAS-CHAVE: Alois Riegl. Campo disciplinar autonomo. Cesare Brandi. Metodologia do restauro. Restauração.

ABSTRACT

The objective of this article is to understand the restoration as an autonomous discipline through the concepts developed from the late nineteenth to early twentieth centuries on Alois Riegl and Cesare Brandi studies whose legacy helped comprehend conservation and restoration of modern cultural assets.

KEYWORDS: *Alois Riegl. Autonomous discipline. Cesare Brandi. The methodology of restoration. Restoration.*

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo comprender el campo de la restauración como disciplina autónoma, que captado por meio de los conceptos dictados desde finales del siglo XIX y principios del siglo XX, a través de las formulaciones de los grandes protagonistas: Alois Riegl y Cesare Brandi, que habían dejado "fuerte herencia" en la comprensión de la conservación y restauración del patrimonio cultural para el mundo moderno.

PALABRAS CLAVE: *Alois Riegl. La disciplina autónoma. Cesare Brandi. La metodología de la restauración. Restauración.*

INTRODUÇÃO

No mundo contemporâneo, temos novos paradigmas da arquitetura, maneiras novas de atuar na cidade em que vivemos e nas formas de sua percepção. Para introduzirmos um

novo artefato, intervir e ou conservar um ambiente consolidado, deve-se, portanto, atuar segundo as mudanças estruturadas no modo de pensar e de agir, diante do campo da Arquitetura e do Urbanismo. Para que isso ocorra, existem instrumentos disponíveis, que são os princípios norteadores, cuja análise crítica constitui um substrato fundamental para as futuras orientações e com repercussões diretas nas soluções projetuais, corroborando para a conservação da paisagem existente e dos espaços cultural e socialmente consolidados, legitimando o ambiente construído preexistente.

Essa relação não pode ser interpretada, muito menos entendida, como sendo algo destituído dos conceitos de restauro urbano, e muito menos compreendida como algo diverso do restauro arquitetônico. Nesse sentido, é importante salientar que as soluções projetuais, para tais intervenções, derivam da fundamentação teórico-crítica, as quais necessitam convergir para um ponto comum, tornando-as um projeto único integrado.

A inter-relação entre a História da Arquitetura, o Restauro e o Urbanismo deve ser apreendida como uma única atividade, e não fragmentada, como nos dias atuais. Giovannoni (1913a, 1913b, 1929, 1931), desponta, no início do Século XX, como sendo o principal teórico a expor métodos que aproximariam esses três universos, "supostamente" paralelos. Dialoga, de modo atento e equilibrado e introduz o conceito de restauro urbano no cerne das práticas do planejamento urbano. Importante ressaltar que é equivocado considerarmos o Restauro Urbano como sendo algo diverso do Restauro Arquitetônico. Restauro Urbano é proveniente do Restauro Arquitetônico (RACHELI, 2003), visto que restauram-se edifícios e monumentos não somente para estudá-los ou interpretá-los com o intuito em si mesmo e de forma a transmiti-lo para as futuras gerações, mas, sobretudo, para estabelecer — para além da transmissão do legado para as próximas gerações — o diálogo entre a imagem da cidade e do ambiente, no qual este monumento está inserido, para que, de fato, possa conduzir, de maneira fidedigna e seja efetiva a preservação dos aspectos documentais, materiais, formais, memoriais e simbólicos do ambiente construído preexistente.

Outro ponto fundamental a expor é o fato de interpretarmos os conceitos de conservação (que faz parte do campo disciplinar do restauro) e de transformação como sendo elementos dialéticos nas construções das cidades. A distinção entre a conservação e a transformação apresenta um vazio de significados de que o novo seja condicionado à ânsia de criação de novas formas, e se coloca na perspectiva da conservação e da recuperação dos elementos identitários que chegaram até nós. É preciso entender que esses elementos se sobrepõem e se fundem nas soluções projetuais (SAVINI, 2003). Ou seja, o restauro e as transformações dos espaços urbanos devem caminhar juntos numa única direção, como descreve Renata Picone citando Renato De Fusco[2], que a Arquitetura e o Restauro devem ser entendidos como uma atividade de transformação do existente. Contudo, para que não haja equívocos, a transformação pressupõe modificação e necessita se pautar na fundamentação teórica e no rigor metodológico (que o campo exige), sem os quais, essa

prática pode apropriar-se de respostas projetuais errôneas (por não respeitar os aspectos documentais, de composição, materiais, memoriais e simbólicos), gerando várias imprecisões e ambiguidades, acarretando toda uma série de problemas de percepção em relação ao ambiente construído preexistente.

Nesse sentido, para o entendimento dessa questão, é importante ressaltar que serão expostos temas já consolidados pela historiografia, examinando autores que, em variadas publicações corroboram com essa visão de campo disciplinar autônomo. Salienta-se, também, a relevância de revisitar a historiografia continuamente para uma compreensão pormenorizada dos instrumentos teóricos-críticos e técnicos-operacionais e seus rebatimentos na prática projetual no mundo contemporâneo.

A AUTONOMIA DO CAMPO

A conformação do restauro como campo disciplinar autônomo[3] (BOURDIEU, 2003) é algo considerado moderno, sendo diretamente relacionado à percepção de ruptura entre passado e presente — com raízes no Renascimento italiano — na crítica moderna dos Séculos XVIII e XIX e passa a se caracterizar como tal quando as ações sobre os bens culturais aferem razões afastadas do pragmatismo [de uso e econômico] (CARBONARA, 1997; KÜHL, 2009b) — que predominou por Séculos — e assume características particulares, regulamentando princípios e critérios próprios (referenciais teóricos, metodológicos, técnicos e operacionais), e que passa a ser entendido como 'ato de cultura de um presente histórico' (BONELLI, 1959; CARBONARA, 1997; KUHL, 2009b; PANE, 1987), como evidenciado por Renato Bonelli.

Segundo Maramotti (2004), o nascimento do campo disciplinar se dá, fundamentalmente, no âmbito do pensamento filosófico-teórico, na consciência histórico-intelectual das raízes do historicismo. No historicismo a consciência de que a história não volta atrás — o tempo não retorna, é um vetor linear e implica que cada momento é único, individual e irreproduzível. Não é possível (re) percorrer um momento do passado, e esse passado constitui memória, que nos deixou testemunhos que devemos entender e compreender; dessa noção surge o restauro: uma "restituição" que se aproxima da possibilidade de o passado permanecer no presente, mantendo seus legados para as gerações que estão por vir.

Desse modo, são estabelecidos percursos para alcançar os objetivos da preservação, ditados pelas razões pelas quais se preserva:

> [...] por razões culturais — pelos aspectos formais, documentais, simbólicos e memoriais —, por razões científicas — pelo fato de os bens culturais serem portadores de conhecimento em vários campos do saber —, e por razões éticas — por não se ter o direito de apagar os traços de gerações passadas e privar as gerações presentes e futuras da possibilidade de conhecimento de que esses bens são portadores (KÜHL, 2009a, p.2).

Segundo Kühl (2009b, p.59), "o processo para o entendimento do restauro como forma de cultura está ligado às mudanças ocorridas das relações entre uma dada cultura e seu passado"; como Bonelli (1959) afirmava, o restauro é um processo crítico e criativo (um é inerente ao outro), em que a referência cultural e a concepção arquitetônica se encontram e se sustentam na consciência histórica, na noção de distinção entre o passado e o presente, em que o pensamento crítico permite definir o antigo, reportando-o para dimensão real da história.

Essas reflexões críticas deram base para a forma como o restauro é entendido hoje em dia. Carbonara (1997) expõe que o 'ato de cultura' foi impulsionado pelas necessidades 'espirituais' e 'memoriais', não como de conveniência, de uso e econômico. Entende-se que a cultura significa valores que perduram no tempo na longa duração, não sendo algo transitório e nem mutável de maneira abrupta. Restauro é um ato que se volta à conservação e à transmissão dos bens ao futuro; a primeira tarefa a ser desenvolvida é o reconhecimento das qualidades de que o bem é portador, ou seja, se o bem possui 'valores' — nos dias de hoje de natureza muito variada, abarcando aspectos formais, documentais, memoriais ou simbólicos — que podem ser transmitidos. Isso, por sua vez, pode ser compreendido através dos conceitos brandianos — o reconhecimento da obra de arte definindo-os como documento (atribuição dos valores) e imagem (questão formal — estética).

Para Bonelli (1959), o restauro é atividade na qual a cultura, como um todo, opera, de modo pleno, e tem repercussões na arquitetura de hoje (recente), evidenciando a compreensão do passado e o conhecimento do momento histórico. Se a sociedade não levar em conta o restauro como ato de cultura — pois a avaliação da concepção formal da obra repercute na ação crítica coerente das instâncias culturais —, a ação vai resultar insuficiente não apenas do ponto de vista deontológico, etimológico e ontológico, mas também explicitará a falta de uma completa visão e compreensão da realidade, por ter 'ignorado e abolido a exigência formal e expressiva', sem a qual não é possível viver verdadeiramente.

O restauro é ação cultural, é de natureza cultural, como expõem Renato Bonelli e Giovanni Carbonara. Esse enraizamento na esfera cultural faz com que o restauro tenha critérios e princípios que lhe são próprios, com as consequentes metodologias, técnicas e formas operacionais. A intervenção não pode prescindir — além dos critérios e métodos próprios ao campo — da regulamentação, das normativas existentes, também no que respeita a planos diretores e outros instrumentos do planejamento urbano, e tampouco pode ignorar os aspectos sociais, econômicos e jurídicos (BONELLI, 1959).

Bonelli (1959) já demonstrava uma grande preocupação com as dificuldades derivadas de uma forma de ver o mundo exatamente pragmática, encerrada numa concepção de utilidade e de economia, de hedonismo e consumo, em entender os valores da arquitetura, do ambiente e de vários outros fatores associados. Questiona, inclusive, se a humanidade está exaurindo a necessidade, que até então tinha a arte, e se renunciou às formas de expressão artística. Preocupado com a dissociação crescente entre sociedade e

cultura, o autor acredita que cabe à cultura enfrentar o árduo problema de transpor essa fenda e reinserir na vida de grupos sociais as atividades culturais, entre elas, a restauração dos monumentos e a preservação do ambiente construído preexistente.

Quando se trata de restauro de bens culturais compreendido na sua concepção moderna (e alargada do tema), segundo Pane (1987), devemos ter em mente que não podemos restaurar todas as edificações de interesse histórico-artístico, pois se requer coerência na escolha desses bens. Os critérios de escolha serão determinados através de uma minuciosa análise, em que há necessidade de confrontar as questões que o bem suscita para vários campos do saber, como a filosofia e a estética. Esses confrontos trazem benefícios para o início de uma vida cultural, ou seja, entender que o restauro, de fato é um ato prevalentemente cultural.

Restauro nasce como processo de compreensão e valorização da obra artística e arquitetônica, e foi definido como 'juízo crítico em ação' por Cesare Barandi e Paul Philippot (CARBONARA, 1997); ou seja, é método e ato operacional resultante de processo crítico, pautados no juízo crítico, indispensáveis para tomadas de decisões referente ao bem a ser restaurado. Salienta-se que o restauro não é um campo isolado de outros campos do conhecimento; pelo contrário, é multidisciplinar.

É notável a complexidade desse campo (TORSELLO, 2006)[4], no qual nos deparamos com vários temas a serem enfrentados, tais como: a formação dos profissionais; a regulamentação profissional; as técnicas de intervenção a serem adotadas (que devem ser resultado de criteriosas análises desenvolvidas por vários campos profissionais, abarcando engenharia, arqueologia, geologia, biologia, física, química etc.); as ações práticas; e, principalmente, as discussões teóricas, em que a reflexão sobre os preceitos são essenciais para as tomadas de decisão sobre as intervenções para que não se tornem arbitrárias (KÜHL, 2009a).

Como citado anteriormente, e (re)afirmando as colocações de Beatriz Kühl, o campo disciplinar passa a ser entendido como tal quando as ações se afastam do pragmatismo, isto é, os motivos de ordem prática deixam de ser preponderantes — apesar de no Brasil ainda predominarem — e passam a ser coexistentes, "tendo caráter indicativo e não determinante" (KÜHL, 2008a, p.353). Os motivos de ordem prática são meios para preservar o bem, mas não a finalidade, em si, da ação, que é ditada pelas razões pelas quais preservamos, que, por sua vez, definem os princípios e critérios que guiam o restauro. Para o entendimento dessas colocações, Beatriz Kühl remete às análises de Emanuele Severino, de modo a compreender de maneira mais clara a diferença entre algo (no caso o uso de obras arquitetônicas e sua ambiência) ser meio ou finalidade:

> Para aqueles que não percebem a diferença entre o uso como meio para se preservar, para muito talvez mais compreensível, que 'comer para viver é algo diverso de viver para comer' (SEVERINO, 2003, p.31). Ninguém nega a importância da alimenta-

> ção para a sobrevivência humana, assim como ninguém no campo da restauração nega o papel do uso para que uma obra arquitetônica continue a existir. Mas o fato de confundir os meios com os fins denota relação distinta com a comida, separando uma alimentação saudável de distúrbios alimentares. Desse modo, na restauração, é possível encontrar um uso compatível, se o que quer de fato preservar como ato de cultura, que vai diferenciar um processo de decadência por "inanição" (falta de uso) ou "distúrbio alimentar" (uso inadequado), de uma "correta alimentação", a saber, a preservação por meio de uso compatível (KÜHL, 2008a, p.372).

A autora ressalta que entender o restauro como campo disciplinar autônomo significa conhecer seus "referencias, definições, objetivos, instrumentos teórico-metodológicos e técnico-operacionais" (KÜHL, 2008a, p.353); o que, por sua vez, ajuda a esclarecer muitos equívocos que ocorrem nas ações, por falta de clareza em reação aos motivos pelos quais se preserva.

Para atuar nos bens culturais é necessário, obrigatoriamente, pautar-se nos instrumentos teóricos — que não são regras fixas, mas princípios e critérios, mecanismos norteadores — que conduzem às soluções adequadas de intervenção, para que, de fato, seja efetiva a preservação dos aspectos documentais, materiais, formais, memoriais e simbólicos do nosso patrimônio. No âmbito brasileiro, essa percepção do campo como sendo autônomo, com seus princípios teórico-metodológicos e técnico-operacionais, tem vários pontos a serem aprofundados; existe ainda muitas percepções equivocadas sobre o tema, resultando em ações pautadas num empirismo pedestre, ancorado em concepções oitocentistas, sem grandes interesses nas pesquisas aprofundadas sobre o tema. Para superar essa situação deveríamos primeiramente nos ancorar na instrumentação teórica (caráter conceitual) do campo. Segundo Kühl (2008, p.354):

> Convém enfatizar que os princípios teóricos utilizados no campo não convergem para um único ponto, existindo uma necessária e saudável pluralidade de formulações. Há, porém, aproximações em determinados temas e divergências em outros, que ajudam a circunscrever o campo — que é necessariamente amplo — permitindo identificar o que de fato é pertinente à preservação, separando do que exorbita completamente de seus motivos, temas e objetivos.

Carbonara (2004) evidencia que a elaboração teórica tem rebatimentos na prática, ou seja, se permanecesse somente no mundo das ideias, não serviria para nada, muito menos para o campo do restauro, visto que é matéria operativa. As escolhas feitas por meio do aparato teórico darão uma autoconsciência que representa a maior garantia de bons resultados; nem tudo se desenvolve num único sentido — se a teoria não sabe reportar os resultados na prática, isto por sua vez, conduz a um mero exercício de abstração intelectual (CARBONARA, 2004).

Esses princípios e critérios foram amadurecidos por meio de numerosas formulações e experiências ao longo do tempo, como forma de ordenar as atividades na área do restauro. Como praticado, principalmente por Viollet Le Duc e seguidores — por meio de completamentos e refazimentos. Outras formulações que contribuíram para a consolidação do restauro como campo disciplinar foram as de Camillo Boito, em várias publicações que estabeleceram princípios e critérios rigorosos a serem utilizados no trato de bens culturais. Propõe que a ação seja pautada em método que pode ser assemelhado ao da filologia, resultando na capacidade de perceber as várias fases da história do artefato, respeitando seus aspectos documentais e o edifício em sua totalidade.

Como descreve Kühl (2006), Camillo Boito, em um dos seus primeiros trabalhos de intervenção, em 1858, foi responsável pelo restauro da *Basilica dei Santi Maria e Donato* em Murano, no qual utilizou métodos de análise aprofundados, percepção dos aspectos formais e técnico-construtivos baseados em estudos da documentação existente e em levantamentos métricos. Empregou os instrumentos do desenho e também extensos registros fotográficos. Elaborou e apresentou na *L'Esposizione Generale Italiana del 1884*, um texto chamado "Os Restauradores" (BOITO, 2002), que sintetiza experiências e sistematiza critérios de intervenção, contribuindo de maneira decisiva para a elaboração das teorias contemporâneas de restauro e na construção do campo como disciplina autônoma.

Camillo Boito definiu princípios para orientar as intervenções nos bens culturais. Contrapôs proposições teóricas, a do restauro estilístico, e a do "anti-restauro" associadas às figuras de Viollet-le-Duc e John Ruskin, respectivamente. Os princípios estabelecidos por Camillo Boito eram "respeito pela matéria original; a ideia de reversibilidade e distinguibilidade; a importância da documentação e de uma metodologia cientifica; interesse por aspectos conservativos e mínima intervenção e a noção ruptura passado-presente" (KÜHL, 2006, p.19). Numa de suas publicações mais relevantes (BOITO, 1893), reapresenta critérios de intervenção que já havia exposto durante o IV Congresso dos Engenheiros e Arquitetos Italianos ocorrido em 1883, que foram em seguida adotados pelo Ministério da Educação da Itália. Os princípios são:

> Diferença de estilo entre o antigo e o novo; diferença de matérias de construção; simplificação de linhas e supressão de ornamentos; exposição de velhas partes removidas perto do monumento; incisão, em cada uma das peças renovadas, da data de restauro ou de um sinal convencionado; epigrafe descritiva incisa no monumento; descrição e fotografia dos diversos períodos das obras, colocadas no próprio edifício ou próximo a ele, ou descrição publicada por meios impressos; notoriedade (KÜHL, 2008a, p.354).

Nesse sentido, inicia-se um delineamento dos instrumentos que deverão ser adotados, estabelecendo bases fundamentais na definição do campo como disciplina autônoma. Dois protagonistas sobressaem nesse contexto, pois deixaram uma 'forte herança' no

entendimento para a conservação e restauração dos bens culturais do mundo moderno: Alois Riegl e Cesare Brandi (JOKILETHO, 2006).

Alois Riegl, crítico austríaco que, em 1902, foi nomeado presidente da Comissão de Monumentos Históricos (KÜHL, 2008b) e encarregado de fazer uma nova legislação para a Proteção dos Monumentos na Áustria. Para tanto, elabora "O Culto Moderno dos Monumentos", texto que faz parte de um conjunto de proposições para o projeto da organização legislativa para a conservação. Desvincula o interesse da preservação por bens culturais de períodos históricos privilegiados; ou seja, independentemente da maior ou menor afinidade por manifestações culturais de variadas épocas, estabelece que a tutela se volta a todos os testemunhos do fazer humano (não importando se é ou não uma obra de arte) com certa antiguidade, explicitando instrumentos para uma prática baseada essencialmente nos aspectos documentais (KÜHL, 2008b).

O texto do 'Culto' é a reflexão teórica que serve de base para o projeto de lei e as disposições para a aplicação da lei, fundamentando a prática a partir das interpretações do monumento como fato documental e memorial. Alois Riegl, desse modo, afasta o entendimento dos monumentos históricos unicamente das discussões histórico-artísticas, atribuindo valores por meio 'das formas de recepção, de percepção e de fruição dos monumentos' (KÜHL, 2008b; KÜHL, 2009b). Ao construir seu raciocínio baseado na noção de 'Kunstwollen' (volição da arte), analisando a obra também na dimensão social e cultural do fruidor, pondera que o "valor artístico" muda muito com o decorrer do tempo. Segundo Alois Riegl, cada obra é um fato histórico que, por sua vez, possui uma conformação; condena que os bens sejam entendidos somente através dos valores artísticos, pois o mesmo varia de indivíduo para indivíduo e de momento para momento. A obra de arte deve ser compreendida em toda a sua complexidade por valores relativos, visto que tudo muda constantemente, principalmente, no que se refere à apreciação estética das obras de arte.

Por isso, propõe que o monumento histórico, do ponto de vista legal, deva ser entendido através do 'valor do antigo' ou 'valor de antiguidade', que respeita a obra em seus vários estratos e em sua transformação ao longo do tempo, "por ser o mais inclusivo, mais perene, que considera o tempo na longa duração e que respeita integralmente as obras de toda e qualquer fase da produção humana" (KÜHL, 2008b, p.356). Considera, assim, o patrimônio em sua dimensão memorial, por sua capacidade evocativa, que, para tanto, deve ser respeitado como documento e como testemunho histórico, visto que o 'monumento histórico', entendido por Alois Riegl a partir do sentido etimológico da palavra monumento, é elemento de rememoração para as gerações futuras, e é elemento articulador que estimula a memória coletiva.

John Ruskin, muito antes de Alois Riegl, já apontava o papel da arquitetura como sendo resultado da manifestação da memória coletiva: devemos conservá-la porque é o único modo de fazer com que as lições do passado sejam apreendidas no presente. "[...] a

Arquitetura deve ser considerada por nós com a maior seriedade. Nós podemos viver sem ela e orar sem ela, mas não podemos rememorar sem ela (RUSKIN, 2008, p.54)".

A arquitetura é um importantíssimo meio de que dispomos para conservar vivos os laços com o passado, aos quais devemos a nossa identidade e ela faz parte do nosso ser (CHOAY, 2001, p.139). A memória é parte constituinte da identidade e através dela o indivíduo (re) vive experiências, dialogando com a sociedade à qual pertence. Essas experiências necessitam do suporte do espaço físico. A 'memória coletiva' permite que o indivíduo tenha acesso ao seu processo de identificação. Isso, por sua vez, está relacionado com a presença do passado que ancora os grupos sociais no tempo, que está perto e não está morto.

Desse ponto vista, podemos evidenciar alguns critérios importantes para o reconhecimento do campo disciplinar do restauro como disciplina autônoma, pois essa percepção do papel memorial dos bens legados por outras gerações e da importância de respeitar os aspectos documentais e materiais da obra (para que cumpra efetivamente seu papel memorial) estabelece metodologia de análises que possibilitam que as tomadas de decisões sejam pautadas por critérios coerentes com as finalidades da preservação e fundamentadas pelo rigor metodológico, e não por predileções individuais de um determinado momento histórico.

Cesare Brandi, crítico e historiador de arte, em 1939, organiza junto com Guilio Carlo Argan o *Istitutto Centrale del Restauro* (Roma, Itália), que passa a ser referência mundial para o restauro de bens culturais e também no âmbito da formação de profissionais para o campo. A partir de sua experiência à frente do instituto, Cesare Brandi sistematiza, na década de 1960, um conjunto de fundamentos para o restauro (que já vinha desenvolvendo, aplicando na prática e ensinando desde os anos 1940), englobando instrumentos teórico-metodológicos abrangentes para atuação nessa área específica.

Suas formulações têm origem na estética, na historiografia e na filosofia (neokantismo e fenomenologia), áreas em que Cesare Brandi atuava. Entende as ações no campo como sendo pautadas, essencialmente, na estética e na história, compreendendo que as ações voltadas aos bens culturais não poderiam advir unicamente do pragmatismo, mas, sim, ser pautadas nas reflexões críticas e científicas do momento em que a intervenção é realizada.

Alguns passos oferecidos pelas suas formulações teóricas (que foram efetivamente verificadas e confrontadas numerosas vezes na prática do Instituto) foram essenciais para conformar e consolidar o campo do restauro como disciplina autônoma: a busca da unidade de método e de coerência de princípios; o vínculo ao pensamento crítico e às ciências; a contraposição ao empirismo pedestre que predominara até então e que havia resultado em intervenções muito invasivas no Século anterior, e também em seu próprio Século (e podemos dizer até hoje em dia); o distanciamento da preservação de atos arbitrários, algo que predominara até então (KÜHL, 2009b).

Da forma como a preservação é entendida nos dias de hoje — por vários teóricos que se ocupam da temática e que estabelecem os instrumentos do campo disciplinar do restauro — 'monumento histórico' é elemento de rememoração e o restauro tem por intuito, ao atuar, respeitar esse papel memorial das obras para as futuras gerações, uma repercussão direta dos conceitos de Alois Riegl.

O restauro se estabelece como campo disciplinar quando passa a ser pautado em metodologia rigorosa, baseada em critérios coerentes que derivam das razões de preservar, respeitando as obras em suas características materiais, documentais e de conformação — consistência física, dúplice polaridade estética e histórica —, algo que adquire maior consistência e coerência a partir das formulações teóricas e experimentações práticas conduzidas por Cesare Brandi. Brandi atribui papel essencial ao reconhecimento da obra de arte, definindo o restauro como "o momento metodológico do reconhecimento da obra de arte, na sua consistência física e na sua dúplice polaridade estética e histórica com vistas à sua transmissão para o futuro" (BRANDI, 2004, p.30).

Segundo Beatriz Kühl, através do enunciado de Brandi (2004), o restauro é entendido como ação de caráter essencialmente cultural (como já supracitado, descrito por Bonelli (1959); enfatiza aspectos importantes como o caráter multidisciplinar "consistência física e a dúplice polaridade estética e histórica" (BRANDI, 2004, p.30), em que jamais a decisão pode ser individual para não incorrer em arbitrariedades.

Ressalta também a importância de uma formação adequada para atuar no campo disciplinar específico do Restauro. Para Cesare Brandi, se o restaurador tiver apenas uma formação de ateliê (como acontecia antes), agindo unicamente a partir de base empírica, sem fundamentação teórico-metodológica, sem entender que o restauro é ato vinculado ao pensamento crítico e científico do momento em que é realizado, sua ação poderá confundir-se com a de um artesão, ou, mesmo, de um falsário.

Para Brandi (2004), restauro é um ato crítico; isto é, antes de qualquer tipo de intervenção que se faça num bem cultural, é necessário ancorar as ações nos campos disciplinares afeitos à restauração, como história, filosofia, sociologia, etc. Para a compreensão daquilo que Cesare Brandi estrutura como reconhecimento da obra de arte, existem dois passos fundamentais: primeiro, a constituição do objeto, na qual o artista assume um aspecto da realidade atribuindo-lhe valores simbólicos e procura dar uma forma adequada que possa ser transmitida. A segunda, é a formulação da imagem, em que o objeto é realizado e passa a fazer parte da realidade das coisas, da vida de todos. O fruidor apreende esse processo de constituição não em todos os seus passos e pormenores, mas percebe a estrutura ontológica da obra, o ser no mundo da obra; por isso, para Cesare Brandi, a obra não se compreende, se reconhece, pois aquilo que se percebe é o processo que lhe deu origem. Ou seja, para Cesare Brandi a obra não é analisada apenas como resultado e como transcurso ao longo do tempo, mas também como processo.

Um dos pilares da 'Teoria' refere-se não apenas ao reconhecimento da obra de arte, mas ao momento metodológico desse reconhecimento. O restauro é ato, portanto, a ser feito no momento metodológico em que se dá esse reconhecimento com vistas à transmissão da obra para o futuro, ou seja, é ato ancorado no presente. Necessita ser "calcado" em questões teóricas, para depois executar qualquer tipo de ação, primeiro o ato crítico para depois agir na obra de arte: 'usar a cabeça e depois as mãos'.

Restauro é o ato histórico-crítico de um presente histórico; não é possível prever quais serão os critérios do futuro, em que as posturas poderão ser diversas; daí a necessidade de agir de modo fundamentado nos instrumentos oferecidos pelo pensamento crítico e científico do 'próprio presente'.

Da definição de restauro de Cesare Brandi decorrem dois axiomas. O primeiro: "restaura-se somente a matéria da obra de arte" (BRANDI, 2004, p.31). Isso significa que não se intervém na imagem como formulada através do processo criativo do artista; o artista formula a imagem que se concretiza através de determinadas matérias, que se alteram ao longo do tempo. A intervenção é feita nessas matérias alteradas, e não na formulação da imagem como concebida pelo artista (como fora muito comum no Século XIX, em que o restaurador pretendia tomar o lugar do artista-criador, interferindo em seu processo criativo). O segundo axioma: "A restauração deve visar o restabelecimento da unidade potencial da obra de arte, desde que isso seja possível sem cometer um falso artístico ou um falso histórico, e sem cancelar nenhum traço da passagem da obra no tempo" (BRANDI, 2004, p.33). Notar que desenvolver a unidade potencial não significa refazer nem completar aleatoriamente; significa tornar o tecido figurativo legível, mas, respeitando-o como documento histórico.

Alguns princípios a serem seguidos numa restauração, desenvolvidos a seguir, foram enunciados por Cesare Brandi e devem ser pensados de forma concomitante e não excludente:

- A distinguibilidade da ação contemporânea (para não cometer um falso artístico e um falso histórico), pois "a integração deverá ser sempre e facilmente reconhecível" (BRANDI, 2004, p.47), visto que o restauro não propõe o tempo como reversível e não pode induzir o observador ao engano de confundir a intervenção ou eventuais acréscimos com o que existia antes, além de dever documentar a si próprio (BRANDI, 2004).
- A re-trabalhabilidade, de modo "que qualquer intervenção de restauro não torne impossível, mas, antes, facilite as eventuais intervenções" (BRANDI, 2004, p.48).
- A mínima intervenção, visto que o restauro não deverá destruir o documento histórico nem mesmo a obra como uma imagem figurada.
- E a compatibilidade de técnicas e de materiais que se "deve levar em conta a consistência física do objeto, com a aplicação, para o seu tratamento, de técnicas compatíveis que não sejam nocivas ao bem e cuja eficácia seja comprovada através de muitos anos de experimentação" (KÜHL, 2009b, p.78).

Evidencia-se que, apesar das diferentes posturas em relação à forma de análise dos bens culturais, dando ênfases distintas a determinados aspectos, Alois Riegl e Cesare Brandi estabeleceram bases fundamentais para tratar as obras de maneira fundamentada e não-arbitrária, como descrito acima. Alois Riegl por considerar que qualquer testemunho do fazer humano com certa antiguidade possa ser considerado bem cultural e aqueles que o são passam a ser iguais perante a lei, ou seja, gozam do mesmo direito e as intervenções devem respeitar seus aspectos memoriais e documentais. Cesare Brandi, por estabelecer uma metodologia de aproximação e intervenção mais abrangente, tratando concomitantemente com os aspectos materiais, documentais e formais das obras.

É oportuno notar que alguns autores fazem restrições à teoria brandiana, afirmando que se aplica somente a "obras de arte". O livro foi escrito, de fato, para obras de arte, uma vez que a 'Teoria da Restauração' é um compêndio de escritos, muitas vezes notas de aulas, voltados à discussão de temas debatidos na prática e na formação de profissionais do *Istitutto Centrale di Restauro* que se ocupa de obras de arte. Mas, isso não impede esses mesmos preceitos teórico-metodológicos sejam aplicados para uma concepção mais ampla de bem cultural, que o próprio Cesare Brandi tinha. Algo que seus discípulos ou seguidores têm feito ao longo de várias décadas, alargando esses princípios para preservação de cidades e do território (Giovanni Urbani), para o cinema (Michele Cordaro), para obras contemporâneas (Giuseppe Basile) e para a arquitetura moderna (Giovanni Carbonara, Claudio Varagnoli e Simona Salvo).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O campo disciplinar do restauro se consolida como autônomo através dos conceitos, teorias e experimentações práticas e formulações legislativas que se desenvolvem ao longo, de pelo menos, cinco Séculos, com aceleração do processo a partir de meados do Século XVIII. Esse processo de reflexão atinge grande consistência e maturidade principalmente a partir das formulações de Alois Riegl e Cesare Brandi, que oferecem instrumentação teórico-metodológica e técnico-operacional adequada para atuar de maneira fundamentada, com o intuito de não deturpar e deformar os documentos (bem cultural entendido como documento histórico), e a memória, que fazem parte do presente histórico. Note-se que esses instrumentos teórico-metodológicos e técnico-operacionais dizem respeito ao campo da restauração, dadas as suas motivações e objetivos, apesar de fazer uso de contribuições de variados campos disciplinares. Basta pensar na importância da história e da filosofia na fundamentação dos princípios acima mencionados, que são especificamente voltados para a restauração, ou das particulares contribuições da química e da física para o campo.

Devemos nos conscientizar de que, quando se trata de restauração de bens culturais, trabalhamos com várias temporalidades; isto é, o ato é do tempo presente, mas se reporta a tempos passados, com vistas ao tempo futuro. O propósito é que os bens conti-

nuem a ser documentos fidedignos para que sejam efetivos elementos de rememoração e suporte da memória individual e coletiva e portadores de conhecimento de vários campos do saber. Portanto, o restauro como disciplina autônoma desempenha um papel fundamental para que se tenham instrumentos coerentes para intervir nesses bens, dispondo de mecanismos norteadores, teórico-críticos e técnico-operacionais, para atuar de modo a que os bens culturais sejam, de fato, preservados.

NOTAS

1. Esse artigo faz parte da Tese de Doutoramento desenvolvida pela autora (FARAH, 2012).

2. Apresentação do livro De Fuscco (2012), realizada em Napoli em 17 de março de 2012.

3. A noção de "campo disciplinar" é entendida a partir das formulações de Pierre Bourdieu. Compreende-se do ponto de vista da interdisciplinaridade, que é o lugar que se determina princípios e critérios, ou seja, é o "espaço físico", para expor uma disciplina especifica como o campo de estudos.

4. Paulo Torsello considera difícil compreender o restauro como uma disciplina em senso estrito (TORSELLO, 2006), mas ele próprio, que é filiado à corrente da 'conservação integral' ou 'pura conservação' reconhece que a restauração pode ser reconhecida como disciplina, enquanto a conservação não o é (TORSELLO, 2005).

REFERÊNCIAS

BOITO, C. *Os restauradores.* São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

BOITO, C. *Questioni pratiche delle belle arti.* Milano: Hoepli, 1893.

BONELLI, R. *Architettura e restauro.* Venezia: Neri Pozza Editore, 1959. p.13-29.

BOURDIEU, P. *Os usos sociais da ciência:* por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Unesp, 2003.

BRANDI, C. *Teoria da restauração*. Cotia: Ateliê Editorial, 2004.

CARBONARA, G. *Avvicinamento al restauro.* Napoli: Liguori, 1997.

CARBONARA, G. *Trattato di restauro architettonico*. Torino: UTET, 2004. v.1. p.4-40.

CHOAY, F. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

DE FUSCO, R. *Restauro verum factum dell'architettura italiana*. Roma: Carocci Editore, 2012.

FARAH, A.P. *Restauro Arquitetônico:* a formação do arquiteto-urbanista no Brasil para preservação do patrimônio edificado: o caso das escolas do Estado de São Paulo 2012. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

GIOVANNONI, G. Il diradamento edilizio dei vecchi centri: Il quartiere della Rinascenza in Roma. *Nuova Antologia*, v.166, n.997, p.53-76,1913a.

GIOVANNONI, G. Vecchie città ed edilizia nuova. *Nuova Antologia*, v.165, n.995, p.449-472, 1913b.

GIOVANNONI, G. *Questioni di architettura:* nella storia e nella vita. Roma: Biblioteca D'Arte Editrice, 1929.

GIOVANNONI, G. *Vecchie città ed edilizia nuova*: collana di urbanística. Torino: UTET, 1931.

JOKILETHO, J. Alois Riegl e Cesare Brandi nel loro contesto culturale. In: ANDALORO, M. *La teoria del restauro nel novecento da Riegl a Brandi*: Atti del Convegno Internazionale di Studi. Firenze: Nardini Editore, 2006. p.51-57.

KÜHL, B.M. História e ética na conservação e na restauração de monumentos históricos. *Revista CPC*, v.1, n.1, p.16-40, 2006.

KUHL, B.M. A Restauração como campo disciplinar autônomo. *Anais do Museu Histórico Nacional*, v.40, p.351-373, 2008a.

KUHL, B.M. Observações das propostas de Alois Riegl E Max Dvořák para a preservação de monumentos históricos. In: Dvořák, M. *Catecismo da preservação e monumentos*. Cotia: Ateliê Editorial, 2008b. p.33-62.

KÜHL, B.M. Ética e responsabilidade social na preservação do patrimônio cultural. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CONSERVADORES E RESTAURADORES DE BENS CULTURAIS, PALESTRA PROFERIDA NA ABERTURA: "PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL: ÉTICA E RESPONSABILIDADE SOCIAL". 8., 2009, Porto Alegre. *Anais*..., Porto Alegre: ABRACOR, 2009a.

KÜHL, B.M. *Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização*: problemas teóricos de restauro. Cotia: Atelie, 2009b.

MARAMOTTI, A.L. *Notas de aulas da disciplina teoria e storia del restauro*. Ferrara (Italy): Facoltá di Architettura da Università degli Studi di Ferrara, 2004.

PANE, R. Attualità e dialettica del restauro: antologia. In: CIVITA, M. *Il restauro dei monumenti e la chiesa di S. Chiara a Napoli*. Chieti: M. Solfanelli, 1987. p.23-37.

RACHELI, A.M. *Antico e moderno nei Centri Storici:* restauro urbano e architettura. Roma: Gangemi Editore, 2003.

RUSKIN, J. *A Lâmpada da memória. São Paulo:* Ateliê Editorial, 2008.

SAVINI, M. *La ricostruzione critica della città storica*: piano e progetto nella riqualificazione dei centri urbani. Firenze: Alinea Editrice, 2003.

SEVERINO, E. *Tecnica e architettura.* Milano: Raffaello Cortina, 2003.

TORSELLO, B.P. *et al*. *Che cos'è il restauro?* Venezia: Marsilio, 2005.

TORSELLO, B.P. *Figure di Pietra*: l'architettura e il restauro. Venezia: Marsilio, 2006.

Recebido em 6/3/2017, reapresentado em 12/4/2017 e aprovado em 8/5/2017.

ANA PAULA FARAH | Pontifícia Universidade Católica de Campinas | Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologia | Faculdade de Arquitetura e Urbanismo | *Campus* I, Rod. Dom Pedro I, km 136, Parque das Universidades, 13086-900, Campinas, SP, Brasil | *E-mail*: <ana.farah@puc-campinas.edu.br>.

COMO CONVENTOS DESENHAM CIDADES: DE PORTUGAL AO BRASIL, PERCURSOS DA CASA FRANCISCANA

HOW FRIARIES DRAW CITIES: FROM PORTUGAL *TO* BRAZIL, *ROUTES OF THE FRANCISCAN HOUSE | COMO CONVENTOS DIBUJAN CIUDADES: DE* PORTUGAL *A* BRASIL, *CAMINOS DE LA CASA FRANCISCANA*

MARIA ANGÉLICA DA SILVA

RESUMO

A partir de três grandes linhas de força do Franciscanismo — o desapego aos bens materiais, a itinerância e o vínculo com as cidades — serão analisados os casos dos seus conventos e suas relações urbanas em Portugal e Brasil. Acompanhar-se-á o caminho das experiências espaciais dos primórdios do Franciscanismo aos impasses vividos pelos conventos nas suas relações com os lugares urbanos, em especial, na migração do Velho para o Novo Mundo. Ao final, apresenta-se um balanço das possibilidades dos conventos ainda falarem aos lugares urbanos na contemporaneidade.

PALAVRAS-CHAVE: Conventos franciscanos. Diálogos patrimoniais transculturais. História urbana.

ABSTRACT

Starting from three great lines of the Franciscanism — detachment from material goods, itinerancy and links with the city — it will be analysed the relationship with friaries and urban spaces in Portugal and Brazil. It will be followed the very first spatial experiences of the Franciscanism and the impasse it faced in the insertion of the friaries in the urban places, specially in the process of migration from the Old to the New World. Finally, it is presented a balance of possibilities of the friaries still keep its urban importance in contemporary society.

KEYWORDS: *Franciscan friaries. Transcultural patrimonial dialogues. Urban history.*

RESUMEN

A partir de tres grandes líneas de fuerza del Franciscanismo — el desapego de los bienes materiales, la itinerancia y el vínculo con las ciudades — serán analizados sus conventos y las relaciones urbanas en Portugal y Brasil. La ruta de experiencias espaciales desde inicios del Franciscanismo hasta los impasses experimentados por conventos serón evaluados en sus relaciones con los centros urbanos, en particular, la migración del Viejo al Nuevo Mundo. Al final, se concluye sobre las posibilidades de los conventos relacionarense con lugares en la modernidad urbana.

PALABRAS CLAVE: *Conventos franciscanos. Diálogos patrimoniales transculturales. Historia urbana.*

INTRODUÇÃO
A CIDADE E A CRENÇA

Territórios são desenhados a partir de inúmeras linhas e devires. Uma delas é traçada pela religião. Na cristandade, focando em especial no mundo ibérico, desde os primórdios da fundação de Portugal em 1128 as ordens religiosas tiveram papel fundamental. Portanto, o reino vai se consolidando em torno de núcleos urbanos que por sua vez, demandam as edificações religiosas. Capelas, igrejas, eremitérios, *via crucis*, ermidas, conventos, mosteiros, conformam uma geografia edificada que pontua todo o território.

Nos tempos atuais, quando muitas destas edificações permanecem na materialidade mas perdem o seu significado mais potente, até que ponto compartilham e reforçam o senso de pertencimento das pessoas aos lugares? Sua arquitetura, iconografia e ambiências ainda tocam a vida urbana? Ainda respondem à sociedade enquanto patrimônio cultural?

Busca-se observar uma tipologia religiosa especial: os conventos. Estes, em escala, constituem um dos edifícios religiosos de maior força na paisagem urbana e como se verá, no caso dos franciscanos, cumpriam diversas funções na cidade além das estritamente religiosas. Em tempos de poucas vocações, pergunta-se se haverá ainda conteúdos nas edificações conventuais que mereçam ser revisitadas. Este artigo busca acompanhar o processo de itinerância destas casas conventuais, de Portugal ao Novo Mundo, observando como estas se constroem como arquiteturas urbanas, ou seja, obras que realizam, sob diversas formas, a cidade e suas perspectivas de futuro.

CONVENTOS E CIDADES

Religião e cidade construíram, por Séculos, no Ocidente, vínculos impossíveis de serem desatados. É a estrutura da cidade que concede força e palco às devoções. No caso da cristandade, a lição evangélica do desapego e da humildade não impediu que o poder se valesse da crença como forma de sedimentar as suas bases. E a cidade, por Séculos, concedeu visibilidade a esta aliança. Dos muros medievais, rumo aos céus, as agulhas das catedrais rompiam o perfil das cidades. E um patrimônio social, religioso, político, artístico, se consolidou sob a sombra da religião.

Na contemporaneidade, em tempos em que outros valores se estabeleceram para além do sacro e que a verticalidade das cidades é desenhada sob impulso de novas forças, ainda caberá pensar o valor do monumento associado ao religioso?

O caminhar pelo centro histórico de inúmeras cidades do Brasil acena para outros tempos que se conjugam com o agora. Entendendo que as temporalidades são múltiplas ou seja, que não vivemos uma única possibilidade de duração temporal, as camadas que denominamos "passado", se não ensinam como lidar com o presente, seguramente o matizam com outras cores. A cultura é uma dessas chaves que compreende a noção deste tempo múltiplo e as possiblidades de nos alimentarmos do mesmo. História e patrimônio conversam nestas frequências onde é cabível ocorrer o desmonte do tempo vetorial.

Nestes centros onde a pedra manteve os velhos edifícios de pé, o que se buscará mostrar é que as antigas casas conventuais nos oferecem esta possiblidade de acesso a um outro tempo, a uma outra sensação de espaço estabelecida pelos parênteses das grossas paredes. Mais que as igrejas isoladas, guardam mistérios e assombros. Estes também podem ser inseridos, para além da edificação, dos objetos sacros, dos hábitos e costumes, na categoria de patrimônio cultural. Pois o intangível também é composto de várias camadas, de uma variedade de experiências.

Portanto, quando se abandona a postura do tratamento isolado da preservação dos bens culturais, classificados como históricos ou artísticos e selecionados em gabinetes técnicos de preservação, outros caminhos se abrem. Quando se passa a observar com mais cuidado as dimensões do intangível, que nem sempre é acentuado na formação e prática do arquiteto e urbanista — usualmente voltado para responder às demandas do edificado sem compreender suas qualidades mais subjetivas e mesmo o seu peso ideológico — a leitura espacial se torna mais completa.

Nos últimos dez anos, aos arquitetos e urbanistas que abraçam a causa do patrimônio, novas chances foram dadas com a possibilidade de atuarem de forma interdisciplinar a partir do reconhecimento oficial do patrimônio imaterial no Brasil. Observando a arquitetura do ponto de vista dos saberes, dos ofícios que a conformam, da dimensão das celebrações e da importância da categoria "lugar", é possível um aprendizado rico no sentido de perceber o espaço para além da forma, expandindo o tema da função para inúmeras possiblidades para além das exigidas pela medida física e pela ciência da ergonomia tradicional.

Por outro lado, em tempos onde a arquitetura e o urbanismo já consolidaram seu papel junto às políticas de inclusão social, que se engajam diretamente nas ações rumo à melhora da qualidade de vida e no que contribui imediatamente para diminuir as exclusões sociais, os problemas prementes da sociedade — da oferta de moradias dignas à cidade inclusiva — são enfrentados por diversas frentes. Contudo, quando o alvo das intenções é a mudança ou o estremecimento da ordem socialmente perversa, no bojo do que se denomina "preservação dos bens culturais" e sua conexão com a "melhoria da qualidade de vida da população", há várias nuances e patamares.

Existem as contribuições que atuam pela frequência da subjetividade, as que acolhem a dimensão do simbólico, do ideológico e do imaginário. Isso inclui, talvez na contracorrente da velocidade e superficialidade da vida contemporânea, possíveis alianças com mundos serenos, que sem dúvida, a arquitetura conventual oferece. Ou seja, as casas franciscanas, que foram erigidas a princípio na Itália medieval e com a expansão da ordem, ganharam toda a Europa e por ela, as Américas, são elementos que permitem que se leia a questão do patrimônio cultural ibero-americano, na sua relação com a cidade, por chaves nem sempre ativadas.

De fato, os conventos eles mesmos constituem-se como pequenos núcleos urbanos, lição que Le Corbusier não desperdiçou visitando a casa cartuxa de Emma, também

conhecida como mosteiro de Galluzzo, fundada em 1342, e se inspirando nele para idealizar arquiteturas e cidades futuras. O exemplo ajudou-o a pensar espaços com qualidade arquitetônica e que se fizessem coletivamente potentes, pelas possibilidades de compartilhamento e ao mesmo tempo, de isolamento e de sociabilidade, demanda que também os novos navios e aeroplanos do Século XX enfrentaram, mas que conventos e monastérios amadureceram num processo temporalmente muito mais longo. Assim, desenhará seus planos urbanos bem como unidades como a de Marselha. Por outro lado, o arquiteto construiu para uma ordem mendicante — no caso os dominicanos, bem próximos dos franciscanos — o edifício de La Tourette, e com um concreto grosso e placas de vidro, recriou a atmosfera conventual para a modernidade. Com estes dois movimentos, deixou exemplos de possiblidades de dissolver possíveis anacronismos tornando-os potentes ao presente. Conceitualmente, demonstrou que a tabula rasa, atributo usualmente aferido ao Movimento Moderno, permite reavaliações.

É neste sentido de pensar a história para o presente que as casas conventuais de Portugal e Brasil serão analisadas, buscando observar como este patrimônio cultural se efetivou, focando especialmente as relações criadas com a vida urbana.

O ABANDONO FRANCISCANO DAS ARQUITETURAS DO SOMBRIO

Em períodos bem remotos, eremitérios, conventos e monastérios foram núcleos fundacionais de lugares urbanos. Embora muitos deles fossem erguidos em territórios que garantissem o apartar da cidade, as comunidades iam aos poucos dissolvendo este isolamento. A ordem franciscana, surgida no bojo da Idade Média, também almejou valer-se da condição de espiritualidade trazida pelos contextos de reclusão. Contudo, seu fundador propôs algo incomum aos seus pares: que não evitassem a cidade. "Francisco busca a alternância entre a ação urbana e o retiro eremítico, a grande respiração entre o apostolado no meio dos homens e a regeneração na e pela solidão" (LE GOFF, 2011, p.37).

O santo surpreendeu aos do seu tempo ao adotar como palco de missionação, os lugares onde as multidões estivessem. A ênfase aos espaços urbanos levou seus seguidores a serem reconhecidos, junto com os dominicanos, que conformam com eles a chamada Ordem Mendicante, "frades da cidade". A importância urbana dos mesmos levará medievalistas como Le Goff (2010, p.143) a considerá-los como um dos êxitos urbanos da Europa do Século XIII, que, consequentemente, sustentou o crescimento populacional, o renascimento comercial e a busca do conhecimento. Estes, pilares da cidade.

Por outro lado, ao pregar a não adesão aos bens materiais, Francisco colocava aos seus seguidores um desafio ainda maior: deixar todo o aparato que a cristandade havia desenvolvido em termos de monumentos e marcos urbanos e tomar para si a tarefa de realizar a missão espiritual sem o apoio da matéria física. Como abrigo, conclama seus seguidores a usufruírem das pequenas sobras, dos cantos mal vistos, do abrigo simples por vezes apenas provido pela natureza.

> E muitas vezes, fazendo um sermão sobre a pobreza, repetia aos irmãos aquele dito evangélico: As raposas têm suas tocas, e os pássaros do céu seus ninhos, mas o Filho do homem não tem onde reclinar sua cabeça. Por causa disto, ensinava os irmãos a construírem casas pobrezinhas à maneira dos pobres, nas quais habitassem como peregrinos e forasteiros, não como se elas fossem próprias, mas alheias. [...] Algumas vezes mandava que casas construídas fossem derrubadas ou que os irmãos fossem removidos, se percebesse neles algo que, por motivo de apropriação ou suntuosidade, fosse contrário à pobreza evangélica (TEIXEIRA, 2008, p.593).

Contudo, a partir de uma prática voltada para a simplicidade, onde até mesmo o apreço às letras era condenado por Francisco, a Ordem em breve terá que se posicionar frente ao enorme crescimento dos seus seguidores e por outro lado, responder às exigências da igreja institucional. No início, os irmãos se opuseram à clausura e portanto, a habitar em um local que se articulasse em torno de claustro. Desejavam que suas habitações lembrassem o *domus*, a casa (ROS, 2000). Mas com o tempo, os pequenos eremitérios tomarão a feição de conventos e se espalharão pelo mundo.

Em 1220 o noviciado torna-se obrigatório para os franciscanos, demandando sedes estáveis. Consequentemente, o suporte material não pôde ser mais ignorado pela fraternidade primitiva. Na Itália a Ordem atinge uma difusão de consideráveis dimensões. Os frades aos poucos adotam moradias em quase todas as cidades sedes de bispado e nos burgos, grandes e pequenos, num número aproximado de quinhentos, subdivididos territorialmente em quatorze províncias (MERLO, 2005).

De forma inicialmente impossível de ser prevista, os irmãos franciscanos serão conclamados a assumir funções clericais bem como encargos e episcopais e papais. Também se envolverão com a erudição e estudo, sendo fundamentais para a fundação das mais importantes universidades da época (MERLO, 2005). Ao final da Idade Média, haverá praticamente um convento franciscano e dominicano em cada cidade na França, conforme demonstram os estudos pioneiros de Jacques Duby e Georges Le Goff.

Em 1228, dois anos depois da morte de São Francisco, o número de conventos apenas na Itália, atingia cerca de 23 casas (FALBEL, 1995). Segundo alguns autores, quarenta anos depois, a Europa acumulava 8 mil conventos e mais de 200 mil frades. Já quase cem anos após da partida do santo, em 1316, considerando apenas as casas masculinas, elas somavam 567 na província da Itália. Na França, no mesmo ano, seriam 247 e na Alemanha, 203 (BRAUNFELS, 1993). O próprio São Boaventura, contemporâneo de São Francisco, irá justificar à sua época a construção de conventos por facilitar a realização de suas práticas tarefas missionárias com mais segurança, inclusive em caso de guerra. Mas sublinha a diferença entre usufruto e propriedade. A discussão destes impasses foi retomada no capítulo de Narbonne de 1260 que buscou enfatizar a

questão da simplicidade franciscana, prevendo para os conventos um arranjo simples e construção austera e onde se reconfirma o impedimento de qualquer possessão por parte dos frades (FALBEL, 1995).

AS CASAS FRANCISCANAS PORTUGUESAS

Os conventos vão se espalhando para além dos Alpes e atingem a Península Ibérica ainda com o fundador da ordem vivo. No caso de Portugal, a presença de São Francisco é narrada percorrendo o país em 1214 por ocasião de uma peregrinação a Santiago de Compostela. De sua passagem, surgirão os primeiros conventos Lusos.

Poucas décadas antes da fundação da primeira casa no Brasil, no contexto do Concílio de Trento, os conventos franciscanos de Portugal já se organizavam em 6 províncias e as casas masculinas alcançavam o número de 111 (SOUSA, 2006). Tempos depois, o mapa franciscano português comportará novas casas. Em 1739, existiam 177 conventos e 4.449 frades (GONÇALVES, 1996). No contexto da exclaustração, ou seja, na fase de consolidação do governo liberal que decreta extintos todos os conventos, mosteiros, colégios, hospícios e quaisquer outras casas das ordens religiosas regulares em Portugal em 1834, as províncias chegavam a 8 e as casas permaneciam próximas a 180 (RIBEIRO, 1946).

Neste estudo, os conventos de Portugal comparecem como uma forma de contrastar com os conventos construídos no Brasil, no sentido de perceber as migrações que ocorreram na passagem além mar[1]. Mas, embora as histórias se liguem, suas soluções arquitetônicas e urbanísticas guardarão peculiaridades. Como se viu, a história das casas portuguesa é narrada desde o tempo medieval. Alguns conventos se manterão relativamente inalterados em termos físicos, mas muitas deles cruzarão os Séculos sofrendo mudanças e ao mesmo tempo, alterando e sendo alterados pelo entorno onde se inserem. É o caso dos conventos franciscanos mais antigos que foram erguidos em Portugal, como os de Guimarães, Évora, Lisboa e Santarém. Muitos deles, devido a este longo trajeto, acabaram por desaparecer, muitas vezes por se situarem em áreas que conheceram grandes transformações urbanas ou que sofreram cataclismos.

No caso de Lisboa, o seu antigo convento de São Francisco, fundado em 1217, passa um grande incêndio em 1741 e tempos depois, em 1755, mesmo antes de se recuperar totalmente da fatalidade, foi atingido pelo famoso terremoto que destruiu grande parte da cidade. Sua edificação acabou sendo aproveitada para usos diversos como hospital, depósito de livros e outros. Hoje é difícil reconhecer o edifício. Devido à sua enorme dimensão, foi retalhado pelo processo de urbanização da área do Chiado. Hoje partes dele servem como dependências da Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa, onde há aulas do curso de arquitetura. Mesmo o Museu Nacional de Arte Contemporânea, prédio ligeiramente afastado da Faculdade, faz parte do espólio do convento (Figura 1).

Outros erigidos na Idade Média, chegam com traços bem marcantes deste período, sofrendo poucas alterações arquitetônicas. É o caso do convento de Évora,

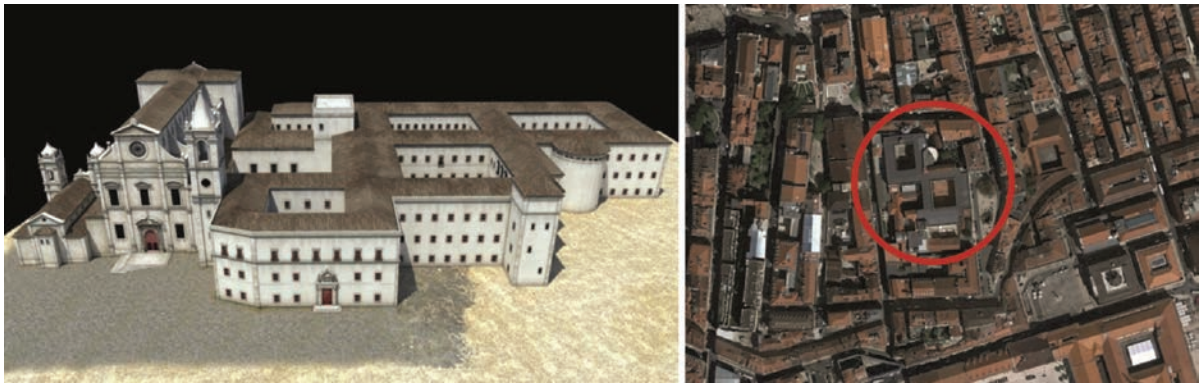


FIGURA 1 — Maquete eletrônica do acervo do Museu da Cidade de Lisboa e foto aérea marcando a localização da área remanescente do convento São Francisco de Lisboa.
Fontes: Fotografia da autora (2006) e intervenção no Google Earth (2017b).

FIGURA 2 — Desenho gráfico contornando a área ocupada pelo convento de Évora no passado. A igreja corresponde a uma pequena parte da área marcada, situada do lado direito. Fachada atual da igreja.
Fontes: Fotografia da autora (2006) e Google Earth (2017c).

famoso por sua Capela dos Ossos. Mas quando se observa o edifício na malha urbana, verifica-se que perdeu grandes áreas de cerca a favor do crescimento urbano. Como se sabe, a cerca é a área vegetada de um convento, cuja função é a subsistência da comunidade, mas também local de práticas religiosas contemplativas. Esta perda, aparentemente silenciosa, se tornará frequente em casas franciscanas em muitos países, inclusive no Brasil.

Quanto ao posicionamento com relação ao núcleo urbano, o convento de Évora (Figura 2) nos permite verificar a confirmação de uma situação bem usual dos conventos de sua época, que, se não estão completamente distantes do núcleo urbano, por outro lado, não se distanciam dele, estando numa discreta periferia. A imagem do foral concedido à cidade de Évora por D. Manuel em 1501 nos permite verificar a situação urbanística do convento, que está entre os muros da cidade, porém não exatamente na área mais central. No caso de Évora, se a igreja prossegue como um bom exemplo de arquitetura medieval, seu convento sofreu perdas espaciais dramáticas. Conforme mostra a tese de Maria Filomena Mourato Monteiro, tanto as áreas quanto as vegetadas foram desmembradas do convento:

> À presente data, na antiga cerca conventual estão localizados parte do Jardim Público, edifícios da Universidade de Évora construídos já no Século XX, parque de estacionamento, mercado municipal e respectivas instalações sanitárias públicas, assim como amplas áreas públicas pedonais e de circulação motorizada. A mancha de construção do antigo convento foi em parte utilizada por via de circulação motorizada, espaço público pedonal, lotes habitacionais erigidos em finais do Século XIX e equipamento privado de apoio à infância. Esta última função foi instalada em parte da antiga construção" (MONTEIRO, 2010, p.146).

Um outro caso a se destacar são as casas franciscanas cujos projetos se vincularam à tradição real. É o caso de Mafra, monumento que aguarda o tombamento pela Unesco e que anos atrás foi alvo do discurso ficcional de José Saramago, no seu romance denominado "Memorial do Convento". Atrelado a uma majestosa estrutura arquitetônica, foi construído em 1717 por D. João V em cumprimento de uma promessa. Se a rainha, Dona Maria de Áustria, lhe desse um filho varão, mandaria construir um convento dedicado a Santo Antônio. Sendo atendido, inicia a edificação do convento que a princípio abrigaria poucos frades. Mas o ouro que vinha do Brasil animou o rei a realizar uma obra suntuosa que foi sofrendo sucessivos alargamentos, chegando a uma área de cerca de 40.000m^2. O número de frades, previsto inicialmente para 13 ou no máximo 30, chegou a ultrapassar a casa dos 300 (Figura 3).

No outro extremo da postura adotada pelo rei em Mafra, ocorrerão em Portugal casas cuja arquitetura revela o que está mais próximo de uma Ordem que firmou o pacto com a extrema pobreza. Este será o traço definidor das casas da Arrábida e de Sintra. Nestes conventos o visitante se depara com uma solução arquitetônica de grande simplicidade não só se consideramos as dimensões acanhadas do edifício como um todo, mas também levando em conta o espaço disponível para cada atividade, que se mostra reduzido à menor escala possível, inclusive aquém da denominada "medida humana". Assim, só se entra nas celas, ou seja, nos dormitórios dos frades, se se curva o corpo. As paredes são revestidas de cortiça, os materiais do lugar e o relevo são aproveitados ao máximo. A vegetação se solidariza ao prédio. Tudo é simples, mas uma observação mais acurada constatará quanto a arquitetura se sofistica do ponto de vista do engenho como foi construída pactuada com o sítio. A inserção do edifício no lugar é ditada, como no famoso caso da Casa da Cascada de Frank Lloyd Wright, pela geografia do lugar. As pedras se impregnam na arquitetura. Dentro, no desenho dos cômodos, moldados pelas rochas. Fora oferecendo nos seus nichos, a possibilidade de cômodos abertos, propícios para a meditação em plena natureza conforme ocorria nos antigos e sombrios eremitérios (Figura 4).

O mesmo processo se dá no convento da Arrábida. Neste, um posicionamento abrupto na encosta da serra sobre as águas lhe permite ser destacado com suas paredes brancas, também talhadas aflorando do que oferecia a natureza. Nestes dois conventos,

FIGURA 3 — Fachada e localização aérea do Palácio de Mafra.
Fontes: Fotografia da autora (2012) e Google Earth (2017d).

FIGURA 4 — Fachada lateral e localização do convento na serra de Sintra.
Fontes: Foto da autora (2012) e Google Earth (2017e).

excepcionalmente, a cidade não é o foco. Eles estão situados em locais reservados, de grande beleza paisagística, e contemplam os núcleos urbanos em considerável distância.

Destes vários tipos de conventos que foram apresentados, teremos nas casas históricas do Brasil uma situação de familiaridade com os conventos construídos a partir do Século XVI em Portugal. Em apenas um caso, no convento de Vila Velha, teremos uma situação semelhante aos conventos da Arrábida e Sintra, com suas memórias dos velhos eremitérios (Figura 5).

Os dois primeiros Séculos da expansão ultramarina, quando se fundam praticamente todos os conventos franciscanos históricos no Brasil, correspondeu também ao momento em que se dá a construção de um grande número de edificações da Ordem em Portugal. O próprio convento de Santo Antônio de Lisboa, que sediava a província do mesmo nome e à qual se filiavam os conventos do Brasil à época, é um bom exemplo.

FIGURA 5 — Vista do convento e sua localização junto ao núcleo urbano de Vila Velha, Espírito Santo.
Fontes: Fotografia da autora e Google Earth (2017f).

Neste tempo, no início do Século XVI, resolve-se uma questão importante para a Ordem: a separação entre conventuais e observantes, divisão que traduz também a polêmica sobre a questão do *claustrum*. Os conventuais, tendo como percussor, frei Elias, responsável pela construção do convento e basílica de Assis, aceitaram a vida estável em conventos, combinando o trabalho apostólico com o estudo. O litígio vem desde os primórdios da Ordem, mas só em 1517 os dois ramos se tornaram independentes. Também em Portugal havia conflito entre estas duas tendências. Os observantes se faziam presentes no país desde 1392, mas a partir de 1517 instituiu-se suas várias províncias. A autonomia alcançada resultará na adoção de certas medidas arquitetônicas para os que optaram pela simplicidade, mas à esta altura, já vinculada ao aceite à casa conventual. À construção de novas casas segue-se a reforma das antigas. Este modo vai também orientar uma conduta não só arquitetônica, mas também urbana.

> Esta tipologia arquitectónica era definida através de regras construtivas específicas, apontadas nos estatutos das várias províncias capuchas, cujas normas eram bastante precisas relativamente à forma como se deviam estruturar. [...] Não eram mais os eremitérios solitários de antanho, mas conventos integrados na vivência urbana, com igreja e áreas comunitárias adequadas, desde o refeitório aos dormitórios de celas, ao claustro, às hortas e jardim, cemitério, cerca, etc" (AMORIM, 2011, p.164).

O edifício sede da ordem em Lisboa, guarda correspondência arquitetônica com outros edificados em outras cidades portuguesas em termos de elementos de fachada, implantação, jogo de cheios e vazios e outros detalhes.

AS CASAS FRANCISCANAS NO BRASIL

No Brasil, o ato colonial de tomar posse significou povoar e povoar, construir vilas e cidades. Estes núcleos urbanos se farão presentes já no Século XVI e funcionarão como pequenos nós, uma teia onde a visibilidade, mesmo ao longe, significava a junção entre eles. Esta era

uma condição de segurança, necessária em tempos de precariedade e de possibilidades constantes de conflitos. Por outro lado, envolvidos na densa natureza, funcionavam como portais, que se acessava pelas vias d´água ou pelo escorrer dos caminhos. Os lugares do sagrado, com suas construções em destaque, participavam deste sistema de visibilidade, assegurando proteção física e religiosa. Selam um pacto com a Coroa no sentido de realizarem as tarefas de conquista e povoamento e assim o futuro Brasil desenha-se com o fio da espada e o da religião (Figura 6).

Dentre as ocupações mais antigas da colônia portuguesa na América, 28 núcleos receberão conventos franciscanos. Portanto, diferente da Europa, aqui o convento está sendo erguido junto com as vilas e cidades. Aqui também estas casas estarão localizadas nas áreas centrais e servirão de incentivo à ocupação do seu entorno.

Os conventos configuravam em áreas internas dentro da própria cidade. Mesmo buscando o contato frequente com as comunidades, mantinham uma barreira física com relação ao núcleo urbano. Cumpriam papel fundamental na vida das cidades, sendo responsáveis pela fundação de inúmeras delas por todo o mundo. No Brasil colonial, ofereciam apoio nas guerras, refúgio espiritual, consolo na doença e na morte. Eram hospital, botica e cemitério. Lugar dos letrados, ali se recebia aconselhamentos religiosos e políticos. Mas mantinham seus muros, garantindo silêncio e clausura.

FIGURA 6 — Da esquerda para a direita e de cima para baixo: convento de Santo Antônio dos Capuchos (Lisboa), de São José e São Francisco de Órgens em São Pedro do Sul e Santo António de Charnais em Aldeia Galega da Merceana. **Fonte**: Fotografia da autora (2006).

Os conventos iniciam-se simples, cobertas com palha e ramagem, mas rapidamente estruturam-se. De modo geral, nos Séculos XVII já ganham corpo de pedra e cal e não passam incólumes pelo Século XVIII sem adquirir uma fisionomia barroca. Um requinte correspondente à escala do lugar urbano onde se situam. Em igrejas conventuais como a de Salvador, tornam-se proeminentes inclusive no quadro mais amplo das obras que constituem o denominado "patrimônio luso", sendo no caso em tela, considerada na atualidade uma das Sete Maravilhas de Origem Portuguesa no Mundo.

Há um fio que conduz as experiências da edificação conventual, da Itália, passando por Portugal e chegando ao Brasil. Assim, este patrimônio cultural, para ser considerado em sua plenitude, demandará a inserção numa rede intercontinental. Na itinerância que caracterizou desde o seu início a Ordem, as casas constroem uma rede de edifícios que atravessa mares e continentes, nem sempre considerada por quem acessa os monumentos na sua individualidade.

Se os conventos figuram como a presença portuguesa nas terras tropicais, por outro lado, estas próprias terras e o contexto da colonização trarão especificidades às casas que se fundam aqui. De fato, considerando apenas os conventos do Nordeste, Germain Bazin, em sua obra "A Arquitetura Religiosa Barroca no Brasil", indica que eles formam uma família. Segundo o autor, trataria "uma das criações mais originais da arquitetura religiosa no Brasil" (BAZIN, 1983, p.137). Sua importância não estaria localizada apenas em um ou outro edifício, mas na existência de uma verdadeira escola, ou seja, "o enriquecimento do projeto-matriz que se faz através de uma exploração incessante dos dados contidos na idéia inicial — cada criador continuando a linha de imaginação do seu predecessor" (BAZIN, 1983, p.156).

Hoje os estudos já apontam que esta família nordestina pode acolher os edifícios do Sudeste, ou seja, do Espírito Santo, São Paulo e Rio de Janeiro, que pertencem hoje à Província da Imaculada. Foram construídos na mesma época e compartilham traços arquitetônicos e urbanísticos com as casas do Nordeste. Neste conjunto será possível realmente encontrar pontos de tangência, como a simplicidade da fachada, a presença do adro com cruzeiro e uma certa "escala humana" no que tange às proporções do edifício.

Nos conventos examinados, a localização urbana usual é central, mas discreta. A casa franciscana, em geral surge perante o caminhante a partir de um determinado ângulo visual, onde, através da implantação em adro, ou seja, garantindo um amplo espaço aberto para a apreciação da fachada, ele se dá a ver. Por vezes, o caminho permite que se vislumbre a edificação aos poucos, por suas partes mais verticalizadas. Mas subitamente, ele surge. As galilés se fazem presentes constituindo-se como ponto distintivo. O conjunto de arcadas faz-se acompanhar, ao lado, das torres sineiras.

No caso português, muitos dos conventos da Província de Santo Antônio e construídos à epoca dos brasileiros, instalaram-se em regiões periféricas das cidades e assim, construirão uma outra relação com os núcleos edificados, descuidados em mobilizar fa-

chadas e volumes no jogo de influências entre outras arquiteturas presentes no tecido urbano. Diferentemente, na vila ou cidade brasileira, deduz-se que há um desejo em inserir cenograficamente o edifício, mas sem fazê-lo de forma extremamente óbvia. Não se trata de teatralizar a paisagem mas de conduzir o olhar pela força mansa do edifício.

Embora o convento se mostre velado, trazendo a público em geral apenas a fachada da igreja e o acesso à portaria, de fato, o edifício discretamente envolto na área murada assume grandes proporções. A sabedoria em jogar com os volumes realiza este intento de esconder sua real medida. O envoltório em muro como também as grandes áreas verdes, as cercas conventuais, dissipam dos olhos dos urbanos as partes cotidianas da vida conventual, propiciando ambientes de introspecção e recolhimento, mas também de mistério.

Camuflado pelo denso arvoredo, a implantação demanda também que o edifício seja bem servido de águas e que estas, além de acessarem o convento, realizem o melhor percurso dentro do recinto conventual, de forma a serem bem aproveitadas e ao final possam escoar, depois de usadas, de forma inteligente.

Quanto aos materiais, em vez da extensa presença da pedra portuguesa, aqui domina a madeira. E o ensolarado dos trópicos veste a casa internamente com outras cores e sombreamentos (Figura 7 e 8).

Se retomamos o ponto da inserção urbana destas casas no presente, além da situação de arruinamento de algumas delas, verificara-se-á que muitas também perderam a funçao conventual. Além disto, estão sempre a exigir reformas onerosas. Os processos de restauro chegam a ultrapassar uma dezena de anos e na falta de uma política patrimonial amparada em normas simples de manutenção ou de propostas de novos usos, as casas acabam retornando às condições iniciais de degradação em pouco tempo.Seu futuro está em discussão em ambos os lados do oceano.

Por outro lado, a perda das áreas conventuais, em especial das cercas, ocorre de forma semelhante em Portugal e Brasil. Exemplifica-se com o caso do convento de Salvador, situado no Pelourinho. Os relatos historiográficos narram que a cerca dos franciscanos se limitava com a do convento das clarissas (A), separadas apenas por um curso d´água. Hoje o riacho (B) que passava por dentro da cerca, encontra-se coberto por uma via que segue seu traçado, e a fonte de água (C), que servia ao convento, ainda é visível na cidade (Figura 9).

Mesmo casas que se situam em locais menos pressionados pelo crescimento urbano, como é o caso da cidade de Penedo, em Alagoas, assistiram à perda considerável da área de cerca de seu convento que chega nos dias atuais com 20% do original[2] (Figura 10).

Variedade na unidade pode ser o fio que enlaça os conventos daqui analisados aos seus sítios urbanos. Este pode ser respaldado na tão alardeada atitude portuguesa de se adequar às geografias e culturas encontradas no contexto da expansão ultramarina. Longe de uma simples assimilação dos modelos ocidentais europeus, a obra franciscana na colônia mostra, entre outros atributos, "a de ser dócil às limitações materiais e de se deixar gerar pelo meio natural e social — integrando-se às condições tropicais e absorvendo as

FIGURA 7 — Da esquerda para a direita, fachadas dos conventos de Penedo (AL), Cairu (BA), São Francisco do Conde (BA), Igarassu (PE), Sirinhaém (PE), São Cristóvão (SE), Cachoeira (BA), Marechal Deodoro (AL), Olinda (PE), Igarassu (PE), Salvador (BA. Hospício), Ipojuca (PE), Pau d'Alho (PE), Salvador (BA) e Recife (PE).
Fontes: Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem (2006-2017).

FIGURA 8 — Da esquerda para a direita, fachadas dos conventos de Cabo Frio (RJ), Angra dos Reis (RJ), São Sebastião (SP), Itu (SP. Só existe o cruzeiro atualmente), São Paulo (SP), Bom Jesus da Coluna (RJ), Penha (ES), Santos (SP), Rio de Janeiro (RJ), Itanhaém (SP), Vitória (ES), Taubaté (SP) e Itaboraí (RJ).
Fonte: Google (2016a).

FIGURA 9 — Movimentos de perda de área da cerca do Convento de São Francisco de Salvador.
Fonte: Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem (2011).

FIGURA 10 — Movimentos de perda de área da cerca e fachada do Convento Franciscano de Penedo (Brasil).
Fonte: Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem (2016).

contribuições populares e de outras etnias — e com elas interagindo de maneira direta, singela e sensível" (CAMPELLO, 2001, p.57). Torna-se importante, de qualquer forma, o exame minucioso do contexto que produziu a obra franciscana no Brasil e ao mesmo tempo, inseri-la no contexto planetário da investida portuguesa.

O OLHAR DO PRESENTE

> "Sob o céu azul profundo do Nordeste, moldado por belas formações de nuvens sempre em movimento, esses conventos brancos, reluzindo ao sol, se destacam no fundo sombrio das florestas ou no verdor saturado dos campos de cana-de-açúcar. Com seus frontispícios monumentais, seus claustros de galerias melodiosas e suas igrejas cujo interior revela ao visitante um universo místico onde o ouro cintila na sombra, esses estabelecimentos dos frades menores estão entre as obras mais poéticas que o espírito religioso inspirou na Colônia de Santa Cruz (BAZIN, 1983, p.56).

Hoje, as casas franciscanas no Brasil conhecem um período de franco declínio. Além da falta de vocações, uma outra postura adotada pelos frades, bastante engajados na missionação, afasta do horizonte dos mesmos, de forma geral, a preocupação com a herança edificada. Por outro lado, ao se tornarem "patrimônio", sob a investidura oficial, passam a se submeter a um determinado conjunto de regras, nem sempre compatíveis com a conduta cotidiana dos seus habitantes.

O que se vê são uma série de impasses, que em geral são resolvidos com a entrega da edificação, o abandono, a adoção de novos usos, a perda de área para as demandas das cidades onde se localizam.

Com seu vocabulário aparentemente simples e por sua afinidade com o meio natural, os conjuntos conventuais "assinalaram o desenvolvimento de uma tipologia inconfundível e de uma morfologia aderente ao ambiente natural e, em todos os sentidos, fruto também do meio social em que foram realizadas. Eram por isso [obras] inéditas no mundo luso-tropical daquela época" (CAMPELLO, 2001, p.40). Portanto, podemos dizer que no caso em pauta, tratamos de uma experiência arquitetônica e urbanística brasileira, mas que justamente por isto, não esquece, na sua essência e princípio, os laços com a família portuguesa.

Há ainda vários outros aspectos relacionados aos conventos a serem investigados e que dizem respeito a uma ligação mais profunda e sutil com a paisagem. Quando se fala em Franciscanismo, esta palavra envolve mais do que construir edificações religiosas e promover a vida urbana através das realizações arquitetônicas. Implica em uma disposição religiosa/afetiva de lidar com os espaços, a natureza e os homens (FRESNEDA, 2004; DUBY, 1979). De repensar, adotando as palavras do presente, o consumismo, a ecologia, o lugar da matéria e do intangível.

Os anos de convívio com estes conventos e seus habitantes levaram-nos a concluir que o espírito da Fraternidade Seráfica se encontra impregnado nos mesmos. Os edifícios foram criados com atributos espaciais e estilísticos necessários para desempenhar determinados papéis, dentre eles, uma condição poética que, mesmo distanciada no tempo, fala ainda ao presente. Por outro lado, a arquitetura em si é aparentemente imóvel, e se não alteram paredes e tetos, os significados podem ser motivadores de novas releituras.

A mutabilidade é também o caso do próprio Franciscanismo, que, desde os tempos do santo de Assis gerou propostas religiosas e estéticas que vieram falando, com o passar dos Séculos, de diversos modos acerca da doutrina seráfica. Os próprios conventos espalharam-se por todo o mundo, adotando soluções arquitetônicas diversificadas.

Há certamente, inúmeros aspectos velados no convento. Trata-se de uma edificação marcada pela conduta disciplinar, pela hierarquia entre seus membros. No passado, possuía prisões e senzalas. Os vocábulos cela e disciplina reverberam nos estudos de Foucault. O espaço simples se impregna pelos sinais da dor, pelos sacrifícios, pelo emprego do cilício.

Portanto, o patrimônio cultural é também ele, fruto de inesperados cruzamentos. No caso dos conventos que falam da existência dos seres no cosmos, que regulam a passagem entre terra e céu, poderão continuar a narrar estes aspectos ao mundo contemporâneo que só aparentemente lhe é tão adverso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se buscou demonstrar, o estudo das casas conventuais franciscanas constitui um dos casos em que se alia de forma expressiva e contundente a arquitetura e o urbanismo. Apontando-se para além dos vínculos entre Portugal e Brasil e considerando-se a noção de um *orbi* seráfico, a hipótese de cruzar, por exemplo, a rede ibero americana, pode resultar em um estudo ainda mais rico, traçando um quadro amplo e profundo a respeito de como estas casas atuaram em termos de patrimônio cultural no denominado Novo Mundo, perante povos e geografias tão diversas.

NOTAS

1. O estudo das casas portuguesas foi fruto de um estágio de pós doutoramento, realizado pela autora junto à Universidade de Évora, circunstância durante a qual foram visitados os seguintes conventos: Santo António de Alcácer do Sal, Santa Maria Madalena de Alcobaça, Santo Antônio e São Francisco de Alenquer, São Francisco de Beja, São Francisco da Ponte e Santo Antônio dos Olivais em Coimbra, São Francisco de Évora, São Francisco da Guarda, São Francisco de Guimarães, Nossa Senhora da Porta do Céu em Lisboa, São Francisco da Cidade de Lisboa, Santo Antônio dos Capuchos em Lisboa, Nossa Senhora e Santo Antônio de Mafra, São Francisco do Porto, São Francisco de Santarém, Nossa Senhora da Serra da Arrábida, Santo Antônio de Serpa, Santa Cruz da Serra de Sintra, São Francisco de Tavira, Nossa Senhora da Anunciada de Tomar, Santo Antônio do Varatojo em Torres Vedras, São Francisco do Monte em Viana do Castelo e São Francisco de Orgens, em Viseu.

2. Estudo realizado por Náiade Alves, durante projeto Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, a quem agradeço a cessão da imagem.

AGRADECIMENTOS

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Processo nº 310474/2916-7).

REFERÊNCIAS

AMORIM, M.A.F. *A missionação franciscana no Estado do Grão Pará e Maranhão (1622-1750)*: agentes, estrutura e dinâmica. Tese (Doutorado em História) — Universidade de Lisboa, Lisboa, 2011.

BAZIN, G. *A arquitetura religiosa barroca no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1983.

BRAUNFELS, W. *Monasteries of Western Europe: the architecture of the orders.* Londres: Thames and Hudson, 1993.

CAMPELLO, G.O. *O brilho da simplicidade*: dois estudos sobre a arquitetura religiosa no Brasil colonial. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2001.

DUBY, G. *O tempo das catedrais, a arte e a sociedade*. Lisboa: Editorial Estampa, 1979.

FALBEL, N. *Os espirituais franciscanos*. São Paulo: Perspectiva, 1995.

FRESNEDA, F.M. *Manual de filosofia franciscana,* Madrid: Bibl. de Autores Cristianos, 2004.

GONÇALVES, L.F. A revolução franciscana na arte ocidental. In: *ACTAS do I–II Seminário do Franciscanismo em Portugal*. Lisboa: Fundação Oriente, 1996. p.262.

GOOGLE EARTH. *Software da Google que disponibiliza imagens de satélite de vários lugares do mundo*: vista aérea das fachadas dos conventos, 2017a. Disponível em: <https://www.google.com/earth/>. Acesso em: 4 mar. 2017.

GOOGLE EARTH. *Software da Google que disponibiliza imagens de satélite de vários lugares do mundo*: vista aérea do Convento São Francisco de Lisboa, 2017b. Disponível em: <https://www.google.com/earth/>. Acesso em: 4 mar. 2017.

GOOGLE EARTH. *Software da Google que disponibiliza imagens de satélite de vários lugares do mundo*: vista aérea do Convento franciscano de Évora, 2017c. Disponível em: <https://www.google.com/earth/>. Acesso em: 4 mar. 2017.

GOOGLE EARTH. *Software da Google que disponibiliza imagens de satélite de vários lugares do mundo*: vista aérea do Palácio de Mafra, 2017d. Disponível em: <https://www.google.com/earth/>. Acesso em: 4 mar. 2017.

GOOGLE EARTH. *Software da Google que disponibiliza imagens de satélite de vários lugares do mundo*: vista aérea do Convento franciscano de Sintra, 2017e. Disponível em: <https://www.google.com/earth/>. Acesso em: 4 mar. 2017.

GOOGLE EARTH. *Software da Google que disponibiliza imagens de satélite de vários lugares do mundo*: vista aérea do Convento franciscano de Vila Velha, 2017f. Disponível em: <https://www.google.com/earth/>. Acesso em: 4 mar. 2017.

GRUPO DE PESQUISA ESTUDOS DA PAISAGEM. *Fachadas dos conventos de Penedo (AL), Cairu (BA), São Francisco do Conde (BA), Igarassu (PE), Sirinhaém (PE), São Cristóvão (SE), Cachoeira (BA), Marechal Deodoro (AL), Olinda (PE), Igarassu (PE), Salvador (BA. Hospício), Ipojuca (PE), Pau d'Alho (PE), Salvador (BA) e Recife (PE)*. Maceió: UFAL, 2006-2017.

GRUPO DE PESQUISA ESTUDOS DA PAISAGEM. *Movimentos de perda de área da cerca do Convento de São Francisco de Salvador*. Maceió: UFAL, 2011.

GRUPO DE PESQUISA ESTUDOS DA PAISAGEM. *Movimentos de perda de área da cerca e fachada do Convento Franciscano de Penedo (Brasil)*. Maceió: UFAL, 2016.

LE GOFF, J. *As raízes medievais da Europa*. Petrópolis: Vozes, 2010.

LE GOFF, J. *São Francisco de Assis*. Rio de Janeiro: Record, 2011.

MERLO, G. G. *Em nome de São Francisco*. Petrópolis: Vozes, 2005. p.60-86.

MONTEIRO, M.F.M. *Sistema monástico conventual e desenvolvimento urbano de Évora na baixa idade média*. 2010. Tese (Doutorado em Arquitetura) — Universidade de Évora, Évora, 2010.

RIBEIRO, B. *Guia de Portugal Franciscano Continental e Insular*. Leixões: Residência de Leixões, 1946. p.26-31.

ROS, V. G. *Los Franciscanos y la arquitectura de San Francisco a la exclaustración*. Valência: Editorial Assis, 2000. p.55-58.

SCHENKLUHN, W. *Architetettura degli Ordini Mendicanti:* Lo stile architettonico dei Domenicani e dei Francescani in Europa. Padova: Editora Francescane, 2003.

SOUSA, B.V. *et al*. *Ordens religiosas em Portugal:* das origens a trento: guia histórico. Lisboa: Livros Horizonte, 2006. p.586-589.

TEIXEIRA, C.M. (Org.). *Fontes Franciscanas e Clarianas*. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

MARIA ANGÉLICA DA SILVA | Universidade Federal de Alagoas | Faculdade de Arquitetura e Urbanismo | *Campus* A.C. Simões | Av. Lourival Melo Mota, s/n., Tabuleiro do Martins, 57072970, Maceió, AL, Brasil | *E-mail*:< masilva@fau.ufal.br>.

Recebido em 8/3/2017, reapresentado em 20/4/2017 e aprovado em 9/5/2017.